

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA**

**Kamila Gusatti Dias**

**EDUCAÇÃO PRESBITERIANA EM JATAÍ (GO): O INSTITUTO SAMUEL  
GRAHAM (1942-1971)**

**Paranaíba - MS  
2016**

**Kamila Gusatti Dias**

**EDUCAÇÃO PRESBITERIANA EM JATAÍ (GO): O INSTITUTO SAMUEL  
GRAHAM (1942-1971)**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração em Educação, Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.**

**Orientador: Prof. Dr. Ademilson Batista Paes**

**Paranaíba - MS  
2016**

D532e Dias, Kamila Gusatti

Educação presbiteriana em Jataí (GO): o Instituto Samuel Graham  
(1942-1971/ Kamila Gusatti Dias. - - Paranaíba, MS: UEMS, 2016.  
206f.; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Ademilson Batista Paes.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de  
Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba.

1. Instituto Samuel Graham. 2. Presbiterianos. 3. Instituições  
escolares. 4. Goiás. I. Dias, Kamila Gusatti. II. Universidade Estadual de  
Mato Grosso do Sul, Unidade de Paranaíba, Mestrado em Educação. III.  
Titulo.

CDD – 370.9

Bibliotecária Responsável: Susy dos Santos Pereira- CRB1º/1783

KAMILA GUSATTI DIAS

**EDUCAÇÃO PRESBITERIANA EM JATAÍ (GO): o Instituto Samuel Graham (1942-1971)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação, Linguagem e Sociedade.

Aprovada em 28 de julho de 2016.

**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. Ademilson Batista Paes  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)



Profa. Dra. Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento  
Universidade Tiradentes (UNIT)



Profa. Dra. Renata Lourenço  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Dedico este trabalho, em especial, aos meus pais, Clóvis e Neiva, por sempre me incentivarem a alcançar meus objetivos. Dedico-o também ao meu esposo, Rone Cley, meu companheiro em todos os momentos, nos sonhos, conquistas e vitórias. Com seu amor, sempre me encorajando nos momentos de desalento.

A toda minha família, que sempre torceu por mim. Em especial, meus nove sobrinhos, minhas joias mais preciosas.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado saúde e força para superar as adversidades; com suas bênçãos e proteção, encheu-me de coragem para conseguir atingir os meus propósitos.

Ao Divino Pai Eterno, que renovou em mim a fé e me fez acreditar em meus sonhos.

À Secretaria Municipal de Educação de Rio Verde, pelo incentivo dado em forma de licença para o estudo e para a realização do meu aprimoramento pessoal.

Ao meu orientador, professor Dr. Ademilson Batista Paes, grande incentivador, pela experiência, profissionalismo e disposição.

Às professoras Dr<sup>a</sup>. Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento e Dr<sup>a</sup>. Renata Lourenço, pelas preciosas orientações para o Exame de Qualificação.

Aos professores e funcionários da secretaria de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, pela disponibilidade com que sempre me atenderam quando solicitei, em especial a Irany (secretária aposentada).

À Universidade Federal de Uberlândia – UFU, que me acolheu como aluna especial, especialmente aos funcionários do Programa de Pós-Graduação e aos amigos que ali conheci, pela partilha de experiências e pela amizade.

Ao professor Dr. Carlos Henrique de Carvalho, docente da UFU, por suas aulas tão profícuas, consistentes e motivadoras que influenciaram minha pesquisa.

Aos funcionários administrativos do Instituto Presbiteriano Samuel Graham: Francisco, Mônica, Vânia, Daniele, Orondina e Gesiane Aparecida, pelas informações preciosas e pelo tempo dedicado a mim, viabilizando meu trabalho de pesquisa.

Às ex-alunas e ex-professoras do Instituto Presbiteriano Samuel Graham, dona Eloene, dona Anna Clara, dona Rosalva, dona Maria Luiza e dona Wandir, pelas manhãs e tardes de conversas e pela partilha de saberes.

Aos funcionários do Museu Histórico Francisco Honório de Campos, de Jataí, que, com muito carinho, me receberam e me auxiliaram.

Ao Centro Cultural Basileu Toledo França, de Jataí, pela presteza com que me disponibilizaram o acervo referente ao meu objeto de estudo.

À Prefeitura Municipal de Jataí e também à Câmara Municipal, por disponibilizarem os materiais solicitados, essenciais a este trabalho de pesquisa.

Aos funcionários do Arquivo Público de Goiânia, pelo apoio na disponibilização do material e acervo para consulta.

Às amigas Maria Aparecida e Kênia, pelo apoio, orientações e trocas de experiências quando as incertezas me acometiam.

À minha amiga Márcia que muito contribuiu, na formatação dessa pesquisa, de maneira carinhosa, mesmo com tantos afazeres.

Às companheiras de viagens, Laíse e Ana Maria, pelo incentivo incondicional.

Às amigas de todas as horas, Aline e Lidiiane, que souberam entender minhas ausências.

Às minhas amigas “anjos”, Giselly e Sueli, que me acolheram em seu apartamento na cidade de Uberlândia; palavras não podem expressar o sentimento de gratidão que terei por toda vida.

Aos meus colegas da turma de Mestrado em Educação - 2014, pelas alegrias, medos, conquistas e incertezas por nós compartilhadas.

Aos meus primos, Roger e Ivete, que me acolheram tão bem em sua casa, na cidade de Jataí.

Ao meu pai, minha mãe e meu esposo, que muitas vezes me acompanharam em minhas viagens a Paranaíba e Uberlândia, aos quais serei eternamente grata. Este título também é de vocês!

Aos meus sobrinhos, por entenderem o motivo da minha ausência nos momentos de festas, brincadeiras e pelos carinhos que deixei de dar em cada um.

## RESUMO

A pesquisa centra-se no estudo do Instituto Samuel Graham, instituição protestante instalada em 1942, na cidade de Jataí/GO, por missionários presbiterianos norte-americanos designados pela Missão Central do Brasil. Objetiva-se, com este estudo, apresentar o percurso da incursão do protestantismo em terras goianas, desvelar o processo de gênese e implementação dessa instituição, bem como analisar a implantação do ensino secundário-ginásio frente às reformas educacionais vigentes. Para tanto, discutiremos as ações educacionais e os ideais dos presbiterianos no município, associando-as ao seu ineditismo no Estado de Goiás, onde poucas pesquisas abordam essa perspectiva, nenhuma delas adentrando o campo do protestantismo, de modo específico, uma instituição presbiteriana. O marco temporal aqui elencado compreende o período de sua fundação, em 1942, enquanto ainda Escola Evangélica de Jataí, até 1971, ano de transformações na esfera das legislações vigentes, em especial a Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971, a qual fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, trazendo consigo várias mudanças para o contexto educativo brasileiro. Inscrito na área da História da Educação e apoiando-se nos pressupostos da Nova História Cultural (NHC), este estudo traz uma pesquisa qualitativa, de cunho documental, pautada na localização, seleção e análise de fontes várias: livros de atas da Câmara Municipal; livros de matrículas; atas de resultados de exames finais e parciais; exames de admissão; e atas de inspeção escolar. Foi utilizado o aporte teórico-metodológico da História Oral na coleta de dados, por meio de entrevistas com ex-discentes e ex-docentes da instituição, que contribuíram para a compreensão da cultura escolar e das propostas pedagógicas presentes no cenário do Instituto Samuel Graham. Para isso, relacionamos a presença protestante com a fundação de igrejas e suas congregações como também aos espaços destinados à escolarização de crianças e jovens, quando a vertente *evangelizar e instruir* foi a ênfase na ação desses sujeitos por boa parte do século XX. O processo de edificação dessas missões evangelizadoras, por meio de implementação das escolas, em uma região considerada o *hinterland* brasileiro, culminou com a implementação dessa instituição na cidade de Jataí. Com os resultados já analisados, constatamos que o Instituto Samuel Graham desempenhou um papel relevante para a sociedade jataiense, contribuindo para a formação de crianças e jovens que recebiam uma educação pautada em preceitos religiosos, morais e cívicos. Sua contribuição perpassou os bancos escolares e inculcou novos hábitos que derivaram dessa cultura, ainda presente na memória do povo.

**Palavras-chave:** Instituto Samuel Graham. Presbiterianos. Instituições Escolares. Goiás.

## ABSTRACT

The research focuses on the study of the Instituto Samuel Graham, a protestant institution founded in 1942 in the city of Jataí / GO, by American Presbyterian missionaries appointed by the Central Mission of Brazil. The purpose of the study is to present the course of the Protestantism presence in the state of Goiás, to unveil the process of genesis and implementation of this institution and to analyze the implantation of the secondary school in the face of current educational reforms. In view of this, we will discuss the educational actions and the Presbyterians's ideals in the city, linking them to its uniqueness in the state of Goiás, where there are few studies approaching this perspective, none of them entering the Protestantism field, specifically a Presbyterian institution. The time frame listed here covers the period ranging from its foundation in 1942, then Evangelical School of Jataí (Escola Evangélica de Jataí), up to 1971, a year of changes in the sphere of existing laws, especially Law No. 5692 of August 11, 1971, which sets the guidelines and bases for elementary and high schools and causes several changes in the Brazilian educational context. Belonging to the field of History of Education and based on the assumptions of the New Cultural History (NHC), this is a documentary qualitative study addressing location, selection and analysis of various sources: books of minutes of the City Council; enrollment books; results of final and partial exams; entrance exams; and minutes of school inspection. The theoretical and methodological support of Oral History was used in data collection, with interviews with the institution's former students and teachers who contributed to the Instituto Samuel Graham's school culture and pedagogical proposals. For this, we have drawn a correlation between the Protestant presence and the founding of churches and their congregations as well as the spaces for the education of children and youth when the **evangelize and instruct** motto guided the action these subjects for much of the twentieth century. The building process of these evangelizing missions, through the implementation of schools in an area considered the Brazilian hinterland, culminated in the implementation of this institution in Jataí. With the results already analyzed, we have found that Instituto Samuel Graham played an important role for the local society, contributing to the formation of children and young people who were given an education based on religious, moral and civic principles. Its contribution pervaded the school life and inculcated new habits derived from that culture, still present in people's memory.

**Keywords:** Instituto Samuel Graham. Presbyterians. School institutions. Goiás.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>FIGURA 1</b> - Reverendo John Boyle.....	50
<b>FIGURA 2</b> - Divisão regional do Brasil de 1941.....	61
<b>FIGURA 3</b> - Cidades precursoras das obras missionárias em Goiás.....	65
<b>FIGURA 4</b> - Localização geográfica da Região Centro-Oeste do Brasil.....	70
<b>FIGURA 5</b> - Localização geográfica de Jataí no Estado de Goiás.....	73
<b>FIGURA 6</b> - Propaganda do Collegio Paula Ribeiro.....	78
<b>FIGURA 7</b> - Propaganda do Instituto Municipal Dr. Pedro Salazar.....	80
<b>FIGURA 8</b> - Propaganda do Lyceu de Jatahy.....	82
<b>FIGURA 9</b> - Reverendo Ashman Clark Salley e sua esposa, Sara Salley.....	86
<b>FIGURA 10</b> - Registro da Escola Evangélica de Jataí, 1942.....	94
<b>FIGURA 11</b> - Igreja Presbiteriana Central de Jataí, s/d.....	95
<b>FIGURA 12</b> - Samuel Irvine Graham e Ruth Graham, s/d.....	103
<b>FIGURA 13</b> - Vista aérea do Instituto Samuel Graham, s/d.....	104
<b>FIGURA 14</b> - Área de construção do prédio da Escola Primária, 1951.....	105
<b>FIGURA 15</b> - Reportagem sobre o acidente aéreo do missionário Samuel Graham, 1952.....	106
<b>FIGURA 16</b> - Inauguração do Instituto Samuel Graham pelo governador do Estado, José Ludovico de Almeida, abril de 1957.....	109
<b>FIGURA 17</b> - Religião dos professores do Instituto Samuel Graham, 1961.....	117
<b>FIGURA 18</b> - Religião dos alunos do Instituto Samuel Graham, 1961.....	117
<b>FIGURA 19</b> - Tabela de preços dos cursos, 1962.....	119
<b>FIGURA 20</b> - Internato feminino, 1957.....	124
<b>FIGURA 21</b> - Lei Municipal n. 515, de 17 de setembro de 1963, que reconhece o Instituto Samuel Graham como entidade de utilidade pública.....	129
<b>FIGURA 22</b> - Diploma de uma ex- normalista, 1958.....	131
<b>FIGURA 23</b> - Primeira turma do Curso Normal Regional, 1953.....	134
<b>FIGURA 24</b> - Prédio de Trabalhos Manuais, 1959.....	138
<b>FIGURA 25</b> - Instruções para a disciplina de Economia Doméstica, 1965.....	139
<b>FIGURA 26</b> - Turma de alunos de Educação Física, s/d.....	141
<b>FIGURA 27</b> - Alunos iniciantes e concluintes do Curso Ginásial (1959-1968).....	153
<b>FIGURA 28</b> - Manual preparatório aos Exames de Admissão, s/d.....	157

<b>FIGURA 29</b> - Laboratório de Ciências, 1967.....	161
<b>FIGURA 30</b> - Memorial JK – Jataí.....	163
<b>FIGURA 31</b> - Ginastas do curso ginásial, 1968.....	165
<b>FIGURA 32</b> - Fanfara do Instituto Samuel Graham, 1965.....	166
<b>FIGURA 33</b> - Piquenique entre alunos do Curso Normal Regional e do Ginásio, 1959.....	168
<b>FIGURA 34</b> - Alunos e professores do Curso Normal Colegial e do Ginásio, 1968.....	169
<b>FIGURA 35</b> - Apresentação do Hino aos alunos do Instituto Samuel Graham, 1963.....	171

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1</b> - População de Goiás: alfabetização, 1920-1940.....	52
<b>TABELA 2</b> - Dados estatísticos da religiosidade no Estado de Goiás em 1940.....	57
<b>TABELA 3</b> - Municípios goianos com maior concentração de protestantes, 1940.....	87
<b>TABELA 4</b> - Instrução das crianças até 14 anos de idade no município de Jataí, 1940...	92
<b>TABELA 5</b> - Número de matrículas realizadas no Ensino Primário na Escola Evangélica de Jataí (1946-1951).....	96
<b>TABELA 6</b> - Quadro de funcionários do Instituto Samuel Graham (1954-1960).....	115
<b>TABELA 7</b> - Matrículas do Curso Ginásial dos anos 1959 – 1971 do Instituto Samuel Graham.....	152
<b>TABELA 8</b> - Exames de Admissão do Instituto Samuel Graham (1958- 1970).....	159

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1</b> - Documentos encontrados no Arquivo Escolar do Instituto Samuel Graham.....	34
<b>QUADRO 2</b> - Pessoas entrevistadas que participaram da História do Instituto Samuel Graham.....	36
<b>QUADRO 3</b> - Missionários norte-americanos em Goiás.....	64
<b>QUADRO 4</b> - Ata de visitas dos Inspectores de Ensino, 1946.....	99
<b>QUADRO 5</b> - Despesas do Instituto Samuel Graham – Dezembro, 1956.....	111
<b>QUADRO 6</b> - Despesas orçamentárias para o município de Jataí, 1962.....	112
<b>QUADRO 7</b> - Diretores do Instituto Samuel Graham (1942-1970).....	128
<b>QUADRO 8</b> - Médias finais dos Exames de Admissão do Curso Normal Regional, 1953.....	133
<b>QUADRO 9</b> - Disciplinas do Curso Normal Regional do Instituto Samuel Graham, 1958- 1959.....	136
<b>QUADRO 10</b> - Disciplinas do Curso Ginásial, 1964.....	149

## LISTA DE SIGLAS

- ANPED** - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
- ANPUH** - Associação Nacional dos Professores Universitários de História
- BR** - Rodovia Federal
- CAPES** - Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
- CEP** - Comitê de Ética em Pesquisa
- CMU** - Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas
- COLUBHE** - Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação
- EHECO** - Encontro de História da Educação do Centro-Oeste
- ESEFEGO** - Escola Superior de Educação Física de Goiás
- GEPHEB** - Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação Brasileira
- GT** - Grupo de Trabalho
- HISTEDUP** - Associação de História da Educação de Portugal
- IBICT** - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
- ISG** - Instituto Samuel Graham
- LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- O. S. P. B.** - Organização Social e Política do Brasil
- SBHE** - Sociedade Brasileira de História da Educação (Brasil)
- UEG** - Universidade Estadual de Goiás
- UEM** - Universidade Estadual de Maringá
- UEMS** - Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul
- UFG** - Universidade Federal de Goiás
- UNESP** - Universidade Estadual Paulista
- UNICAMP** - Universidade Estadual de Campinas

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>25</b>
<b>1 A GÊNESE DO PROTESTANTISMO EM GOIÁS: A EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA MISSIONÁRIA.....</b>	<b>39</b>
<b>1.1 O protestantismo missionário no Brasil.....</b>	<b>40</b>
<b>1.2 A Missão Brasil e sua organização administrativa.....</b>	<b>44</b>
<b>1.3 A vinda de John Boyle para Goiás e seu projeto evangelizador: uma análise do percurso.....</b>	<b>49</b>
<b>1.4 O ideário protestante e sua propagação em terras goianas.....</b>	<b>60</b>
<b>1.4.1 O olhar protestante sobre o sertão goiano: o “jardim encantado”.....</b>	<b>66</b>
<b>1.5 Jataí: a “princesa” do sudoeste de Goiás.....</b>	<b>72</b>
<b>1.6 O estabelecimento dos missionários norte-americanos presbiterianos em Jataí: a construção da Primeira Igreja Presbiteriana.....</b>	<b>83</b>
<b>2 DA ESCOLA EVANGÉLICA DE JATAÍ AO INSTITUTO SAMUEL GRAHAM: RESQUÍCIOS DE UMA HISTÓRIA.....</b>	<b>89</b>
<b>2.1 Por entre muros de uma casa-escola: o interior da Escola Evangélica de Jataí..</b>	<b>90</b>
<b>2.2 Uma escola, muitas histórias: O Instituto Samuel Graham.....</b>	<b>107</b>
<b>2.2.1 O Curso Normal Regional: o sonho se tornou realidade.....</b>	<b>130</b>
<b>3 O CURSO SECUNDÁRIO GINASIAL DO INSTITUTO SAMUEL GRAHAM: RITOS DE PASSAGEM.....</b>	<b>142</b>
<b>3.1 A implantação do curso ginasial.....</b>	<b>143</b>
<b>3.2 Analisando os exames de admissão ao Ginásio.....</b>	<b>154</b>
<b>3.3 Por detrás das cortinas: o cotidiano no ginásio.....</b>	<b>162</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>174</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>181</b>
<b>INSTITUIÇÕES PESQUISADAS.....</b>	<b>190</b>
<b>FONTES ORAIS.....</b>	<b>192</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>193</b>
<b>APÊNDICE A - Autorização do local da pesquisa.....</b>	<b>194</b>
<b>APÊNDICE B - Roteiro de entrevistas.....</b>	<b>195</b>
<b>APÊNDICE C - Autorização do uso de imagem, áudio e dados pessoais e</b>	

<b>biográficos.....</b>	<b>196</b>
<b>APÊNDICE D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....</b>	<b>197</b>
<b>APÊNDICE E - Parecer substanciado do CEP.....</b>	<b>198</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>201</b>
<b>ANEXO A – Dissertações e teses sobre a temática “educação protestante” e “protestantismo” (1990-2014).....</b>	<b>202</b>

## APRESENTAÇÃO

*[...] Se estamos em busca de retratar uma postura e uma intenção partilhada de traduzir o mundo a partir da cultura, é preciso descobrir os fios, tecer a trama geral deste modo de fazer História, prestar atenção em elementos recorrentes e, talvez, revelar as diferenças entre os autores, o que, sem dúvida, é um risco. Assumimos esse risco. (PESAVENTO, 2012, p. 17).*

Era fevereiro do ano de 2014, decidi submeter-me, mais uma vez, a um processo seletivo para o mestrado em educação, agora pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, pleiteando uma vaga na linha de pesquisa Currículo, Formação Docente e Diversidade. Elaborei um projeto para a formação dos acadêmicos em Pedagogia em virtude da inquietação que sentia ao ver meus alunos da graduação inseguros diante dos estágios supervisionados na Creche.

O tema do projeto: *Da teoria à prática: os desafios dos licenciados em Pedagogia nos Estágios Supervisionados na Creche*, tinha como objetivo geral analisar em que medida a formação teórico-prática dispensada aos licenciados em Pedagogia, em Rio Verde/GO, oferece os subsídios necessários para o desenvolvimento dos estágios supervisionados na creche.

Ministrava aulas em uma faculdade privada e, na disciplina Estágio Supervisionado I – História, Estrutura e Funcionamento Escolar da Creche (0 a 3 anos), percebia a insegurança dos alunos, e isso me afligia como professora. Os alunos do 3º período de Pedagogia iniciavam seus estágios supervisionados (teoria e prática) e se deparavam com algumas dificuldades. Esses impasses me intrigavam.

Resolvi pesquisar outras turmas de acadêmicos que realizavam os estágios na Creche, e foi assim que, em diálogos com outros professores de Estágio Supervisionado, percebi neles a mesma inquietação. A fim de desvendar essa problemática, decidi elaborar um projeto de pesquisa por esse viés. E assim o fiz, passando em 11º lugar dentre as 25 vagas disponíveis.

Iniciei minha vida de pesquisadora diante de um grande desafio: ser deslocada para outra linha de pesquisa. Entretanto, ao decidirem me encaminhar para a linha de pesquisa de História, Sociedade e Educação, não sabiam que estariam me proporcionando um encontro profícuo com a leitura e a pesquisa no campo historiográfico. Destarte, surgia uma pesquisadora apaixonada pelo campo de pesquisa em História da Educação.

Meu interesse pelo tema decorreu-se após uma conversa inicial com meu orientador, professor Dr. Ademilson Batista Paes, que propôs o tema e me fez refletir sobre a possibilidade de desenvolver uma pesquisa relacionada com a Educação Protestante em uma instituição educacional presbiteriana na cidade de Jataí – GO.

Como membro integrante do grupo de estudos e pesquisa do Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação Brasileira (GEPHEB)<sup>1</sup> da referida universidade, lancei-me ao desafio de me tornar pesquisadora. Mesmo sabendo dos percalços e das grandes adversidades que me cercavam, como o desvelar dos intramuros de uma instituição educacional de ordem confessional protestante, aceitei o que nos foi sugerido.

Considerando a sugestão de meu orientador, iniciei minha pesquisa em busca de fontes como um sedento que anseia por águas. As aulas no Programa iniciaram e tive que ajustar meus horários entre o deslocamento para a cidade de Paranaíba, a fim de cumprir os créditos, e o desenvolvimento da pesquisa na cidade de Jataí e Goiânia. No mesmo ano, passei a integrar o GEPHEB. Buscava compreender a abordagem do tema de um ponto de vista histórico com os aportes teóricos que subsidiavam essa ação.

Com o início das aulas no segundo semestre de 2014, fiz minha matrícula nas disciplinas oferecidas pelo Programa de Pós Graduação da UEMS/ Unidade Universitária de Paranaíba, tendo em vista estreitar os laços com as abordagens da pesquisa educacional que contribuíssem com meu projeto de dissertação de mestrado. A disciplina *Pesquisa em Educação*, ministrada pelo professor Dr. Elson Araújo, obrigatória para todos os mestrandos aproximou-me mais diretamente do tema e da abordagem teórica de meu projeto. Através dela, passei a refletir sobre aspectos relacionados com a pesquisa, além de problematizar a relação existente entre os tipos de abordagens. Assim, reelaboramos nosso projeto de pesquisa, adequando-o à metodologia correta. A metodologia adotada na disciplina consistiu em aulas expositivas e discussão de textos orais. A avaliação se deu por meio da reelaboração do projeto de pesquisa, sob a orientação do professor.

A disciplina *Fundamentos da Pesquisa em História e Historiografia da Educação* teve como docentes responsáveis Prof. Dr. Ademilson Batista Paes, Prof.<sup>a</sup> Dr. Renata Lourenço e Prof.<sup>a</sup> Dr. Milka Helena Carrilho Slaves. Com essa disciplina pude me aproximar do meu

---

<sup>1</sup> De acordo com <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5820489263113510>, o Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação Brasileira tem como eixos norteadores a história da escolarização da infância, das práticas, das disciplinas e instituições escolares da educação brasileira. Suas ações estão concentradas em ensino, pesquisa e extensão, e seus objetivos são fomentar a graduação e a pós-graduação; produzir trabalhos monográficos e relatórios de pesquisa; publicar capítulos de livros e artigos em periódicos e anais; articular, fazer intercâmbio e colaborar com outros grupos de pesquisa da própria ou de outras instituições; organizar, colaborar e coordenar eventos institucionais e interinstitucionais na área.

objeto e tema de estudo no campo da História da Educação. A metodologia utilizada pelos professores se deu a partir da leitura dos textos, discussão oral e apresentações dialogadas; e a avaliação final se deu a partir de um texto científico elaborado com base nos textos que compuseram as leituras e estudos.

Dessa maneira, uma outra proposta de meu orientador causou-me aflição, mas não me fez render às adversidades que surgiam. Assim, busquei seguir todas as diretrizes do orientador, o qual me aconselhou a cursar, no mesmo período, a disciplina ofertada pelo Programa de Pós Graduação em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia intitulada *História Cultural e Cultura Escolar: pressupostos teórico-metodológicos*, tendo como docente responsável o Prof.º Dr. Carlos Henrique de Carvalho. Com essa disciplina, passei a me enveredar pelas categorias da Cultura Escolar; assim percebi que minha pesquisa poderia adentrar qualquer uma dessas categorias de análise e de campo investigativo.

No semestre decorrente, já no início do ano de 2015, as disciplinas ofertadas pelo Programa de Pós-Graduação da UEMS/Unidade Universitária de Paranaíba auxiliaram-me quanto à elaboração de minha dissertação, direcionando-me nas escolhas que eu precisava fazer, após enveredar-me pela escrita do texto.

A disciplina *Seminário de Pesquisa em Educação, Linguagem e Sociedade*, ministrada pelos docentes Dr. Ademilson Batista Paes, Dr. Maria Helena Bimbatti Moreira e Dr. Fabrício Antonio Deffacci possibilitou uma análise coletiva do projeto de pesquisa com observações e apontamentos das atividades desenvolvidas, mantendo a coerência entre o estudo proposto e a linha de pesquisa inserida. Como metodologia, optou-se pela apresentação da pesquisa em andamento para os docentes e discentes do curso, debatendo os seguintes aspectos: estudo teórico, etapas desenvolvidas, dados coletados/fontes, resultados alcançados e/ou esperados, dificuldades e soluções encontradas no desenvolvimento da pesquisa. Por meio de apresentação do projeto de pesquisa, do pré-sumário e da elaboração de um texto científico em coautoria com o orientador, a disciplina culminou com a publicação de um livro *Formação de Professores, História e Políticas Públicas*, no qual tive publicado o capítulo *Educação Presbiteriana no Brasil: Estado da Arte*, em coautoria com meu orientador, Dr. Ademilson Batista Paes.

*Tópicos Especiais em História da Educação* foi uma disciplina ministrada pelo professor Dr. Diogo da Silva Roiz, com o objetivo de discutir e problematizar tópicos da história da educação brasileira, tais como: escola nova; constituição do campo disciplinar da História nas universidades brasileiras; cultura escolar, cultura historiográfica e memória, consciência história e mudança social; história e cultura afro-brasileira e indígena. Por meio

de apresentações dialogadas e do fichamento de trinta textos, a disciplina foi concluída com a escrita de um texto científico envolvendo a bibliografia adotada, optando por aqueles que mais se aproximavam do nosso objeto e tema.

Para eu me aproximar ainda mais do tema escolhido, decidi, por sugestão do meu orientador, matricular-me em mais uma disciplina oferecida pelo Programa, intitulada *História da Formação de Professores Docentes no Brasil*, ministrada pela professora Dr.<sup>a</sup> Milka Helena Carrilho Slaves. O conteúdo focava o processo de formação da profissionalização docente no Brasil e seus avanços, perpassando por cenários históricos importante para o país. Como metodologia, adotou-se a apresentação dialogada e as apresentações orais com o uso de data-show. A avaliação foi realizada por meio da escrita de um texto científico a partir da bibliografia adotada na disciplina.

*Infância Escolar no Brasil* foi outra disciplina, também no campo da História, ministrada pelo professor Dr. Ademilson Batista Paes, com o propósito de revisitar aspectos que envolvem a história da infância e da juventude no Brasil. Como critério de metodologia, optou-se pelo diálogo coletivo e individual na apresentação da bibliografia adotada; e, na avaliação final, foi elaborado um texto científico, que resultou, em parceria, em uma comunicação oral submetida e aprovada pelo XI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação – COLUBHE, realizado em junho de 2016 em Porto – Portugal.

Posso afirmar que as disciplinas contribuíram diretamente para minha formação como pesquisadora, bem como para o desenvolvimento de minha pesquisa, propiciando aportes teóricos relevantes.

Nesse íterim, participei de vários eventos e realizei participações em comunicações orais, tornando-me ainda mais próxima de minha pesquisa e do tema estudado.

1. *X Seminário em Educação e V Colóquio de Pesquisa – A Formação de Professores no Brasil: tendências e cenários*, sediado pela UEMS/ Unidade Universitária de Paranaíba, em outubro de 2014, realizado pelo GEPHEB com o apoio do Programa de Pós-Graduação da UEMS/Paranaíba. Nesse evento, apresentamos um trabalho como pesquisa em andamento, a saber, *Presbiterianos e Educação em Goiás: o Instituto Samuel Graham de Jataí (GO)*. Objetivamos apresentar contribuições para o conjunto de estudos historiográficos sobre a educação protestante em Goiás, na cidade de Jataí (GO). Para tanto, nosso intento era observar as ações específicas do projeto educacional de evangelização nessa cidade e a implantação do Instituto Samuel Graham.

2. *XIX Semana de História da Universidade Estadual de Goiás/ GO e XI Encontro Regional de História ANPUH/GO*, sediados pela Universidade Estadual de Goiás,

na Cidade de Goiás – GO, em abril de 2015, apresentando o trabalho *A cultura escolar numa escola primária protestante (presbiteriana) em Jataí – GO*. O propósito foi examinar a presença dos protestantes em terras goianas e pesquisar a gênese e história dessa instituição, revelando a cultura escolar presente nas práticas pedagógicas e nas relações docentes. Por meio dessa pesquisa – naquele momento, ainda em andamento – foi possível problematizar vários caminhos que poderiam me ajudar a desvelar a cultura escolar dessa instituição educativa. Compreendi que a produção acadêmico-científica sobre Educação Protestante, sobretudo na região Centro- Oeste do país, ainda era escassa, apesar de sua relevância e pertinência.

3. *VIII Congresso Brasileiro de História da Educação: Matrizes interpretativas e internacionalização*, sediado pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) na cidade de Maringá – PR, em julho de 2015, apresentando o trabalho *A presença de protestantes presbiterianos na educação do sudoeste de Goiás (1930-1942)*, com o objetivo de apresentar reflexões acerca das ações educacionais e dos ideais de protestantes presbiterianos nesse município. Diante disso, o trabalho buscou problematizar essas missões de implantação de colégios, mais especificamente no caso de Jataí (GO). Para a realização da pesquisa, estabeleceram-se duas frentes metodológicas: uma de revisão bibliográfica em pesquisas em periódicos, teses e dissertações, e outra de busca, localização e digitalização do acervo escolar do Instituto Samuel Graham. O foco norteador da pesquisa diz respeito à compreensão da influência desses protestantes no processo educacional dessa região do sudoeste goiano. O evento teve como intento contribuir para a divulgação de conhecimentos produzidos na área de História da Educação; promover e estimular o debate acerca de investigações realizadas nesta área; congregar profissionais que realizam atividades de pesquisa e ensino nesse campo temático; incentivar a produção de novas investigações na área da História da Educação nas várias regiões do país; e favorecer a articulação e intercâmbio entre pesquisadores das diversas regiões e instituições com vistas ao aprofundamento dos estudos e do ensino no campo da história da educação.

4. *III Encontro de História da Educação do Centro-Oeste (III EHECO)*, sediado pela Universidade Federal de Goiás – campus Catalão, em Catalão – GO, em agosto de 2015, apresentando o trabalho intitulado *Instituições escolares presbiterianas no Centro-Oeste (1923-1950)*. O presente trabalho teve como foco apresentar, em uma conjuntura sincrônica, a criação de instituições escolares presbiterianas na região do Centro-Oeste brasileiro. O marco temporal aqui elencado compreende o período da criação da primeira escola (Colégio Evangélico Buriti – Mato Grosso), em 1923, e da última (Escola Evangélica

de Cassilândia, no então Estado de Mato Grosso, em 1950. Para isso, relacionamos a presença protestante com a fundação de igrejas e suas congregações e também com os espaços destinados à escolarização de crianças e jovens, quando a vertente *evangelizar e instruir* foi a ênfase na ação desses sujeitos por boa parte do século XX. Diante dessa proposta, buscou-se compreender o processo de edificação dessas missões por meio de implementação das escolas em uma região considerada o *hinterland* brasileiro. O evento teve como objetivo dar continuidade à perspectiva de intercâmbio regional aberta pelas duas versões do EHECO: a primeira em Cuiabá-MT, em 2011, na UFMT, e a segunda em Dourados-MS, 2013, na UFGD. As duas iniciativas se inscreveram como parte do rol de experiências que se têm configurado no país, com a organização de historiadores da educação em nível estadual/regional. Teve como propósito, também, construir um encontro capaz de aglutinar os trabalhos mais representativos do interesse em preservar a memória educacional da nossa região. Nosso intento foi realizado por meio de levantamento da produção acadêmica sobre instituições escolares presbiterianas, realizado por meio da pesquisa bibliográfica compreendendo localização, recuperação, reunião, seleção e organização da bibliografia sobre localização, recuperação, reunião, seleção e organização da bibliografia disponível no banco de dados da Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia (IBICT). Dessa maneira, foi possível coletar os dados e fazer uma análise das instituições fundadas pelos presbiterianos na região Centro- Oeste. Assim, compreendi as várias possibilidades de problematização do tema ainda existente, percebendo a relevância nesse campo temático e muitas pesquisas que ainda estão por se fazer.

5. *XXVIII Congresso de Educação do Sudoeste Goiano: direito à educação: equidade e qualidade*, sediada pela Universidade Federal de Goiás – campus Jataí, em Jataí (GO), no mês de setembro de 2015, apresentando o trabalho intitulado *O arquivo escolar do Instituto Samuel Graham: construção da memória educativa*. O trabalho objetivou apresentar uma análise das fontes históricas do arquivo escolar do Instituto Samuel Graham, de Jataí (GO), como subsídios para uma pesquisa em andamento.

6. *XI COLUBHE – Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*, sediado pela Universidade do Porto, em Porto – Portugal, no mês de junho de 2016, apresentando o trabalho intitulado *A escolarização da infância em Goiás e Mato Grosso na primeira república brasileira (1889-1930): aspectos históricos*. Esse trabalho objetivou analisar a escolarização da infância, partindo das dimensões históricas nos Estados de Goiás e Mato Grosso na chamada Primeira República. Assim, foi possível elucidar aspectos da

escolarização da infância goiana e mato-grossense que se relacionam entre si, corroborando para as pesquisas no campo da história da educação nacional e regional. Esse evento foi promovido pela Associação de História da Educação de Portugal (HISTEDUP) e pelo Grupo de Trabalho (GT) de História da Educação da ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), pela Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE - Brasil). Esse congresso reuniu investigadores e professores das comunidades científicas que, em ambos os países, se dedicam ao estudo de temáticas relacionadas com a História da Educação e que, ao longo dos anos, têm vindo a construir sólidos laços de intercâmbio científico, concretizados em projetos comuns.

7. *VIII Seminário Nacional do Centro de Memória – UNICAMP*, sediado pela Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP, em Campinas – SP, em julho de 2016, apresentando o trabalho *A disciplina Desenho e a formação prática das normalistas do Instituto Samuel Graham (1953-1956) da cidade de Jataí – Goiás*, teve como objetivo investigar a funcionalidade da disciplina Desenho inserida no currículo dessa instituição no curso Normal Regional e a sua relação com a formação prática das normalistas. Dessa maneira, procedeu-se como campo metodológico o mapeamento de documentos, fontes orais, cadernos de ex-alunas e aportes teóricos específicos, a fim de elaborar essa pesquisa e apresentar resultados obtidos na pesquisa. O Seminário Nacional do Centro de Memória da UNICAMP (CMU) tem como objetivo discutir as múltiplas dimensões da memória e suas relações com a cultura, a política, as instituições, os indivíduos e os modos de produção do conhecimento e de sensibilidades. O evento abrangeu discussões relacionadas com o patrimônio e com o espaço urbano, sem deixar de lado as interfaces da memória com a imagem, a cultura material, a formação de professores, a história pública, a temática das migrações e a história econômica e demográfica, temas contemplados na programação e grupos de trabalho. Ao discutir a concepção do arquivo como depósito de provas do passado, o evento buscou dar uma nova dimensão ao potencial de pesquisa dos arquivos documentais, contemplando procedimentos de curadoria, práticas de conservação, produção de conhecimento e políticas de digitalização.

Participei, também, de sessões de orientação e de outras atividades promovidas pelo GEPHEB, de Seminários e Conferências de Pesquisa promovidos pela UEMS, como o *XIII Diálogos Pertinentes*, proferido pela professora Dr. Maria do Rosário Longo Mortatti, docente da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP- Marília), intitulado *Analfabetismo (funcional) e alfabetização (escolar)*, ocorrido em setembro de 2015.

Também contribuiu para o processo inicial de minha formação enquanto pesquisadora e acadêmica do Mestrado em Educação outra conferência sediada pela UEMS, o *XVI Diálogos Pertinentes*, proferido pela professora Dra. Rosa Fátima de Souza, docente da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP- Marília), intitulado *Perspectivas de Investigação Histórica do Ensino Secundário no Brasil*, ocorrido em setembro de 2015.

Por meio desses encaminhamentos, fui determinando o tema e definindo o problema de minha pesquisa. Os objetivos foram sendo traçados e os aportes teóricos que sustentam tal pesquisa se consolidaram, sobretudo sobre a metodologia adotada.

## INTRODUÇÃO

[...] *Tal como na criação literária, o historiador também organizava um enredo na composição da sua narrativa, com a diferença de que o romancista inventava os fatos e o historiador os achava nas crônicas e materiais de arquivo.*  
(PESAVENTO, 2012, p. 35).

Esta pesquisa, vinculada ao âmbito da história e historiografia da educação brasileira, tem como categoria de análise o campo das instituições escolares. Focaliza como objeto de estudo o Instituto Samuel Graham, instalado no ano de 1942 com o nome de Escola Evangélica de Jataí, na cidade de Jataí – GO, que se encontra em funcionamento até os dias atuais.

Objetivamos analisar o processo de gênese e instalação do Instituto Samuel Graham, bem como sua finalidade enquanto instituição escolar, no período compreendido entre 1942 e 1971.

No campo específico, pretendemos apresentar o percurso da incursão do protestantismo em terras goianas, desvelar o processo de gênese do Instituto Samuel Graham e a implementação do curso Normal Regional e, por fim, analisar como se instituiu o ensino secundário – ginásio – no Instituto diante da reforma educacional de Capanema e a implantação da Lei de Diretrizes e Bases – LDB nº. 4024, de 20 de dezembro de 1961.

Essa instituição foi fundada por missionários norte-americanos presbiterianos, designados pela Missão Central do Brasil, que desenvolviam um projeto missionário pelo *hinterland*<sup>2</sup> brasileiro.

Interessados no tema Educação Protestante, fomos em busca de pesquisas acadêmicas que tratassem dessa temática, sobretudo acerca de instituições presbiterianas. Destarte, a partir da pesquisa de Valdez e Barra (2012)<sup>3</sup>, pudemos constatar que nenhuma produção sobre a

---

<sup>2</sup> Palavra alemã que significa sertão. Cabe aqui esclarecer o conceito da palavra *hinterland*, com intuito de analisar suas várias definições e conceitos, os quais se identificam com a temática abordada. O conceito de *hinterland* é conhecido desde o início do século XX, não apresentando uma definição padrão na literatura brasileira. Dessa forma, o conceito apresentado pelos autores Notteboom e Rodrigues (2007) apud Baptista (2012), em termos abrangentes, descreve o *hinterland* como a área geográfica onde um porto desenvolve os seus negócios e as relações comerciais.

<sup>3</sup> De acordo com as autoras, até o ano de 2012, 40 trabalhos haviam sido feitos sobre a História de Educação de Goiás. Os dados referentes aos anos de 2013, 2014 e 2015 (até o dado momento) foram organizados pela autora, de acordo com o Banco de Teses da CAPES e do IBICT, sendo localizados outros três trabalhos, totalizando 73 ao todo (56 dissertações de mestrado e 17 teses de doutoramento).

temática em questão foi registrada no Estado de Goiás, o que confirmou a necessidade de se debruçar nesse campo historiográfico das instituições escolares.

Aprofundando no tema que nos fora proposto no campo da Nova História, deleitamo-nos, a priori, com as obras de Peter Burke e Sandra Jatahy Pesavento, que nos fizeram aportar em glebas férteis da Nova História Cultural.

Diante disso, baseamo-nos nas ideias de Burke (2011), que assevera que:

[...] a nova história começou a se interessar por virtualmente toda atividade humana. “Tudo tem uma história”, como escreveu certa ocasião o cientista J. B. S. Haldane; ou seja, tudo tem um passado que pode em princípio ser reconstruído e relacionado ao restante do passado. (BURKE, 2011, p. 11).

Dialogando com Burke (2011), Pesavento (2012) argumenta:

[...] a História está em alta, sim, e isso se deve, em grande parte, às suas novas tendências de abordagem do real passado. [...]. O olhar Clio mudou e voltou-se para outras questões e problemas, para outros campos e temas. [...]. Não mais a posse dos documentos ou a busca de verdade definitivas. Não mais uma era de certezas normativas, de leis e modelos a regerem o social. Uma era da dúvida, talvez, da suspeita, por certo, na qual tudo é posto em interrogação pondo em causa a coerência do mundo. Tudo o que foi, um dia, contado de uma forma pode vir a ser contado de outra. Tudo o que hoje acontece terá, no futuro, várias versões narrativas. (PESAVENTO, 2012, p. 15-16).

À luz do pensamento de Saviani (2013, p. 26), fomos guiados, fazendo de sua afirmação nosso lema para desenvolver a pesquisa “[...] uma instituição é criada, pois, para permanecer [...]”. Desse modo, decidimos nosso objeto de estudo e planejamos nosso percurso historiográfico.

Essa abordagem nos aproxima da temática que utilizaremos para o sentido da palavra utilizada nessa pesquisa, a qual precisamos compreender em se tratando da localidade geográfica em pauta, a saber, a região centro-oeste brasileira. Com a abordagem utilizada pelos autores já mencionados, podemos equiparar o *hinterland* brasileiro a um centro de comércio e distribuição, haja vista a sua localização/dispersão, que favorecia o contato com outras regiões do Brasil de maneira esquematizada.

Para tanto, os presbiterianos instalaram, no ano de 1942, uma escola ao lado de uma igreja também fundada pelos missionários. Elegeram a cidade de Jataí, uma região localizada ao sudoeste do Estado de Goiás, não pela sua exclusividade, mas sim pela centralidade que estrategicamente foi planejada. Apresentava ser um elo entre o estado do Mato Grosso e os centros econômicos de São Paulo e Minas Gerais. Outro fator preponderante, na decisão de se

estabelecerem em Jataí, foi o intento de difundir o protestantismo em terras goianas, pelo viés da díade: evangelização e educação.

Ester Nascimento (2004) afiança que as Missões organizadas pelos presbiterianos planejavam ações evangelísticas nos campos missionários, abarcando as áreas física, geográfica e de ação destinadas para cada Missão. Para a mesma autora,

Das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, as missões norte-americanas, em conjunto com as Sociedades Bíblicas, despacharam missionários e vendedores de Bíblias para os mais distantes pontos do país, os quais indo, tanto à zona rural quanto às cidades mais desenvolvidas – com um comércio e uma vida cultural e política promissora –, testariam os pontos colocados no plano de ação. (NASCIMENTO, E., 2004, p. 100).

Dessa forma, faz-se mister ressaltar a importância de se pesquisar a inserção de uma instituição protestante presbiteriana dentro de um cenário político, educacional e religioso, retratando as dicotomias do protestantismo em Goiás durante o fim do século XIX e início do XX. Para isso, é preciso compreender o processo de implantação das escolas que por ali foram sendo instaladas, especificamente o referido Instituto. Assim, Pesavento (2012) aborda a pesquisa histórica:

[...] o historiador visualiza suas fontes ou documentos para sua pesquisa, porque os vê como registros de significado para as questões que levanta. Estamos, pois, diante de representações do passado que se constroem como fontes através do olhar do historiador. Mas não esqueçamos que o historiador da cultura visa, por sua vez, a reconstruir com as fontes as representações da vida elaboradas pelos homens do passado. Fonte como representação do passado, meio para o historiador chegar às representações construídas no passado. [...]. (PESAVENTO, 2012, p. 42).

Ainda vale ressaltar que, por meio dos novos olhares lançados para a pesquisa histórica, “[...] o historiador sabe que a sua narrativa pode relatar o que ocorreu um dia, mas que esse mesmo fato pode ser objeto de múltiplas versões”. (PESAVENTO, 2012, p. 51).

Assim, confirmando Pesavento (2012), o autor Albuquerque Júnior (2012, p. 30) esclarece:

[...] aprendemos com os historiadores dos Annales que a história se faz a partir do passado e para o presente, [...] o passado não possui uma verdade fechada, mas está sujeito a permanente reelaboração de sua inteligibilidade a partir das questões que lhe são formuladas a partir das preocupações, das condições históricas do presente em que é interrogado, estudado, analisado, ensinado.

Diante de tais constatações, acreditamos que o estudo da história das instituições escolares é considerado promissor, permitindo-nos compreender os processos políticos,

socioculturais e das transformações vivenciadas em seus interiores, o que, para Araújo e Inácio Filho (2005, p. 168), são “fontes fundamentais para a apreensão de uma cultura”.

Dessa maneira, buscamos formular algumas questões determinantes para a pesquisa:

- ✓ De que modo o Instituto Samuel Graham, no período delimitado nesta pesquisa (1942 a 1971) influenciou a educação e a sociedade jataiense?
- ✓ O que a instituição escolar representou para a cidade de Jataí?
- ✓ Em que medida as práticas escolares e os métodos de ensino foram influenciados pela filosofia proposta pelos missionários presbiterianos norte-americanos?
- ✓ Quais as características relevantes de suas práticas educativas?
- ✓ Quais legislações educacionais amparavam o Instituto Samuel Graham, em virtude de ser uma instituição privada, e como as legitimavam em seu fazer pedagógico?

O recorte da pesquisa inicia-se em 1942, com a instalação do Instituto, e prossegue até o ano de 1971, por considerarmos um ano de transformações na esfera das legislações vigentes, em especial a Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971, que fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, trazendo consigo várias mudanças para o contexto educativo brasileiro.

A relevância do estudo associa-se ao ineditismo para o Estado de Goiás. Como podemos perceber pela pesquisa das autoras Valdez e Barra (2012), mencionadas anteriormente, poucas pesquisas se detêm a essa perspectiva, e nenhuma delas adentrou o campo do protestantismo e, de modo específico, uma instituição presbiteriana.

Com o intuito de conhecer quais estudos sobre a educação protestante são produzidos em outras universidades brasileiras, optamos por efetuar uma busca nos domínios da Biblioteca Digital no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, nos meses de março e abril de 2015, com novas buscas no mês de março de 2016. Buscamos as palavras-chave, inicialmente pelas expressões: “educação protestante” e “protestantismo”. Para a realização desta pesquisa, não selecionamos os trabalhos de acordo com um recorte temporal específico, pois procurávamos pesquisas que se aproximassem do nosso tema.

Nosso propósito era verificar os caminhos percorridos por seus pesquisadores e as temáticas abordadas a fim de mapeá-las e identificar seus objetos de pesquisa. A seleção inicial permitiu-nos localizar 73 trabalhos, sendo 17 teses de doutoramento e 56 dissertações de mestrado. É importante ressaltar que nossas procuras foram incessantes, perpassando por programas de pós-graduação nas áreas de Educação, Ciências da Religião e História.

Inicialmente procuramos compreender como essas pesquisas têm sido abordadas pelos programas, logo, caracterizamos e descrevemos as produções encontradas, como pode ser verificado no Anexo A.

De acordo com o levantamento feito entre os anos de 1990 e 2014, são poucas as pesquisas sobre temas como o protestantismo que se aproximam do nosso foco – instituições escolares. Em uma segunda etapa, procuramos identificar o cenário da temática pesquisada, períodos cronológicos abrangentes, programas e universidades vinculadas a esses estudos, a fim de adentrar o campo temático.

Nessa perspectiva, delineamos a pesquisa a fim de aproximar nosso objeto; debruçamo-nos sobre os bancos de dados digitais, situando na chave de busca a expressão “educação presbiteriana” e “presbiterianos”.

Quando nos referimos à expressão-chave, foram encontrados 13 trabalhos, dos quais alguns já haviam sido tomados no primeiro momento. Pelos resumos dessas pesquisas, percebemos semelhanças e dessemelhanças com o nosso objeto; alguns aspectos foram negligenciados e outros, privilegiados pelos pesquisadores.

Dentre os 13 trabalhos, realizados entre 2003 a 2014, encontramos oito dissertações de mestrado e cinco teses de doutoramento. Com a leitura, foi possível perceber que a universidade com mais pesquisas acerca da temática foi a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) com quatro; seguida pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), com três; e por outras duas, com duas pesquisas em cada: Universidade Presbiteriana Mackenzie e Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Assis e de Araraquara. A Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP) foram as últimas, com um trabalho cada.

Essa investigação revelou que foram desenvolvidos estudos em quatro regiões do Brasil, sendo dez na região Sudeste e apenas uma em cada região Centro-Oeste, Sul e Nordeste, ficando sem nenhuma pesquisa a região Norte do país. Há um indício relevante de que a propagação do protestantismo de missão no Brasil, em especial a confissão presbiteriana, configurou-se como campo missionário com maior difusão nas regiões brasileiras em evidência, corroborando os maiores índices de pesquisas localizadas.

Essas questões nos levaram a refletir sobre os possíveis aspectos que envolviam a educação presbiteriana propalada pelos missionários norte-americanos em várias regiões do país. Com o intuito de responder a esses questionamentos, debruçamo-nos sobre uma leitura mais acurada acerca das pesquisas que tratavam especificamente das instituições escolares. A

educação escolar protestante já tinha sido temática de diversos trabalhos, segundo Warde (2001, p. 14):

Há muito ainda a se pesquisar em torno das escolas norte-americanas que se instalaram no país a partir da década de meados do século XIX; eram escolas de diferentes vertentes da Igreja Reformada que não só atenderam imigrantes norte-americanos aqui instalados, mas também filhos de brasileiros e de outras nacionalidades. Exatamente porque estenderam o seu raio de ação para além de grupos imigrados e se enraizaram, através de diferentes mecanismos, na cultura escolar, essas escolas podem se tornar objetos privilegiados de análise dos processos de circulação e apropriação dos padrões escolares norte-americanos, como também dos processos de produção desses padrões. (WARDE, 2001, p. 14).

Desse modo, ao estreitarmos ainda mais nosso campo de leitura temática, examinamos quatro trabalhos, mencionados no Anexo A, a fim de destacar os vieses e os caminhos percorridos em cada pesquisa. Entretanto, ainda há muito a se pesquisar nessas instituições; algumas “rachaduras” e “fendas” podem ter sido encontradas, contudo não tínhamos o objetivo de detectá-los, mas sim, sob um olhar mais apreciativo, absorver informações que pudessem contribuir em nossa pesquisa.

A dissertação de mestrado de Geysa Spitz Alcoforado de Abreu, defendida em 2003 no Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Educação, no campo da História da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, intitulada *Escola Americana de Curitiba (1892-1934): um estudo do americanismo na cultura escolar*, foi uma pesquisa pautada na presença de presbiterianos no Paraná e teve como principal objetivo contribuir para a análise do modelo escolar norte-americano, implantado no Brasil por missionários presbiterianos, por meio da reconstituição histórica da Escola Americana de Curitiba. A autora analisa as práticas educativas daquela escola sob a perspectiva da Cultura Escolar.

Para Abreu (2003), ao se estudar uma instituição, por meio da categoria da Cultura Escolar, abre-se uma compreensão de novos olhares para a historiografia, antes não pesquisada. Foi nessa perspectiva que esta pesquisa se pautou.

A principal base documental deste trabalho foi extraída do acervo privado, conservado pela família do ex-proprietário da Escola. Trata-se do primeiro estudo elaborado com base nesse acervo. Dentre os documentos preservados, os relatórios destinados aos dirigentes da Missão foram todos utilizados na pesquisa. Neles, os missionários contam as dificuldades e os progressos alcançados pela Escola durante o ano em curso. Discorrem sobre a organização pedagógica da Escola, sobre o corpo docente (contratações ou eventuais alterações que tenham ocorrido), sobre o número de matrículas, sobre os alunos (pagantes ou bolsistas), sobre as instalações físicas e, ainda, sobre os planos para o futuro. Em alguns momentos falam da necessidade de

auxílio financeiro para resolver problemas ou ampliar as instalações. (ABREU, 2003, p. 3).

A tese de doutoramento que também foi o arcabouço para a nossa pesquisa, em se tratando do aporte teórico, intitula-se *Educar, curar, salvar: uma ilha de civilização no Brasil tropical*. Vinculada ao campo da História e Historiografia da Educação, defendida em 2005 por Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC, a pesquisa foi desenvolvida em dois eixos distintos de análise e temporalidade.

O primeiro analisa as estratégias de implantação de um projeto por missionários presbiterianos norte-americanos a partir da criação de igrejas, escolas, hospitais e escolas de enfermagem, no interior brasileiro, a fim de tornar aquela região “civilizada”. O segundo eixo investiga fragmentos da história do Instituto Ponte Nova no período de 1906, ano de fundação, a 1937, ano em que ocorreu uma reconfiguração estrutural no interior da missão presbiteriana norte-americana que atuava no *hinterland* brasileiro. Uma das vertentes, à guisa de conclusão da autora, aponta que:

Seguindo o modelo calvinista, os missionários presbiterianos norte-americanos também procuraram criar um modelo escolar no sertão baiano, organizado em torno dos preceitos religiosos. Suas escolas deveriam tornar-se berços da fé e da razão, com a missão de inculcar a doutrina presbiteriana nos futuros homens e mulheres tementes a Deus e verdadeiros cidadãos, amantes de sua pátria, [...]. (NASCIMENTO, 2005, p. 206).

Ao estudar a ação civilizadora da Missão Central do Brasil no *hinterland* brasileiro, Nascimento (2005) destacou o Instituto Ponte Nova, comparando-o a um “berço” capaz de formar profissionais voltados ao “trabalho”. O projeto civilizador proposto pelos presbiterianos tinha, no sertão, o ápice de sua propagação; para eles “o sertão seria iluminado pela luz do saber representada pela presença das professoras primárias, todas protestantes, no combate ao analfabetismo e à ignorância dos sertanejos. Cabia às normalistas essa missão” (NASCIMENTO, 2005, p. 213). Essa pesquisa é acentuada na tríade de que a expansão do presbiterianismo pelo interior do país se deu por três eixos temáticos, a saber: religião, educação e saúde.

Na tese de doutoramento de Michelle Pereira da Silva Rossi, também vinculada ao campo da História da Educação, defendida em 2010 pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU, com o título *Dedicado à glória de Deus e ao progresso humano: a gênese protestante da Universidade Federal de Lavras – UFLA (Lavras, 1892-1938)*, a autora buscou apresentar, no campo da História das Instituições Educativas, o projeto educativo da Escola Agrícola de

Lavras, criada pela missão da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos em 1908, a qual deu origem à Universidade Federal de Lavras – UFLA.

A tese apresenta um questionamento entre religião e progresso, evidenciando os ideais da evangelização protestante. Seu objetivo é explicar como a fundação da Escola Agrícola de Lavras, chamada pelos missionários educadores de *escola missionária*, configurou-se como importante meio de evangelização protestante, do mesmo modo que atendeu à demanda da educação agrícola no Estado de Minas Gerais sob os ideais da modernização do campo.

Nesse estudo, Michelle privilegiou o projeto de educação agrícola em Minas Gerais, o qual pode ser dividido em dois momentos importantes: em 1903, quando é caracterizado pelo investimento em escolas de nível elementar para o trabalho agrícola; e nos anos de 1920, referente à iniciativa estatal, quando ocorre o investimento em nível secundário e superior da formação agrícola. A análise histórica mostrou que “o processo de doutrinação esteve presente tanto na prática educativa como nos discursos dos missionários educadores, não deixando dúvidas quanto à fé ou a confissão da própria escola, diante da comunidade, das famílias, e, é claro, dos alunos”. (ROSSI, 2010, p. 255).

Uma análise historiográfica acerca de uma escola confessional privada foi o âmago da tese de doutoramento de Jardel Costa Pereira, defendida em 2014 pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Araraquara, intitulada *O moderno no progresso de uma cultura urbana, escolar e religiosa e a educação secundária do Instituto Presbiteriano Gammom (1892-1942)*.

Nessa pesquisa, pretendeu-se compreender como essa escola foi se constituindo ao longo do tempo, construindo uma cultura escolar diferenciada e marcante para sua época. Um fato determinante para seu desenvolvimento foi sua inserção urbana num momento em que outras tantas instituições já se faziam presentes em terras lavrenses, tendo o apoio de autoridades locais. Com o tempo, foi incorporada aos seus ideais educacionais a missão de contribuir para o progresso não somente da cidade, mas também do Brasil, criando um sistema educacional que abrangeu alunos de vários locais brasileiros.

Para Pereira (2014), o Instituto Presbiteriano Gammom foi umas das principais instituições do Oeste de Minas Gerais tanto no ensino básico quanto no superior. O autor discorre sobre a educação secundária confessional e privada no período que vai da Proclamação da República até as quatro primeiras décadas do século XX, quando houve a afirmação de uma instituição educacional: o Instituto Presbiteriano Gammon. Dessa forma:

[...] Na tentativa de compreender como ela e as outras instituições se autointitulavam assim e eram também intituladas, como fator importante para o desenvolvimento urbano, cultural e religioso. Uma teia de relações foi estabelecida por seus fundadores, Samuel Rhea Gammon e Carlota Kemper, que se dedicaram à evangelização e à direção do Instituto. No estabelecimento de redes de sociabilidade, ambos conquistaram a confiança dos lavrenses e foram inseridos na história da cidade que ajudaram a instruir. (PEREIRA, 2014, p. 7).

Ao se estudar a história de uma instituição educativa, que, para Magalhães (2004), é a tradução de uma identidade cultural e educacional, um percurso histórico será construído, pois o modelo educacional por ela idealizado é uma reinterpretação das memórias e dos arquivos analisados. Mas é importante considerar que, ao se tratar de pesquisas do cunho historiográfico, as fontes utilizadas nas pesquisas podem ser percebidas por outros “olhares”, e podem conter informações por ora ainda não reveladas.

A contento, e após considerar todos os aportes teóricos que nos poderiam ajudar no planejamento de nossa pesquisa historiográfica, chegara o momento de averiguar fontes e sujeitos que vivenciaram esse cotidiano no Instituto Samuel Graham.

Foram feitas buscas e visitas ao arquivo escolar da instituição e à sua biblioteca, denominada Jaime Buyers, ao Museu Histórico Honório Francisco de Campos, ao Centro Cultural Basileu Toledo França, à Câmara Municipal e à Prefeitura Municipal da cidade de Jataí, e ao Arquivo Público Estadual, em Goiânia.

Vale ressaltar que, mesmo com todo o cabedal de fontes disponíveis, o pesquisador não pode deixar de fazer a interseção entre as outras fontes mapeadas, como em arquivos públicos e particulares de ex-professores e ex-alunos, uma vez que esses arquivos também podem nos ajudar a atingir os objetivos traçados.

Dentro dessa perspectiva, utilizamos também jornais e imagens iconográficas como fontes, no ensejo de nos aproximar, mesmo que parcialmente, dos fatos relacionados com o nosso objeto de pesquisa.

Dialogando com Le Goff (2003), percebemos a importância de analisar os documentos utilizados como fontes, pois:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. (LE GOFF, 2003, p. 538).

Ainda na esteira de reflexões de Le Goff (2003), os documentos não expressam os fatos em evidência por si só, mas precisam ser problematizados:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 2003, p. 545).

Tal fato indica que as fotografias, fontes das quais lançamos mão nesta pesquisa, devem ser utilizadas como signo, ou seja, representam apenas uma semelhança com a realidade, jamais uma totalidade do que realmente aconteceu. Chartier (1991, p. 183) afirma que “as representações devem ser vistas como coletivas, que são ‘as matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social’”.

Enfim, as imagens iconográficas são representações de um passado, de um momento específico, jamais vistas como uma “prova” do passado. Para isso, Kossoy (2000) afirma que devemos utilizá-las como ponto de partida.

[...] a pista para tentarmos desvendar o passado. Elas nos mostram um fragmento selecionado da aparência das coisas, das pessoas, dos fatos, tal como formas (esteticamente/ideologicamente) congelados num dado momento de existência [...]. Sabemos que as fotografias não podem ser aceitas imediatamente como espelhos fiéis dos fatos [...]. (KOSSOY, 2000, p. 23).

Localizamos no arquivo escolar do Instituto alguns documentos que poderiam nos apresentar indícios para nossa pesquisa; e outros, de arquivos públicos e particulares apresentados no Quadro 1.

#### **QUADRO 1: Documentos encontrados no Arquivo Escolar do Instituto Samuel Graham**

<b>Documentos</b>	<b>Possíveis investigações</b>
1. Registro da Escola Evangélica de Jataí em 1942	Compreensão do processo de implementação do instituto, pessoas envolvidas, questões políticas e sociais.
2. Livros de matrículas dos cursos: Primário, Ginásio, Normal Regional e Normal Colegial	Identificação dos alunos que estudaram na instituição, bem como os princípios religiosos, localidade e da profissão de seus pais.
3. Livros de Atas de resultados de provas parciais e finais e de Exames de Admissão	Identificação, análise e interpretação da metodologia desenvolvida nas avaliações, números de aprovações e reprovações.
4. Livro de Atas da visita dos Inspectores Escolares	Observação da inspeção realizada pelos inspetores, sendo o Instituto uma escola privada.
5. Ofícios	Investigação, análise e interpretação das solicitações realizadas pelos diretores do instituto à Junta das Missões e ao poder público local, como também as possíveis respostas.
6. Fotografias	Análise e interpretação das representações expressas por meio das imagens.

7. Diários Oficiais	Mapeamento das reportagens sobre o Instituto, a fim de interpretá-las e analisá-las.
8. Autorização de funcionamento dos Cursos: Normal Colegial, Regional, Ginásial e Primário	Identificação e análise das autorizações dos cursos ofertados no espaço de tempo pesquisado.
9. Regimentos Internos e Estatutos	Análise e interpretação das normas, deveres e direitos do corpo docente e discente da instituição.
10. Plantas Baixas	Análise e interpretação das representações expressas nos projetos, alguns de próprio punho, feitos por missionários e alguns professores, a fim de dimensionar a área do terreno e a distribuição de todo espaço físico.
11. Leis, Decretos, Resoluções e Portarias	Interpretação das normativas que regiam o ensino, no marco temporal da pesquisa, a fim de analisar como a instituição se pautava na legitimação das leis.
12. Currículo/Matriz curricular dos cursos ofertados	Identificação, análise e interpretação dos conteúdos e carga horária, trabalhados nos vários cursos oferecidos.

**Fonte:** Elaborada pela autora com base nos documentos encontrados no arquivo do Instituto Samuel Graham (Jataí –GO).

O quadro acima revela a construção da memória educativa do ISG, perpassando as fontes e documentos que se encontram preservados no arquivo dessa instituição “[...] O acervo arquivístico de uma escola é formado, essencialmente, em decorrência de atividades administrativas e de suas práticas pedagógicas formais e informais. [...]”. (BONATO, 2005, p. 200).

Na Câmara Municipal de Jataí foi feito o levantamento e análise dos livros correspondentes às atas de 1942 a 1971, o que permitiu evidenciar o contexto social, político, econômico e cultural do município no período em questão. Seu acervo é composto por leis e decretos que abarcam a educação municipal e evidencia as relações estabelecidas entre o poder público municipal e o Instituto Samuel Graham.

Com o objetivo de dar materialidade à memória e história que se pretenderam reconstruir, realizamos entrevistas orais, as quais foram fundamentais para revelar um cotidiano que não poderia ser evidenciado sem a contribuição das pessoas que fizeram parte daquele espaço em outro momento histórico.

De acordo com Alberti (2004), a entrevista oral pode ser aplicada ao estudo de diferentes instituições. Dessa maneira contribui para esclarecer possíveis lacunas, na busca por respostas que não temos. Para além, segundo Thompson (1998), a história oral nos permite conhecer os sujeitos que vivenciaram determinado momento histórico, aproximando-nos de suas experiências.

[...] a história oral é construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindo não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula os professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. E oferece meio para uma transformação radical do sentido social da história. (THOMPSON, 1998, p. 44).

Primeiramente, ancoramos na identificação de possíveis sujeitos, a partir de conversas informais com os funcionários do Instituto. A partir de então, buscamos essas pessoas a fim de preservar suas memórias e nos ajudar na escrita desta narrativa histórica. Como nos afirma Bosi (1994, p. 55), “na maioria das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho”.

No quadro abaixo, é possível ver a relação dos sujeitos envolvidos nesta pesquisa e sua relação com o Instituto.

#### **QUADRO 2: Pessoas entrevistadas que participaram da história do Instituto Samuel Graham**

<b>Nome</b>	<b>Posição que ocupou</b>	<b>Ano de ingresso</b>
Anna Clara de Moraes	Aluna do Curso Normal Regional, Normal Colegial. Professora do primário	1955
Eloene de Lima Freitas	Aluna do Curso Normal Regional, Normal Colegial. Professora do primário Coordenadora pedagógica do primário Diretora do primário	1956
Maria Luiza da Silva Gomes	Aluna e Professora dos Cursos do Ginásio e Técnico em Magistério	1963 a 1965
Rosalva Rodrigues de Sousa	Aluna do Curso Normal Regional	1957
Wandir Sousa Guimarães	Professora do primário, Ginásio, Normal Regional, Normal Colegial e Técnico em Magistério Aluna do Curso Técnico em Magistério	1955

**Fonte:** Entrevistas concedidas à autora em 2015.

Como critério de inclusão na pesquisa, foram adotados, para todos os participantes, a anuência voluntária de participação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. No entanto princípios específicos foram delimitados para cada entrevista. Por

exemplo: sua relação com Instituto; permanência de mais de três anos na docência, no caso de professores; e permanência de, no mínimo, dois anos no Instituto, no caso de alunos.

Adotamos como metodologia a pesquisa qualitativa, partindo dos preceitos de Minayo (1994), o qual assevera que os estudos que buscam compreender questões da realidade e não podem ser quantificadas, não podendo ser reduzidos à operacionalização das variáveis. Essa abordagem é empregada para que se compreenda os fenômenos caracterizados por alto grau de complexidade interna.

Ludke e André (1986) também apontam questões relevantes acerca da abordagem qualitativa quando defendem a coleta de dados como campo para essa abordagem. Aspectos como observação, conteúdo, registro e entrevista são subsídios para se optar por essa metodologia de pesquisa.

Nesse sentido, pode-se dizer que a escola é sempre analisada como lugar de cultura, como lugar de formação. Portanto, o conceito de cultura escolar aparece sempre relacionado com um espaço privilegiado e destinado à transmissão de conhecimentos em um espaço de tempo. (JULIA, 2001).

A cultura escolar compreendida nesta pesquisa ancora-se naquela descrita por Julia (2001):

Conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo épocas. (JULIA, 2001, p. 10).

Para esse autor, a cultura escolar não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, “[...] a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular”. (JULIA, 2001, p. 10).

É importante salientar o quanto a categoria das instituições escolares tem sido utilizada e, como decorrência do seu uso, vem se firmando, nesses últimos anos, apoiados pela corrente da Nova História Cultural, que, a partir dos anos de 1990, inseriu-se como corrente historiográfica. Em face disso, Nosella e Buffa (2013) consideram também outros campos férteis para a pesquisa histórica, a saber: cultura escolar, disciplinas escolares, formação de professores, livros didáticos, currículo, práticas educativas, questões de gênero e infância.

Enfim, se estamos dispostos a nos enveredar historicamente pelos caminhos de uma pesquisa histórica, é preciso tomar conhecimento, anteriormente, das palavras de Pesavento (2012):

[...] se estamos em busca de retrair uma postura e uma intenção partilhada de traduzir o mundo a partir da cultura, é preciso descobrir os fios, tecer a trama geral deste modo de fazer História, prestar atenção em elementos recorrentes e, talvez relevar as diferenças entre os autores, o que, sem dúvida, é um risco. Assumimos esse risco. (PESAVENTO, 2012, p. 17).

Assim, com os riscos expostos, apresentamos ao leitor a história da instituição pesquisada, organizada em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “*A gênese do protestantismo em Goiás: a educação como estratégia missionária*”, apresentamos dados sobre a emergência do protestantismo no Estado, o percurso dessa incursão em terras goianas.

No segundo capítulo, nomeado “*Da escola evangélica de Jataí ao Instituto Samuel Graham: resquícios de uma história*”, a proposta consiste em descrever o processo de fundação do Instituto e sua implementação na cidade de Jataí; do mesmo modo apresentamos os condicionantes da instituição do Curso Normal Regional.

O escopo do terceiro capítulo nomeado “*O curso secundário ginásial do Instituto Samuel Graham: ritos de passagem*”, é o estabelecimento do curso secundário, analisando como se constituiu a implantação do curso ginásial nessa instituição educativa, diante das legislações educacionais promulgadas sobre esse segmento do ensino, no período delimitado.

Esperamos que este trabalho, ao focar uma instituição confessional de ensino privado da cidade de Jataí, fundada por missionários norte-americanos, possa contribuir para outras pesquisas sobre a História da Educação de Goiás, sobretudo no tocante à propagação do protestantismo em terras goianas e nos seus objetivos como um projeto missionário – a implantação de escolas e igrejas sob a égide de *instruir e evangelizar*.

Apresento ainda, nesta pesquisa, as referências dos textos citados, os acervos utilizados durante a pesquisa; as fontes documentais localizadas e organizadas em forma de referências; a autorização do local da pesquisa (APÊNDICE A); o roteiro de entrevistas (APÊNDICE B); a autorização para uso de imagem, áudio e dados pessoais e biográficos (APÊNDICE C); o termo de consentimento livre e esclarecido (APÊNDICE D); o parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) (APÊNDICE E) e os anexos.

## CAPÍTULO 1

### A GÊNESE DO PROTESTANTISMO EM GOIÁS: A EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA MISSIONÁRIA

*“Meu coração está no sertão e no sertão hei de ficar”*

*Reverendo John Boyle.*

*(MATOS, 2004, p. 198).*

A epígrafe citada pelo reverendo John Boyle, em 1892, quando fora convidado a deixar as terras goianas e partir para São Paulo a fim de cuidar da publicação dos Impressos da Imprensa Evangélica, retrata seu amor por Goiás e pela missão para a qual havia sido designado. As terras do sertão goiano conquistaram-no e ele tornou-se o grande propagador do protestantismo em Goiás.

Destarte, neste primeiro momento, abordaremos o protestantismo missionário no Brasil e seu período de implantação em terras brasileiras. A premissa foi a partir do Ato (decreto) promulgado por D. João VI, abrindo os portos do Brasil às nações amigas de Portugal<sup>4</sup>. Dessa forma, tem início a inserção do protestantismo no Brasil, propiciando condições de sua aceitação por parte dos políticos, da Igreja e até mesmo do povo brasileiro.

Propusemo-nos a apresentar o percurso da incursão do protestantismo em terras goianas, tendo como coadjuvante o reverendo John Boyle, um de seus precursores. O Estado de Goiás passa a experimentar o sabor de uma obra missionária implementada com a ajuda de colportores<sup>5</sup>, que distribuía Bíblias pela região do interior do Brasil. Buscaremos compreender a vida de John Boyle e o legado deixado por ele em sua dedicação ao campo de evangelização educacional, no que se refere à difusão do protestantismo missionário em Goiás

À cidade de Jataí é atribuída posição de centralidade desta pesquisa por ser palco da instalação de umas das propostas da obra missionária presbiteriana: a implantação da Escola Evangélica de Jataí, em 1942, que, posteriormente, se tornaria Instituto Samuel Graham, e a instituição da Igreja Presbiteriana Central de Jataí, também no mesmo ano.

---

<sup>4</sup> Decreto acordado por D. João VI em 28 de janeiro de 1808. Foi o primeiro decreto emitido pelo príncipe regente de Portugal após sua chegada ao Brasil juntamente com a família real portuguesa. Esse decreto (carta régia) possibilitou o livre comércio entre o Brasil e as nações amigas. O decreto descontinuou o Pacto Colonial, que até então só permitia o comércio entre a colônia (Brasil) e sua Metrópole (Portugal) e, portanto, possibilitou o fim do monopólio colonial.

<sup>5</sup> Para facilitar a distribuição das Bíblias, principalmente no vasto interior do país, as sociedades passaram a contratar “colportores”, homens simples, dedicados e corajosos que escreveram algumas das páginas mais inspiradoras da história da evangelização do Brasil. Eles saíam por toda parte, deslocando-se a cavalo, de trem, barco e a pé, vendendo Bíblias. (MATOS, 2011, p. 1).

Para tanto, as discussões que compreendem nosso objeto de estudo nesta seção buscam resposta ao seguinte questionamento: A presença dos presbiterianos em terras goianas, na região do Sudoeste goiano, emerge em qual cenário histórico, político, social, educacional, religioso e econômico?

Rastrear o momento histórico em que Goiás estava envolto, o momento em que os presbiterianos chegaram, nos faz perceber esse cenário por vários vieses e, a partir deles, tentar desvelar essa conjuntura que, coadunados com o ideário de evangelização por meio da educação, encontrara nessa região um copioso terreno para difundir seus ideais.

Com isso, o protestantismo trouxe a renovação do homem sertanejo, o progresso econômico e sociocultural, que antes era visto pelos protestantes como um “jardim encantado”, e que agora, como uma região de fronteira, um espaço a ser povoado e ocupado. (ARAÚJO, 2004).

Esses aspectos serão abordados neste primeiro momento, para que possamos compreender o cenário desses condicionantes diante da presença dos presbiterianos na região.

No entanto, para compreender o contexto em que Goiás estava imerso a partir da década de 1940, será interessante retomar, ainda que de forma breve, os principais aspectos que ladearam a educação, utilizada como enredo em suas obras missionárias.

## **1.1 O protestantismo missionário no Brasil**

A grande maioria dos missionários protestantes que atuaram em terras brasileiras veio dos Estados Unidos da América, um país predominantemente protestante. Assim, ao final da Guerra Civil, no ano de 1865, muitos sulistas que haviam perdido tudo com a crise estabelecida no pós-guerra escolheram o Brasil para instituir suas colônias, a fim de se reestabelecerem e reconstruírem suas fortunas, constituindo novos lares. Para Hahn (2011, p. 125), “a mais bem sucedida dessas colônias foi a que se estabeleceu no Estado de São Paulo, num lugar chamado Santa Bárbara do Oeste, perto de Campinas”.

Entre os imigrantes que haviam se estabelecido nessa região havia presbiterianos, batistas e metodistas, todos com o mesmo intento religioso: tornarem-se membros das igrejas evangélicas do Brasil.

O entrelaçamento desses imigrantes com os brasileiros engendrou casamentos, o que favoreceu a grande influência dessas esposas de missionários na missão e na igreja no Brasil. Hahn (2011, p. 126) também esclarece que “foi depois do estratégico e

corajoso trabalho de aberturas das portas para os missionários protestantes no Brasil que a grande empresa missionária norte-americana teve início”.

Segundo Léonard (2002), foi considerável o número de missionários estrangeiros que vieram ao Brasil no fim do século XIX, apesar das inúmeras perdas:

[...] As perdas que eles aqui sofreram pela fadiga, por moléstia e especialmente pela febre amarela, foram grandes. [...]. Não foi uma obra fácil e de maneira alguma repousante. Além do que acresciam ainda as dificuldades de uma nova língua que muitos deles não chegaram nunca a dominar, a diferença de costumes, as extenuantes viagens a cavalo em campos de evangelização tão vastos como vários estados europeus, para não falar das avanias, humilhações e sevícias por parte de populações fanatizadas. (LÉONARD, 2002, p. 87-88).

É oportuno nesse momento questionarmos: O que teria levado esses missionários a se instalarem em São Paulo? Como a missão presbiteriana norte-americana se organizou para enviar seus missionários pelo interior do Brasil? Como teria se dado a logística de deslocamento, tanto na questão financeira quanto a respeito dos recursos humanos? Houve resistência por parte de lideranças políticas e religiosas diante da instalação de outro grupo religioso nesses locais?<sup>6</sup>

Nosso intento aqui não é buscar respostas a esses questionamentos, mas abrir teias para uma reflexão, a fim de traduzir essas ações para que possamos compreender como se deu a inserção da educação protestante no Brasil. Dessa forma, o protestantismo missionário brasileiro será desvelado.

A priori, é preciso destacar que “o protestantismo que chegou ao Brasil jamais se identificou com a cultura brasileira. Continua sendo um protestantismo norte-americano com suas matrizes denominacionais e dependências teológica”. (MENDONÇA, 2005, p. 51). Segundo Reily (2003), para a compreensão do desenrolar do movimento ecumênico no Brasil, é preciso considerar que o protestantismo de missão instalado no país herdou essas origens norte-americanas.

O período de implantação do protestantismo no Brasil se dá no início do século XIX e se estende até o fim, quando todas as denominações tradicionais ou históricas<sup>7</sup> estavam

<sup>6</sup> Nesse cenário, os colportores, já ajudavam na distribuição das Bíblias, principalmente no vasto interior do país, deslocando-se a cavalo, de trem, barco e a pé, vendendo Bíblias, Novos Testamentos, panfletos e periódicos a quem encontrassem. Por força do seu trabalho, eram também evangelistas e plantadores de igrejas. Foram companheiros e, com frequência, precursores dos missionários e dos pastores nacionais.

<sup>7</sup> A Igreja Presbiteriana Independente (IPI) surgiu com a cisão da Igreja Presbiteriana do Brasil em 1903, em virtude dos desencontros com a maçonaria. As causas que levaram à criação da Igreja Presbiteriana Independente remontam aos anos finais do século XIX. Questões missionárias e educacionais levaram o Reverendo Eduardo Carlos Pereira a entrar em conflito com os missionários norte-americanos. Em 1886 ele apresentou um Plano de Missões Nacionais com a intenção de tornar a igreja brasileira autossuficiente o mais

estabelecidas no Brasil. Com relação ao Brasil, considera-se a última metade do século XIX como o principal período de implantação do protestantismo no país.

Trata-se, nesse caso, do chamado protestantismo histórico de missão, expressão aplicada às Igrejas Presbiterianas do Brasil (1862), Presbiteriana Independente (1903), Metodista (1878), Congregacional (1855), Batista (1859/1882) e Episcopal (1889). O estabelecimento dessas igrejas deu-se, sobretudo, através de missões norte-americanas. A chegada dessas instituições foi precedida pela ação de missionários e distribuidores de Bíblias, enviados oficialmente por organizações missionárias britânicas e norte-americanas. (GONÇALVES, 2009, p. 31).

A hipótese levantada por Mendonça (2008), sobre a inserção da educação protestante no Brasil, foi que os presbiterianos aproveitaram o momento de expansão cafeeira que o país vivia; assim, “acompanharam o domínio rural na trilha do café, quando as frentes pioneiras apresentavam uma população móvel e em estado de crescimento”. (MENDONÇA, 2008, p. 92).

Sob o ponto de vista da pregação missionária, a mensagem religiosa do protestantismo no Brasil do século XIX foi conversionista e individual. As igrejas transplantaram para o Brasil o modelo típico do protestantismo norte-americano, cuja ênfase foi tentar convencer os ouvintes de que o protestantismo representava uma alternativa religiosa verdadeira. A mensagem era um convite para sair do erro, representado pelo catolicismo, e entrar na posse da verdade e, a partir daí, sim, uma reforma dos costumes no sentido dos padrões morais do protestantismo. (MENDONÇA, 2008, p. 95).

A ação civilizatória que as missões protestantes pretendiam realizar no Brasil estava calcada no princípio da conversão e na regeneração (salvação individual). Assim, os presbiterianos foram os que mais avançaram, investindo nas atividades educacionais até vinte anos depois de proclamada a República; a partir daí começaram a perder espaços para os batistas.

Mendonça (2005, p. 55) afirma que “para muitos protestantes, a prioridade era converter pessoas ao protestantismo e promover o crescimento das igrejas; para outros, era necessário ‘educar para civilizar’, causa que era óbvia na mentalidade missionária norte-americana”.

Para os missionários, a civilização significava uma mudança religiosa. A aceitação da mensagem protestante produziria uma nova forma de comportamentos, novos hábitos seriam

---

rápido possível para sustentar pastores, professores e evangelistas; para dar apoio à proposta, ele toma a iniciativa de fundar em 1887 a Revista das Missões Nacionais. Outro ponto era o desejo de que a preparação teológica dos ministros brasileiros fosse mais adequada, isso por meio de uma instituição regular e não num sistema de tutoria, o que vinha sendo reclamado desde 1875. Convém lembrar que a maioria dos missionários estabelecidos no Brasil, bem como suas igrejas, foram provenientes do Sul dos Estados Unidos. (GONÇALVES, 2009).

instituídos. Valores do trabalho e da educação escolar fariam com que a população se aproximasse da civilidade, mas a mudança religiosa seria a vicissitude para almejem a civilização. (GONÇALVES, 2009). O mesmo autor afirma que “civilização foi sinônimo de protestantismo”. (GONÇALVES, 2009, p. 112).

Como bem pontuou Elias (1993), os termos “civilização” e “civilidade” não possuem o mesmo significado para todas as sociedades. “O emprego desses conceitos em determinada sociedade nasce de um conjunto específico de situações históricas, crescem e mudam com o grupo do qual são expressão, situação e história se refletem nele”. (ELIAS, 1993, p. 24-25).

Segundo Mendonça (2008), o protestantismo brasileiro está intimamente relacionado com o protestantismo norte-americano, que apenas se estabeleceu em terras brasileiras após a abertura dos portos “às nações amigas”, feita por D. João VI em 19 de fevereiro de 1810, como mencionado anteriormente. E, dessa forma, os protestantes espalharam-se pelo território nacional, buscando apoio nas cidades que lhes recebiam, sobretudo na zona rural, onde residia a maioria da população brasileira na época. Os missionários tinham objetivos primordiais de se relacionarem com os brasileiros, tendo em vista que precisavam angariar novos adeptos ao protestantismo.

[...] Estes penetravam também pelo interior adentro: das grandes cidades onde se haviam instalado partiam em expedições com destino a alguma localidade onde houvesse simpatizantes, e aí pregavam, faziam visitas, voltando depois às suas casas. [...]. (LÉONARD, 2002, p. 68).

O autor Norbert Elias (1993), ao analisar as sociedades francesa e inglesa dos séculos XVII e XVIII, sobretudo as “sociedades de corte”, chamou de processo civilizador o conjunto de normas e padrões socialmente instituídos/estabelecidos, que tinha como meta orientar os indivíduos para uma mudança de comportamento, de costumes. Segundo Elias, “existiu, nessas sociedades, uma estreita ligação entre as mudanças na estrutura social e as transformações do comportamento e da constituição psíquica dos indivíduos”. (ELIAS, 1993, p. 17).

Ao aplicarmos o estudo de Elias à implantação do protestantismo no Brasil, podemos dizer que foi com base no referencial civilizatório, disseminado a partir da Europa dos séculos XVIII e XIX que os missionários faziam referência à um modelo cultural de valores e hábitos típicos do processo civilizador europeu. Portanto, elementos como a escola, o trabalho e a adoção de hábitos higiênicos ligados à saúde constituíam a compreensão dos missionários sobre o que significava ser civilizado. (GONÇALVES, 2009).

Nessa perspectiva de propagação do ideário protestante, as missões norte-americanas começaram a se estabelecer no Brasil a partir de meados do século XIX, por meio de igrejas e colégios fundados por missionários de várias vertentes reformadas, subvencionados e subordinados por suas matrizes norte-americanas. Nesta pesquisa, a vertente presbiteriana é o nosso intento investigativo.

Em sua gênese, a ação missionária presbiteriana colaborou para a expansão do protestantismo na Província de São Paulo e na zona fronteira de Minas Gerais. O ex-padre José Manoel da Conceição<sup>8</sup> foi um dos precursores desse trabalho de propagação do protestantismo no Brasil.

Entre os anos 1859 e 1889, duas missões presbiterianas se estabeleceram no Brasil, uma de frente evangelista e a outra de educadores. Boanerges Ribeiro (1981) pontua que as duas missões enviaram 45 missionários, empregando também 17 pastores nacionais, com objetivos fortalecidos e confiantes de que o presbiterianismo no Brasil de fato iria se instituir.

O projeto educacional presbiteriano previa, para o país, “a instalação de uma escola logo após a organização da igreja e uma das estratégias que aqueles missionários norte-americanos utilizavam era a organização da igreja e da escola no centro econômico e cultural da cidade”. (NASCIMENTO, 2011, p. 96). Dessa forma, a questão educação *versus* evangelização era um tema questionável entre os missionários presbiterianos norte-americanos e os nacionais.

## 1.2 A Missão Brasil e sua organização administrativa

No ano de 1859, chega ao Brasil o primeiro missionário presbiteriano, Ashbel Green Simonton<sup>9</sup>. A decisão de enviar um missionário às terras brasileiras partiu da *Presbiterian*

---

<sup>8</sup> Nascido em São Paulo, em 11 de março de 1822, José Manoel da Costa Santos, que tomou o nome de José Manoel da Conceição, tornou-se padre em 1845 após brilhantes estudos realizados em Sorocaba. Mas, aos dezoito anos travou contato com a Bíblia, descobrindo conflitos entre os seus ensinamentos e certas práticas e doutrinas católicas. Relacionou-se com protestantes e sentiu-se atraído por eles, levado pelo bom testemunho de suas vidas religiosas. Em 1844 e 1845, Conceição foi sucessivamente ordenado diácono e presbítero da Igreja Romana, sendo enviado para Limeira. Começou a pregar mensagens evangélicas e a incentivar o povo a ler a Bíblia, sendo apelidado de “padre protestante”. Conceição foi útil aos missionários para abrir-lhes o caminho e conquistar simpatizantes em toda a província e lançar fundamentos de igrejas. Tinha experiência religiosa que muito se assemelhava à de Lutero; identifica-se ao reformador com relação a questões eclesiais. Almejava, como Lutero, difundir a mensagem de salvação sem se preocupar muito em destruir instituições para elevar outras. Foi excomungado pela Igreja Católica por participar de ações missionárias evangelísticas. Não se considerava um missionário, mas sim um pregador solitário. Na madrugada de 25 de dezembro de 1873, o Reverendo Conceição morreu enquanto dormia. (LÉONARD, 2002).

<sup>9</sup> Missionário fundador da Igreja Presbiteriana no Brasil. Simonton nasceu em 20 de janeiro de 1833 na localidade de West Hanover, no sul da Pensilvânia. Era o filho mais novo do Dr. William Simonton, um médico

*Church of United States of America*<sup>10</sup> – PCUSA, com sede missionária em Nova Iorque, que se preparava para iniciar suas atividades no Brasil, privilegiando um projeto missionário de evangelização. Assim, “Simonton cursou teologia no Seminário de *Princeton* e no primeiro semestre ouviu um sermão que o fez decidir por ser missionário no exterior”. (FREITAS, 2013, p. 22). Recebeu esse convite com entusiasmo, considerando-o um chamado de Deus, e aporta no Rio de Janeiro em 12 de agosto do mesmo ano a fim de cumprir sua missão evangelizadora.

Conforme o 22º Relatório Anual da Junta de Missões Estrangeiras<sup>11</sup>, em 1859 foi apresentada uma “Proposta de Missão para o Brasil”, como podemos verificar:

O Brasil tem chamado as atenções da comunidade cristã já há algum tempo e especial cuidado da parte das igrejas evangélicas deste País, como atraente campo para o esforço missionário. Com um território maior do que o atribuído aos Estados Unidos, clima igualmente variado e saudável e um solo adequado tanto para produtos de clima tropical como temperado, o Brasil relativamente tem ainda uma pequena população e seus ricos e variados recursos ainda estão em grande medida subdesenvolvidos. [...] Talvez jamais tenha havido melhor momento do que este para tal iniciativa. O catolicismo romano ainda é a religião oficial, mas há elementos liberais no governo e a elite também tem aspirações liberais, e a tolerância religiosa foi legalmente estabelecida por decreto. [...] Um missionário, o Reverendo A. G. Simonton, membro do Presbitério de Carlisle e recém-graduado pelo Seminário Teológico de Princeton, foi indicado e espera zarpar para seu novo empreendimento missionário no começo do verão. Por força de necessidade a missão terá um caráter experimental. Seu primeiro objetivo é explorar a terra, averiguar de que forma a mente nacional pode ser alcançada e comprovar até onde vai a força legal de tolerância religiosa. Se disto auferir resultado positivo e temos plenas razões para crer que sim, a missão pode se expandir de acordo com o justificado pelas circunstâncias. Enquanto isso, esse jovem e a grandiosa causa que tomou sobre si devem ser alvo de orações entre o povo de Deus. (TWENTY-SECOND ANNUAL REPORT OF THE BOARD OF FOREIGN MISSIONS, 1859, p. 99-100 apud FREITAS, 2013, p. 23).

No que tange à Junta de Missões Estrangeiras, em Nova Iorque, foi preciso planejar, durante a década de 1860, a chegada dos missionários presbiterianos norte-americanos (enviados pela Igreja Presbiteriana do Norte dos Estados Unidos) ao Brasil, haja vista que o território brasileiro era extenso e demandava um grande número de missionários. Todavia, era preciso organizar as primeiras instituições presbiterianas brasileiras. Desse modo, mesmo a

---

que também abraçou a carreira política. Seu avô materno foi pastor por 58 anos da Igreja Presbiteriana onde moravam. Após a morte do seu pai e do avô materno em 1846, Simonton, então com treze anos, e sua família mudaram-se para a cidade de Harisburg, no mesmo estado, onde ele concluiu os estudos secundários. Desde cedo Simonton recebeu as melhores influências morais, intelectuais e espirituais da fé presbiteriana em que foi criado. (MATOS, 2008).

<sup>10</sup> Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América, da qual Simonton era membro.

<sup>11</sup> As missões eram organizações administrativas, muitas delas denominadas Juntas, pertencentes a um conjunto de comunidades religiosas, sendo constituídas em sociedades, com o objetivo de manter a propaganda evangélica no estrangeiro, ou em comissões oficiais criadas pela autoridade eclesiástica das comunidades para a divulgação da fé. (NASCIMENTO, 2005, p. 38).

“capital do império, Rio de Janeiro, ter sido o *locus* inicial de sua ação, São Paulo tornou-se o epicentro da Missão Brasil, possibilitando a irradiação não só de igrejas, mas de escolas, para outras regiões do país”. (NASCIMENTO, 2005, p. 28).

No entanto Maria Lucia Spedo Hilsdorf Barbanti (1977), em sua dissertação de mestrado, atesta que a Província de São Paulo, nesse período, passava por um grande desenvolvimento econômico, assegurado pelo momento da expansão cafeeira. Desse modo:

[...] a Província de São Paulo tinha se tornado o novo centro cultural do país, palco de agitadas manifestações de ideais liberais e democráticos que, no campo da educação, reivindicavam o modelo americano da escola para todos, científica e prática. Quanto ao aspecto religioso, São Paulo via disseminar-se o Protestantismo professante, através do trabalho missionário da Igreja Presbiteriana Americana. [...]. (BARBANTI, 1977, p. 2).

Quanto à expansão cafeeira em São Paulo, pode-se afirmar que sua mão de obra escrava foi reduzida e, posteriormente, substituída pela do imigrante, o trabalhador autóctone; entre eles, os protestantes. Assim, os protestantes conquistam uma maior participação no deslocamento das lavouras, bem como na busca por novas plantações. (MENDONÇA, 2008).

Não estando a religião protestante ligada ao espaço, mas sendo seu Deus radicalmente transcendente, o nomadismo podia ser até mais fácil para eles do que para os católicos. Onde estivessem alguns, ou mesmo uma só família, ali estava a igreja. O caminhar protestante na trilha do café foi um pontilhar de pequenas comunidades, rurais na sua quase totalidade e constituídas de núcleos familiares extensos como regra geral, nos sítios, bairros e fimbrias das grandes fazendas de café. (MENDONÇA, 2008, p. 236-237).

Essas interpretações nos fazem pensar nas decisões tomadas pelos missionários presbiterianos norte-americanos vinculados à Junta de Nova Iorque, em suas escolhas em se estabelecerem em determinadas Províncias e não em outras.

Nesse contexto, Horace Manley Lane<sup>12</sup>, justifica que:

Sob o ponto de vista político, o cristianismo protestante era indispensável para a existência e continuidade da República brasileira, ao contrário da influência e do controle dos jesuítas na política, educação e religião, que precisavam ser eliminados porque constituíam uma ameaça a esse sistema de governo. [...]. (NASCIMENTO, E., 2008, p. 35).

Nessa teia de reflexões, necessárias para redesenhar a trajetória desenvolvida pelos protestantes por terras brasileiras, remetemo-nos a Simonton novamente, que, mesmo com

---

<sup>12</sup> Médico norte-americano, também professor, tornou-se diretor do Colégio Mackenzie, bem como um dos seus fundadores, a pedido do missionário Reverendo George Whitehill Chamberlain. Foi Superintendente no Brasil do trabalho educacional da Igreja Presbiteriana do Norte dos Estados Unidos.

dificuldades em falar português, dá início à sua pregação no Brasil, tornando-se capelão dos marinheiros compatriotas em solo e também nos navios. Fez amizade com o Dr. Robert Kalley<sup>13</sup> e se empenhou em aprender o idioma brasileiro. Cabe salientar que Simonton organizou e fundou a primeira Igreja Presbiteriana, na cidade do Rio de Janeiro, em 1862. A de São Paulo data de 1865. (FREITAS, 2013).

Merece atenção o fato de a Missão do Brasil ter enfrentado algumas tensões ocasionadas pela questão da educação *versus* evangelização. Essa díade foi tema de muitos desentendimentos entre os presbiterianos norte-americanos e os presbiterianos brasileiros. Considerando que, naquele momento histórico, o Brasil carecia de educação, pois as taxas de analfabetismo eram muito altas, a implantação de colégios protestantes figurava como o “passaporte” para a educação, mesmo que ainda cobrisse uma parcela muito pequena da população do país.

Por outro viés, a evangelização também era defendida por grupos de imigrantes americanos que estavam radicados na Província de São Paulo. Para eles, “a educação escolar representava não somente um atendimento às necessidades culturais do grupo, mas também a ocasião de atividades de sustento para seus membros adultos, [...]”. (BARBANTI, 1977, p. 3). Para alguns presbiterianos, a educação era tão importante quanto a evangelização; eles viam na educação uma estratégia missionária. (NASCIMENTO, 2005).

A partir do século XIX, ocorreu grande disseminação por parte das agências e sociedades missionárias protestantes pelo mundo. No sentido de “salvar almas”, as igrejas protestantes passaram a propagar suas missões. Segundo Weber (2004),

O protestantismo de origem missionária, associado ao pragmatismo ético e ao liberalismo teológico, foi do tipo conversionista ou de evangelização direta, produzindo “um estilo de vida normativo, baseado e revestido de uma “ética individualista” e excludente, que vai encontrar seu fundamento na doutrina da predestinação de Calvino. (WEBER, 2004, p. 37).

Entretanto é preciso refletir sobre o significado das palavras missão e missionário. O termo missionário carrega em si mesmo um sentido religioso, já a palavra missão é sinônima de tarefa, dever ou destino.

---

<sup>13</sup> Médico e farmacêutico escocês, fundou a Igreja Presbiteriana na Ilha da Madeira, situada no Oceano Atlântico, região sudoeste de Portugal. Iniciou seus trabalhos missionários nessa mesma região, em virtude do pouco conhecimento que essa população tinha da doutrina cristã. Robert Kalley fundou a primeira rede de escolas em Portugal, oferecendo gratuitamente a instrução primária a crianças e adultos. Em 1845 foi fundada a primeira congregação protestante portuguesa, a Igreja Presbiteriana Portuguesa, que tem atualmente, na cidade do Funchal, o nome de Igreja Evangélica Presbiteriana Central.

Assim, o missionário pode ser definido como o sujeito que, aceitando um chamado divino, decide abandonar todas as coisas e dedicar-se ao cumprimento da vontade soberana de Deus e expandir, das mais variadas formas, a fé cristã. O aceite em cumprir a vontade de Deus é inerente à compreensão do indivíduo achar-se um vocacionado para tal empreendimento, considerado divino. Desse modo, todos os cristãos, bem como as igrejas cristãs, foram chamados à tarefa de pregar o Evangelho a toda criatura. (GONÇALVES, 2009, p. 31).

Com relação às tensões vividas entre os missionários norte-americanos e nacionais, é importante ressaltar que os embates continuariam em torno da questão educacional e evangelística. No entanto, coadunada a essas tensões, o trabalho missionário foi sendo desenvolvido e “partindo de São Paulo, os presbiterianos norte-americanos, vinculados à Junta de Nova Iorque, se irradiaram para outros estados, estabelecendo-se, principalmente, no interior brasileiro”. (NASCIMENTO, 2005, p. 34).

O interior do país foi escolhido para a profusão do protestantismo com um projeto civilizador que desenvolvia um trabalho pautado em três vertentes. Na concepção de Nascimento, “possuía três eixos de ação: religião, educação e saúde. Criando instituições nas três áreas, os *mensageiros de Deus* se propunham em transformá-los numa região ‘civilizada’, procurando produzir um novo *modus vivendi* para implementar sua proposta”. (NASCIMENTO, 2005, p. 20, grifos da autora).

Para a concretização desses ideais, o interior do país seria “ocupado”, “habitado” em todos seus espaços. A “modernidade” foi conduzida pela Missão Brasil, convertendo-se na peça-chave para a instalação de uma infraestrutura que subsidiasse a obra missionária norte-americana e a educação, e tornando-se um componente indispensável para o projeto civilizador do *hinterland* do Brasil.

Com relação ao aspecto administrativo, a Missão Brasil teve que ser reorganizada em virtude da grande extensão territorial do país. Em 1896, dividiu-se “em Missão Sul, compreendendo os Estados do Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina, e em Missão Central do Brasil<sup>14</sup>, abrangendo Bahia, Sergipe, norte de Minas Gerais e, posteriormente, Mato Grosso e Goiás”. (NASCIMENTO, 2005, p. 112).

Não serão detalhados os empreendimentos de todos os trabalhos desenvolvidos pela Missão Sul e Missão Central do Brasil, uma vez que não são o foco norteador da pesquisa. Todavia é por meio do projeto missionário difundido pelos presbiterianos no interior do

---

<sup>14</sup> A Missão Central do Brasil, em 1912, enviou um representante para Goiás e Mato Grosso para escolher os locais para instalar estações missionárias. Dois anos depois, o trabalho em Mato Grosso foi transferido para a Missão Sul da Igreja Presbiteriana do Sul dos Estados Unidos, pelas facilidades da linha férrea que ligava aquele Estado ao de São Paulo e pela navegabilidade do rio Paraguai, que permitiu a ocupação de Goiás pela Missão Central do Brasil. (FERREIRA, 1992, v. 2, p. 372 apud NASCIMENTO, 2005, p. 40).

Brasil, por meio da Missão Central do Brasil, que o estado de Goiás tornou-se o escopo para a instalação de algumas obras missionárias, e a cidade de Jataí, situada no Sudoeste goiano, foi eleita como cenário para a disseminação do projeto evangelizador dos presbiterianos, com a construção de uma igreja e de uma escola.

Percebe-se, assim, que um projeto civilizador no *hinterland* brasileiro foi planejado por meio da implantação de igrejas, escolas, escolas de enfermagens e hospitais a fim de evangelizar e educar a população do centro-oeste do país.

### **1.3 A vinda de John Boyle para Goiás e seu projeto evangelizador: uma análise do percurso**

A história do protestantismo em Goiás tem sua gênese delineada com a chegada do missionário reverendo John Boyle<sup>15</sup>. Nascido nos Estados Unidos no ano de 1845, Boyle, com formação teológica conservadora e fiel à *Confissão de Fé de Westminster*<sup>16</sup>, veio para o Brasil em 1873, com sua esposa, com a função de auxiliar Edward Lane, outro missionário que se dedicava aos trabalhos de evangelização em Recife (PE) e, posteriormente, em Campinas (SP).

A partir de 1881, Boyle dedicou-se ao campo missionário, angariando fiéis. O prelúdio dessa missão em Goiás empreendeu-se, primeiramente, pela região do interior norte de São Paulo e do sul de Minas Gerais, por já haver alguns núcleos protestantes atuando naquela região.

Boyle partiu da cidade mineira de Bagagem, atualmente Estrela do Sul, e viajou aproximadamente 300 km distribuindo Bíblias, até a remota região de Uberaba (MG); por esse caminho, descobriu várias cidades e vilas, fortalecendo a difusão do campo missionário e favorecendo a incursão do presbiterianismo por terras goianas.

A despeito do Estado de Goiás, Silva (2013) assevera que:

[...] até 1930 Goiás encontrava-se quase que no anonimato. Estado pobre e periférico, era visto pelos viajantes e elites brasileiras e goianas como lugar de decadência e de atraso, uma região improdutiva e pouco habitada. Morada de índios e feras, espaço habitado por sertanejos pobres, deseducados, preguiçosos e doentes. (SILVA, 2013, p. 33).

---

<sup>15</sup> Advindo da Missão do Sul, de Nashville, em 1873, tinha por finalidade desenvolver seu trabalho pela região do nordeste brasileiro, mas o clima, muito quente, fez com que se encaminhasse para São Paulo, especificamente Campinas, onde o clima era mais ameno. Trabalhando por lá de 1875 até 1879, posteriormente dirigiu-se para a região do sul de Minas Gerais e parte de Goiás a fim de propagar o protestantismo. (ARAÚJO, 2004).

<sup>16</sup> A Confissão de Fé de Westminster é a principal declaração doutrinária adotada oficialmente pela Igreja Presbiteriana do Brasil.

**Figura 1 – Reverendo John Boyle**



**Fonte:** Reverendo Hélio de Oliveira Silva  
(Disponível em: <<http://revhelio.blogspot.com.br>>. Acesso em: 10 set. 2015).

Ao pregar o evangelho em várias vilas e sertões goianos, o reverendo John Boyle destacou-se por ser o primeiro missionário presbiteriano em missão no estado de Goiás. A prática de colportagem aplicada por Boyle pelo vasto interior do país, deslocando-se a cavalo, vendendo Bíblias, permitiu a abertura de novas frentes evangelísticas no sertão goiano.

De acordo com Quadros (2011):

[...] muitas vezes estrangeiros, vendendo suas “bíblias protestantes” e livros esclarecendo suas crenças doutrinárias. Essa literatura indicava uma relação diferente com o texto, com a escritura para ser mais exato, da que existia no mundo sertanejo. A princípio, a presença de livros não alteraria tanto o catolicismo rural, predominante transmitido pela tradição e pelos costumes. (QUADROS, 2011, p. 166).

De acordo com Hahn (2011), a história da entrada de Bíblias no Brasil se dá concomitantemente à abertura dos portos brasileiros<sup>17</sup> ao comércio com as nações protestantes. A Sociedade Bíblica havia sido formada em 7 de março de 1804, com o objetivo “de distribuir a Bíblia no mundo inteiro, onde quer que a Bíblia fosse solicitada ou dela houvesse necessidade”. (HAHN, 2011, p. 275).

Dessa mesma maneira, segundo a Sociedade Bíblica Americana, com objetivos congêneres, os “homens de negócio em viagem para o Brasil eram procurados e solicitados a trazer na bagagem uma caixa de Bíblias”. (HAHN, 2011, p. 275).

Todavia muitos deles tinham pouco interesse na distribuição das escrituras e simplesmente deixavam as caixas nas docas para que qualquer pessoa pegasse e lesse. Isso fez

---

<sup>17</sup> Os portos brasileiros foram abertos por meio do edito real de 28 de janeiro de 1808, garantindo ao comércio e à indústria das nações amigas, bem como aos imigrantes aceitáveis, independente de nacionalidade ou religião, domicílio e condições atrativas, como a terra grátis e subsídios iniciais. (HAHN, 2011).

com que essas Bíblias chegassem às mãos dos colportores, que as distribuíram em muitos lugares pelo Brasil, principalmente pela zona rural e pelos sertões afora. Ademais:

A liberdade para vender e distribuir Bíblias por parte de agentes das sociedades bíblicas estrangeiras, bem antes da chegada e estabelecimentos das missões protestantes, constituiu-se num fator ponderável da estratégia protestante de penetração. [...]. Os distribuidores de bíblias encontraram simpatias e facilidades por parte de membros das várias camadas da sociedade, que manifestavam boa vontade de recebê-las. [...]. A distribuição de Bíblias não se limitou às cidades, onde por certo o potencial de leitores era mais significativo. Entrou pelas áreas rurais, em que, ao contrário, poucos eram os que podiam lê-las, porque poucos eram alfabetizados. Houve, porém, resultados. (MENDONÇA, 2008, p. 44).

Uma dessas Bíblias chegou às mãos de um negro tropeiro; pensando ser um livro de código penal, lia-o para passar o tempo, quando acamado. Mais tarde, no entanto, um colportor americano explicou-lhe os aspectos sagrados do livro e o tropeiro e sua esposa, afastados da igreja há quatorze anos, converteram-se ao presbiterianismo, iniciando-se, assim, um trabalho de evangelização.

Similarmente ao processo de evangelização que se deu em terras goianas, Araújo (2004) assevera que um negociante adquiriu, na cidade mineira de Paracatu, uma Bíblia e alguns hinários sem partitura e os levou para Santa Luzia de Goiás, atualmente Luziânia, pelos fins da década de 1860. A partir da leitura da Bíblia, converteu-se ao protestantismo, catequizando seus pais, irmãos e toda a família. Essa ação foi um contributo para a difusão do presbiterianismo em Goiás.

John Boyle, o primeiro missionário presbiteriano a pregar o evangelho pelos sertões goianos, fazia incursões periódicas ao sul de Goiás, mostrando-se preocupado com a catequização dos indígenas que habitavam aquela região. Nas fontes bibliográficas consultadas não foi encontrado nenhum trabalho desenvolvido por Boyle com os índios; por esse motivo, não podemos afirmar com precisão se seu projeto alcançou a população indígena.

A difusão do protestantismo em Goiás, território predominantemente católico, representou mudanças profundas para a sociedade goiana, cujo analfabetismo era preocupante. Mas o que significou para a educação do povo goiano, a evangelização por meio da Bíblia? Contribuiu ou não para o processo de alfabetização? Essas questões podem nos ajudar a entender como a Missão Brasil entendia a esfera educacional em Goiás.

Distribuir Bíblias para aqueles que não sabiam ler e escrever, em maioria, poderia deixar de ser um problema e ser o diferencial para a obra missionária presbiteriana. Trata-se

de questões relevantes, todavia não faz parte do escopo dessa pesquisa o julgamento desses fatos.

Na Tabela 1, é possível visualizar a taxa de analfabetismo em Goiás entre os anos de 1920 e 1940<sup>18</sup>. É diante desse cenário que o projeto missionário vislumbrava a educação como passaporte ao mundo civilizado.

**Tabela 1 – População de Goiás: alfabetização, 1920 - 1940**

Ano	População alfabetizada		População analfabeta		Total
	Nº	%	Nº	%	
1920	78530	15,34	433 389	84,66	511 919
1940	156 662	18,94	668 572	80,86	826 814

Fonte: NEPOMUCENO (1994, p. 113).

Diante dos dados expostos na Tabela 1, as informações nos propiciam reflexões acerca da disparidade entre a população de alfabetizados e analfabetos. Mesmo considerando o alto índice de analfabetismo, os protestantes acreditavam em uma catequização simultaneamente direta e indireta. Direta, por meio da divulgação da Bíblia empreendida pelos colportores visando à conversão. Indireta, por intermédio de financiamentos das obras sociais, como a implementação dos colégios, assegurando a liberdade de consciência. (ARAÚJO, 2004).

No entanto o cenário educacional goiano (quando os missionários iniciaram seus trabalhos) incidia em aspectos de total abandono. Merece destaque, também, reiterar que esses dados podem representar apenas uma parcela da população que vivia em Goiás. Acreditamos, pois, que esses números podem ainda ser considerados superiores aos tabulados em virtude de que a grande maioria da população residia na zona rural, no período retratado. Ademais o Estado passava por um processo migratório<sup>19</sup>.

Diante da preocupação refletida pelos missionários presbiterianos norte-americanos com o aspecto educacional do povo brasileiro, Nascimento (2005) assevera que:

A preocupação com o aspecto educacional brasileiro estava presente no interior da produção discursiva daquela organização religiosa. Um relatório escrito em 1913 por Horace M. Lane, superintendente no Brasil do trabalho educacional da Igreja Presbiteriana do Norte dos Estados Unidos, reflete a imagem que aquele grupo

<sup>18</sup> Durante os anos de 1920 a 1940, a missão Central do Brasil enviou missionários para o estado de Goiás a fim de localizar terras profícuas para a difusão do protestantismo.

<sup>19</sup> No período de 1930/1940, a construção e instalação de Goiânia, a nova capital do Estado de Goiás, aumentou o fluxo de migrantes que vinham de várias regiões do país em busca de novas oportunidades de trabalho. Assim como a construção de Goiânia, a construção de Brasília, na década de 1950, contribuiu para reestruturar o território goiano, trazendo o progresso por meio do Movimento Marcha para o Oeste, liderado pelo então presidente do Brasil Getúlio Vargas (1930-1945). (SILVA, 2013).

religioso procurava construir sobre si e sobre o Brasil. Afirmava que, dentre os estrangeiros presentes no país, os norte-americanos “possuíam a sabedoria e a competência técnica” para guiá-lo “rumo ao seu amanhã radioso, plasmado no campo político em um sistema de governo republicano e democrático e, no setor econômico-social, na industrialização”. (NASCIMENTO, 2005, p. 52).

A sociedade goiana era considerada um grupo que não prosperava; não havia investimentos e tampouco progresso. Na chamada “Era Vargas”, período em que Getúlio Vargas administrou o país, movimentos importantes foram se disseminando em Goiás, como o Movimento Marcha para o Oeste<sup>20</sup>, cuja finalidade era incentivar o progresso e a ocupação da região Centro-Oeste por meio do desenvolvimento de planos migratórios uma vez que havia abundância de terras desocupadas.

[...] Toda a estratégia de propaganda armada sobre o slogan da Marcha para o Oeste visava, entre outros alvos, criar um clima de emoção nacional de modo a que todos os brasileiros se vissem marchando juntos, e, conduzidos por um único chefe, consumassem coletivamente a conquista, sentindo-se diretamente responsáveis por ela. (LENHARO, 1986, p. 14).

Uma nação industrial, disciplinada, unificada e saudável. Era esse o projeto do Estado Novo para o Brasil. Os adjetivos são intrínsecos à lógica militar, e não por acaso: no contexto da Segunda Guerra Mundial, a intenção de Getúlio Vargas era constituir uma sociedade militarizada. Para isso, o *progresso* da nação era fundamental.

Entender o significado da palavra progresso, nesse momento, é importante para compreendermos a ideologia getulista.

Para tanto, utilizaremos das palavras do gnomo irascível Humpty Dumpty, em *Alice no país das maravilhas*, de Lewis Carrol, quando afirma a Alice: "Quando utilizo uma palavra, ela significa precisamente aquilo que *eu quero* que ela signifique. Nada mais, nada menos". Alice contesta dizendo que "o problema está em saber se é possível fazer que uma palavra signifique montes de coisas diferentes". Ao que Humpty Dumpty, qual hegemonia de plantão, replica altivamente: "O problema está em saber quem é que manda. Ponto final".

O diálogo entre os personagens de *Alice no país das maravilhas* representa as várias interpretações que o “progresso”, na Era Vargas, foi capaz de retratar. Para muitos, foi sinônimo de desenvolvimento, crescimento e de evolução, enquanto que, em uma imagem análoga, desencadeou problemas nas esferas econômicas, educacionais, ambientais e sociais.

---

<sup>20</sup> Foi um projeto dirigido pelo governo Getúlio Vargas no período do Estado Novo para ocupar e desenvolver o interior do Brasil. Tal projeto foi lançado na véspera de 1938 e, nas palavras de Vargas, a Marcha incorporou "o verdadeiro sentido de brasilidade", uma solução para os infortúnios da nação.

De acordo com as afirmações de Karl Polanyi (2000, p. 54), “a crença no progresso espontâneo pode cegar-nos quanto ao papel do governo na vida econômica”. Esse papel consiste, muitas vezes, em alterar o ritmo da mudança, apressando-o ou diminuindo-o, conforme o caso. Portanto, o progresso deveria ter sido controlado, seu ritmo limitado por ações do próprio governo, para atingir um equilíbrio entre a sociedade e o crescimento econômico.

Não foi assim, porém. Outras dificuldades interpunham-se no caminho do processo de colonização do Estado Novo no país, e o progresso almejado para Goiás não foi diferente: a região denominada como um “espaço vazio” deveria ser “preenchida” com uma nova proposta colonizadora e de inovação para o progresso do Brasil.

Esses espaços vazios tampouco estavam despovoados, como assevera Lenharo (1986, p. 60-61), “isto para não falar de povos de formação social inteiramente diferentes, habitantes da região – os indígenas [...]”. Diante da relação estabelecida entre as tribos indígenas e a nova política de colonização implantada no país por Getúlio Vargas, não podemos desconsiderar as circunstâncias em que se deu esse contato, as situações de tensões vividas entre os índios, proprietários de terra, governo e negociantes. O que, para Lenharo (1986, p. 61), “acarretavam pelo menos dois sérios dilemas para a política colonizadora: como ficariam suas terras e como eles participariam da empreitada da colonização através de seu trabalho?”

Pinto (2009) assim refere-se ao programa Marcha para o Oeste:

[...] A ideia da construção da nação assumiu conotações particularmente singulares na medida em que a necessidade de modernizar o país tornou-se, com a ascensão de Getúlio Vargas, uma prioridade do Estado Nacional. Mas, como modernizar uma nação dilacerada em sertão e litoral, em campo e cidade? No contexto da euforia modernizante da Era Vargas, a *grita* pela unidade e integração nacional se configurou como uma urgência da qual não era mais possível fugir sendo o desaparecimento do sertão, uma de suas faces mais evidentes. A questão do mundo rural se impunha e a urbanização aparecia como remédio para o dilaceramento da nação. Do mesmo modo, se colocava a necessidade de colonizar o oeste brasileiro dado as propagadas potencialidades econômicas das terras de Goiás, Mato Grosso, Amazonas e Pará. (PINTO, 2009, p. 20).

Um dos pontos considerados relevantes da “Era Vargas”, segundo Barros (2006, p. 73), foi marcado por “reformas principalmente no que diz respeito à Segurança Nacional e à educação dos jovens que seriam parte de uma elite intelectual bem preparada”. Para Goiás, esse movimento foi considerado primordial; reiteramos que o analfabetismo assolava a região.

Durante o período da Era Vargas, Goiás, como todo a região Centro-Oeste, sofria politicamente os reflexos de uma República Brasileira. As elites oligárquicas goianas

disputavam o poder político, a saber: os Bulhões, os Alves de Castro, os Fleury, os Curado, os Xavier de Almeida, os Ludovico Teixeira e os Jardim Caiado.

Como discorre Palacín e Moraes (2008, p. 144), “o governo tinha sua autonomia bastante reduzida pela prepotência dos ‘coronéis’ no interior”. A família Caiado, com seus acordos partidários e com uma situação financeira satisfatória, liderou a política por quase todo o período da Primeira República. Esses fatores contribuíram para o retrocesso e para a delegação de uma política coronelística no Estado. (BARROS, 2006). O coronelismo, segundo Leal (1997, p. 40), é o “resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada”.

O projeto inovador de Getúlio Vargas propunha uma política de desenvolvimento a longo prazo, baseada em um projeto nacionalista. O movimento que o apoiou tinha o propósito de dar início ao projeto de resgate da imensa dívida social deixada pelo império e a República Velha. Dessa maneira, em Goiás, a construção da nova capital tornara-se muito auspiciosa.

A nova cidade-capital do estado de Goiás, cidade planejada e construída sob os auspícios da modernidade arquitetônica e urbanística, surgia como ruptura com o passado decadente e atrasado e como promessa de um futuro promissor para o ‘filho mais modesto, o filho menos educado. (PINTO, 2009, p. 43).

Entretanto a política em Goiás ficou “à mercê” de uma elite partidária até o ano de 1930, quando o interventor Pedro Ludovico Teixeira<sup>21</sup> assume a liderança, tendo como lema “a força e pulsos firmes como características principais” (BARROS, 2006, p. 93). Dessa forma, os “frutos destes interesses, que encontravam o devido respaldo na política econômica do governo Vargas através da ‘Marcha para o Oeste’, a construção de Goiânia e a transferência da capital<sup>22</sup>, coroaram o projeto político de Pedro Ludovico”. (RODRIGUES, 2009, p. 13).

---

<sup>21</sup> Pedro Ludovico Teixeira nasceu na cidade de Goiás, então capital do estado de Goiás, em 23 de outubro de 1891, filho do médico João Teixeira Álvares e de Josefina Ludovico de Almeida. Transferiu-se para o Rio de Janeiro e bacharelou-se em Medicina. Retornou a Goiás em março de 1916. Participou da Revolução de 1930. Em 21 de novembro, foi nomeado interventor em seu Estado. Em 1933 foi decidida a reconstitucionalização do país, e Ludovico tomou parte ativa na criação do Partido Social Republicano (PSR), que viria a preencher todas as cadeiras da representação goiana na Constituinte de 1934. Em 1935, seguindo as normas da Constituição federal votada no ano anterior, reuniu-se a Assembleia Constituinte do Estado de Goiás, que o elegeu governador. Retornando a Goiás, começou a exercer a medicina aos 25 anos, iniciando seu trabalho de clínica, atendendo também as cidades vizinhas. Faleceu em Goiânia no dia 16 de agosto de 1979, quando preparava mais um volume de seu livro “Memórias”. (RODRIGUES, 2009).

<sup>22</sup> A pedra fundamental de fundação da cidade foi lançada em 24/10/1933, mas a transferência da capital se deu no ano de 1937. Até então, o interventor despachava da antiga capital de Goiás, a cidade de Vila Boa, hoje Cidade de Goiás.

Os primeiros passos rumo à “modernidade” goiana deram-se a partir do projeto de Pedro Ludovico Teixeira, tendo o propósito da construção de uma nova capital. Ele acreditava que a capital, Vila Boa de Goiás, impossibilitava o crescimento do Estado; os preceitos higienistas (saúde, higiene, saneamento precário) preocupavam-no, e a falta de estradas para escoar a produção econômica da região, o aspecto demográfico da cidade, por ser característicos de uma região serrana, impediam o crescimento populacional de uma cidade tida como capital do Estado, haja vista que:

Goiânia, a nova cidade-capital do estado de Goiás foi, mesmo antes de sua construção, simbolizada como salto para o futuro; salto radical para um futuro de desenvolvimento, progresso e civilização para o enorme entorno rural do qual era o epicentro. Símbolo máximo do progresso de um estado que promovia uma ruptura com sua história e de um povo sertanejo que, afinal, dava provas que era capaz de construir ativamente seu futuro. Era, afirmavam aqueles que a projetaram e edificaram, a promessa de um futuro em tudo diferente do passado de desconhecimento, abandono e isolamento ou, conforme se consolidou nos imaginários, do tempo de decadência e atraso. Porta de acesso do estado de Goiás à modernidade, cidade construída no meio do nada, misto de cidade e sertão, [...]. (PINTO, 2009, p. 60).

Nessa perspectiva, a construção de Brasília foi um fator que alavancou o processo de expansão da economia da região, com o Movimento Marcha para o Oeste. A região Centro-Oeste do país começou a se desenvolver e contribuir com os aspectos econômicos do país. A abertura de novas estradas de rodagem acionou as fendas para o progresso de Goiás.

Goiás, um estado com prevalência do catolicismo nos anos de 1940, como visto pela Tabela 2, configurou-se como um palco de disputas religiosas no momento em que o núcleo dos missionários decide disseminar o protestantismo em terras goianas.

**Tabela 2 – Dados estatísticos da religiosidade no Estado de Goiás em 1940**

<b>Religião</b>	<b>Quantitativo populacional</b>	<b>%</b>
Budista	71	0,008
Católica	795 153	96,22
Outra religião	1 038	0,125
Espírita	17 122	2,07
Israelita	22	0,002
Maometana	16	0,001
Ortodoxa	535	0,064
Positivista	04	0,0004
Protestante	9 557	1,15
Religião não declarada	876	0,106
Sem religião	1 960	0,237
<b>Total</b>	<b>826 354</b>	<b>-</b>

**Fonte:** Elaborada pela autora. Censo Demográfico do Brasil, IBGE, 1940.

Economicamente, as regiões que mais se desenvolveram em Goiás foram o sul e sudoeste, “vinham paulatinamente se transformando em áreas de expansão do Centro-Sul brasileiro. [...] intensificando sua integração à economia de mercado, [...] na condição de produtoras e exportadoras de alimentos (principalmente gado e carne)”. (NEPOMUCENO, 1994, p. 28).

Ao mesmo tempo, Goiás se constitui como área agrícola auspiciosa, tornando-se um dos Estados mais produtivos do país, entrando para a “corrente” do progresso. Quanto à densidade demográfica, “de 826 414 habitantes em 1940, o estado passou a 1 214 921 em 1950”. (PALACÍN; MORAES, 2008, p. 167). Esse avanço de 68% na população é representativo em termos de progresso e economia, porém poderia refletir em algumas dificuldades, a saber: como atender a toda população no aspecto educacional? O quantitativo de escolas existentes (públicas e privadas) dariam conta desse contingente?

No entanto nosso objetivo não é procurar responder às perguntas mencionadas, mas sim refletir como o processo de escolarização em Goiás vivenciou esses momentos entre as esferas pública e privada.

Mais uma vez reitero que as questões levantadas regem-se por um paradigma de levantamento dos fatos, com a intenção de discutir a problemática do campo educativo na época pesquisada, bem como fazer uma reflexão diante da realidade de natureza social, econômica, política, educacional, e também histórica, de Goiás ante à chegada do missionário John Boyle à região, com a finalidade de implantar um projeto evangelizador.

John Boyle, em 1884, fez uma longa viagem de 1500 km, percorrendo vilarejos de Goiás, tais como Santa Luzia de Goiás (hoje Luziânia), Catalão, Caldas (na atualidade Caldas

Novas), Morrinhos, Jaraguá, Entre Rios, Curralinhos e a capital da província Goiás, atualmente Cidade de Goiás, pregando o Evangelho, batizando famílias e organizando a igreja. No ano seguinte, instituiu a terceira estação missionária da Igreja Presbiteriana do Sul, abarcando os Estados de Minas Gerais e Goiás<sup>23</sup>.

Quando retornou a Goiás, em 1886, especificamente na cidade de Santa Luzia de Goiás (Luziânia), já havia estabelecido ali um núcleo de família protestante. Boyle, agora acompanhado por George Wood Thompsom<sup>24</sup>, realizou vários batismos, conversões e até casamentos. Nessa visita, Boyle menciona que duas famílias da região adquirem um excelente lote para a construção de uma igreja em terras goianas. (ARAÚJO, 2004).

Thompsom descreve em uma carta a viagem feita até Goiás em 1886.

Resolvi acompanhá-lo (Boyle) para sentir o gosto de minha obra futura, e também para ver se chegaríamos a um acordo a respeito de cidades que devessem ser escolhidas como centros missionários quando tivermos de avançar. [...] Devidamente montados, metemo-nos rumo ao Norte, através de *plainos* seguindo a estrada de Goiás. [...] Seguimos ainda rumo ao norte até Santa Luzia de Goiás, lugar anteriormente visitado por Boyle e de onde tivera a melhor das impressões. *Ficamos na casa do Sr. José Inácio, irmão nosso que tem uma imensa família*, e que nos recebeu de coração. Quase todos os dele são crentes. Ficamos a semana inteira, e Boyle pregava toda noite. (FERREIRA, 1992, p. 250-252, apud ARAÚJO, 2004, p. 39, grifo nosso).

Houve desavença entre Boyle e o Bispo de Goiás em 1888, possivelmente D. Cláudio José Gonçalves Ponde Leão (1876-1890), “quando este afirmava ao missionário que ele estava perdendo tempo ao viajar pelo interior”. (ARAÚJO, 2004, p. 58).

Boyle já havia começado o processo de evangelização pelo interior de Goiás, mesmo ouvindo que “na percepção do bispo de Goiás, [...] ‘nesta parte do país o Protestantismo não pega’ em função da ‘forte’ crença católica do povo”. (ARAÚJO, 2004, p. 58).

Boyle assim responde a respeito do ponto de vista do bispo em torno das significativas expansões do protestantismo por ele dirigidas na região do interior de Goiás:

Mas não viajo para obrigar alguém a fazer-se protestante: Meu dever é, apenas, pregar o Evangelho; apenas prego; o resultado é com Deus, que é quem converte pessoas. O Protestantismo “pegou” bem em toda a província de São Paulo, no Rio de Janeiro, e onde foi pregado. “*Vai pegar em Goiás*”. (RIBEIRO, 1987, p. 82-83 apud ARAÚJO, 2004, p. 58-59, grifos da autora).

<sup>23</sup> Boyle planejava evangelizar também o vale do Rio Tocantins, não conseguindo realizar seu desejo.

<sup>24</sup> [...] Rev. George Wood Thompson (1863-1889), falecido prematuramente, companheiro de viagens do pioneiro John Boyle. [...]. (MATOS, 2004, p. 1).

Ao lado do amigo e também missionário Alexander Latimer Blackford<sup>25</sup>, o grande basilar do Sínodo brasileiro, Boyle, pretendia dar à igreja brasileira uma autonomia plena, bem como conceder a direção dos pastores brasileiros às instituições educacionais. Blackford não concordou com essa proposição, aprovando apenas uma autonomia parcial. Dessa forma, os pastores nacionais obtiveram apenas a jurisdição eclesiástica sobre as igrejas.

Boyle faleceu em abril de 1892 vitimado por um enfarte, após fundar o jornal “O Evangelista”, que divulgou várias notas com destaque para as grandes polêmicas entre o catolicismo e o protestantismo no Brasil. Também publicou uma coletânea de hinos e salmos intitulada *Hinos Evangélicos e Cânticos Sagrados*, datado de 1888 em Bagagem (MG), com 604 hinos e cânticos. A herança educacional e religiosa foi o legado deixado por Boyle, cuja intenção era “civilizar” e “educar” o povo do interior do Brasil.

[...] *Salmos e Hinos* representava, no fim do século XIX, uma coletânea de cânticos que englobava os hinários que apareceram desde o início do estabelecimento institucional do protestantismo no Brasil, 1855. Representava também, e isso é bastante significativo, o repositório comum de cânticos religiosos da maioria absoluta dos protestantes no Brasil. [...]. (MATOS, 2008, p. 291).

A região do Sudoeste goiano, escolhida para a disseminação do protestantismo em Goiás, não foi apenas por uma decisão geograficamente determinada pela Missão Central do Brasil. Ao escolher regiões profícuas para uma economia promissora, a cidade de Jataí não foi aleatoriamente escolhida: além de ser uma comunidade propícia à difusão do presbiterianismo, também era considerada uma grande produtora agropastoril.

As discussões acerca da região do Sudoeste goiano nos fazem pensar em outros vieses de questionamentos, como compreender o porquê da escolha de Jataí para a implantação de uma escola e uma igreja protestante. E por que a cidade de Rio Verde<sup>26</sup>, para sediar um hospital e uma escola de enfermagem? Esse ideário protestante será nosso intento, a partir de agora.

<sup>25</sup> Casado com a irmã de Simonton, Elizabeth (Lille). Após uma longa e perigosa viagem de navio, o casal Blackford chegou ao Rio de Janeiro em julho de 1860, menos de um ano após a chegada do pioneiro. Apesar de algumas divergências quanto ao melhor local para a sede da missão – Blackford preferia São Paulo; Simonton, o Rio –, este teve em Blackford um grande auxiliar que, entre outras coisas, o substituiu na Igreja do Rio durante uma prolongada viagem de Simonton aos Estados Unidos (março de 1862 a julho de 1863). Em outubro de 1863, Blackford e Lille mudaram-se para São Paulo a fim de fundar o trabalho presbiteriano naquela cidade (a igreja foi organizada em 5 de março de 1865). Blackford haveria de dedicar trinta anos de sua vida à obra missionária no Brasil, tendo falecido em 1890. (MATOS, 2011).

<sup>26</sup> A cidade de Rio Verde, situada na região do sudoeste de Goiás, distante 91km de Jataí, foi eleita como campo missionário por estratégia geográfica: a região tinha acesso aos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso. Em 1937 o médico e também missionário Dr. Gordon fundou o Hospital Evangélico de Rio Verde, hoje Hospital Dr. Gordon. Desse modo, em 1944, foi fundada a Igreja Presbiteriana de Rio Verde.

#### 1.4 O ideário protestante e sua propagação em terras goianas

Em se tratando do processo da expansão e colonização propalado pelos missionários norte-americanos, as condições favoráveis, como o clima, a terra, o solo e os vários recursos naturais do Brasil, foram primordiais para a missão evangelizadora. Os americanos idealizaram uma efigie de que foram escolhidos por Deus para conceber um paraíso na Terra, e esse paraíso seria o Brasil, a terra promissora.

A partir da observação e análise dos fatos, é possível perceber que, além dos missionários se encantarem diante da vasta riqueza que o Brasil oferecia, as terras do interior do país tornaram-se profícuas para a disseminação do protestantismo por se tratar de uma região pouco habitada. A população que vivia aqui era predominantemente indígena e o catolicismo não era a religião que prevalecia nesse imenso território do interior do país.

A região do sul de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, torna-se escopo das novas missões designadas para a evangelização da região Centro-Oeste do país. Até então, essa região ainda não havia sido escolhida para o estabelecimento dos campos missionários.

A presença dos missionários nessas terras se deu com a vinda do missionário Franklin Floyd Graham, em uma viagem a cavalo, a fim de percorrer o caminho entre a Bahia e a Bolívia em busca de terras adequadas para instituir os colégios protestantes. O Colégio de Ponte Nova, na Bahia, era tido como parâmetro para Graham.

Muitas impressões acerca dessa região sensibilizaram o missionário, ficando registrado em seu diário.

Mato Grosso, cujo nome ouvido a distância causa estranheza é muito mais avançado do que eu poderia imaginar. Liberdade de culto é lei reconhecida e obedecida. Há muito respeito e não tem havido perseguição. Muitos dos habitantes têm se mostrado enérgicos, mais do que os dos Estados do Leste; estes têm vindo aqui com idéias e propósitos de vencer. Por muitas léguas em torno da capital tudo é cultivado. A Bíblia é bem distribuída na região; a porcentagem dos que sabem ler e escrever é muito maior do que em Goiás e no sertão da Bahia. O interesse que demonstram por educação é maior. Tais circunstâncias levam-me à firme convicção de que Mato Grosso deveria ser ocupado primeiramente por nossa missão (FERREIRA, 1992b, p. 159 apud FREITAS, 2013a, p. 41).

Foi nesse contexto que a Missão Central do Brasil adquiriu uma área com aproximadamente 60 km<sup>2</sup> na região de Mato Grosso, a Fazenda Buriti e Monjolinho, cujo dono era da família Siqueira, de Chapada dos Guimarães. A propriedade foi vendida em 1919 para os missionários George Landes (pai do reverendo Philipe Landes) e Adam Martin.

A Figura 2 representa a vasta região do interior do Brasil onde os missionários almejavam difundir seu empreendimento missionário. Mesmo sendo uma representação de 1941<sup>27</sup>, podemos observar quão imensa era a área em que eles tencionavam desenvolver sua obra missionária, ou seja, havia muito por fazer para que o protestantismo na região do centro/interior do país se expandisse, propagando seus ideais.

**FIGURA 2 – Divisão regional do Brasil de 1941**



**Fonte:** IBGE. Anuário Estatístico de 1941.

Em termos sócio-históricos e políticos, é importante ressaltar que o presbiterianismo representava uma “proposta revolucionária, pois preconizava uma igreja governada por presbíteros docentes e regentes, eleitos pelos fiéis e reunidos em concílios. Significava, portanto, uma igreja mais independente da interferência e do controle do estado”. (MATOS, 2011, p. 1). Mediante esses fatos, pode-se dizer que o projeto missionário ganha força para se propagar nas terras do sertão do centro-oeste em virtude da utilização de estratégias de conversão, mesmo não sendo aceitas por todos os missionários norte-americanos, que se divergiam entre a pregação do proselitismo e o trabalho educacional, que deveriam ser instituídos no interior do país. (NASCIMENTO, 2005).

Segundo Mendonça (2008, p. 155), “não é fácil separar a prática educativa liberal norte-americana da propaganda religiosa, por causa da conhecida dificuldade de se separar a

<sup>27</sup> Hoje o território brasileiro está dividido em Estados, além de estar regionalizado, ou seja, dividido em Regiões. O Brasil está dividido em cinco regiões, a saber: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Essa configuração foi proposta pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 1970, mas houve uma alteração em 1977, quando o Estado de Mato Grosso foi desmembrado, surgindo o Estado de Mato Grosso do Sul, e outra em 1988, quando Tocantins foi desmembrado de Goiás, tornando-se um estado autônomo. (IBGE, 2015).

religião da cultura”. Todavia, em se tratando de congregações locais preponderantemente rurais, o processo de conversão encontrava dificuldades; “era necessário alfabetizar para tornar possível o culto e a instrução diretamente religiosa, nas cidades era preciso educar as elites para aquela transformação de mentalidade que estava presente nos objetivos dos missionários”. (MENDONÇA, 2008, p. 163-164).

O ideário<sup>28</sup> presbiteriano não estava apenas apreensivo quanto a angariar novos fiéis pelos sertões goianos ainda a serem totalmente desbravados, mas também em relação a expandir a cultura norte-americana no Brasil. E, para que isso ocorresse, precisariam construir escolas para disseminar a evangelização por meio da fé presbiteriana. Os ideais dos missionários norte-americanos preconizavam a modernização do país por meio da educação e a região chamada *hinterland* brasileiro torna-se o escopo dessa obra.

Dessa maneira, uma nova sociedade presbiteriana se constituía no interior de Goiás. Para tanto, o conceito de civilização empregado nesta pesquisa apoia-se no pensamento de Norbert Elias (1994):

O conceito de “civilização” refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Pode-se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou o modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma “civilizada” ou “incivilizada”. Daí ser sempre difícil sumariar em algumas palavras tudo o que pode descrever como civilização. (ELIAS, 1994, p. 23).

Assim, para compreender melhor esse conceito, é preciso entender que civilização e cultura estão interligadas de maneira indissociáveis. Para o mesmo autor, o termo cultura reflete:

A consciência de si mesma de uma nação que teve de buscar e constituir incessante e novamente suas fronteiras, tanto no sentido político como espiritual, e repetidas vezes perguntar a si mesma: “Qual é, realmente, nossa identidade?” A orientação do conceito alemão de cultura, com sua tendência à demarcação e ênfase em diferenças, e no seu detalhamento, entre grupos, corresponde a este processo histórico. (ELIAS, 1994, p. 25).

Cabe ainda destacar que “de certa forma, os presbiterianos norte-americanos seguiram a estratégia missionária e educacional dos jesuítas”. (SILVA, 2013, p. 2). A estratégia

---

<sup>28</sup> O projeto civilizador presbiteriano para o *hinterland* brasileiro possuía três eixos de ação: religião, educação e saúde. Criando instituições nas três áreas, os *mensageiros de Deus* se propunham em transformá-lo numa região “civilizada”, procurando produzir um novo *modus vivendi* na sociedade em que se estabeleceram. E a educação serviria de veículo para implementar sua proposta. (NASCIMENTO, E., 2008, p. 20).

missionária enfrentou vários desafios na disseminação de seu trabalho evangelístico, entre eles as tensões com a Igreja Católica, sob a égide hegemônica tão consolidada no país.

É importante ressaltar o posicionamento de Silva (2013), quando assevera que:

As inovações tecnológicas trazidas pelos americanos, em especial na educação e religião interferiram significativamente o Brasil. Na educação seus administradores e professores foram largamente requisitados pelo próprio governo brasileiro e outras escolas, tendo em vista possuírem métodos considerados modernos. Na religião, a ideologia dos missionários americanos contribuiu para a difusão de um modo de vida religioso tipicamente americano. (SILVA, 2013, p. 3).

Assim, no cenário político, o protestantismo traria benefícios e uma configuração inovadora para a República brasileira, diferentemente da dominação jesuítica nos campos da política, religião e educação, os quais intimidavam o sistema do governo. Essas seriam as considerações de Horace Manley Lane diante da profusão do protestantismo em terras brasileiras. Para Lane, o Brasil precisava receber a cultura norte-americana a fim de adquirir uma civilização superior. (NASCIMENTO, 2005).

Partindo dessa perspectiva, o interior do Brasil precisava ser desvelado; havia carência de instituições sociais, como escolas, igrejas, hospitais e outras iniciativas. Esse foi um fator desencadeador da difusão da missão evangelística em Goiás. Dessa forma, faz-se mister ressaltar a importância dessa missão evangelística que se difundia no Estado, tendo em vista o avantajado espaço territorial que a região Centro-Oeste tinha e que cabia aos presbiterianos diligenciar.

As instituições de ensino seriam os maiores investimentos dessas missões, com o duplo objetivo de evangelizar e educar por meio do protestantismo: para cada igreja fundada, uma escola. Desse modo, os missionários presbiterianos se fortaleceriam para difundir os ideais protestantes nessa região.

Destarte, as missões evangelísticas foram estabelecidas com o intuito de “civilizar” e “educar” o povo do interior do país. A educação seria o meio propício para que a população goiana se convertesse ao protestantismo, mesmo sabendo que a taxa de analfabetismo que acometia essa população era alta em Goiás.

A situação educacional era então dramática. Poucas escolas, professores (também escassos) sem formação, predominância de escolas isoladas, entre outros. Em 1930, o índice de analfabetismo, um dos principais temas do debate intelectual e político da época, era enorme chegando a atingir 86,3% da população em idade escolar. O ensino primário, embora “modelarmente ministrado na capital de Goiaz em todas as suas modalidades”, era “restritamente difundido pelo interior do Estado”. (PINTO, 2009, p. 207).

A despeito de todo trabalho missionário realizado pelos protestantes na Província de Goiás, Boyle, em 1884, enfatiza a responsabilidade de cada missionário em expandir o protestantismo em terras goianas. Outro ponto que julgava essencial era as conversões familiares para a fé protestante.

Vale ressaltar que o papel dos missionários era fundamental para atender à população do centro do país. Dentre os missionários que desempenharam importantes funções, destacam-se cinco norte-americanos que fizeram diligências por várias cidades goianas a fim de pregar o protestantismo, conforme representado no Quadro 3:

### Quadro 3 – Missionários norte-americanos em Goiás

Missionários	Cidades	Período
John Boyle	Santa Luzia de Goiás (Luziânia)	1884
Frederich Charles Glass	Catalão	1902
Archibald Macintyre	Goiás (Cidade de Goiás)	1907
Archibald Tipple	Pouso Alto (Piracanjuba)	1914
James Fanstone	Anapólis	1925

**Fonte:** Elaborada pela autora utilizando os dados de Araújo (2004).

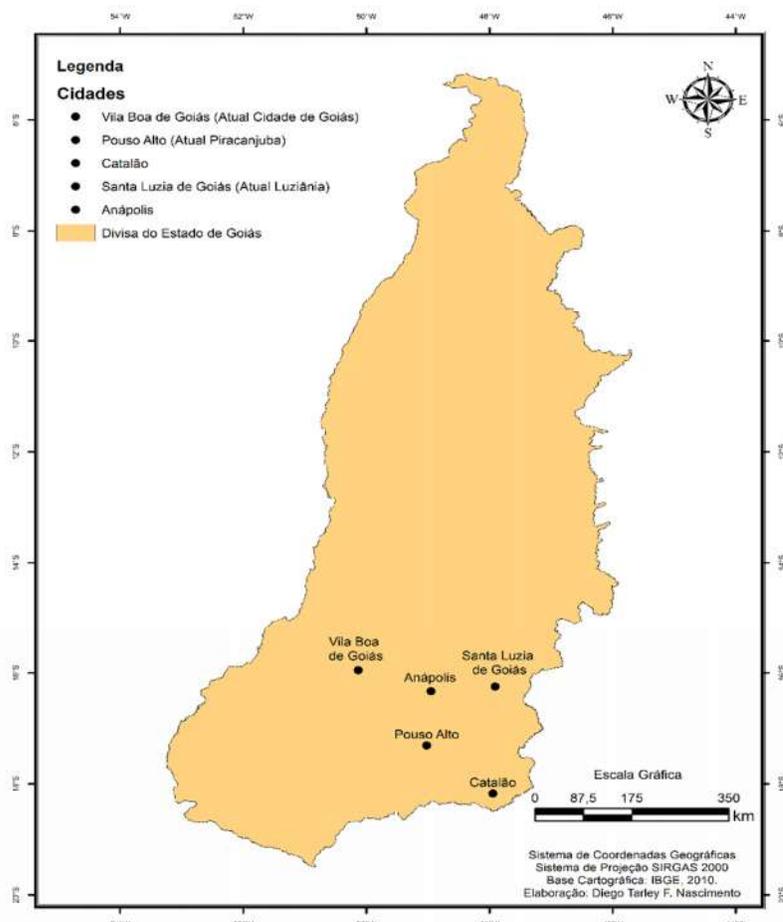
Os dados apresentados no Quadro 3 revelam que a propagação do protestantismo em Goiás se deu a partir de 1884, tendo John Boyle como precursor. A escolha das cidades para instalação dos “campos missionários” se deu a partir da região sul de Minas Gerais, avançando para o estado de Goiás, em específico na cidade de Luziânia e, mais tarde, Catalão. Essas cidades foram as primeiras regiões nas quais o protestantismo se difundiu, porém outras foram sendo definidas pelas Missão Central do Brasil, à medida que consideravam-nas profícuas a essa religião, além de oferecerem outros subsídios, como um cabedal de recursos naturais.

Mediante esses fatos, pode-se dizer que:

Durante o período em que a Missão Central do Brasil esteve presente no *hinterland* brasileiro, ela produziu uma imagem de progresso e civilização sobre si tanto para a população daquela região como para os seus pares norte-americanos. (NASCIMENTO, 2005, p. 51).

Na Figura 3, a ilustração do mapa<sup>29</sup> permite-nos compreender a localização das primeiras cidades de Goiás, no fim do século XIX, escolhidas pelos missionários norte-americanos para a divulgação do protestantismo no início da obra missionária pelo sertão goiano.

**Figura 3 – Cidades precursoras das obras missionárias em Goiás**



**Fonte:** Elaborado pelo geógrafo Diego Tarley F. Nascimento, 2015.

Segundo os apontamentos de Araújo (2004, p. 75), “a adesão religiosa atingia pessoas de camadas economicamente inferiores as quais não tinham condições de adquirir uma bíblia, daí o baixo valor da mesma na oferta feita pelos missionários na sua atividade de colportagem”. É possível perceber que a conversão da população dita “menos favorecida” torna-se menos complicada, haja vista que “grande parte da população goiana (94%) fazia

<sup>29</sup> O mapa ilustra o espaço territorial geográfico do Estado de Goiás no fim do século XIX, antes de ser dividido e criado o Estado de Tocantins.

parte da camada menos favorecida da região de Goiás no início do século XX”. (ARAÚJO, 2004, p. 75).

A inserção do protestantismo em Goiás se propagou coadunado com a *modernização*<sup>30</sup> da região centro-sul e concomitante com o centro-oeste goiano. Essa modernização trouxe a construção de vias ferroviárias, transformações socioeconômicas e culturais. Com isso, o protestantismo trouxe para Goiás a renovação do homem sertanejo, o progresso econômico e sociocultural para o sertão, que antes era visto pelos protestantes como um “jardim encantado”, agora, já podendo ser visto como uma região de fronteira, um espaço a ser povoado e ocupado. (ARAÚJO, 2004).

À luz dos questionamentos efetuados por Nascimento (2005, p. 54): “Mas, por que a escolha do interior brasileiro? Como surgira a ideia de se estabelecer na região? Como instalar no *hinterland* uma infra-estrutura que subsidiasse o projeto missionário? Como viabilizá-lo? [...]”, podemos crer que a obra missionária tinha uma exigência específica, com a preparação dos missionários para desvendar as terras do sertão goiano.

Laguna (1999, p. 176 apud NASCIMENTO, 2005, p. 52), em seus apontamentos sobre o processo civilizatório da região central do país, afirma que “para que isso ocorresse, era necessário ‘ocupar os espaços vazios do imenso Brasil, cortá-lo com estradas de ferro em todos os sentidos para levar a todos os seus recantos a modernidade’”.

#### 1.4.1 O olhar protestante sobre o sertão goiano: o “jardim encantado”

Goiás, no fim do século XIX e início do XX, recebia os missionários norte-americanos, chamados pelo povo sertanejo de “Mensageiros de Deus”, “Desbravadores dos sertões”, “Bandeirantes da Fé”, “Terras virgens”, “Bandeirantes da Bíblia” e “Diabos Vermelhos” (por se tratar de homens brancos que, acometidos pelo sol do sertão, tinham suas faces ficavam robustamente avermelhadas).

Sabemos que havia uma vasta dualidade entre o sertão e o litoral, o imaginário do sertão arremetia à era colonial; um território vazio, abandonado, distante. No sertão do interior do país viviam apenas vaqueiros, sertanejos, índios e trabalhadores de atividades pastoris. As terras não eram produtivas. Nas palavras de Araújo (2004, p. 83), “o sertanejo apresenta-se como um brasileiro rude, diferenciado em sua configuração racial, e

---

<sup>30</sup> Esta modernização ocorreu em decorrência da interiorização da marcha da capital no Brasil personificado principalmente na expansão da linha férrea em Goiás que ao lado das estradas de rodagem, passaram a fazer a ligação entre parte do território estadual aos principais centros econômicos do país. (ARAÚJO, 2004, p. 64).

principalmente, isolado, tanto no espaço como no tempo, visto que o sertão se move em ritmo vagaroso, sendo este, portanto, lugar de atraso e de vazio”.

Segundo os apontamentos de Palacín e Moraes (2008, p. 93), Goiás, ainda no fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, “era uma região periférica pertencente a um país de economia dependente. Sua situação era bastante difícil”.

Até no ano de 1930, Goiás vivia em total isolamento; era visto como uma região inóspita, decadente e de muitos atrasos, pouco habitada, não diferente do que era no fim do século XIX. Havia muitos índios, sertanejos rudes, pobres, acometidos pela preguiça, moléstias e a falta de instrução era predominante na região, “um território vazio, desconhecido, ainda não preenchido pela colonização”. (ARAÚJO, 2004, p. 83).

Por um lado, as terras da região do Centro-Oeste brasileiro – sertões não totalmente desbravados – e, por outro, a educação – posta em questão – passando a ser vista com veemência naquele momento, tornando-se um valoroso recurso para revogar a ignorância que acometia a maioria da população. Tal perspectiva permeava os objetivos das lideranças republicanas que viam na educação a maior alavanca para solucionar a problemática da não instrução da população.

Nesse cenário, o campo do protestantismo ganha força e notoriedade nas terras do sertão, responsabilizando-se por trazer o progresso àquela civilização morosa, como destaca Araújo:

O processo de negação-aceitação de distintas matrizes culturais é que promoverá melhorias, segundo o protestantismo, no habitat sertanejo afinal a indolência, a preguiça, o marasmo, a falta de iniciativa imperante no mesmo pode ser substituído pelo pragmatismo gerado e incentivado pela religiosidade protestante. (ARAÚJO, 2004, p. 86).

Conforme sustenta Araújo (2004, p. 86), “voltando ao sertão no olhar protestante, referências à indolência, à aparência física, à religiosidade e ao aspecto mobiliário das residências, surgem como índice de maiores ocorrências em grande parte desta região”.

O trabalho missionário, dessa forma, passa a ser uma medida de prevenção contra as moléstias, favorecendo a limpeza de cada moradia. O progresso chegara ao sertão a fim não só de propalar o protestantismo, mas também trazer um novo projeto de modernização. Diante disso, percebemos o quão dificultoso foi o trabalho dos missionários; muitas dificuldades foram enfrentadas, entretanto propagar os discursos religiosos no sertão ainda era a meta.

Talvez fossem imbuídos dessa consciência que os missionários consideravam “uma experiência muito inspiradora” propagar seu discurso religioso “terras virgens”. Mesmo assim, as dificuldades de ordem geográfica, principalmente, se colocavam como um dos entraves à ação propagandística do protestantismo revelando as distâncias caracterizadoras do sertão por longo período. No olhar missionário, “não era fácil, especialmente para um estrangeiro, acertar os caminhos de um vasto Estado, onde não existia estrada alguma. Logo descobri que seria necessário aprender outra língua: a do sertanejo”. (TIPPLE, 1972, p. 35-39 apud ARAÚJO, 2004, p. 92).

Da mesma forma que a inserção do protestantismo era conduzida em Goiás, o processo de modernidade se estabelecia na região centro-sul, indo em direção ao centro-oeste. Com a implantação das estradas férreas, muitos outros missionários paulistas, que também adentraram o interior goiano com o mesmo objetivo - a profusão do protestantismo em terras goianas - fizeram com que a decisão na escolha das cidades para se estabelecer os empreendimentos missionários fosse primordial.

Face ao exposto, a cidade de Anápolis, considerada a cidade do futuro, torna-se uma opção para o missionário James Fanstone e, em Catalão, município ao sudeste do estado, Glass funda o primeiro núcleo protestante de Goiás. (ARAÚJO, 2004).

Foi a partir da construção da nova capital, Goiânia, entre os anos de 1930 e 1940, que novos planejamentos foram feitos com base na construção de estradas para o desenvolvimento migratório. Dessa maneira a região começa a prosperar e a necessidade de aperfeiçoamento da escolarização assume um papel preponderante na transformação do cenário educacional, implementando um cunho civilizatório para essa população.

Vale ressaltar, ainda, que a construção de Goiânia trouxe outros benefícios para o interior do país, como retrata em um dos seus relatórios de governo, o interventor do Estado, Pedro Ludovico Teixeira:

Em 1933, escreveu o interventor em seu relatório: “Pondo-nos em contato permanente, diário e intensivo com as necessidades de Goiás, estudando-as nas suas fontes, perquirindo, observando, analisando detidamente as causas que têm possibilitado o desenvolvimento de um estado rico de reservas naturais como este, chegamos à convicção, já agora cimentada por mais de 30 meses de governo e investigações, de que a mudança da capital não é apenas um problema na vida de Goiás. É também, chave, o começo da solução de todos os demais problemas [...]”. (PALACÍN; MORAES, 2008, p. 158).

Movimentos migratórios se organizam e partem para o interior do país, subsidiados por projetos governamentais, como a denominada Marcha para o Oeste, já mencionada anteriormente, impulsionando soluções para povoar e levar o progresso para o interior do Brasil, principalmente a região Norte e Centro-Oeste, “assumindo o sertão o significado de

região de fronteira, espaço a ser ocupado e povoado a partir de um projeto nacional cientificamente orientado que se manifesta nos projetos de modernização”. (ARAÚJO, 2004, p. 91).

Em contrapartida, Goiás e Mato Grosso<sup>31</sup>, os estados da região centro-oeste sofrem por abandono; a falta de estradas dificulta a comunicação entre os governos estaduais e federal, provocando uma disputa político-econômica na região.

Nesse constructo, a separação do Estado de Mato Grosso não foi bem compreendida à época de sua separação. Bittar (1999) esclarece que alguns aspectos que afetaram diretamente o estado recém criado começaram a ser discutidos e analisados após a ditadura militar, precisamente no ano de 1985. “No caso de Mato Grosso, é bem provável que as lembranças de 1932 pesaram negativamente na sua decisão de excluir Campo Grande do Território de Ponta Porã, uma vez que a elite dirigente campo-grandense era contrária a ele – Vargas”. (BITTAR, 1999, p. 125). Por uma outra ótica:

[...] além de entender que a cisão de um estado tão grande, de configuração alongada no sentido norte-sul, implementaria o desenvolvimento capitalista, [...] também se levou em conta fatores políticos. [...] ao criar uma unidade federativa ali, contaria com mais um governo e toda a estrutura política regional, a favor do regime, que já se encontrava em exaustão procurando uma reforma para manter-se. (BITTAR, 1999, p. 126).

As ideias divisionistas surgiram em virtude dos limites de Mato Grosso e Goiás. Esse movimento no eixo sul de Mato Grosso foi originado por volta de 1889, quando alguns políticos corumbaenses divulgaram um manifesto propondo a transferência da capital de Mato Grosso para Corumbá. A atitude não teve resultados na época, mas mostrou que a tímida ação política poderia retornar com mais força. Na concepção de Bittar (1999), os anseios separatistas tiveram seu prelúdio no sul de Mato Grosso, constituindo uma rivalidade entre a cidade de Cuiabá e a cidade de Campo Grande, hoje capital de Mato Grosso do Sul<sup>32</sup>.

O fator que mais atuou na divisão do estado foi o isolamento físico em que a porção sul se encontrava em relação ao governo. [...] O distanciamento entre ambas suscitou, a contar dos anos 30, as queixas contra “o governo de Cuiabá”, que relegava o sul “no mais complexo abandono”. [...]. O isolamento não era fictício: basta lembrar que Campo Grande ligou-se a São Paulo pela ferrovia e, depois, por asfalto, antes de conectar-se com Cuiabá. Isto nos mostra que, de fato, quem estava isolada era Cuiabá. (BITTAR, 1999, p. 13).

<sup>31</sup> Aqui o Estado do Mato Grosso do Sul não havia sido criado, tampouco o Distrito Federal.

<sup>32</sup> O Estado de Mato Grosso do Sul foi criado a partir da divisão do Estado de Mato Grosso, no governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979), por meio da Lei Complementar nº31 de 11 de outubro de 1977.

Esse fato fez com que se alavancasse o progresso nessa região. Assim, em 1988, Goiás também passa pela carência de progresso em virtude do vasto espaço territorial e é desmembrado, surgindo o Estado de Tocantins<sup>33</sup>, que passa a fazer parte da região Norte do país.

O poema *Ser Goiano*, de José Mendonça Teles, enfatiza a questão do cidadão goiano, aquele que, apesar de ser acometido por uma “colonização”, compreende sua importância para o desenvolvimento do progresso de sua nação brasileira.

[...] O bom goiano aceita a divisão do Estado, por entender que a alma goiana permanece eterna na saga do Tocantins.  
Ser goiano é saber fundar cidades. É pisar no Universo sem tirar os pés deste *chão parado*. É cultivar a goianidade como herança maior. É ser justo, honesto, religioso e amante da liberdade [...]. (TELES, 1998, p. 12).

Dessa forma, a região Centro-Oeste<sup>34</sup> do país passa a abarcar três estados e o Distrito Federal, como a Figura 4 representa:

**Figura 4 – Localização geográfica da Região Centro-Oeste do Brasil**



**Fonte:** Disponível em: <<http://www.estadosecapitaisdobrasil.com/regiao/centro-oeste/>>. Acesso em: 10 set. 2015.

<sup>33</sup> Em 1988, o Estado de Goiás foi dividido e sua parte norte passou a constituir o Estado do Tocantins, sob a Lei Complementar nº 17 de 16 de novembro de 1998. O fato ocorreu quando já decorridos 10 (dez) anos da criação do Estado, motivo por que não estava obrigada a observar as regras básicas inscritas no art. 235 da Constituição Federal de 1988. O objetivo principal dessa divisão foi estimular o desenvolvimento da região norte.

<sup>34</sup> No ano de 1943 foi criada a divisão regional do Brasil. Nessa época a região Centro-Oeste contava com apenas dois estados: Goiás e Mato Grosso. Em 1960, foi criado o Distrito Federal dentro dessa área. Dessa maneira, no ano de 1977, dividiu-se o Estado de Mato Grosso, formando o Estado de Mato Grosso do Sul, o qual integrou-se nessa região. No ano de 1988, com o desmembramento do Estado de Goiás, o Estado de Tocantins foi criado e incorporado à região Norte do país.

Todavia, poucos avanços acometiam a região Centro-Oeste e, com isso, as missões protestantes que propagavam os discursos religiosos na vasta região tinham que integrar o homem sertanejo à civilização, antes mesmo de preconizar o protestantismo, a fim de evangelizá-lo. A estratégia era infiltrar a religiosidade no interior do país, que vivia uma hegemonia católica.

A despeito das mudanças ocorridas na religiosidade sertaneja, Araújo (2004) destaca que as mudanças sucedidas por intermédio da construção das estradas férreas, levando o progresso e a modernização, desencadeavam novos ideais acerca do protestantismo. As aberturas das estradas de ferro possibilitaram, também, o acesso a novos costumes e avanços, entre eles, a aceitação das pregações religiosas realizadas pelos missionários e a leitura da Bíblia.

Sobre a Bíblia, assim definiu Horace Lane, um missionário norte-americano:

A poesia que se evola das suas páginas é tão intensa, tão nova, tão penetrante, que uma vez chegando aos nossos corações nunca se desprenderá, nunca a perderemos, embora tenhamos aqueles sempre abertos ao sôpro de uma poesia mais humana. (PIRES, 1997, p. 39).

Considerando o sertão uma terra benéfica para a propagação do protestantismo, mas diante da população sertaneja acometida pelo alto índice de analfabetismo, os “protestantes ansiavam por uma mudança comportamental dos sertanejos a partir da rejeição do catolicismo, considerando o principal inimigo do protestantismo, e conseqüente aceitação do discurso religioso que propagavam”. (ARAÚJO, 2004, p. 94).

A hegemonia católica em preponderância no Brasil não era diferente em Goiás. Muitas tensões foram levantadas a partir das atitudes dos missionários diante de suas obras missionárias. O isolamento a que a população do interior era acometida dificultava as práticas da civilização, da leitura da bíblia e da expansão do progresso.

O sertão visto como um grande campo vazio, isolado e desconhecido era considerado, sob o olhar dos protestantes, um “jardim encantado”, denominação do Estado de Goiás dada pelos missionários.

Goiás era, portanto, um autêntico “jardim encantado” de acordo com a linguagem metafórica weberiana. Como “jardim encantado” esta foi a região escolhida pelo protestantismo, a partir do final do século XIX, com firmes propósitos em difundir sua prática religiosa altamente desencantadora. Empreender uma verdadeira “política de despovoamento” era a intenção mais intrínseca do discurso protestante ao propor o completo abandono da crença em santos, deuses ou espíritos, amplamente difundida e praticada no sertão. Em síntese, despovoar o imaginário religioso vigente, até então, em Goiás. (ARAÚJO, 2004, p. 118).

Os protestantes preconizavam que os sertanejos viviam em situação caótica, e o protestantismo se mostrava uma necessidade social diante da simplicidade e ingenuidade da maioria de analfabetos, fazendo-os crer em uma prática popular religiosa curadora, razão pela qual rezavam várias ladainhas<sup>35</sup>. Tais práticas eram aceitas, contudo não poderiam desafiar os preceitos religiosos católicos.

Essa região, por ser extensa e bem distante dos centros econômicos das demais regiões brasileiras, encontrava-se também em carência clerical, dificultando a criação e provisão de Dioceses. (ARAÚJO, 2004). Dessa forma, a manifestação de outras crenças populares foi se formando, tornando “esta religiosidade popular como expressão de crenças não apoiadas em formas institucionais rígidas propiciou a formação de um terreno favorável à constituição de novas crenças”. (ANTONIAZZI, 1994, p. 256 apud ARAÚJO, 2004, p. 107).

Portanto, ao se difundir o ideário protestante em Goiás, os discursos preconizados pelos missionários deveriam favorecerem a leitura da Bíblia como prática inovadora, calcada em princípios de “libertação”; uma libertação de pensamentos, de propulsão e também de civilização. Instruir a população goiana para esse fim era primordial para o projeto missionário difundido em Goiás.

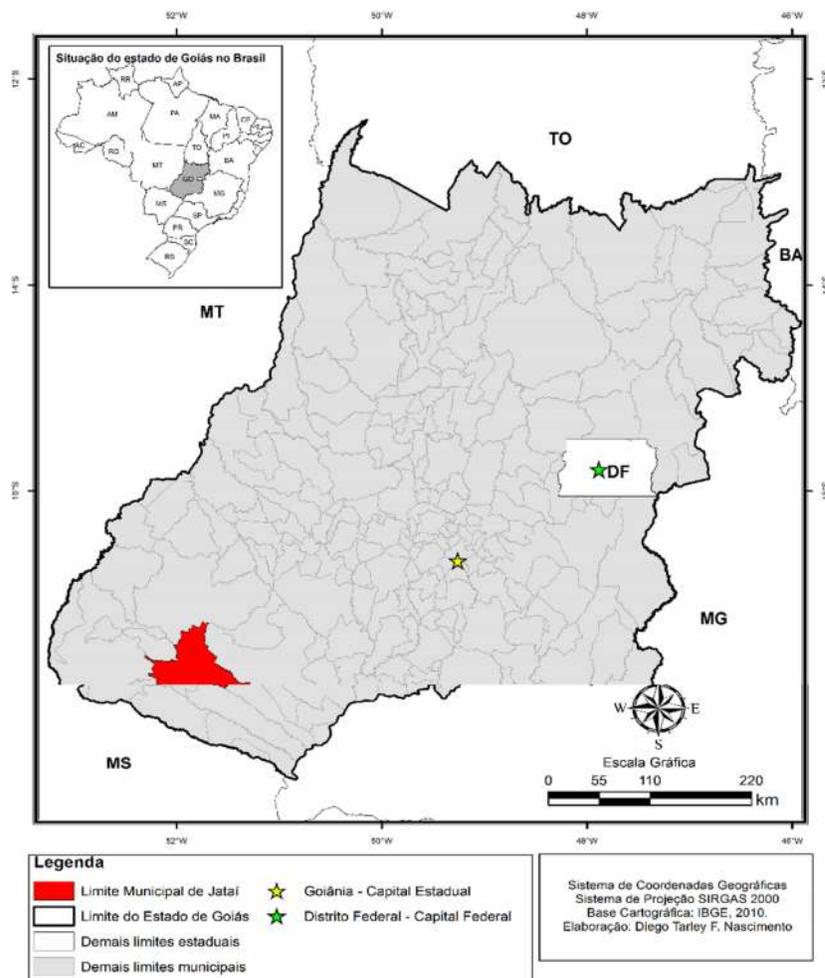
### **1.5 Jataí: a “princesa” do sudoeste de Goiás**

Jataí é uma cidade localizada na região do sudoeste goiano, distante 320 km de Goiânia, a capital do Estado. De acordo com o censo, possuía, em 2010, 88 006 habitantes distribuídos em 7 174 228 km<sup>2</sup>, com estimativa de 95 998 pessoas para o ano de 2015. A localização de Jataí encontra-se representada na Figura 5:

---

<sup>35</sup> Oração formada por uma série de invocações curtas e respostas repetidas.

**FIGURA 5: Localização geográfica de Jataí no Estado de Goiás**



**Fonte:** Elaborado pelo geógrafo Diego Tarley F. Nascimento, 2015.

No entanto, para compreender o contexto em que a cidade estava inserida a partir do fim do século XIX e início do XX será interessante retomar, ainda que de forma breve, seus principais aspectos.

A história de Jataí se insere no contexto da profícua região do sudoeste goiano, que ainda no fim da última década do século XIX era pouco conhecida. Em diligência, com o intuito de desbravar novos campos do *hinterland* brasileiro, duas famílias, uma mineira e outra paulista, chegaram à região de Jataí em busca de posse de terras.

Advindos de Espírito Santo dos Coqueiros<sup>36</sup>, em setembro de 1836, Francisco Joaquim Vilela, sua esposa, Genoveva Maximina Vilela, e seu filho, José Manoel Vilela, chegaram na

<sup>36</sup> Município de Lavras do Funil, hoje cidade de Coqueiral, Estado de Minas Gerais.

região e estabeleceram uma fazenda de criação de gado. Já no ano de 1837, vindos da cidade de Franca, no Estado de São Paulo, o jovem José de Carvalho Bastos, acompanhado de sua esposa, Ana Cândida Gouveia de Moraes, também construíram sua fazenda. Dessa forma, foi instituído um acordo que dividia as terras entre as famílias Vilela e Carvalho pelo qual a margem esquerda do rio Ariranha pertenceria aos Vilelas, e aquelas com os afluentes do Rio Bom Jardim seriam de propriedade da família Carvalho. (JATAHY, PÁGINAS ESQUECIDAS, 2011).

Diante desses fatos, formou-se, então, o primeiro núcleo de povoação, com terreno doado pela família Vilela, recebendo o nome de Paraíso. Em 17 de agosto de 1864, o Presidente da Província de Goiás elevou a Capela do Divino Espírito Santo de Jataí à categoria de Freguesia, criando então o Distrito de Paraíso de Jataí. (MELO, 2002).

Em 09 de julho de 1867, foi lançada a pedra fundamental da Igreja pelo padre Antônio Marques Santarém. Em 28 de julho de 1882, de acordo com a resolução nº. 668, foi lançada a pedra fundamental e criação do município de Paraíso de Jataí. O “crescimento da população rural levou à criação de um povoado que abrigaria, segundo pensamento inicial, a Capela do Divino Espírito Santo, de quem a maioria das famílias eram devotas”. (PIRES, 1997, p. 40). Assim, em 02 de fevereiro de 1885, recebeu o nome de Vila Jatahy<sup>37</sup>.

No entanto, foi por meio da Lei Estadual nº. 56, de 31 de maio de 1895, que a sede do município se elevou à categoria de cidade de Jataí, por imposição do Tenente Coronel José Manoel Vilela.

Devido à sua localização geográfica, Jataí foi retratada em uma reportagem, em 1910, pelo Jornal O Jatahy, como um lugar promissor:

A cidade de Jatahy é um esperançoso local de Goyaz. Por sua topografia é um dos mais belos e poéticos, [...].  
O viajante que vem de Rio Verde e para no alto da collina, à entrada, fica deslumbrado com o panorama que seus olhos alcançam [...]. (JORNAL O JATAHY, 30/01/1910, Anno I, nº 7, p. 2).

Muitos olhares eram lançados sobre essa região, pois o clima era agradável e suas terras, promissoras de sustento da agricultura e da pecuária; era a “princesa” do sudoeste goiano, assim denominada pelo Jornal O Liberal em 1934:

---

<sup>37</sup> A origem do nome Jatahy é uma referência à grande quantidade de árvores na região denominadas “jatobá” ou “jataí (*Hymenaeacourbari*). Em seus troncos as abelhas, que também eram denominadas jataí (*Trigonajaty*) pelos índios kaingang, produziam um excelente mel. (MELO, 2002, p. 3).

[...] Não há quem, aqui chegando, não fique logo arrebatado de admiração diante do aspecto com que se destaca, sob este céu de puríssimo azul, de curva sempre alta, escampo e polido como porcelana chinesa, este recanto rico e fértil de Goyaz, destinado ainda mais a maior surto de progresso [...]

Jatahy já se acha preparado para receber esse povo influxo dos grandes centros, porquanto não é aquella esquecida cidade que parecia dormir, no sudoeste goyano, [...]

Foi nessa aurora promissora, nesse amanhecer risonho, que Jatahy se levantou, parecendo que se despertava de um longo entorpecimento, de um afflictivo pesadelo. Melhorou o seu convívio intelectual, e a comodidade de que se revestiu a Princeza do Sudoeste continuou, de modo surpreendente, a attrahir nova população, composta de homens de letras, industrias, comerciantes, etc., o que cada dia mais se alarga. (JORNAL O LIBERAL, 13/11/1934, Ano IV, n. 157, p. 1).

A cidade de Jataí, situada no interior do sertão goiano, inicialmente apenas servia para mineração e o ciclo aurífero; porém com a chegada dos imigrantes que desbravaram as terras goianas, as terras tornaram-se fonte para a economia agropastoril. Começaram a surgir os primeiros povoados ao seu redor, cada qual com suas peculiaridades, e o início do povoamento da cidade de Jataí não foi diferente.

O sudoeste goiano não se encontrava interligado aos terminais ferroviários por estradas de rodagem; assim, nos anos 20, há uma significativa expansão rodoviária. Após 1930, Goiás entra em uma fase no que se refere à estrutura rodoviária, tendo o poder público assumido a construção e conservação das principais estradas e rodovias vitais para a economia goiana. (PIRES, 1997, p. 42).

Como a maioria da população jataiense era católica, os ideais de uma educação com formação moral voltados para “homens de bem” eram os preceitos estabelecidos. As famílias da elite preocupavam-se com a formação de suas crianças. As primeiras iniciativas começaram a emergir em uma região tipicamente rural.

As famílias pioneiras do município, os Vilela e os Carvalho, tinham preocupações com a educação dispensada aos seus filhos, bem como à população em idade escolar. Assim:

[...] a família Carvalho contratou para lecionar em sua fazenda o professor “João Champagne”. Veio da capital e dava aulas só para os filhos do senhor Carvalho. Aulas mistas não havia (...). A educação era assegurada apenas às crianças do sexo masculino não sendo permitido que as meninas freqüentassem as aulas. Posteriormente os Vilelas, já em 1860 construíram um galpão que abrigava as crianças da região para o estudo. “Galpão novo de chão socado, mostrando na frente a mesa tosca do professor e pequena lousa”. (PIRES, 1997, p. 41).

Os professores eram contratados para lecionar para os filhos dos fazendeiros em salas de aulas adaptadas, como galpões e outras instalações provisórias. Eles deveriam residir nas próprias fazendas, para que o tempo fosse bem aproveitado a favor do ensino. Havia também fazendeiros que contratavam professores vindos de outras regiões, em virtude de Goiás ainda

ser um Estado com escassos investimentos na educação. Envoltura nesse cenário é que a educação começa a se estabelecer no município.

As tensões políticas, refletidas em Jataí, iniciaram-se em um contexto muito nefasto, começando na década de 1930, quando o interventor de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, com a promessa de construir uma capital mais moderna para o estado, planeja a construção de Goiânia.

Conforme podemos constatar, com o avanço do capitalismo, Goiás despontou como uma área agrícola promissora. A partir da construção de Goiânia, a nova capital, foi restituída a confiança ao povo goiano, que nesse momento pode pensar em um futuro proeminente, deixando para trás os resquícios de um passado de atraso (PALACÍN; MORAES, 2008). Desse modo, foi possível promover a abertura de novas estradas, ligando a região Centro-Oeste aos outros municípios e estados do país, favorecendo a migração:

[...] conseqüentemente o povoamento, acelerando a colonização do Mato Grosso Goiano, zona de grande riqueza agrícola; criou o primeiro centro urbano de relativa importância em Goiás que, se não chegou a se constituir um centro industrial – como esperavam os construtores –, desenvolveu para si e para todo o Estado os diversos tipos de serviços (colégios e faculdades, bancos, hospitais, comércio etc.) indispensáveis ao desenvolvimento. (PALACÍN; MORAES, 2008, p. 162).

Vale destacar que Jataí começava a padecer sob as influências advindas dos desafetos políticos. Nesse contexto, começa a amargar os primeiros embates políticos e religiosos, decorrentes das famílias que ali viviam e tinham suas objeções políticas ao interventor do Estado e a outros políticos influentes.

Os embates retratavam a indignação de alguns políticos com variados temas, entre eles a “instrução”. Com a grande dificuldade em enviar os filhos para outras regiões, como Minas Gerais, em virtude das escassas estradas, várias são as ações de igrejas e também de outras pessoas vindas de localidades diferentes, dispostas a estabelecer projetos educacionais naquela região. Essa preocupação, muito provavelmente, também assolava a população carente da cidade de Jataí: seus filhos estudariam em qual instituição? Levá-los a estudar em outros estados seria bastante dispendioso.

No âmbito econômico, Jataí, em meados dos anos de 1940, expandia-se vagarosamente, modalizando seus modos de produção. De uma economia pecuarista, passou a investir, também, na agricultura. As poucas indústrias que existiam eram de transformação de matérias primas, localizadas na zona rural.

Desse modo, fazia-se necessária a implantação de grupos de pessoas dedicadas a esse fim; a região, conhecida como a “princesa do sudoeste”, oferecia oportunidades vindouras. Os protestantes, especificamente os presbiterianos, vislumbravam seu projeto missionário em um local como a cidade próspera de Jataí, para constituir sua igreja e angariar novos fiéis. Essa “problemática” engendrou sentimento de indignação nos políticos influentes da região, em meados dos anos de 1930.

Nesse cenário, identificou-se uma ameaça de ordem social, aliada à chegada dos primeiros núcleos presbiterianos na cidade de Jataí com a proposta de difundir o processo de evangelização. Dessa forma, “os protestantes eram vistos não somente como uma ameaça ao catolicismo, em razão da sua doutrina, que trazia consigo um projeto de reestruturação social” (FERREIRA, 2003, p. 42), mas também de ordem educacional. Os presbiterianos poderiam “disseminar a *visão cristã reformada*” pela cidade e, dessa maneira, minimizar a difusão da Igreja Católica. (FERREIRA, 2003, p. 42).

Quanto aos aspectos educacionais, Jataí adentra o século XX contando com diversas instituições responsáveis pela instrução primária, secundária e até o jardim de infância, como o Instituto Municipal Pedro Salazar<sup>38</sup>, o Lyceu de Jatahy<sup>39</sup>, o Colégio Paula Ribeiro<sup>40</sup> e o Grupo Escolar Presidente Brasil<sup>41</sup>, este último, público. Todos atendiam à população em idade escolar, mas a oferta não conseguia atender a demanda<sup>42</sup>. (PIRES, 1997).

Os jornais da época retratavam os atributos de cada um, como podemos ver nas Figuras 6, 7 e 8. Observamos que, nos periódicos de Jataí e em alguns de outras localidades, utilizados na pesquisa como fontes, tanto do Museu Histórico de Jataí, quanto do Arquivo Público Estadual de Goiás, não foram encontradas propagandas veiculadas sobre nosso objeto de estudo, o Instituto Presbiteriano Samuel Graham.

O fato que nos leva a refletir: havia uma proibição, por parte da Igreja católica, na veiculação de propagandas de instituições privadas mantidas pelos protestantes? Não localizamos na data da pesquisa, divulgação de cultos evangélicos de nenhuma ordem

---

<sup>38</sup> Criado em 1912, era mantido pelo município e ofertava o ensino secundário. (PIRES, 1997).

<sup>39</sup> Fundado em 1933 como uma instituição privada, também ofertava o ensino secundário. (PIRES, 1997).

<sup>40</sup> Fundado em 1922, ficou fechado posteriormente e foi reaberto em 1932. Também ofertou o ensino secundário, sendo uma instituição privada. (PIRES, 1997).

<sup>41</sup> Fundado em 1929, recebeu o nome em homenagem ao presidente do Estado de Goiás, Brasil Caiado (1925-1929). Em 1930 passou a se chamar Grupo Escolar João Pessoa. No ano de 1937 foi denominado Grupo Escolar Jataí. Em outro momento, já nos anos de 1950, essa instituição foi nomeada Grupo Escolar Marcondes de Godoy, atual Colégio Estadual Marcondes de Godoy. (PIRES, 1997).

<sup>42</sup> As escolas citadas funcionaram de forma esporádica, às vezes durante apenas um ano, como o Instituto Municipal Pedro Malazar. Mesmo funcionando por períodos maiores, de três a quatro anos, como o Colégio Paula Ribeiro e o Lyceu de Jatahy, não se têm registros de alunos que concluíram o ensino secundário nessas instituições. (PIRES, 1997, p. 7).

religiosa, a não ser das missas e de trabalhos relacionados ao catolicismo. A figura seguinte ilustra algumas publicidades de instituições escolares da época.

**FIGURA 6: Propaganda do Collegio “Paula Ribeiro”<sup>43</sup>**

**Collegio**  
**“PAULA RIBEIRO”**

*Autorisado por despacho do Exm. Sr. Dr. Presidente do Estado, desde 1921.*

Curso primario e secundario, administra-  
do pelos mais modernos processos de  
ensino.

Além do curso **DIURNO**, man-  
tem uma

**Aula nocturna** dividida em dous  
turnos: um para a  
classe complementar e outropara a classe que se in-  
cia para cursar estabelecimentos de ensino superior.

Na classe adeantada já se acham inscriptos os  
distintos e intelligentes moços:—C. Carneiro (Tote),  
Apparicio de Carvalho (Quico), Osorio Zaiden, Do-  
mingos d'Oliveira França, Guercindo de Carvalho  
(Guine), Sebastião Carneiro (Fonfon), Sebastião Fer-  
reira Turco, além de outros cuja entrada está promet-  
tida.

Leccionam-se as seguintes materias : — portuguez,  
francez, arithmetica, algebra, geometria, geographia,  
historia, desenho (os trabalhos desta aula poderão ser  
apresentados na aula diurna, em que figuram alu-  
mnos como Clovis Carneiro, Waldemar Zaiden (clas-  
se adeantada); Othon Itapura, Eleusyo Cruzeiro,  
etc., (complementar), que executam já alguns trabalhos  
dignos de nota.

Na aula diurna ensinam-se as mesmas materias, de  
conformidade com o gráo de adeantamento de cada  
classe, já sendo bastante animador o numero dos  
que frequentam este turno.

Mensalidade ( sem desconto de falhas, a não se-  
rem dadas pelo Professor ) — 20\$000.

**Não se exige joia de entrada, mas o pagamento será  
adeantado.**

Jatahy, Largo da Independencia

Fonte: Jornal O Picapau (Anno I, nº II, de 16/07/1922).

<sup>43</sup> O Colégio Paula Ribeiro, como mencionado anteriormente, era uma instituição privada, não presbiteriana, fundada pelo professor Nestório Ribeiro, que deu o nome de sua filha para a instituição. Mais tarde veio a fundar o Colégio Estadual Nestório Ribeiro.

A imagem acima retrata uma propaganda veiculada de uma instituição privada. Podemos perceber, por meio desse recorte de jornal, o nome de alguns alunos que estão frequentando as aulas “diurnas” e “nocturnas”. Assim, questionamos: esses alunos pertenciam a famílias da elite jataiense? O destaque para esses alunos como “moços distintos e inteligentes” faziam com que o trabalho desenvolvido na instituição privilegiasse a matrícula de alunos competentes e da elite?

A falta de nomes femininos na propaganda chamou-nos a atenção, o que denota que a educação feminina provavelmente não recebia atendimento educacional nas escolas. Para Palacin e Moraes (2008), as mulheres ocuparam espaço diminuto na sociedade goiana, assim como também na educação feminina no século XIX e início do XX. Naqueles tempos, a educação popular praticamente não existia, a instrução de meninas estava circunscrita ao conhecimento das primeiras letras, como se destaca:

Quando alguns pais, esclarecidos, entendiam que suas filhas deveriam aprender a ler e escrever, isso acontecia dentro dos lares, e aquilo que lhes ensinavam era muito diferente do que era oferecido aos meninos. A ida das jovens ao convento ou recolhimento significava aprender a bordar, coser, fazer doces, ler e escrever e contar; um pouco de latim, música e história sagrada. Uma educação que visava, sobretudo, preparar as jovens para o casamento em idade de extrema juventude. (ALMEIDA, 2006, p. 66).

A propaganda também se refere aos tipos de cursos oferecidos: primário e secundário; além das aulas diurnas, o Colégio Paula Ribeiro oferece aula noturna, com distinções entre classes complementares e de iniciantes para cursar estabelecimentos de ensino superior. As disciplinas lecionadas são mencionadas como “matérias”, as quais são: Português, Francês, Aritmética, Álgebra, Geometria, Geografia, História e Desenho.

A mensalidade, não pode ter desconto de falhas, a não ser dadas pelo professor, no valor de 20\$000, não exigindo joia de entrada, mas o pagamento seria adiantado.

Essa propaganda era veiculada em um jornal da cidade divulgando os trabalhos pedagógicos de uma instituição mantida como privada, por um professor da cidade de Jataí. Dessa maneira, não podemos afirmar se esse colégio era destinado apenas ao público masculino.

FIGURA 7: Propaganda do Instituto Municipal "Dr. Pedro Salazar"

**INSTITUTO  
MUNICIPAL  
"Dr. Pedro Salazar"**

*Internato e Externato de instrucção primária e secundaria para ambos os sexos*  
*— Sob os auspícios do M. S. da Ceneção —*

O Instituto manterá por conta da Municipalidade duas aulas primarias, uma do sexo masculino e outra do sexo feminino, cujo ensino será gratuito; e admittirá nas mesmas condições, no curso secundario, 16 alumnos reconhecidamente pobres, a juizo do Intendente Municipal.

A matricula para um e outro curso se effectará do dia 1 ao dia 15 do corrente, de sendo instalado o Instituto no dia 16 do mesmo mes.

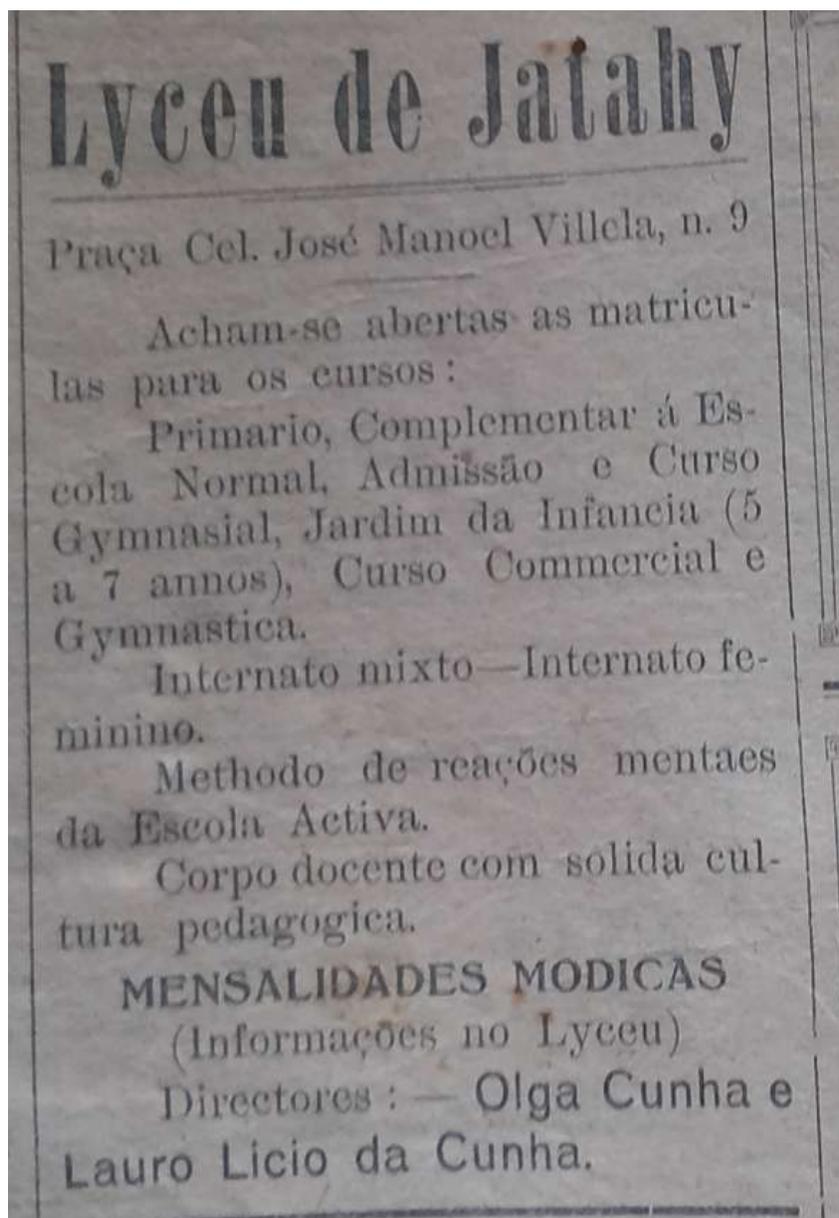
O Director dará quaesquer informações a respeito do regimen collegial, a quem as sollicitar, em sua residencia.

Cidade de Jatahy, 1 de Março de 1912.  
 O DIRECTOR,  
*Dr. Pedro Salazar Moscoso da Veza Peixes.*

Essa propaganda menciona outra instituição da cidade de Jataí, diferente do Colégio Paula Ribeiro: o Instituto Municipal Dr. Pedro Salazar, de instrução primária e secundária para ambos os sexos, provavelmente católico, pois podemos ver na imagem os dizeres “Sob os auspícios de Nossa Senhora da Conceição”, em regime de internato e externato.

As aulas possivelmente aconteciam separadamente para o público masculino e feminino, em virtude da propaganda informar “duas aulas primárias, uma do sexo masculino e outra do sexo feminino”. Nessa instituição o ensino era provavelmente gratuito, e admitia para o ensino secundário, em condições igualitárias, 16 alunos reconhecidamente pobres, a juízo do Intendente Municipal da cidade de Jataí.

**FIGURA 8: Propaganda do Lyceu de Jatahy**



**Fonte:** Jornal O Liberal (ANO III, nº 129, de 18/03/1934).

O Lyceu de Jataí veiculou uma propaganda jornalística dos cursos que oferecia, a saber: Primário, Complementar à Escola Normal, Admissão e Curso Ginásial, Jardim de Infância (5 a 7 anos), Curso Comercial e Ginástica. Atendia em regime de internato misto e internato feminino.

Apresentava publicidade ao método pedagógico utilizado na instituição, o método de reações mentais da Escola Ativa, com um corpo docente com sólida cultura pedagógica.

Supostamente era uma escola privada, pois apresentava uma propaganda em letras caixa alta nos dizeres: **MENSALIDADES MÓDICAS**.

Concomitante ao período em destaque, há evidências de que funcionaram várias escolas isoladas, tanto no município quanto em alguns distritos de Jataí, mas não nos debruçaremos sobre essa perspectiva nesta pesquisa.

O projeto republicano em defesa de um novo ideário para a instrução primária, a escola graduada, insere-se nesse contexto em Jataí, o que, de acordo com Rosa Fátima de Souza (1998), trouxe um projeto de cunho civilizatório para todo o país, sendo uma necessidade política e social. Era preciso ser “alfabetizado” para participar das decisões políticas eleitorais no Brasil. A instrução primária torna-se indispensável e componente principal do regime republicano.

No alvorecer das décadas de 30 e 40, Jataí encontra-se com um novo arcabouço educacional, recebendo novos grupos de pessoas que estavam imbuídas de empenho por uma educação inovadora.

Diante do exposto, o cenário educacional instituído em Jataí, entre as décadas de 1920 e 1940, permite-nos afirmar que a educação se tornou mister; caminhando vagarosamente a princípio, passa a fazer parte de novas discussões acirradas entre políticos e religiosos.

Os embates religiosos, que podem ter delineado cada passo da profusão dos grupos de católicos e protestantes, tiveram objetivos diferenciados na implantação de suas escolas em Jataí nos anos de 1940.

## **1.6 O estabelecimento dos missionários norte-americanos presbiterianos em Jataí: a construção da Primeira Igreja Presbiteriana**

É mister destacar que, no que tange às famílias protestantes da cidade de Jataí, a dificuldade era desmedida, isto porque, ao colocarem seus filhos nas escolas, muitas passavam por dificuldades financeiras, ao ponto de prestarem serviços de doação de trabalho nas instituições educativas.

Tanto as famílias espíritas quanto as dos maçons apresentavam essa dificuldade quando se tratava da educação de seus filhos. Escolher a instituição na qual seus filhos iriam estudar era uma decisão importante para os pais de cada família.

[...] Meus pais não tiveram possibilidade de estudar, mas queriam que seus filhos estudassem e resolveram mudar pra Jataí e, papai vendeu a fazenda e nós mudamos pra cá e colocou a gente na escola. Todos nós fomos estudar na Escola Evangélica de Jataí, que depois passou a ser o Instituto Samuel Graham. (FREITAS, 2015).

Vale ressaltar, também, que as dificuldades provavelmente eram muito grandes para as crianças de famílias carentes estudarem nas escolas escolhidas, o que podemos comprovar pelo depoimento de uma ex-aluna.

[...] Meus pais eram pobres, meu pai ficou um tempo muito doente e aí a gente passava muita dificuldade. Nós entramos, nós estudamos no Instituto, porque com essa doença do meu pai, a minha mãe conheceu um missionário da igreja que levou pra igreja, porque meu pai ficou fraco da cabeça, aí ele saía sumia, e aí minha mãe lavava roupa para esse pastor da igreja presbiteriana. Aí, ele sempre que ele vinha pegar a roupa na casa da mamãe, ele via mamãe chorando, aí ele perguntava porque ela chorava tanto, aí ela contou, e nesse dia meu pai estava sumido. Ele ficou com a cabeça fraca, com problema mental, aí esse missionário, esse pastor disse pra ela que quando ele chegasse, mandasse ele ir lá. [...].

Aí, a minha mãe conversou com ele e toda manhã que ele ia pra igreja ele passava aqui e levava meu pai. Aí chegava lá, ele ia fazer o trabalho dele dentro da igreja e punha papai fazer pequenos trabalhos, serviços lá na igreja. Aí meu pai, foi acostumando, foi, foi sendo evangelizado né, e aí minha mãe começou a acompanhar, foi aí que nós nos tornamos presbiterianos.

E aí com essa ida pra igreja, ele arrumou uma bolsa de estudos pra gente no ISG para os filhos do papai, para os mais novos, porque os mais velhos já tinham a vida própria, [...].

Nós éramos pequenos, menor, no primário, a gente teve bolsa de estudos normal, uma bolsa normal, aí quando a gente foi crescendo quando a gente passou pro ginásial, aí a gente ganhou a bolsa de estudos, mas era chamada bolsa de trabalho. Você tinha que fazer alguma coisa, para pagar a escola, então a gente estudava no período normal da aula e aí depois, por exemplo se eu estudasse de manhã, depois do almoço eu ia e limpava uma classe. [...]. (GOMES, 2015).

Com o grande número de famílias que migravam de outras regiões, como Minas Gerais, e eram de confissão religiosa protestante, deu-se o aumento do núcleo evangélico na cidade. Essas famílias não tinham lugares próprios para expressar sua fé cristã, tampouco poderiam frequentar as igrejas católicas e as escolas que não fossem de cunho confessional protestantes.

Formava-se, por um lado, o grupo de católicos e, por outro, o de protestantes, criando segregação social e religiosa. As famílias “evangélicas”, assim denominadas, não tinham onde congregar porque o templo ainda não havia sido construído.

Segundo os apontamentos de Assis (1991), os trabalhos da Igreja Presbiteriana de Jataí tiveram início com a chegada, em 1924, da família evangélica de Rafael Alves Pereira, vinda da cidade de Araguari (MG); e o senhor Rosalvo Goulart, no ano de 1925, também vindo da mesma região. Mais tarde, receberam a visita do missionário norte-americano reverendo James Woodson, da Missão “EAST BRAZIL MISSION OF THE PRESBITERIAN

CHURCH IN THE UNITED STATES”. Woodson, residente também na cidade mineira de Araguari, foi para Jataí a fim de oferecer conforto espiritual aos novos crentes e aos novos convertidos. Já havia manifestações de várias pessoas interessadas em se converter ao protestantismo.

O trabalho presbiteriano em Jataí oficialmente se concretizou com a visita do reverendo Ashman Clark Salley, missionário norte-americano da *South Brazil Mission of the Presbyterian Church of the United States of America*, recebendo depois o nome de Missão Brasil Central. Outros missionários brasileiros também foram designados para acompanhar essa missão. O reverendo Salley morava em Alto Araguaia (MT) e visitava a região do sudoeste goiano, incluindo em seu itinerário as cidades de Jataí e Rio Verde.

O emprego da História Oral permitiu a esta pesquisa realizar algumas inferências diante dos depoimentos, mas não foram localizadas outras fontes que pudessem atestar que missionários brasileiros também foram designados para participarem da missão de evangelização pela região do Sudoeste goiano.

Em 1930, o reverendo Salley, como era chamado, foi nomeado missionário evangelista do sudoeste de Goiás. Deu novo impulso ao trabalho em Jataí e, em 1931, mudou-se com sua esposa, Sara Salley, em definitivo, para a cidade. Segundo Assis (1991, p. 134), “o casal Salley morou e trabalhou em Jataí por mais de sete anos, conquistando a amizade e simpatia de todo povo jataiense, deixando firmes alicerces para o futuro da Igreja”.

O casal Salley permaneceu em Jataí de 1931 a 1939, deixando organizado o plano de edificação da igreja (CURADO, 1994, p. 126). A ideia era a construção de um salão, que seria usado para os cultos, e uma escola dominical, mas as adversidades de saúde que acometeram o reverendo Salley, em 1939, fizeram com que o casal voltasse para os Estados Unidos. A Figura 9 retrata o casal Salley.

**FIGURA 9: Reverendo Ashman Clark Salley e sua esposa, Sara Salley**



*Rev. Ashmun Salley e D. Sarah*

**Fonte:** Arquivo do Instituto Samuel Graham (Jataí – GO)

Apesar desses desafios, o objetivo de estabelecer um templo evangélico na cidade não poderia ser interrompido, haja vista que:

No ano de 1940 o Rev. Donald F. Schroeder e sua Exma. Esposa Da. Helena Schroeder vieram tomar conta do trabalho, que já tinha grande expansão regional em todo Sudoeste Goiano. Com esforço cristão e muito entusiasmo, trabalhou esse casal durante um ano, organizando uma biblioteca e uma escola primária<sup>44</sup> que funcionou durante a estadia em Jataí. No fim de 1940, por causa da enfermidade de Da. Helena, o casal voltou aos Estados Unidos da América. (ASSIS, 1991, p. 134).

No que tange ao percurso histórico de constituição e consolidação da Igreja Presbiteriana de Jataí<sup>45</sup>, destinada à parcela evangélica da população, a Congregação manteve-se sob os cuidados do Sr. Sebastião Herculano de Souza<sup>46</sup> até 1941. Nesse mesmo ano, o reverendo Robert Emerich Lodwick, responsável pela Congregação do sudoeste goiano, em visita à Jataí, certificou-se de quão magnífico era aquele projeto missionário e decide deslocar-se com sua família de Rio Verde, no ano de 1942.

<sup>44</sup> Segundo os depoimentos orais obtidos nesta pesquisa, a biblioteca foi instituída para que os fiéis pudessem deixar seus filhos enquanto frequentassem os cultos protestantes. Não encontramos fontes documentais que pudessem esclarecer quais práticas eram desenvolvidas em seu interior e quais obras havia catalogadas. A informação que tivemos, por meio das fontes orais, é que os fiéis também podiam utilizar as obras para suas leituras e que uma pessoa era responsável por essa biblioteca.

<sup>45</sup> Não tivemos acesso às Atas da Igreja Presbiteriana de Jataí, em virtude do Conselho Deliberativo não autorizar sua análise para pesquisa documental.

<sup>46</sup> Nascido em Jataí – Goiás, foi Presbítero da Igreja Presbiteriana de Jataí.

Com o intuito de estabelecer a fundação do Templo da Igreja, o reverendo Lodwick, funda o Templo em 11 de outubro de 1942. Assim, a gênese da Igreja Presbiteriana de Jataí se configura e se organiza. Em 1946, ordena seus primeiros presbíteros e, a partir de então, a seara evangélica de Jataí começa a se formar<sup>47</sup>.

Ao analisarmos os nomes dos pastores, verificamos o nome de três reverendos, que possivelmente são norte-americanos; um deles é o rev. James Buyers, que também atuou como professor na escola da Igreja, conforme verificamos no quadro de funcionários do Instituto Samuel Graham, e que será abordado na próxima seção.

Convém destacar que a expansão do protestantismo se deu em Goiás entre os anos de 1893 a 1940, em sua maioria na região sudoeste do Estado.

A Tabela 3 elucida o quantitativo da população, com relação à concentração de protestantes e católicos, em dezesseis cidades do Estado de Goiás nos anos de 1940. Por essa ótica, podemos perceber que a profusão do protestantismo havia se configurado no *hinterland* brasileiro.

**TABELA 3: Municípios goianos com maior concentração de protestantes, 1940**

Municípios	População	Protestantes	%	Católicos	%
Goiânia	48 166	1 196	2,48	45 241	93,9
Santa Luzia (Luziânia)	17 249	828	4,80	16 358	94,8
Anápolis	39 148	784	2,00	37 031	94,5
Pires do Rio	14 728	752	5,10	12 807	86,9
<b>Jataí</b>	<b>22 793</b>	<b>489</b>	<b>2,14</b>	<b>17 396</b>	<b>76,3</b>
Goiás	44 250	482	1,08	43 291	97,8
Pouso Alto (Piracanjuba)	15 544	450	2,89	14 472	93,1
Ipameri	25 625	406	1,58	24 130	94,1
Palmeiras	15 126	394	2,60	14 400	95,2
Rio Verde	31 377	348	1,10	29 209	93,0
Paraúna	13 314	312	2,34	12 932	97,1
Goianândia	10 265	289	2,81	9 048	88,1
Catalão	28 011	288	1,02	27 154	96,9
Inhumas	12 320	268	2,17	11 584	94,0
Pontalina	10 480	265	2,52	9 938	94,8
Morrinhos	21 755	263	1,20	20 676	95,0
<b>TOTAL</b>	<b>370 151</b>	<b>7 814</b>	<b>2,11</b>	<b>345 667</b>	<b>93,3</b>

**Fonte:** IBGE. Recenseamento Geral de Goiás, 1940 (ARAÚJO, 2004, p. 77). Porcentagem calculada pela autora.

<sup>47</sup> Vários pastores e obreiros leigos (segundo a Enciclopédia Orlando Boyer, a palavra obreiro significa “aquele que coopera no desenvolvimento de uma empresa ou de uma ideia”) já estiveram à frente da Igreja Presbiteriana de Jataí. As fontes pesquisadas nos possibilitaram averiguar o ano de atuação de cada pastor. São eles: rev. Raymund E. Pittman; rev. George Chalmers Brawnne; rev. James W. Buyers; rev. Eudócio Mendes dos Santos; rev. Severino Gomes Monteiro; rev. Domingos Fernandes; rev. Augusto José de Araújo; rev. Abimael Ests Rodrigues; rev. Eliezer Tavares de Jesus; rev. Milburges Gonçalves Ribeiro; rev. Aldo Costa Pinto; rev. José Carlos Potenciano; rev. Antônio Machado da Silva; rev. Evangelista Edson Batista da Silva; rev. Jurandir Orestes de Menezes; rev. Jurandir Vieira Júnior e rev. Aurino César Lima.

Os dados demonstrados na Tabela 3 evidenciam que cidades como Goiânia, Santa Luzia (Luziânia), Anápolis, Pires do Rio, Jataí, Goiás, Pouso Alto (Piracanjuba) e Ipameri concentravam uma maior população protestante, considerando a proporção de quantitativo populacional.

A expansão do protestantismo na região de Catalão (divisa com Minas Gerais), que recebeu os primeiros protestantes em Goiás, era considerada limitada. Por outro lado, a cidade de Rio Verde, por situar-se na região do sudoeste goiano, região em pleno progresso e fazendo parte do itinerário até Jataí, teve sua concentração com mais veemência.

Boyle afirmava, em 1988, em suas viagens por Goiás, que havia a presença de protestantes em todo território nacional; poucos, entretanto, ousavam profetizar essa nova religiosidade cristã.

O Brasil está cheio de Protestantes; se todos fossem cristãos e ousassem professar sua fé, poderíamos organizar igrejas evangélicas em cada cidade visitada. As verdades que preguei em Goiás foram ouvidas com evidente interesse e satisfação; foram aceitas como verdades evangélicas puras e não falsificadas. Os ouvintes expressaram sua aprovação de todos os modos possíveis; e têm sido defendidas na imprensa, por pessoas que então me ouviram, contra o rancor violento e abusivo dos padres. (RIBEIRO, 1987, p. 87 apud ARAÚJO, 2004, p. 77).

O primado do presbiterianismo foi se estabelecendo em Jataí face a esse cenário histórico, político, social, educacional e econômico. A história de sua expansão por todo o território nacional entrecruza-se com a disseminação do protestantismo em Goiás, região que recebia correntes migratórias advindas de várias regiões do país.

Ao nos enveredarmos pela historiografia sobre a bibliografia brasileira que trata da ação presbiteriana norte-americana no Brasil, constatamos que há fartas pesquisas que revelam essa ação. Tentamos apreender as razões que contribuíram para a ação evangelizadora dos missionários norte-americanos por terras goianas a fim de compreender como esses cenários mencionados anteriormente foram se constituindo e que, de certa maneira, puderam se amalgamar com a historiografia educacional brasileira e presbiteriana, em especial à história da educação do Estado de Goiás.

A próxima seção tratará do estabelecimento da Escola Evangélica de Jataí, sua gênese e trajetória.

## CAPÍTULO 2

### DA ESCOLA EVANGÉLICA DE JATAÍ AO INSTITUTO SAMUEL GRAHAM: RESQUÍCIOS DE UMA HISTÓRIA

*Mergulhar no interior de uma Instituição Escolar, com o olhar do historiador, é ir em busca das suas origens, do seu desenvolvimento no tempo, das alterações arquitetônicas pelas quais passou, e que não são gratuitas; é ir em busca da identidade dos sujeitos (professores, gestores, alunos, técnicos e outros) que a habitaram, das práticas pedagógicas que ali se realizaram, do mobiliário escolar que se transformou e de muitas outras coisas. [...]. (SANFELICE, 2006, p. 24).*

O perfil de análise desta seção ancora-se na epígrafe acima, servindo-nos de aporte e questionamentos acerca de uma instituição, que é a especificidade no âmbito da presente investigação. Procuramos explicitar traços gerais que nos levam a compreender o processo de gênese e trajetória do Instituto Samuel Graham a fim de evidenciar as relações tecidas com a comunidade de Jataí.

Sob a ótica de Sanfelice (2006), procuramos desvelar a gênese dessa instituição, legitimando o seu percurso, o que nos permite um entendimento mais aprofundado dos sujeitos que se relacionaram diretamente com esse estabelecimento educacional.

Esses aspectos serão objetos aprofundados de reflexão, a partir dos quais, sustentados em fatos, faremos alguns apontamentos com o intuito de identificar momentos importantes para a compreensão de sua instalação e de alguns cursos que foram instituídos. Para isso, além das fontes que analisaremos, vamos nos debruçar nas memórias dos sujeitos que fizeram parte desse processo (no período de 1942 a 1971), por meio de seus depoimentos e de seus arquivos pessoais, com o objetivo de refletir sobre as práticas e sobre o cotidiano vivido nessa instituição.

Dentre outros aspectos, foram utilizadas, também, para elucidar a discussão desta seção, as seguintes fontes escritas: Atas Escolares, Boletins Estatísticos, Regimento Interno, Livros de Matrículas, Boletins Informativos, Legislação Educacional e a documentação oficial expedida pelo Instituto Samuel Graham, no período que delinea o recorte cronológico deste trabalho.

Nessa perspectiva, consideramos as diversas formas de abordagem que nos permite examinar o interior da instituição educativa. Assim, analisaremos como ela se configurou no cenário educacional jataiense e as relações estabelecidas pelo corpo docente e discente.

## 2.1 Por entre os muros de uma casa-escola: o interior da Escola Evangélica de Jataí

Com o advento das missões evangelizadoras presbiterianas implantadas na região do sudoeste goiano por volta de 1940, a cidade de Jataí foi escolhida como precursora para o estabelecimento de uma escola evangélica e também para a instalação de um templo religioso. A cidade de Rio Verde, também no Estado de Goiás, foi estabelecida como ponto central da Missão Central do Brasil por estar localizada a 91 km de Jataí e se encontrar logisticamente entre as rodovias que ligam os estados de Minas Gerais e Mato Grosso. Nessa cidade foram implantados um hospital, uma escola de enfermagem e um templo da Igreja Presbiteriana.

Um dos missionários que estavam sob essa diligência em Rio Verde era o médico Dr. Donald Gordon que, junto da missão, estabeleceu frentes de trabalhos também em Jataí a fim de estabelecer vínculos com os fiéis, propagando o protestantismo e levando a saúde para a região, fomentando a diáde da evangelização e educação.

Num cenário de disputas religiosas, políticas e econômicas, a Missão Central do Brasil procurou se estabelecer nessa região, apresentando-se como uma agência civilizadora, com hábitos, costumes e comportamentos que deveriam ser adotados por parte da população do Brasil tropical, forjando novos homens e mulheres. Para os missionários, era necessário fazer crer no poder da educação, fazendo-a funcionar como requisito necessário à construção de um novo campo religioso. (NASCIMENTO, 2005, p. 58).

No que se refere à decisão de escolher uma determinada região, a Missão observava alguns critérios para a implantação da obra missionária nas cidades. A localização das escolas seria definida, na concepção de Nascimento (2005, p. 122), pelas seguintes variáveis: “densidade populacional protestante, condições higiênicas, água potável, fertilidade do solo, facilidade de transporte, acesso aos materiais de construção e condições políticas”.

Como o núcleo protestante da cidade de Jataí crescia, a leitura da Bíblia tornara-se fundamental para as famílias evangélicas. Dessa forma, evidencia-se que a educação das crianças por meio dos princípios protestantes, fazendo uso da Bíblia, seria uma garantia da permanência e progresso da expansão do protestantismo em terras goianas. (MENDONÇA, 2008).

Cabe destacar que, ao se pesquisar uma instituição escolar, em especial protestante, poderá se compreender melhor a ação educativa desenvolvida em seu interior. As escolas instituídas pelos projetos missionários tinham como subsídios não só a evangelização educacional, mas também a garantia da difusão do protestantismo em qualquer lugar que estivesse sendo propalado.

Nosella e Buffa (2013) lançam luz aos fatos que questionamos, quando levantamos a seguinte hipótese: Por que pesquisar instituições escolares? Para esses autores, que advogam essa temática, ao se estudar uma instituição escolar estamos promovendo o conhecimento acerca da pesquisa. Instiga-se o conhecimento da história da escola, assim depreende-se que a instituição emerge de ações sociais e não por si mesmo.

Ao se estudar a história de uma instituição educativa, Sanfelice (2006) relaciona algumas possibilidades e propõe que:

As instituições escolares têm também uma origem quase sempre muito peculiar. Os motivos pelos quais uma unidade escolar passa a existir são os mais diferenciados. Às vezes a unidade escolar surge como uma decorrência da política educacional em prática. Mas nem sempre. Em outras situações a unidade escolar somente se viabiliza pela conquista de movimentos sociais mobilizados, ou pela iniciativa de grupos confeccionais (sic) ou de empresários. A origem de cada instituição escolar, quando decifrada, costuma nos oferecer várias surpresas. (SANFELICE, 2006, p. 23).

Saviani (2013) corrobora essa assertiva ao afirmar que, ao olharmos para o interior de uma instituição, vislumbramos a instalação do seu prédio físico, com seus equipamentos, material didático-pedagógico, enfim toda sua estrutura organizacional, todo subsídio para as práticas educativas desenvolvidas em uma instituição.

A Escola Evangélica de Jataí surge, inicialmente, como uma biblioteca<sup>48</sup> organizada pelo missionário norte-americano Donald F. Schroeder e sua esposa, Helen. Essa provavelmente foi a estratégia utilizada pelos missionários para iniciarem o processo de evangelização e de educação na cidade.

Sob a perspectiva de Certeau (1994), analisaremos o conceito de estratégia e tática que corresponde analogicamente a um cálculo de relação de forças empreendido por um sujeito detentor de algum tipo de poder que, por esta via, “[...] postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta”. (CERTEAU, 1994, p. 46).

Já o conceito de tática é apresentado como ações de afastamento que geram efeitos inesperados. Em oposição às estratégias – que visam produzir, mapear e impor – as táticas resultam em diferentes maneiras de fazer.

Como bem nos lembra Certeau (1994, p. 105), “o estudo de algumas táticas cotidianas presentes não deve, no entanto, esquecer o horizonte de onde vêm e, no outro extremo, nem o

---

<sup>48</sup> Não encontramos fontes que nos permitissem a catalogação dos livros e materiais utilizados nessa biblioteca, desde sua implantação, antes da instalação da Escola Evangélica de Jataí.

horizonte para onde poderiam ir”. A tática é a arte do fraco, sem lugar próprio, comandada pela ausência de um poder.

Os conceitos de estratégia e tática de Certeau se aproximam de um dos objetivos da Missão Central do Brasil, quando estrategicamente escolhia os lugares que iniciariam suas missões e de que maneira começariam a planejar os detalhes de cada implantação.

O Brasil se encontrava em profundo atraso educacional entre os anos de 1940-1950, “a porcentagem de analfabetos no país era de 52%, atingindo mais de 70% em algumas Unidades de Federação, como foi o caso de Goiás”. (SILVA, 2013, p. 70).

A precariedade educacional que assolava Jataí encontra-se retratada no recenseamento de 1940, cujos dados evidenciam o número de analfabetos que possuía o município em uma referência às crianças em idade escolar<sup>49</sup>. Os dados estão representados na Tabela 4.

**TABELA 4: Instrução das crianças até 14 anos de idade no município de Jataí, 1940\***

Respectivas modalidades	Total de habitantes	Sabem ler e escrever	%
População do município	9330	1313	14,0
5 anos	1076	03	0,27
6 anos	1008	19	1,88
7 anos	1010	54	5,34
8 anos	1020	84	8,23
9 anos	813	111	13,6
10 anos	1056	145	13,7
11 anos	825	185	22,4
12 anos	946	211	22,3
13 anos	774	247	31,9
14 anos	802	254	31,6

**Fonte:** BRASIL, 1940, p. 125. Porcentagem calculada pela autora.

\*Não foram localizadas informações sobre a população acima de 14 anos.

As informações ilustram que 85,9% da população do município era analfabeta. Quanto à população em idade escolar (8 a 12 anos), o índice era de 84,2%. Esses percentuais não nos permitem delinear, com precisão, o número de crianças que se encontravam sem atendimento escolar, podendo ser que o número real ultrapassasse as referências registradas. Levantamos, a partir dos dados coletados, o seguinte questionamento: em Jataí havia oferta educacional para atender a todas as crianças em idade escolar?

<sup>49</sup> Como o Recenseamento foi feito nos anos de 1940, as escolas primárias seguiam a legislação de acordo com o Decreto nº 10 640 de 10 de fevereiro de 1930, que determina o Regulamento do Ensino Primário. De acordo com seu Cap. II, art. 65: “São obrigadas à frequência escolar gratuita todas as crianças de 8 a 12 anos de idade, facultada, nas vagas, a matrícula às de 7 e às maiores de 13 anos”. (REGULAMENTO DO ENSINO PRIMÁRIO, 1930, p. 18).

Não é nosso objetivo contestar essa questão, apenas reproduzir esses dados a fim de elucidar o cenário educacional vigente nesse período, naquela região. Nos anos de 1941, o colégio de ordem confessional católico e privado Nossa Senhora do Bom Conselho se instala na cidade. Entretanto, mesmo com quatro escolas em funcionamento, a população jataiense sofria com o alto índice de analfabetismo.

Diante disso, indagamos: As famílias menos favorecidas tinham acesso à essas escolas ou apenas a elite da cidade podia desfrutar desse acesso? Essas janelas de reflexão nos permitem dizer que, mesmo com quatro estabelecimentos educacionais instalados na cidade, o índice da população em idade escolar fora das escolas era extremamente elevado.

A implantação na cidade do núcleo protestante com o intuito de propagar o protestantismo no *hinterland* vai ao encontro da preocupação de suprimir o analfabetismo por meio da evangelização educacional. Levar a “luz” para os jataienses seria a principal missão de uma escola nesse lugar.

Desse modo, a primeira iniciativa foi implantar uma biblioteca em um estabelecimento privado e de ordem religiosa presbiteriana, que seria um alento e incentivo à difusão do protestantismo. Mais tarde, tornar-se-ia uma escola primária, com o objetivo de atender aos filhos dos fiéis da Igreja e de outras famílias.

O primeiro prédio da Escola Evangélica foi uma casa alugada, no ano de 1940, que servia, também, para a realização dos cultos evangélicos, pois os presbiterianos ainda não haviam construído o templo da Igreja. Assim, a casa já não comportava as crianças matriculadas, tampouco os fiéis que vinham assistir aos cultos, sendo preciso sua ampliação, o que foi realizado no ano de 1941.

Em 10 de julho de 1942, sob a diligência do pastor reverendo Robert Emerick Lodwick<sup>50</sup>, o pequeno educandário foi registrado na Diretoria Geral de Educação do Estado de Goiás, com o nome de Escola Evangélica de Jataí. A primeira professora e diretora, responsável pelo ensino primário, foi sua esposa, a senhora Loide Emerick.

A Figura 10 nos apresenta o Registro da Escola Evangélica de Jataí na Diretoria Geral da Educação do Estado de Goiás, no ano de 1942.

---

<sup>50</sup> Robert Emerick Lodwick, missionário norte-americano, também pastor da Igreja. Junto com sua esposa, Loide Emerick Lodwick, fundou a Escola Evangélica de Jataí. O casal estava morando em Rio Verde/ GO e, em um passeio à Jataí, encantou-se com a obra missionária já implantada pelo casal Schroeder.

Figura 10 – Registro da Escola Evangélica de Jataí, 1942

  
 ESTADO DE GOIÁS  
 DIRETORIA GERAL DE EDUCAÇÃO  
 GABINETE DO DIRETOR

GOIÂNIA

DIRETORIA GERAL DE EDUCAÇÃO DO  
 ESTADO DE GOIÁS  
 13 de Julho de 1942  
 V. *Luiz Costa*  
 Diretor Geral

  
 CERTIFICADO

Certifico que, nesta Diretoria, às fls. 163 do livro competente, foi registrada a "Escola Evangélica de Jataí", sob a responsabilidade da Srta. Loide Emrich, situada na cidade de Jataí e destinada a ministrar o ensino primário.

Seção Administrativa da Diretoria Geral de Educação do Estado de Goiás, em Goiânia, 10 de julho de 1942.

  
 Escrituraria, classe G.

O templo presbiteriano foi inaugurado três meses depois, no mesmo ano, precisamente no dia 11 de outubro, pelo missionário reverendo Robert Emerick Lodwick. Porém, somente em 1946, foi organizada a Igreja Presbiteriana Central de Jataí, com a eleição de dois presbíteros. Desse modo, o prédio da Escola passa a funcionar em um cômodo, nos fundos da Igreja, a fim de que não se despenda dinheiro com o aluguel e se estabeleça o prédio escolar junto à igreja. A finalidade dos missionários de fundar escolas ao lado de cada igreja foi também para prevenir conflitos entre as práticas católicas romanas.

A Figura 11 mostra-nos a importância dada à construção da Igreja Presbiteriana Central de Jataí na época de sua fundação. Localizava-se na parte central da cidade, em uma das avenidas principais, entre residências e pequenos comércios, sendo um local acessível a toda a comunidade.

**Figura 11 – Igreja Presbiteriana Central de Jataí, s/d<sup>51</sup>**



**Fonte:** Arquivo da Igreja Presbiteriana Central de Jataí (Disponível em: <<http://ipjatai.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 10 set. 2015.)

---

<sup>51</sup> A foto aqui representada tem como objetivo elucidar a importância da construção do templo religioso para a comunidade presbiteriana de Jataí, mesmo acreditando que essa fotografia represente uma data diferente do período em destaque neste momento da pesquisa.

Ainda com relação ao espaço destinado à Escola Primária, é mister destacar que as condições físicas do local que recebia as crianças era um espaço pequeno, sem muito luxo e de acomodações precárias. Não havia cadeiras; as crianças se acomodavam em caixotes de madeira feitos pelos próprios missionários, conforme assinalado no depoimento de uma ex-aluna:

[...] era numa casa na Rua Avenida Brasil, que ainda existe até hoje, eu visitei tem uns dois anos, três anos e ainda vi lá a casa, é uma casa simples, onde tinha até um tipo de um palco que era da igreja, ficava no fundo onde era a igreja presbiteriana e eu fiz o primeiro ano nesse cômodo lá. Não tinha cadeiras, era caixotes que os missionários faziam [...]. (FREITAS, 2015).

A procura por vagas na Escola Evangélica de Jataí crescia aos longos dos anos, desde a sua implantação. Segundo os depoimentos dos entrevistados, o bom convívio com os professores também representou um motivo pelo qual os pais optavam por matricular seus filhos nessa instituição.

A Tabela 5 aponta a quantidade de alunos matriculados nos anos de 1946 a 1951, informação fornecida pelo primeiro Livro de Matrículas da Escola Evangélica de Jataí. Esclarecemos que iniciamos a tabela no ano de 1946 por encontrarmos no arquivo do Instituto fontes somente a partir dessa data.

**TABELA 5: Número de matrículas realizadas no Ensino Primário na Escola Evangélica de Jataí (1946-1951)**

<b>Anos</b>	<b>1946</b>	<b>1947</b>	<b>1948</b>	<b>1949</b>	<b>1950</b>	<b>1951</b>
Masculino	39	35	12	51	74	79
Feminino	19	12	12	46	45	46
Desistência (masculino)	02	-	-	-	03	02
Desistência (feminina)	-	-	01	-	01	02
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>47</b>	<b>23*</b>	<b>97</b>	<b>115</b>	<b>116**</b>

\*Um aluno foi matriculado com idade escolar insuficiente, como consta no livro de matrículas.

\*\*Um aluno nunca compareceu à escola, como consta no livro de matrículas.

**Fonte:** Elaborada pela autora. Livro de matrículas da Escola Evangélica de Jataí.

Sintetizando os dados apresentados na Tabela 5, é possível verificar que o registro de matrículas não foi descrito por seriação, portanto não podemos precisar se nesse período houve ou não a divisão por séries; tampouco encontramos outras fontes que pudessem atestar tal afirmativa.

No ano de 1948, as matrículas no Ensino Primário, tanto do público masculino quanto feminino, reduziram-se drasticamente. Assim, questionamos: Os alunos que não se matricularam deixaram de estudar nesse ano ou foram matriculados em outra instituição da cidade? Houve contratempos financeiros que impossibilitaram às famílias deixarem seus filhos matriculados na instituição? Essas reflexões e incertezas nos fazem acreditar que, dada a importância que os pais davam ao ensino, houve um motivo em especial que não conseguimos desvendar; por meio das entrevistas realizadas e das fontes documentais não foi possível identificar os registros que explicassem essa questão.

Importa ressaltar que, para esse levantamento de informações, organizado na Tabela 5, os dados encontram-se em conformidade com o Livro Ata de Registro de Matrícula. Encontramos registrados de maneira manuscrita as seguintes informações: nome dos alunos, idades, filiação, profissão e nacionalidade dos pais, residência, época das inscrições, eliminação e observações<sup>52</sup>. Justifica-se, assim, a possibilidade de alguns dados não estarem coerentes.

É importante assinalar que o número de matrículas referentes ao sexo masculino sobrepunha o feminino, o que demonstra que as mulheres ocupavam um pequeno espaço na sociedade goiana, bem como na educação feminina, em meados do século XIX. (PALACÍN; MORAES, 2008).

Por um longo período, a instrução feminina em Goiás foi vista com descaso pelas próprias famílias, que não mostrava preocupação com a formação escolar de suas filhas. As famílias da elite goiana foram as primeiras a desejarem uma educação para suas filhas a fim de prepará-las para a vida em sociedade. Por esse viés, a instrução de meninas estava restrita apenas ao ensino das primeiras letras.

Compreendemos que o processo de urbanização, a partir das primeiras décadas do século XX, promoveu grandes avanços na posição social feminina e no que se refere à educação. A instrução de meninas passou a ser apontada como imprescindível para a formação do cidadão. (CAMARGO, 2014, p. 56).

Essa não era a visão das escolas confessionais protestantes, como é o caso da Escola Evangélica em Jataí, que, por meio de uma pedagogia moderna e com princípios coeducativos<sup>53</sup>, atendia meninos e meninas em classes mistas.

---

<sup>52</sup> As observações registradas nesse livro constavam de algumas rasuras e enganos cometidos pelo responsável de seu preenchimento. As desistências dos alunos também eram registradas nesse campo.

<sup>53</sup> O princípio coeducativo é uma prática inovadora utilizada nas escolas protestantes onde meninas e meninos, rapazes e moças poderiam estudar na mesma sala de aula. (CALVANI, 2009).

Sobre a coeducação, Andrade (2007) atesta que:

A Co-educação, no século XIX, era considerada pelas feministas, como um instrumento que possibilitava a igualdade entre os sexos. Através dessa prática a mulher poderia receber uma instrução não diferenciada do sexo oposto. [...]. (ANDRADE, 2007, p. 42).

Nessa perspectiva, Almeida (2000 apud Andrade, 2007) esclarece que a feminista britânica Mabel Hawtrey acreditava que a coeducação teria como objetivo:

Ensinar as mesmas coisas a meninos e meninas, ao mesmo tempo, no mesmo lugar, pelas mesmas aptidões e métodos e sob o mesmo regime, dado que o treinamento em separado não atentava para as necessidades das jovens e crianças, nem colaboravam para seu desenvolvimento. [...]. (ALMEIDA, 2000 apud ANDRADE, 2007, p. 42).

Entre os anos de 1942 a 1947, a Escola, mesmo sendo instituição particular e confessional, recebia a visita de Inspectores do Ensino Primário, com a finalidade de fiscalizar a instituição e, também, fazer cumprir a Lei Orgânica do Ensino Primário.

Em seu Capítulo V o Regulamento do Ensino Primário de 1930 dispõe sobre inspeorias regionais, atestando em seu artigo 43 que:

Compete aos inspectores regionais, além de cumprirem as instrucções emanadas do conselho superior de ensino:

a) visitar as escolas públicas e particulares, dentro de sua zona, tantas vezes quantas puderem ou reclamarem os interesses do ensino ou lhes for ordenado pelo Secretário do Interior e Justiça [...]. (REGULAMENTO DO ENSINO PRIMÁRIO, 1930, p. 12).

A esse propósito, pode-se afirmar que a fiscalização das instituições particulares ficava a cargo dos inspectores escolares, designados pelo diretor da Divisão do Ensino Primário, seguindo os padrões adotados pelo Estado. Os inspectores eram subdivididos em zonas para atender a todas as escolas, públicas ou particulares, que ofereciam a educação primária nos municípios do Estado.

Art. 44: - Nas visitas às escolas públicas e particulares, os inspectores regionais atenderão aos seguintes pontos, de que farão referência pormenorizada em suas informações:

a) localização e área do edifício escolar;  
 b) estatística e classificação do pessoal docente;  
 c) estatística e classificação dos alunos;  
 d) estatística e classificação do mobiliário e material escolar; (REGULAMENTO DO ENSINO PRIMÁRIO, 1930, p. 13).

Assim, as visitas dos inspetores de ensino eram legitimadas e tinham o caráter de fiscalização. Porém, ao analisar as fontes sobre alguns aspectos da Escola Evangélica, localizamos um Livro de Ata de Visitas de Inspetores de Ensino de 1946, com registros de visitas. Por essa vertente, não podemos precisar se as visitas dos Inspetores Escolares na Escola Evangélica de Jataí aconteciam de acordo com o Regulamento do Ensino Primário de 1930.

Quanto às obrigações dos inspetores, em suas visitas, temos:

Art. 47: - Das visitas lavrarão os inspetores regionais em cada escola e no livro próprio, um termo que conste:

- a) a hora, dia, mez e anno da visita e o tempo de sua duração;
- b) a escola visitada;
- c) o nome do diretor ou do professor;
- d) o número dos alunos presentes;
- e) o resumo das instruções ministradas;
- f) o número de aulas-modelos; (REGULAMENTO DO ENSINO PRIMÁRIO, 1930, p. 13-14).

O Quadro 4 mostra algumas informações que contribuem para elucidar essa questão. As indicativas, entretanto, não nos permitem precisar se houve essas visitas. Nas fontes pesquisadas e registradas encontramos apenas um livro de Termo de Visitas, contando apenas nove inspeções, referentes ao ano de 1946.

#### QUADRO 4: Ata de Visitas dos Inspetores de Ensino, 1946

Visitas	Parecer do Inspetor de Ensino
27/03/1946	Em visita à Escola Evangélica de Jataí, observei que se encontra tudo normalizado, estando presente a professora Galiana Franco Leite e vinte e oito alunos.
30/04/1946	Visitei a escola, notando boa ordem em seus trabalhos, estando presente a professora titular Galiana Franco Leite e trinta e dois alunos.
31/05/1946	Em visita a essa escola não encontrei irregularidades, estando presente a professora Galiana Franco Leite e trinta e dois alunos.
04/06/1946	De acordo com as normas regulamentares, em visita a essa escola, encontrando em perfeita ordem, estando presente a professora Galiana Franco Leite e vinte e oito alunos.
31/08/1946	Em visita nessa escola, encontram-se os trabalhos escolares em ordem, estando presente a professora Galiana Franco Leite e vinte e um alunos.
30/09/1946	Em visita nessa escola, encontram-se os trabalhos escolares em ordem, estando presente a professora Galiana Franco Leite e vinte alunos.

**Fonte:** Elaborada pela autora. Livro Atas de Visitas e Inspeções Escolares da Escola Evangélica de Jataí.

Outra fonte por nós analisada foi o primeiro Livro de Matrículas - de 1946 a 1951. Ao analisarmos os dados contidos nesse Livro, percebemos que a classe social dos alunos que estudaram na escola era bastante variada.

É mister destacar que, ao se tentar desvelar o perfil socioeconômico das famílias dos alunos, nos deparamos com uma questão: A qual público se destinava a escola? Alunos pobres também tinham acesso a essa educação?

Com o intuito de elucidar a classe social das famílias dos alunos que estudavam na Escola, relacionamos algumas profissões dos pais descritas no campo: Profissão dos pais, no Livro de Matrículas, a saber: comerciante, lavrador, lavadeira de roupas, ferreiro, doméstica, fazendeiro, carpinteiro, açougueiro, colchoeiro, folheiro, subprefeito, chacareiro e agricultor.<sup>54</sup>

Partindo dessa perspectiva, podemos constatar que os alunos que estudaram na Escola Evangélica de Jataí nesse período provinham de famílias de várias classes sociais.

O que destoia e nos chama a atenção foi que, no ano de 1951, a profissão de fazendeiro se sobrepôs às demais, sendo citada várias vezes. Essas informações nos levam a analisar a condição socioeconômica do município nesse período, o que faz com que questionemos: Na década de 1950, a economia em Jataí estava voltada para a agricultura e pecuária?

Nesse contexto, Palacín e Moraes (2008) esclarecem que:

A partir de 1940 Goiás cresce rapidamente: a construção de Goiânia, o desbravamento do Mato Grosso Goiano, a campanha nacional de “*marcha para o Oeste*”, que culmina na década de 1950 com a construção de Brasília, imprimem um ritmo acelerado ao progresso de Goiás. (PALACÍN; MORAES, 2008, p. 166).

Goiás, nesse período, tinha uma população rural de 85,4%, contrapondo-se à população urbana, que era de 14,6%; isso pode justificar o fato da profissão de fazendeiro ser citada inúmeras vezes no Livro de Matrículas. Em 1950, a população urbana do Estado aumenta para 20,2%. Dessa forma, um maior número de pessoas passou a residir na cidade e, conseqüentemente, usufruía os seus benefícios, entre eles, a educação. (PALACÍN; MORAES, 2008).

As mudanças físicas começaram na Escola Evangélica de Jataí no ano de 1947, com a solicitação do reverendo Robert Emerick Lodwick à Missão Central Brasil, para ampliar o prédio da escola. Uma comissão da Missão veio a Jataí para analisar a situação. Em uma reunião com o prefeito e vereadores, foi explicado o projeto missionário de implantar na cidade uma Escola Primária e um curso Normal, visto que a Missão se interessava pela formação de professores para trabalharem no interior da região. A preocupação do prefeito era implantar um Ginásio, haja vista que o município ainda não o oferecia, tampouco o Estado.

---

<sup>54</sup> A intenção aqui é apenas identificar quais profissões faziam parte da sociedade jataiense nesse período, assim podemos conjecturar à qual classe social às famílias dos alunos matriculados pertenciam.

Diante de tantas incumbências, advindas com o resultado do levantamento prescrito pela Missão, a escola primária teria sua ampliação feita e, para isso, precisava de alguém com competência e sabedoria para empreender esse trabalho. Como o casal Lodwick também foi acometido por problemas de saúde, o que levou Dona Loide a voltar aos Estados Unidos, outro casal de missionários foi designado para esse projeto.

No que se refere aos missionários norte-americanos, convém destacar que, apesar das dificuldades encontradas em se estabelecer na cidade de Jataí, principalmente por questões de saúde, como foi o caso dos casais Schroeder e Lodwick, alguns indícios sobressaem do material investigado e nos permitem levantar algumas hipóteses: o que levou a Missão Central do Brasil a escolher um outro casal para difundir o projeto missionário na região do sudoeste goiano? Como foi a escolha do casal que se instituiria em Jataí? Quais objetivos foram previstos a eles? Previamente, não buscamos respostas, mas sim ensaios diante de tais considerações reflexivas.

Jorge Carvalho do Nascimento (2008), em sua obra *A Escola de Baden-Powell: cultura escoteira, associação voluntária e escotismo de estado no Brasil*, destaca que, para compreender a natureza das instituições, é necessário inicialmente analisar a experiência histórica proposta pela ação humana condicionada com os aspectos sociais, culturais e institucionais. (NASCIMENTO, J., 2008). O autor nos chama a atenção para “as práticas religiosas que a sociedade norte-americana adotou, desempenhando um papel regulador da vida social”. (NASCIMENTO, J., 2008, p. 207), e faz tal referência alicerçado no pensamento de Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento, que argumenta que “a cultura americana seria o resultado de uma experiência peculiar de imigrantes europeus que buscavam no Novo Mundo um lugar que oferecesse, dentre outras coisas, a liberdade religiosa”. (NASCIMENTO, E., 2008, p. 206).

Para esse mesmo autor, “o protestantismo se caracterizou como uma religião organizada sob a forma de associação voluntária, pluralista, com características republicanas. (NASCIMENTO, J., 2008, p. 207). Entretanto, teve como objetivo a inserção de uma proposta pedagógica alicerçada em um projeto educacional com práticas educativas que buscam:

[...] a valorização do trabalho, procura levar o educando a ter outro olhar diante da realidade. Indiretamente, isso era demonstrado pelas atitudes. O ambiente da vida americana era reproduzido nas escolas e nas casas dos protestantes por meio da ordem, da limpeza, da disciplina, da alegria. Os alunos viam os missionários e professores trabalhando na casa, arando a terra. As próprias reuniões religiosas eram

denominadas de “trabalhos”. Os meninos internos, além de estudar, ajudavam na roça: as meninas, nos trabalhos domésticos. (NASCIMENTO, 2001, p. 19).

Dessa forma, a implantação de uma pedagogia moderna, proposta por John Dewey em um país onde se era possível ter uma liberdade religiosa, fez com que o protestantismo exercesse, na América, como em nenhum outro lugar do mundo, grande poder sobre os indivíduos e sobre o próprio Estado. Com base nisso, “o protestantismo fez com que a religião levasse luzes, crendo em leis divinas que conduziram o homem à liberdade”. (NASCIMENTO, J., 2008, p. 210).

O pragmatismo ético das missões norte-americanas consistia em inculcar ritos ou dogmas, mas, principalmente, um “estilo de vida moral cujos principais signos tangíveis eram a leitura da Bíblia, a abstenção do álcool e do tabaco, o respeito ao descanso dominical, a proibição dos jogos de azar e a defesa da monogamia”. (NASCIMENTO, J., 2008, p. 214).

Nosso objetivo nesta seção é apenas abrir janelas de observações acerca do casal escolhido para propagar o protestantismo em terras goianas.

Em 1948 chega a Jataí o casal Samuel Irvine Graham<sup>55</sup> e Dona Ruth Graham, com o encargo de iniciarem os trabalhos da construção do prédio novo da Escola Primária e a implantação do Curso Normal Regional. Pensando na perspectiva de uma ampliação da escola, em virtude do grande número de alunos que a escola vinha recebendo, o projeto para a construção da escola começa a ser idealizado, primeiramente com a compra da área.

---

<sup>55</sup> Nascido em 1893, engenheiro agrônomo, chega ao Brasil em 1923 com sua esposa, Ruth Graham. Contavam com 25 anos de experiência no campo de implantação de escolas evangélicas no Brasil. Na Bahia, atuaram em Salvador (Ginásio Americano de Salvador) e em Ponte Nova (Instituto Ponte Nova), sendo esta sua última ocupação como missionário, realizada com muito sucesso e notoriedade. (ARQUIVO DO INSTITUTO SAMUEL GRAHAM – BIOGRAFIA DE SAMUEL GRAHAM).

**FIGURA 12: Samuel Irvine Graham e Ruth Graham, s/d**



**Fonte:** Arquivo do Instituto Samuel Graham (Jataí – GO).

O casal Graham enfrentou algumas adversidades na concretização de seu trabalho, tanto para encontrar uma área adequada quanto para a obtenção de recursos para a construção do novo prédio. Combateram juntos os desafios e assumiram a direção da Escola Evangélica de Jataí. Segundo o depoimento de Freitas, uma ex-discente e também docente:

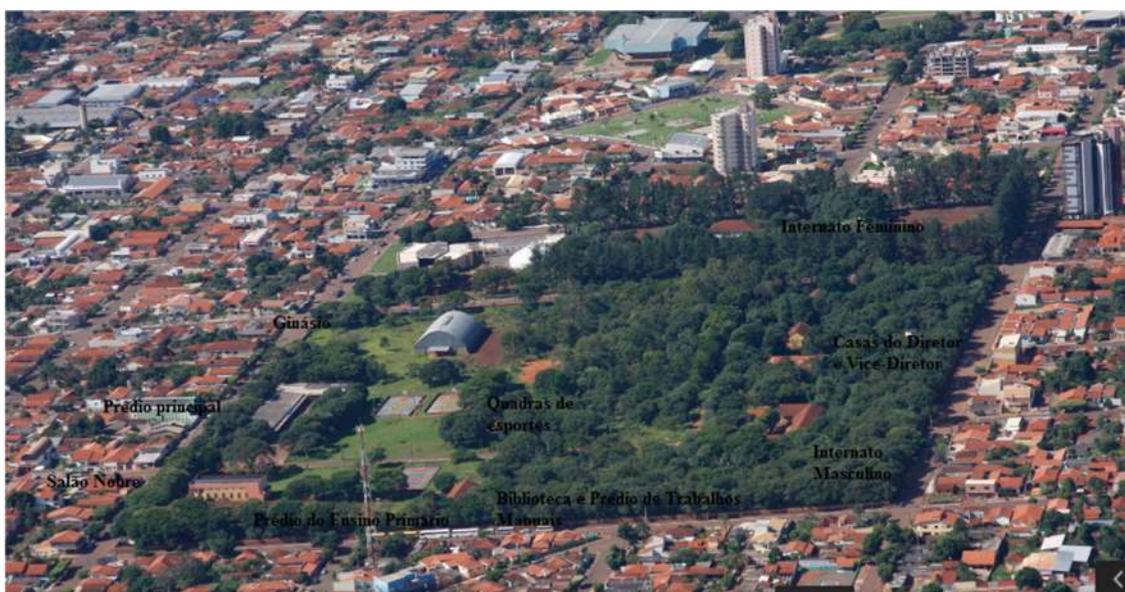
[...] Eles tinham uma vontade enorme de espalhar o evangelho né. Isso ajudou muito e o Dr. Graham e a Dona Ruth muito interessado em colocar aqui em Jataí essa escola para ajudar as pessoas que precisavam de estudar um pouco mais, além daquele ensino chamado primário né. Então eles começaram a trabalhar para conseguir o lugar para fazer a escola [...]. (FREITAS, 2015).

Com o apoio da prefeitura municipal, começaram as buscas por um terreno que atendessem aos intentos da obra. Nos arredores da cidade foram oferecidas três propriedades, a saber: a fazenda do Sr. Herculano de Souza, a de Dona América e a chácara do Sr. Olavo Lima, pertencentes à Igreja Católica da cidade. A princípio não houve interesse em vendê-las, mas, por intermédio da Câmara Municipal, um acordo foi estabelecido com a Igreja Católica e a venda de uma dessas propriedades para a Missão foi concretizada.

Adquirida a área na parte alta da cidade, aproximadamente doze alqueires, o próximo passo seria a construção do prédio escolar. Fazia-se necessária a criação de uma escola com uma estrutura sólida, com dupla finalidade: combater o analfabetismo e oferecer um ensino pautado nos preceitos religiosos presbiterianos. A escola funciona nesse lugar até os dias atuais.

Em 1948, o ensino primário da Escola Evangélica de Jataí contava com quatro professoras: Ruth Graham, Dirce Mirns, Ambrosina Franco de Lima e dona Rita<sup>56</sup>.

**FIGURA 13: Vista aérea do Instituto Samuel Graham, 2012<sup>57</sup>**



**Fonte:** Disponível em: <[https://www.google.com.br/maps/@-17.880739,-51.72741,3a,75y,90t/data=!3m8!1e2!3m6!1s83772981!2e1!3e10!6s%2F%2Fh6.googleusercontent.com%2Fproxy%2FpagTliqQFA4bQycbJw8OcSwPNfsBE-vix5muQWFeAFLqtC72W1TZ4KHvwGP0ROQ1vY1qSXd\\_tvS6f5D0ftEV12qIW313LQ%3Dw203-h135!7i3888!8i2592](https://www.google.com.br/maps/@-17.880739,-51.72741,3a,75y,90t/data=!3m8!1e2!3m6!1s83772981!2e1!3e10!6s%2F%2Fh6.googleusercontent.com%2Fproxy%2FpagTliqQFA4bQycbJw8OcSwPNfsBE-vix5muQWFeAFLqtC72W1TZ4KHvwGP0ROQ1vY1qSXd_tvS6f5D0ftEV12qIW313LQ%3Dw203-h135!7i3888!8i2592)>. Acesso em: 25 fev. 2016.

A falta de escolas assolava a sociedade jataiense, que clamava por escolas havia anos, como podemos observar pela notícia reportada em um periódico da época:

De há muito tempo que o nosso grau de civilização estava exigindo um estabelecimento de instrução, que espancasse as trevas da ignorância desta mocidade sem peias, que vagava pelas nossas ruas, desconhecendo por completo os mais rudimentares princípios de educação. Por vezes chamamos, do alto destas colunas, a atenção dos poderes públicos, para a criação de uma regular casa de educação em nossa catita Jataí, a fim de resolver a tremenda crise que nos assoberbava, por isso

<sup>56</sup> Não encontramos o registro do nome completo dessa professora nas fontes pesquisadas.

<sup>57</sup> A Figura 13 tem como propósito ilustrar o espaço destinado ao Instituto Samuel Graham, mesmo a foto não se referir ao recorte cronológico dessa pesquisa, teve como intento nos ajudar na localização geográfica de uma parte do terreno adquirido.

(sic) que víamos, entristecidos e envergonhados, as crianças crescerem de dia a dia, sem aprenderem ao menos as primeiras letras, e jamais um só passo foi dado nesse sentido, ficando tudo no mesmo pé. [...]. (O JATAHY, 10/03/1952, Ano III, n. 61, p. 1).

Mesmo com as escolas públicas primárias oferecidas pelo Estado, no período de 1930 a 1945 houve muita dificuldade para estender a oferta a todos os municípios goianos, especialmente em Jataí, que não acompanhou esse progresso, dificultando a implantação de escolas na cidade. Assim, a Escola Evangélica conquista seu espaço, com o objetivo de “aumentar e manter” os seguidores da fé reformada – a fé presbiteriana.

Nesse cenário, Samuel e Ruth Graham, sabedores de que na cidade funcionavam outras escolas, de cunho confessional católico, preocupavam-se em propagar o protestantismo. Os filhos de evangélicos sofriam graves preconceitos por não serem de família católica, tampouco poderiam estudar em colégios católicos, o que justificava a construção de uma escola que atendesse não só os protestantes, mas aqueles de qualquer ordem religiosa.

#### **FIGURA 14: Área de construção do prédio da Escola Primária, 1951**



**Fonte:** Arquivo do Instituto Samuel Graham (Jataí – GO).

Verifica-se, assim, uma ameaça de ordem social, aliada à chegada dos primeiros núcleos protestantes na cidade de Jataí com o intuito de difundir o processo de evangelização. Dessa forma, “os protestantes eram vistos não somente como uma ameaça ao catolicismo, em razão da sua doutrina, que traziam consigo um projeto de reestruturação social”. (FERREIRA, 2003, p. 42).

Diante disso, Samuel Graham buscou recursos para as obras de ampliação e construção do prédio. No entanto um desastre aéreo, em 1952, retira-o do cenário de busca. A morte trágica chocou a população presbiteriana de Jataí. Em homenagem póstuma, foi dado à escola o nome Instituto Samuel Graham, em junho de 1954.

FIGURA 15: Reportagem sobre o acidente aéreo do missionário Samuel Graham, 1952



Fonte: Arquivo pessoal de Dorival Carvalho Mello (Jornal A Noite, de 13/08/1952, p. 1).

A morte de um dos precursores da Escola Evangélica de Jataí entristeceu alunos, professores, famílias e demais funcionários, como afirma Eloene de Lima Freitas, ex-aluna da escola “*nós estávamos na sala de aula, quando a Dona Ruth chegou e disse, com as lágrimas que corriam seu rosto: As aulas estão suspensas! O Senhor Graham faleceu!*”. (FREITAS, 2015).

Sua esposa, Dona Ruth Graham, deu continuidade aos seus trabalhos, construindo novos prédios e instalando novos cursos. Mesmo com a morte de Samuel Graham, seu último sonho foi implantado. Em 1953 foi criado o Curso Normal Regional, que funcionou até 1962.

Depois da morte de Samuel Graham, sua esposa enfrentou muitos desafios, que foram sendo superados pouco a pouco. Dona Ruth Graham assume a direção do Instituto e começa um novo ciclo naquela instituição, com a construção de prédios novos, como a residência do diretor e vice-diretor, chegando a outro grande sonho: o internato feminino, em 1954. No ano de 1956, houve nova ampliação do prédio, instalando-se o internato masculino, em virtude da grande procura de alunos vindos de outras regiões.

## **2.2 Uma escola, muitas histórias: o Instituto Samuel Graham**

A partir de 1952, o Instituto Samuel Graham trilhou seus caminhos sob a liderança de dona Ruth Graham, mesmo com grandes desafios a combater. Os trabalhos iniciados por Samuel Graham para implantar o Curso Normal Regional obtiveram sucesso e, apesar de receber reprovações por uma pequena parte da população de Jataí, o curso foi instituído em 1953.

A implantação de outros cursos foram acontecendo, embora com obstáculos, em especial de ordem financeira. O término do prédio físico do Ensino Primário e a construção da Casa do Diretor foram construídos envoltos em várias adversidades por dona Ruth Graham.

Nessa perspectiva, somos conduzidos pelos apontamentos de Saviani (2013), quando nos questiona: A quem se destinava a instituição a que propomos reconstruir? Que resultados ela pretendia atingir? Esses questionamentos apontam para algumas diretrizes que nos ajudam a compreender a finalidade da Missão ao construir o ISG (Instituto Samuel Graham) no município de Jataí.

Consideramos que as fontes buscadas poderão nos ajudar a obter respostas, contudo somos cientes de que nem sempre nos trarão informações precisas quando tratamos de “voltar ao passado”. Para Orso (2013), é necessário haver mediações às fontes e aos instrumentos que nos possibilitarão investigar essas relações, circunstâncias e as representações vividas pelos sujeitos que fizeram parte de uma determinada instituição.

Entretanto, o desafio de localizar, selecionar e analisar essas fontes é imprescindível, pois, “a história da educação não é e não será sempre a mesma, significa afirmar que em cada momento, época e sociedade temos um determinado tipo de educação, aquela que corresponde as suas condições e a sua etapa de desenvolvimento”. (ORSO, 2013, p. 37).

Em se tratando de História, apoiamo-nos no pensamento de Lourenço (2001), que assim reflete:

[...] se a História tem como centro o homem, todos os elementos que constituem a vida humana devem ser analisados de forma que componham a totalidade da realidade que o cerca. A História parte da realidade para representar o homem. Ele está inserido numa realidade maior das relações sociais presentes. [...]. (LOURENÇO, 2001, p. 21).

Eric Hobsbawm, em sua obra *Sobre História* (1978), mostra-nos subsídios que podem ajudar a compreender o processo de construção de uma escrita da História. Ao escrever sobre a História do tempo presente e do passado remoto, os problemas e as possibilidades são dispostos em etapas diferentes, pois apresentam dificuldades peculiares. Para esse autor, o anacronismo é uma das grandes ameaças que o pesquisador tem que enfrentar, quando se trata da escrita da História de um passado remoto.

Outro aspecto levantado por Hobsbawm refere-se à ideia de que “até o passado registrado muda à luz da história subsequente”. (HOBSBAWM, 1978, p. 250). Portanto, para que possamos enxergar a História do século XX como um todo, é preciso que nos afastemos o máximo possível de um envolvimento pessoal e somemos o maior número de elementos oriundos de outros documentos, descritivos ou analíticos, pois assim se “estará menos à mercê de movimentos de prazo relativamente curto do clima histórico, conforme experimentados por aqueles que os vivem. Essa é a dificuldade do historiador de seu próprio tempo”. (HOBSBAWM, 1978, p. 252).

Diante desse cenário, debruçamo-nos sobre as fontes que localizamos no ISG, no período do nosso recorte cronológico, a fim de “voltar ao passado”, mas sem desprendermos nossos olhos do “retrovisor”. Para esse fim, tentamos reescrever parte de sua trajetória, enfatizando aspectos que julgamos ser mais relevantes para a escrita da história dessa instituição educativa. Assim, Magalhães (1996) observa que:

Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro da evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico. (MAGALHÃES, 1996, p. 2).

A despeito do ponto de vista em torno da escrita do ISG, consideramos que o estabelecimento dessa escola na cidade teve um fim específico, como podemos ver nos escritos de uma carta de dona Ruth Graham à ex-secretária da escola, Nilda de Castro Vilela.

[...] É bom registrar que a finalidade da escola desde seu início foi não somente preparar para uma profissão ou continuação dos estudos mas a formação de caráter, uma ajuda em aprender tomar a responsabilidade e enfrentar a vida conforme o

ensino Bíblico. Este alvo na parte da administração e do Corpo Docente as vezes deu a escola atitude diferente de outras escolas e contribuiu para o seu desenvolvimento. Em várias vezes veio um auxílio, uma solução que não podia ser outro a não ser a mão de Deus... Crise financeira, da professorada, da direção. A obra foi iniciada para ajudar a zona mas numa maneira também que podia glorificar o nome de Deus [...]. (CORRESPONDÊNCIA DE RUTH GRAHAM, 1992, p. 2).

Com base também nos depoimentos de ex-docentes, podemos perceber que as ideias corroboram o pensamento de dona Ruth, descrito no trecho da carta supracitada. Foi possível explicitar traços gerais de que o objetivo crucial na fundação dessa instituição era evangelizar por meio da educação. Assim, notamos que a história do Instituto foi se escrevendo e ganhando notoriedade no município e, também, na região.

Com a notoriedade que o ISG começou a ganhar na cidade, o governador do Estado de Goiás em 1957, José Ludovico de Almeida<sup>58</sup>, participou da inauguração do primeiro prédio do ISG, que oferecia o Ensino Primário e o Curso Normal Regional. A Figura 16 representa essa data.

**FIGURA 16: Inauguração do ISG pelo governador do Estado, José Ludovico de Almeida, abril de 1957**



**Fonte:** Arquivo do Instituto Samuel Graham (Jataí – GO).

<sup>58</sup> Nascido em Itaberaí (GO) em 06 de fevereiro de 1906, era farmacêutico e político. Foi governador interino de Goiás de 20/07 a 31/07 de 1945, e seu governo foi no período de 1955 a 1959. Morreu em Goiânia em 24/08/1989.

Com relação ao que ocorre nos intramuros das instituições escolares e mais precisamente no ISG, por ser uma entidade privada, percebemos que “as instituições não são recortes autônomos de uma realidade”. (SANFELICE, 2007, p. 78-79). Os aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos se entrecruzam, formando o cenário educacional no qual a instituição se configura e se insere.

Nesse cenário o ISG se constituiu, como iniciativa particular subsidiada pela Missão Central do Brasil, cabendo aos missionários norte-americanos a função de diligenciar administrativamente.

Não encontramos, nas fontes analisadas, documentos que comprovem se havia auxílio financeiro por parte do Estado para o custeio dos gastos no Instituto, mesmo sendo responsável por conceder igualdade de condições às escolas oficiais e particulares.

Art. 7º - O Estado outorgará igualdade de condições às escolas oficiais e às particulares:

- a) pela representação adequada das instituições educacionais nos órgãos de direção do ensino;
- b) pela distribuição das verbas consignadas para a educação entre as escolas oficiais e as particulares proporcionalmente ao número de alunos atendidos;
- c) pelo reconhecimento, para todos os fins, dos estudos realizados nos estabelecimentos particulares (SUBSTITUTIVO AO PROJETO, 1960, p. 505).

Analisando o Boletim Estatístico de 1960, encontramos o registro, escrito pelo secretário escolar administrativo do ISG, de uma subvenção e auxílio financeiro recebido no valor de Cr\$ 50 000,00 concedido pelo Estado, mas a falta de comprovantes nos impede de afirmar a ocorrência de uma contribuição financeira mensal.

Nos Boletins Estatísticos anuais apresentados aos Inspectores de Ensino, podemos perceber os altos gastos das despesas anuais do ISG, porém não podemos afirmar se esses gastos eram verídicos. Nesses boletins havia também a descrição dos valores investidos em prol de uma educação de qualidade.

As fontes analisadas não nos permitem afirmar se, de fato, essas subvenções recebidas pelo governo eram investidas na instituição. Tampouco pelas fontes orais nos foi possível atestar essa hipótese.

Segundo Saviani (2006), as fontes, que, no caso da História, são utilizadas em sentido analógico, são palavras que apresentam, via de regra, duas conotações diferentes, a saber:

[...]. Por um lado, significa o ponto de origem, o lugar de onde brota algo que se projeta e se desenvolve indefinidamente e inesgotavelmente. Por outro lado, indica a base, o ponto de apoio, o repositório dos elementos que definem os fenômenos cujas características se busca compreender. Além disso, a palavra fonte também pode se

referir a algo que brota espontaneamente, “naturalmente” e a algo que é construído artificialmente. Como ponto de origem, fonte é sinônimo de nascente que corresponde também a manancial o qual, entretanto, já se liga a um repositório abundante de elementos que atendem a determinada necessidade. [...]. As fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado. Assim, as fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apóia o conhecimento que produzimos a respeito da história. (SAVIANI, 2006, p. 28-30).

Analisando os Boletins Estatísticos, foi possível perceber em quais categorias se investiam mais a cada ano, como pode ser evidenciado no Quadro 5:

#### QUADRO 5: Despesas do Instituto Samuel Graham – Dezembro, 1956

Especificação	Valor (Cr\$)
Bolsas escolares ou matrículas gratuitas	80 000,00
Custeio dos laboratórios e gabinetes*	-
Aquisição de livros, mapas, filmes e objetos de museu	39 340,00
Remuneração de professores	51 190,00
Melhoria do equipamento escolar	16 400,00
Outras despesas	13 113,00
<b>Total</b>	<b>200 043,00</b>

\*Não foi informada na fonte os gastos com custeio dos laboratório e gabinetes, portanto não podemos afirmar se nesse ano houve investimentos nessa categoria.

**Fonte:** Elaborada pela autora. Boletim Estatístico do ISG.

As despesas realizadas pelo ISG estavam voltadas para a melhoria de suas instalações físicas e pedagógicas, como se observa:

[...] O INSTITUTO está sempre preocupado em melhorar o seu material didático criando museus para as aulas de geografia, ciências e história natural. Também está trabalhando para melhorar a sua biblioteca aumentando o número de volumes e instalando-a em melhores condições de funcionamento. (BOLETIM INFORMATIVO DO INSTITUTO SAMUEL GRAHAM, 1962, p. 3).

O Governo Municipal também era responsável pelo custeio, destinando 20% da arrecadação à educação, como determinava a Constituição Federal de 1946. No que tange ao município de Jataí, referente às despesas orçamentárias, em uma das fontes analisadas o prefeito Cyllêneo França<sup>59</sup>, por meio da Lei nº 479 de 12 de novembro de 1962, concede um

<sup>59</sup> Prefeito eleito em dois pleitos. Seus mandatos foram de 01/02/1951 a 31/01/1955 e de 31/01/1961 a 31/01/1966.

reforço de verbas e dá outras providências, instituindo em seu Art. 1º - “Fica concedido um reforço na quantia de Cr\$ 3 493 602,00 (três milhões, quatrocentos e noventa e três mil, seiscientos e dois mil cruzeiros), as seguintes verbas orçamentárias”.

Essas despesas orçamentárias encontram-se especificadas no Quadro 6. (ATA DE LEIS E DECRETOS, 1949-1962, p. 72).

#### **QUADRO 6: Despesas orçamentárias para o município de Jataí, 1962**

<b>Descrições</b>	<b>Cr\$</b>
Contribuições a Escolas Primárias <sup>60</sup>	160 000,00
Despesa diversas do Departamento (água)	40 000,00
Amortizações e resgates	62 602,00
Conservação de ruas e praças	700 000,00
Prosseguimento do calçamento	600 000,00
Construção e conservação de rodovias	350 000,00
Combustíveis, lubrificantes e acessórios	500 000,00
Despesas com peças e serviços mecânicos	241 000,00
Término com a construção do Mercado	500 000,00
Eventuais	40 000,00
Gratificações	100 000,00

**Fonte:** Elaborada pela autora. Ata de Leis e Decretos, 1949-1962.

Observa-se que o valor descrito para as despesas com as Escolas Primárias correspondia a 4,57%, um valor menor do que era gasto com outras rubricas, por exemplo, os gastos com a conservação de ruas e praças correspondia a 20%, e a construção do mercado, a 14,3%.

Tais indicações nos levam a refletir sobre a importância que a educação tinha para o Governo Municipal, mesmo com o que previa a Constituição Federal Brasileira de 1946. Podemos, assim, propor alguns questionamentos: As escolas de iniciativa privada recebiam amparo perante a legislação orçamentária? O ISG recebia auxílio financeiro do poder público municipal e/ou estadual? O Instituto atendia crianças pobres? Quem custeava os gastos com as bolsas de estudos para alunos que não tinham condições de pagar? Lembramos que nosso intento não é obter respostas para esses questionamentos, mas permitir e legitimar algumas reflexões acerca da problemática.

Apresentamos uma solicitação do Diretor do ISG, reverendo James Buyers, ao então governador do Estado, Mauro Borges Teixeira<sup>61</sup>, de auxílio financeiro<sup>62</sup>:

<sup>60</sup> Essas contribuições eram relativas à compra de materiais pedagógicos, manutenção e reforma dos prédios escolares e pagamentos de professores.

[...] O INSTITUTO SAMUEL GRAHAM, situado a rua Riachuelo, s/nº, cidade de Jataí, Estado de Goiás, mantido pela Missão Presbiteriana do Brasil Central, funcionando com curso secundário desde 1959, funcionando em prédio próprio, em regime de Internato e Externato, com frequência mista, com turno diurno primário e secundário, vem solicitar da V. Excia., se digne considerar as necessidades desse estabelecimento para conceder um auxílio do Estado ou um apoio financeiro aos Estudantes do Sudoeste de Goiás. [...]. (CORRESPONDÊNCIA ENVIADA AO GOVERNADOR DO ESTADO, 1962, p. 1).

Cabe assinalar que não sabemos precisar se essa correspondência foi de fato atendida, pois não encontramos uma devolutiva do Governo Estadual ao ISG nas fontes analisadas. Portanto, com relação à perspectiva socioeconômica dessa instituição, é possível constatar que o Instituto vivenciou algumas vicissitudes, mas não modificou seu objetivo de oferecer uma educação pautada nos princípios morais e cristãos.

O INSTITUTO SAMUEL GRAHAM é uma instituição altamente interessada no bem público e completamente sem objetivos comerciais. Durante o ano de 1961, apesar do “déficit” previsto no início do ano de CR\$ 500 000,00, distribuiu CR\$ 270 000,00 de bolsa de estudo a alunos pobres que procuram educar-se. E isto foi feito sem que o INSTITUTO tivesse recebido qualquer subvenção pública. Até Dezembro de 1961 nem o Governo Federal, nem o Estadual e nem o Municipal votou nenhuma importância para ajudar o Instituto no seu serviço total de utilidade pública. (BOLETIM INFORMATIVO DO INSTITUTO SAMUEL GRAHAM, 1961, p. 1).

Ao analisarmos as fontes, questionamos: A Igreja recebia alguma arrecadação financeira advinda do ISG? Em contrapartida, a Instituição recebia fundos da Igreja? Não nos foi permitido examinar essas reflexões nas fontes porque o acesso aos Livros Atas da Igreja não nos foi concedido pelo Conselho Deliberativo da Igreja Presbiteriana de Jataí.

No que se refere às questões econômicas, nota-se que não é nosso intento nessa seção elencar as dificuldades enfrentadas pelo ISG, mas, ao olharmos os “intramuros” de uma instituição por meio da pesquisa histórica, somos levados a reconstruir o passado numa perspectiva cultural de valores atuais e, assim, avaliar pessoas e instituições. (NOSELLA; BUFFA, 2013).

Muitos dos docentes que atuaram no Instituto a partir da década de 1950 vieram de outros Estados em virtude da escassez de professores formados na região do *hinterland* brasileiro. Os professores, até meados de 1970, vinham da Bahia, Paraná, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo, como confirmamos no depoimento de um ex-docente e também

<sup>61</sup> Mauro Borges Teixeira, filho do ex-governador de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, nasceu em Rio Verde/GO em 15/02/1920. Iniciou sua carreira política em 1958, quando foi eleito deputado federal. Em 1960 foi eleito governador do Estado no mandato de 1961-1964. Mauro Borges integrou Goiás no cenário econômico nacional, promovendo o crescimento das fronteiras econômicas por meio da retomada da Marcha para o Oeste. Faleceu em Goiânia em 29/03/2013.

<sup>62</sup> Não identificamos fontes que pudéssemos nos dar informações sobre a isenção de impostos às escolas particulares, como é o caso do ISG, no período delimitado por esta pesquisa.

discente do ISG: “[...] *eles traziam pessoas de fora para trabalhar, que aqui ainda não tinha a Escola Normal né, não tinha nada, nada que formasse para professor, então eles traziam, sempre trouxeram professores de fora. [...]*”. (FREITAS, 2015).

É importante salientar que o Censo Escolar do Brasil, em 1965, fez um levantamento da formação dos professores regentes no Estado, segundo os níveis de formação. Esses dados evidenciam a situação dos professores no Estado de Goiás no ano de 1965, registrando 4485 professores regentes. Desses, 822 professores apresentavam o Curso Primário completo e 96, o Curso Primário incompleto.

Em termos de 1º ciclo, a dessemelhança nos dados também nos chama a atenção: aqueles com ensino incompleto somam 274 docentes, enquanto os com o nível completo, 425.

No nível de 2º ciclo, a proporção é ainda reduzida: são 307 aqueles com nível incompleto e 487 os que o têm completo. Dessa maneira, o total de professores leigos<sup>63</sup> no Estado é de 2 421, o que representa um percentual de 54%.

Equiparando ao Estado de São Paulo (que, na época, apresentava apenas 3,6% de professores leigos), Goiás encontrava-se em falta de professores habilitados. Na mesma situação encontravam-se Minas Gerais, com 44%; Bahia, com 49,5%; Espírito Santo, com 48,9%; e Paraná, com 63,2%. Esses dados justificam a premência do Instituto Samuel Graham em contratar professores de outras regiões do país, na maioria, mulheres.

A LDB n° 4024 de 1961, em seu artigo 53 atestava que a formação dos docentes para o ensino primário seria feita em:

- a) em escola normal de grau ginasial no mínimo de quatro séries anuais onde além das disciplinas obrigatórias do curso secundário ginasial será ministrada preparação pedagógica;
- b) em escola normal de grau colegial, de três séries anuais, no mínimo, em prosseguimento ao vetado grau ginasial.

Dessa forma, o Estado de Goiás apresentou uma defasagem evidenciada nos planos organizacional e pedagógico de formação de professores, quando se equiparava aos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, em se tratando do funcionamento e estrutura educacional das Escolas Normais. (BRZEZINSKI, 2008).

Em decorrência disso, “os normalistas goianos recebiam certificados de professores ‘primários’ cuja validade se circunscrevia ao Estado de Goiás, sem o reconhecimento pelos

---

<sup>63</sup> A professores leigos na década de 1960 correspondiam aqueles que não tinham habilitação do magistério por meio do Curso Normal, como afirma Sá e Sá (2011, p. 38), “qualquer pessoa considerada idônea, dentro dos padrões morais da sociedade, poderia ser professor, institucionalizando o professor leigo”.

demais estados da federação”. (BRZEZINSKI, 2008, p. 25). Na concepção da mesma autora, o Estado de Goiás revelava indícios de que:

O preparo do professor “primário” era de baixa qualidade e desqualificado como curso de formação pelos Estados da Federação mais desenvolvidos. Discriminado pelos Estados mais adiantados, ele só servia à pequenez goiana. Que atitude pouco nacionalista assumiam os colegas professores cariocas, paulistas, mineiros, outros, em relação aos professores goianos! (BRZEZINSKI, 2008, p. 25).

Para Nascimento (2005), as instituições confessionais se vinculam à religião, e a missão de ser professora se assemelha a um propósito de Deus. “Ela porta o saber e professa a boa nova, a verdade, aos seus alunos”. (NASCIMENTO, 2005, p. 185). Nos projetos missionários desenvolvidos no Brasil, é considerável o papel da “mulher missionária” como professora e mediadora de uma pedagogia inovadora, disseminando saberes para seus alunos, além de serem comprometidas com a doutrina da Igreja Protestante.

Os americanos reforçaram essa tendência quando colocaram professoras missionárias e brasileiras convertidas à frente das escolas protestantes e incumbidas das aulas nos colégios, conforme já acontecia em seu país de origem. [...]. (ALMEIDA, 2006, p. 83).

Por meio dos depoimentos orais colhidos nesta pesquisa, podemos perceber que a grande maioria dos professores contratados no ISG vinham de outros estados brasileiros, porém não podemos afirmar de quais.

Os Boletins Estatísticos revelam o quantitativo de servidores do quadro de funcionários do ISG, representado na Tabela 6:

**TABELA 6: Quadro de funcionários do Instituto Samuel Graham (1954-1960)**

Períodos	Docentes		Outros funcionários (vice-diretor, zelador, bibliotecário, auxiliar administrativo)	Diretores
	Normalistas*	Não normalistas		
1954	01	04	-	01
1955	04	01	04	01
1956	02	02	03	01
1957	04	01	07	01
1958	04	05	02	01
1959	06	04	03	01
1960	08	03	05	01

\*Não podemos atestar se esses normalistas tinham o curso secundário completo.

Fonte: Elaborada pela autora. Boletins Estatísticos do ISG.

Os dados apontam uma equiparação no número de docentes normalistas e não-normalistas que atuavam na instituição, o que certamente mostra uma preocupação por parte dos diretores em contratar professores que possuíam o certificado do Curso Normal. Dessa forma seriam atendidas as normatizações do magistério docente pelo Decreto nº. 805, de 28 de janeiro de 1949, que regulamenta o Ensino Primário do Estado de Goiás, estabelecendo os deveres sociais, pessoais e profissionais das professoras. O que podemos atestar, por meio das fontes orais, é que os professores contratados que não possuíam o certificado também precisavam seguir as normas gerais, no entanto seus pagamentos não condiziam com os dos professores com o diploma de normalista.

A legislação vigente estipulava, em seu Art. 43, “O magistério primário<sup>64</sup> público ou particular só poderá ser exercido por brasileiro maiores de 18 anos, em boas condições de saúde física e mental e que estejam habilitados legalmente”. (DIÁRIO OFICIAL, ANO 112, 05/02/1949, nº 5829, p. 3).

Com a relação à formação moral dos professores, o corpo administrativo do Instituto se preocupava em contratar profissionais com experiências no Ensino Primário, Ginásio e também no Ensino Secundário e que apresentasse qualidades éticas e entusiasmo.

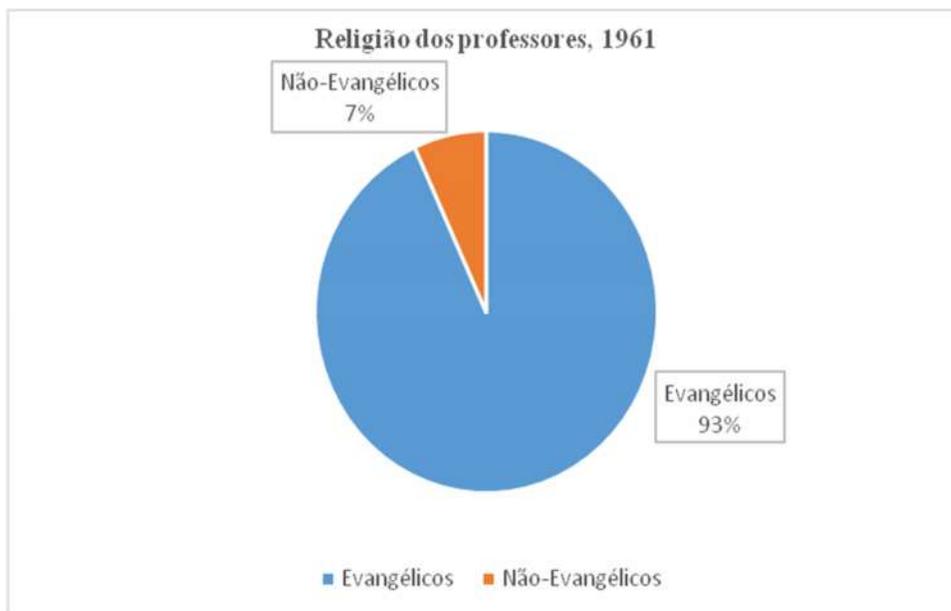
[...] O Corpo docente que trabalha no Ensino Primário é constituído de professores idôneos e já com anos de experiência nesse primeiro grau na educação e na formação cultural da personalidade. [...]. (BOLETIM INFORMATIVO DO INSTITUTO SAMUEL GRAHAM, 1962, p. 2).

[...] O Corpo docente atual do Ginásio é constituído, na sua grande maioria, de jovens entusiasmados pela cultura e pelo trabalho benemérito de educar eficientemente a juventude que vem ao I.S.G. Todos os professores estão sempre empenhados em aperfeiçoar os seus métodos e seus conhecimentos com a finalidade de tornar o estudo uma tarefa agradável e fascinante para o aluno. [...]. (BOLETIM INFORMATIVO DO INSTITUTO SAMUEL GRAHAM, 1962, p. 2-3).

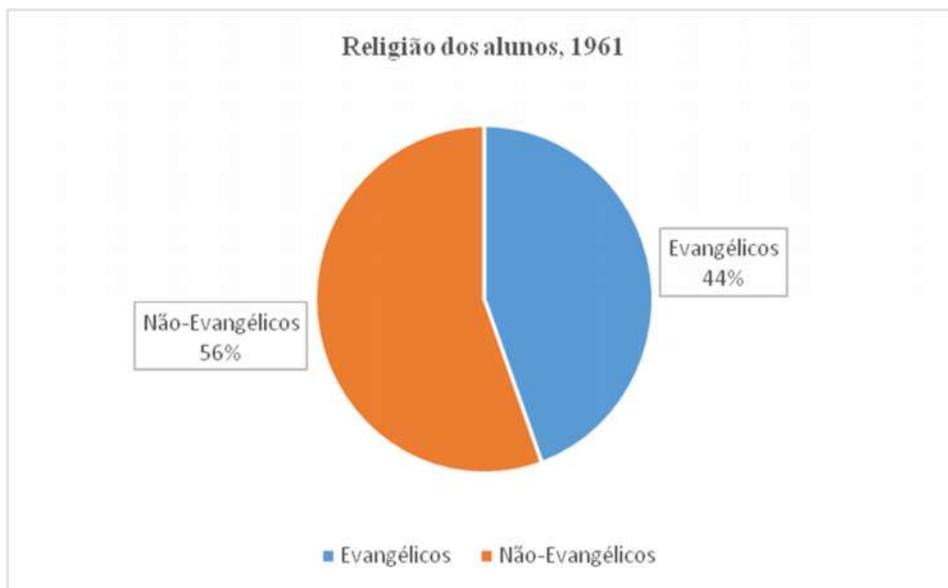
Outra informação relevante que encontramos nos dados do Boletim Estatísticos de 1961 é a opção religiosa informada por parte dos funcionários e alunos, constante nas Figuras 17 e 18.

---

<sup>64</sup> O magistério primário, em 1949, correspondia ao período da primeira à quarta série primária, iniciando aos 7 anos de idade. (REGIMENTO DO ENSINO PRIMÁRIO - GO, 1949).

**FIGURA 17: Religião dos professores do Instituto Samuel Graham, 1961**

Fonte: Elaborada pela autora. Boletim Estatístico do ISG.

**FIGURA 18: Religião dos alunos do Instituto Samuel Graham, 1961**

Fonte: Elaborada pela autora. Boletim Estatístico do ISG.

Os dados expostos demonstram que os professores, em sua maioria, eram evangélicos, já os alunos representavam apenas 44%, o que mostra que a escola atendia crianças de outras ordens religiosas, e não apenas protestantes. A respeito da confissão religiosa aplicada no ISG, os depoimentos de ex-alunos elucidam essa prática:

[...] Não se referia à Igreja, fazia oração pelo trabalho lá dentro da escola, não estava referindo se era igreja presbiteriana, se era igreja independente. Não! Se era essa igreja ou aquela. Não! Era a oração para pedir as bênçãos de Deus sobre o trabalho e tinha a aula de Educação Religiosa, essa tinha aula de Educação Religiosa, só que aquela aula de Educação Religiosa não ensinava a religião tal, ou tal, ou tal não. Estudava-se a Bíblia. [...]. (FREITAS, 2015).

[...]E quanto à formação religiosa, no meu tempo tinha a educação religiosa todo dia. Todo dia a gente chegava, aí tinha uma devocional rápida e a gente ia pra sala de aula e aí com o passar do tempo tinha três vezes por semana, a gente ia reunia toda a escola no salão nobre, [...]. E aí tinha o culto, aí depois passou pra uma vez por semana, mas quando nesses períodos, todos os alunos eram obrigados a assistir. É como se fosse uma aula, todos alunos iam pro culto, né. [...]. (GOMES, 2015).

[...]Não tinha esse negócio de distinção entre evangélicos, católicos e espíritas não! De religião não tinha não. A religião que tinha mais era os católicos, mas eles participavam né dos estudos, participavam do culto né, dos cultos. Todos participavam juntos. [...]. (SOUSA, 2015).

As reuniões de professores do ISG também abordavam a preocupação por parte do diretor quanto à formação religiosa dos professores. Para o diretor, a participação dos professores nos cultos seria um exemplo a ser seguido pelos alunos.

Desde os primeiros anos de seu funcionamento, os professores do Instituto Samuel Graham se reúnem para trocar ideias sobre o trabalho e fazer planos. Essas reuniões foram sempre bem informais e delas não foram feitos registros. De algumas foram tomadas notas rascunhos. No dia quatorze de setembro de 1961, foi reunido o corpo docente e administrativo. Feita uma leitura bíblica e dirigida uma oração de graças, o senhor Diretor (que havia chegado recentemente dos Estados Unidos da América do Norte), abrindo a reunião, se colocou à disposição até as 15h, no primário e secundário, e nas demais horas, em casa. Incitou, também, os professores, a ser um exemplo em sua vida. Ressaltou a importância do culto e a necessidade dos professores assistirem diariamente. Para melhorar a vida no I.S.G., o senhor Diretor aconselhou evitar malentendimentos, fuchicos, invasão na esfera de trabalho uns dos outros, ações anticristãs ou descavalheircas. [...]. (ATA DE REUNIÕES DOS PROFESSORES DO INSTITUTO SAMUEL GRAHAM, 1962, p. 1).

Os depoimentos expressam a prática religiosa que era aplicada aos alunos do ISG, que não era uma instituição apenas para desenvolver as práticas dos saberes escolares, mas também para produzir hábitos e comportamentos morais e cristãos.

Para atingir esse objetivo, o Instituto Samuel Graham oferecia o ensino da doutrina cristã baseada na leitura e estudo diário da Bíblia, por meio de orações e canto dos hinos que

aconteciam em um culto diário, realizado no salão nobre do Instituto. O princípio do Cristianismo era inculcado em ações diárias, bem como a assistência dada aos alunos e nos atos da igreja presbiteriana local, os quais faziam parte do currículo e regimento interno do ISG. Segundo Nascimento (2007, p. 157), “a orientação moral determinada era inculcar nos alunos independente da crença que professassem, os princípios da moral cristã e relacioná-los com sua vida diária”.

No ano de 1962, o diretor reverendo Jaime Buyers publica um Boletim Informativo sobre o ISG com informações ao corpo docente e discente. Nessa via, é importante evidenciar que os cursos oferecidos nesse mesmo ano sofreram ajustes para se adequarem ao “custo de vida”, como explica o Boletim.

Segundo os depoimentos orais, as famílias que não podiam pagar as mensalidades realizavam “acordos” e/ou combinados com o diretor, como a prestação de serviços em benefício do Instituto. Algumas famílias recebiam bolsas de estudos e pagavam taxas menores mensalmente.

**FIGURA 19: Tabela de preços dos cursos, 1962**

TABELA DE PREÇOS PARA O ANO DE 1962				
CURSOS	Preço total	Taxa de matrícula até 26 Fev.	1a. Prestação até 15 de Maio	2a. Prestação até 6 de Agosto
Pré-primário e 1.º primário	8 6.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
2.º e 3.º anos primários	7 7.000,00	2.000,00	2.000,00	3.000,00
4.º e 5.º anos primários	10 8.000,00	2.000,00	3.000,00	3.000,00
CURSO GINASIAL	12 9.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00
PENSIONATO	60.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00

Fonte: Boletim Informativo do ISG.

Assim, pode-se dizer que essas contribuições iam ao encontro do Regimento Interno do ISG, que versa em seu Capítulo X:

Art. 61 – As contribuições serão fixadas no início de cada ano letivo, podendo ser alteradas no decorrer do ano letivo desde que haja aumento sensível do custo de vida, pela decretação de novos níveis de salário mínimo ou ainda por qualquer

dispositivo da lei, sempre que seja necessário majorar salário de funcionários. (REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO SAMUEL GRAHAM, 1963, p. 17).

Esse mesmo Regimento Interno lança luz, também, sobre algumas obrigações que os alunos tinham que cumprir, segundo as referências do Capítulo V, Art. 28: “Os alunos usarão uniformes de acordo com os modelos do Instituto”. (REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO SAMUEL GRAHAM, 1963, p. 9). O uso dos uniformes escolares era uma prática onde os corpos eram moldados, bem como seus comportamentos, primeiramente pela regulação da vida social, logo pela regulação da sua estrutura física. Os preceitos médico-higienistas legitimavam o uso dos uniformes nas instituições escolares com o intuito de preparar “sujeitos moral, física e intelectualmente sadios”. (GONDRA, 2004, p. 168).

Merece atenção o fato de que os preceitos higienistas eram difundidos pelas escolas com o objetivo de preparar os alunos e estavam pautados na promessa de que, considerando esses aspectos e as prescrições apresentadas pela ordem médica, se estaria fazendo com que o país efetivamente trilhasse o caminho de um novo mundo, justificado pela necessidade de se produzir um homem novo, civilizado, um homem com interioridade, um homem com religiosidade, um homem higienizado. A construção de um modelo escolar deveria ser diferenciada daquela dos claustros e quartéis; a higiene comparece com seus princípios e fundamentos, a partir dos quais formula um conjunto detalhado de prescrições para a escola, que entendia ser necessária. (GONDRA, 2004). Assim:

No projeto de educação escolar, formulado segundo os condicionamentos institucionais, científicos e culturais, a perspectiva civilizatória constitui-se em seu marco organizador, desdobrável no controle dos espaços, do tempo, da nutrição, das vestimentas, da sujeira, dos órgãos dos sentidos, dos corpos, da inteligência e das vontades. Neste sentido, educar e civilizar formam um par com base no qual a racionalidade médica sonhava produzir um homem novo, diante das adversidades com que se referiam ao mundo tropical e ao seu povo. Ambos descritos sob o signo do atraso pelos homens da ciência impregnados da crença no poder redentor de uma educação higiênica e higienizadora, a qual, definida nestes termos, foi apresentada como condição necessária e, por vezes, suficiente, para fazer com que o Brasil finalmente ingressasse no restrito concerto das nações ditas civilizadas. (GONDRA, 2004, p. 169).

Como via de regra, no ISG o uso de uniformes escolares teve regulamentações baseadas nesses preceitos, como podemos observar nas orientações sobre a sua confecção para o ano de 1962 para os Cursos Primário e Ginásial:

## CURSO PRIMÁRIO

### MENINAS E MOÇAS

1º e 2º anos – **saia** pregueada, de brim verde, com suspensórios de 2 e meio centímetros de largura, com comprimento não acima da parte inferior da rótula do joelho. **Blusa** beije de mangas curtas com 2 e meio de centímetros de largura de bainha, gola esporte, bolso sem barra, com bico na parte inferior, colocado no lado esquerdo. **Sapatos** preto tipo colegial.

Para os demais anos o uniforme é o mesmo exceto a saia que não teria suspensórios. O distintivo será adquirido no INSTITUTO.

### MENINOS E RAPAZES

1º e 2º anos – **Calças** curtas ou compridas, de brim verde com listas, uma de cada lado externo, de meio centímetro de largura. **Cinto** preto. **Camisa** beije de gola esporte e mangas curtas com bainhas de 2 e meio centímetros, bolso sem barra, com bico na parte inferior colocado no lado esquerdo. **Sapatos** ou **botinas** pretas.

Para todos os anos do curso primário, inclusive para o 5º ano, o uniforme é o mesmo. O distintivo do INSTITUTO será adquirido na escola.

## CURSO GINASIAL

### MOÇAS

**Saia** de brim verde, pregueada de comprimento não acima da parte inferior da rótula do joelho. **Blusa** branca, gola esporte, de mangas curtas e bainha de 2 e meio centímetros de largura e bolso com bico na parte inferior sem barra colocado ao lado esquerdo. **Blusa** de lã. **Sapatos** pretos tipo colegial, **meias** brancas. O distintivo e a blusa de lã serão adquiridos no INSTITUTO.

### RAPAZES

**Calças** de brim verde, com duas listas brancas de meio centímetro de cada lado externo das calças. **Cinto** preto. **Camisa** branca de colarinho, mangas compridas e com bolsos sem barra e com bico na parte inferior colocado do lado esquerdo.

**Gravata** preta. **Blusa** de lã. **Sapatos** ou **botinas** pretas. **Meias** brancas. O distintivo e a blusa de lã serão adquiridos no INSTITUTO. (BOLETIM INFORMATIVO DO INSTITUTO SAMUEL GRAHAM, 1962, p. 3).

Com relação ao uniforme escolar, Gondra (2004) salienta que havia uma preocupação com a descrição minuciosa dos tipos de tecidos utilizados na confecção: lã, seda, linho ou algodão. Ao mesmo tempo, implicava um discurso médico-higienista que, em seu âmago, ordenava uma vestimenta “reguladora” no modo de se vestir dos alunos, abarcando prescrições sobre a maneira correta de se trajar, principalmente para as mulheres, e sobre os cuidados que os alunos deveriam ter com sua manutenção.

Segundo Teive (2008):

Invenção da República, o uniforme escolar constituía-se num dos pontos, importantes na produção do novo *habitus* pedagógico, contribuindo para aumentar o controle sobre o comportamento dos/as futuros/as professores/as, para sedimentar o novo modo de se comportar. As punições previstas para sedimentar os desvios praticados pelos/as alunos/as quando no uso do uniforme deveriam contribuir para fortalecer os mecanismos de autocontrole exercido sobre as suas ações e pulsões, concorrendo para o seu auto-condicionamento. (TEIVE, 2008, p. 183).

Nesse mesmo viés, Foucault (1987) assevera que:

[...] a arte de punir, no regime do poder disciplinar, não visa nem a expiação, nem mesmo exatamente a repressão. Põe em funcionamento cinco operações bem distintas: relacionar os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto, que é ao mesmo tempo campo de comparação, espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir. Diferenciar os indivíduos em relação uns aos outros e em função dessa regra de conjunto - que se deve fazer funcionar como base mínima, como média a respeitar ou como o ótimo de que se deve chegar perto. Medir em termos quantitativos e hierarquizar em termos de valor as capacidades, o nível, a “natureza” dos indivíduos. [...]. (FOUCAULT, 1987, p. 152).

Dessa maneira, era preciso “vigiar” e “punir” os alunos que não se adaptassem a esses preceitos; as instituições educativas, como é o caso do ISG, não fugiam dessa via de regra. A senhora Maria Luiza da Silva Gomes, ex-aluna e ex-professora, relata que o uniforme era de uso diário; os sapatos e as meias precisavam chegar limpos na escola. Acrescenta que levava um pano para lavar os pés na escola e depois calçar as meias e o sapato, pois havia uma professora: “*a Dona Henriqueta, ela era responsável por olhar isso! Porque ela chegava e a primeira coisa que fazia, era dar a revista nesse pessoal que estava de uniforme e se estava limpo*”. (GOMES, 2015).

Norbert Elias (1993, p. 205) corrobora com o pensamento de Foucault (1987) quando atesta que “a civilização do ser humano jovem, jamais é um processo inteiramente indolor, e sempre deixa cicatrizes”. Nas instituições educativas o processo civilizatório perpassa por vários âmbitos, a saber: político, econômico, religioso, técnico, moral e social, fazendo com que as práticas educacionais sejam fundamentalmente civilizatórias. (NASCIMENTO, 2004).

Para adentrar o interior de uma instituição e desvelar as ações desenvolvidas nas práticas escolares, é preciso, *a priori*, compreender melhor o conceito de instituição. Para tal, utilizamos a ideia de Saviani (2005), que nos explicita os diversos significados que a palavra instituição representa. Assim, nesta pesquisa, o significado de instituição apresenta-se como:

[...] uma estrutura material que é constituída para atender a determinada necessidade humana, mas não qualquer necessidade. Trata-se de necessidade de caráter permanente. Por isso a instituição é criada para permanecer. Se observarmos mais atentamente o processo de produção de instituições, notaremos que nenhuma delas é posta em função de alguma necessidade transitória, como uma coisa passageira que, satisfeita a necessidade que a justificou, é desfeita. Para necessidades transitórias não se faz mister criar instituições. Elas se resolvem na conjuntura não deixando marcas dignas de nota na estrutura. Isto, obviamente, não obstante o fato reconhecido e reiterado à exaustão de que as instituições, como todos os produtos humanos, por serem históricos, não deixam, em última instância de ser, também elas, transitórias. Mas sua transitoriedade se define pelo tempo histórico e não, propriamente, pelo tempo cronológico e, muito menos, pelo tempo psicológico. Mas, se as instituições são criadas para satisfazer determinadas necessidades humanas, isto significa que elas não se constituem como algo pronto e acabado que, uma vez produzido, se manifesta como um objeto que subsiste à ação da qual resultou, mesmo após já concluída e extinta a atividade que o gerou. Não. Para satisfazer necessidades humanas as instituições são criadas como unidades de ação.

Constituem-se, pois, como um sistema de práticas com seus agentes e com os meios e instrumentos por eles operados tendo em vista as finalidades por elas perseguidas. As instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade a que servem. (SAVIANI, 2005, p. 28).

Desse modo, podemos explorar sua “caixa-preta” e, segundo Sanfelice (2007, p. 77), “o que me dá o passaporte de ingresso é o conjunto de fontes que levanto, critico e seleciono, e nenhum tipo de fonte deve ser interditado”. Nessa esteira de reflexões, percebemos a grande importância de conhecer os intramuros do ISG. O caminhar, correr, andar pelos espaços faz com que os espaços sejam preenchidos pela vida e apareçam, embora o caminhar como uma apropriação também desloque significados em tais espaços pela invenção de outros usos. “[...] as idas e vindas, as variações ou as improvisações da caminhada privilegiam, mudam ou deixam de lado elementos espaciais.” (CERTEAU, 1994, p. 178). E um desses limites foi a construção dos internatos feminino e masculino para abrigar alunos que se deslocavam de outras regiões.

Em 1953 foi iniciada a construção da Casa do Diretor, concluída em julho de 1954. Dona Ruth Graham se mudou para essa casa e levou consigo quatro moças que eram internas: Maria Luiza Pimpim, Ivonete Lima, Delma Borges e Vandir Guimarães. Assim, o Internato feminino se estabeleceu inicialmente na casa do diretor. Só em 1956 o prédio foi construído para oferecer vagas para outras internas. Nas fontes analisadas não encontramos a data precisa da construção do prédio do internato masculino, que decorreu anos depois, tampouco imagens de seu prédio físico.

A construção do prédio do internato feminino apresenta, em sua fachada, o estilo vitoriano<sup>65</sup> norte-americano, em vértice, com colunas nas extremidades, como podemos observar na Figura 20:

---

<sup>65</sup> As casas vitorianas refletem os estilos arquiteturais da Era Vitoriana no Reino Unido, entre os anos 1837 e 1901. O estilo deve seu nome à rainha Vitória da Inglaterra, que reinou durante esse período. O estilo vitoriano, popular na arquitetura residencial dos Estados Unidos, Canadá e Inglaterra, é composto de uma mistura de antigos estilos, trazidos de diferentes países. O estilo vitoriano apresenta características desenvolvidas para serem vibrantes, ousadas e ornamentadas e podem consistir em construções com um, dois ou três andares.

**FIGURA 20: Internato feminino, 1957**

**Fonte:** Arquivo do Instituto Samuel Graham (Jataí – GO).

Nas fontes localizadas, não encontramos muitos documentos específicos aos internatos. Muito pouco restou nos arquivos da instituição, mas podemos perceber, em panfletos propagandísticos, o quanto eram evidenciadas as atividades desenvolvidas em seu cotidiano.

Não conseguimos apurar até que ano os internatos funcionaram, mas podemos verificar, por meio das fontes documentais, que na década de 70, parte dos 12 alqueires de terra adquiridos para a construção da escola foi loteada e os lotes colocados à venda. Uma parte do terreno, onde o prédio do Internato feminino se localizava, foi vendida para a Universidade Federal de Goiás – UFG, Campus Riachuelo, não fazendo mais parte do ISG. A área do internato masculino está cedida ao Estado para a Universidade Estadual de Goiás – UEG, que realiza pagamento de aluguel da área até os dias atuais.

Ainda com relação às atividades desenvolvidas nos internatos, localizamos em um boletim informativo algumas orientações para a matrícula de alunos internos. Uma dessas normas diz respeito ao enxoval mínimo:

### ENXOVAL MÍNIMO PARA O INTERNATO

Cada interno terá a sua própria roupa de cama e de uso pessoal. As medidas das roupas de cama são as seguintes: Os lençóis terão 1,50 de largura e 2,40 de comprimento, as fronhas terão 44 centímetros de largura e 64 de comprimento. Convém que cada interno traga dois bons cobertores.

Cada interno trará 3 lençóis, 2 colchas brancas ou de côr, 3 toalhas de banho, 3 toalhas de rosto, 3 fronhas, 1 travesseiro, 2 cobertores de lã, 1 saco para roupa suja, 2 pares de sapatos para casa, 1 para aula, 1 para sair, 1 par de tênis para educação física, 1 sombrinha ou guarda-chuva, agasalho para frio, objetos necessários para higiene pessoal, roupas para uso diário, para trabalhar e para sair. Tôda a roupa deverá ser marcada com o nome do aluno (BOLETIM INFORMATIVO DO INSTITUTO SAMUEL GRAHAM, 1961, p. 3).

A senhora Rosalva Rodrigues de Sousa, ex-aluna e moradora do internato feminino, discorre sobre as diretoras que o dirigiram no período em que ela esteve interna “*no internato nós tivemos três diretoras né, era a Dona Ruth Graham, que foi a primeira, a Dona Lídia e a Abgail*”. (SOUSA, 2015). Lembra da rigidez de cada uma, dos horários e da rotina estabelecida pelo regulamento, que deviam ser cumpridas com precisão. A depoente não se lembra do número de internas matriculadas, haja vista que muitas alunas internas não cumpriam o prazo e, como não se adaptavam à rotina da instituição, desistiam de estudar no internato. Mas faz uma previsão de, pelo menos, vinte alunas que estudavam na mesma turma em que ela estava matriculada, com algumas variações.

[...] Lá nós tínhamos um regime assim, tinha que obedecer os horários de almoço. Tocava a campainha né, todo mundo reunia pra refeição. E a noite tinha o horário também da gente dormir né, não podia ficar até tarde estudando né, porque tinha o horário à tarde, por exemplo: aquelas que estudavam de manhã, à tarde fazia suas tarefas e estudava né. Agora as outras que era da tarde, elas estudavam na manhã né, então nós, eu que estudava de manhã, na parte da tarde fazia os meus estudos. Estudava e preparava as minhas lições. (SOUSA, 2015).

O pagamento das mensalidades era planejado pela secretaria do Instituto, como apresenta o mesmo Boletim Informativo:

OBSERVAÇÃO: - A reserva de lugar no pensionato se fará mediante a importância de CR\$ 2 000,00 para aqueles que tem sido alunos do INSTITUTO e de CR\$ 3 000,00 para os novos alunos [...].

Os alunos que não tiverem seus pagamentos efetuados dentro dos prazos estabelecidos não terão permissão para frequentar aulas e não poderão prestar exames desde que estejam em débito com o INSTITUTO. Os internos, estando em débito com o Pensionato, serão retirados do mesmo.

NOTA REFERENTE AS DESPESAS DOS ALUNOS INTERNOS: O INSTITUTO não se responsabiliza por nenhuma despesa pessoal do aluno e nem adianta dinheiro para lavagem de roupa, artigos de higiene pessoal, medicamentos, material escolar, etc. Por essa razão a Diretoria do INSTITUTO SAMUEL GRAHAM exige dos senhores pais ou responsáveis deixarem depositado na secretaria a importância mínima de CR\$ 7 000,00 por semestre ou conforme a economia do aluno. (BOLETIM INFORMATIVO DO INSTITUTO SAMUEL GRAHAM, 1961, p. 4).

Diante do exposto sobre as observações referentes à reserva de matrículas e às despesas dos alunos, pode-se afirmar que a responsabilidade em manter os alunos no Internato era da família de cada interno. Ao matricularem seus filhos no Instituto, os pais recebiam as orientações prescritas em um Regimento Interno:

Art. 62 - As contribuições serão divididas em 4 prestações:

a- Primeira - Até 1º de março, representando 20% do ano escolar;

b- Segunda - Até 31 de maio, representando 40% da anuidade;

c- Terceira - Até 1º de agosto, representando 30% da anuidade;

d- Quarta - Até 1º de outubro, representando 10% da anuidade;

Parágrafo Único: Tõda a prestação iniciada será considerada vencida, não sendo restituída ainda que o aluno tenha de se retirar do estabelecimento. (REGIMENTO INTERNO DO ISG, 1963, p. 17-18).

Vale ressaltar que os alunos internos tinham tarefas a cumprir diariamente, após realizarem seus estudos, como afirma Sousa (2015): *“a gente era responsável pela lavagem de nossas roupas, tinha os tanques lá e cada uma lavava as suas, quem chegava primeiro, lavava roupa primeiro (risos)”*. Sousa (2015) ainda relata que a rotina diária, apesar de bastante rígida no internato, era prazerosa e de muita cumplicidade entre as internas. Aos domingos iam, todas juntas, ao culto na Igreja, juntamente com sua diretora, pela manhã e à noite, à tarde tinham que dormir e descansar.

No depoimento de Sousa (2015), constatamos que a organização da rotina era elaborada pela diretora, que cuidava com muita dedicação para que não houvesse atrasos e as meninas sempre estivessem ocupadas em suas atividades. Pela manhã, ao soar do sino, todas se levantavam e se vestiam para o café. A cozinheira servia as refeições e mantinha a ordem na cozinha. Os horários das refeições eram estabelecidos em quatro momentos: café da manhã, almoço, lanche e jantar.

Os apontamentos de Foucault (2001) ilustram o depoimento da ex-aluna, quando diz:

A escola está arquitetonicamente projetada para um espaço disciplinar. As disciplinas, organizando as ‘celas’, os ‘lugares’ e as ‘fileiras’ criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação [...], marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos. (FOUCAULT, 2001, p. 126).

Com o intuito de elucidar as ações das internas em seus momentos de estudo e higiene pessoal nas práticas cotidianas diárias, podemos confirmar que era preciso muita disciplina por parte das alunas para se apropriarem de suas tarefas e de seus estudos.

Podemos confirmar que era preciso muita disciplina por parte das alunas para se apropriarem de suas tarefas e de seus estudos, desde a higiene pessoal até as práticas cotidianas diárias.

[...] Fazíamos nossas tarefas lá mesmo no refeitório né, porque lá tinha as mesas né. O refeitório não sei se não me engano tinha umas quatro mesas grandes porque nós era assim uma turma de mais ou menos umas 20 moças não tô muito me lembrando muito bem o número que nós estava lá né. Então tinha as mesas de refeição, aí a gente estudava ali mesmo, no refeitório. E depois era a hora do banho, todo mundo tinha que banhar (risos) tomava banho e era uma dificuldade porque quando chegava no final do ano faltava água. não sei porque faltava água não sei se os poços secava né. acho que sim! e depois eles fizeram um poço artesiano grande aí para manter a escola né. porque tinha muita dificuldade com esse problema de água, chegava no mês de novembro faltava água, a gente pra tomar banho era 2 minutos, a gente tinha que tirar (risos) já ia pronta solta a toalha lá e jogava água e tomava banho rapidinho, 2 minutos né. Porque não podia gastar água. [...]. (SOUSA, 2015).

Foucault (1987) afirma que a disciplina organiza um procedimento de espaço arquitetural e religioso: “a cela dos conventos. Mesmo se os compartimentos que ele atribui se tornam puramente ideais, o espaço das disciplinas é sempre no fundo, celular. Solidão necessária do corpo e da alma, [...]”. (FOUCAULT, 1987, p. 123). Dessa maneira, a organização escolar passou a ter funcionalidade no ensino elementar “como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar”. (FOUCAULT, 1987, p. 126).

Importa ressaltar que os missionários norte-americanos cumpriram seu papel social conforme os objetivos estabelecidos na Missão, sob a diáde: *evangelizar e educar*. Assim, prestavam assistência às crianças e jovens por meio de uma instituição educacional, de caráter particular, que desde sua fundação vem desenvolvendo atividades educacionais. O que, para Foucault (1987, p. 119), perpassa por uma política de coerção “um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. [...]”. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’”.

É mister destacar que até a década de 1970, o ISG teve caráter particular, só então passou a contar com um convênio estadual a fim de atender um número maior de alunos. Em 1968<sup>66</sup> o convênio estadual foi aceito, passando a vigorar a partir de 1970.

O ISG teve, nesse período, oito diretores, sendo cinco norte-americanos. Após essa data, outros professores ligados à Igreja Presbiteriana e ao Conselho Deliberativo assumiram a direção.

<sup>66</sup> O Diário Oficial de 26/12/68 publicou o convênio acordado entre o Estado de Goiás e o ISG. (DIÁRIO OFICIAL, 1968, ANO 132, n. 8465, p. 7-8).

**QUADRO 7: Diretores do Instituto Samuel Graham (1942-1970)**

Período	Diretores
1942-1947	Robert Lodwick <sup>67</sup>
1948-1952	Samuel Irvine Graham
1952-1954	Ruth Graham
1955-1956	Reverendo George Glass <sup>68</sup>
1957- 1962	Reverendo Jaime Watson Buyers
1963-1965	Reverendo Eliézer Tavares de Jesus
1966	Reverendo José Inocêncio de Lima
1967-1968	Professor Izaltino Guimarães
1969-1970	Professor Takio Sakai

\*Dona Ruth Graham assume a direção após a morte de Samuel Graham, em agosto de 1952.

**Fonte:** Elaborado pela autora.

Por meio da Lei Municipal nº. 515, de 17 de setembro de 1963, o prefeito Cyllêneo França reconhece o Instituto Samuel Graham como entidade de utilidade pública, reconhecendo seus inestimáveis e eficientes serviços pedagógicos prestado à comunidade jataiense, como podemos ver na Figura 21.

<sup>67</sup> O reverendo Robert Lodwick foi diretor ainda da escola Evangélica de Jataí.

<sup>68</sup> Um dos diretores do Instituto Samuel Graham George Glass, foi um dos aviadores da Missão Central do Brasil, nascido em Maceió – AL, mas filho de ingleses, Glass foi piloto, colportor e missionário desse projeto evangelizador. No período em que atuou no interior brasileiro, a Missão Central do Brasil organizou bases para seus aviões, denominado “Arauto do Evangelho”, em Salvador, Wagner, Rio Verde, Montes Claros e em Mato Grosso, formados por um hangar e tanques de gasolina. Essas viagens transportavam professores, alunos, missionários, equipamentos escolares e agrícolas, doentes e viveres alimentícios para outras áreas jurisdicionadas pela Missão Central do Brasil. (NASCIMENTO, 2005).

**FIGURA 21: Lei Municipal n. 515, de 17 de setembro de 1963, que reconhece o Instituto Samuel Graham como entidade de utilidade pública**

  
ESTADO DE GOIÁS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ

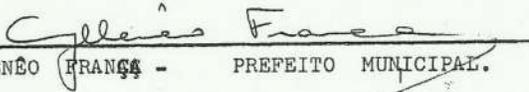
Ofício N. \_\_\_\_\_ Jataí, 19 de novembro de 1 963

INTERESSADO:- Revº ELIÉSER TAVARES DE JESUS

ASSUNTO:- Lei Municipal que reconhece o INSTITUTO SAMUEL GRAHAM como entidade de utilidade pública.

Lei Municipal Nº 515, de 17 de setembro de 1 963 (Reconhece o INSTITUTO SAMUEL GRAHAM como entidade de utilidade pública) A Câmara Municipal dos Vereadores aprova e o Prefeito Municipal sanciona e promulga a lei:- ARTIGO 1º):- Fica o INSTITUTO SAMUEL GRAHAM, instituição jurídica e considerado como entidade nacional, reconhecido, também, como entidade de UTILIDADE PÚBLICA, principalmente pelos seus inestimáveis e eficientes serviços pedagógicos prestados à mocidade do interior brasileiro, desde o ano de hum mil, novecentos e quarenta e dois ( 1 942 ) ARTIGO 2º):- Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. Gabinete da Prefeitura Municipal de Jataí, em 17 de setembro de 1 963. CYLLENÊO FRANÇA - Prefeito Municipal.

Jataí, 19 de novembro de 1 963

  
CYLLENÊO FRANÇA - PREFEITO MUNICIPAL.



*Reconheço a firma Supra de Cyll  
lenêo França, como verdadeira  
ra*

Dou #  
Jataí, 21 de novembro de 1963.  
Em testemunho do P. Q. Rado da verdade.  
*Francisco Gonçalves do Prado*  
esc. aut.

Fonte: Arquivo do Instituto Samuel Graham (Jataí – GO).

À luz dos fatos apresentados até aqui sobre a história e a construção do ISG, pode-se destacar a implantação de alguns cursos ao longo de período: em 1953, o Curso Normal Regional; em 1959, o Ginásial, passando a ofertar Ensino Secundário; no ano de 1964, o Curso Normal Colegial, na modalidade de 2º grau; em 1974, o curso Técnico em Magistério. No ano de 1977 passou a ofertar o curso Habilitação Básica em Saúde, ambos em nível de 2º grau.

Na esteira de reflexões perfilhadas por Gatti Júnior (2002), faz-se importante compreender que ver a escola por dentro, analisar as suas determinações externas nos ajudam a estudar um pouco da sua história, garantindo uma investigação acerca dos atores envolvidos no processo educacional dessa instituição, buscando sua identidade institucional no cenário do qual faz ou fez parte, mesmo com as mutações sofridas ao longo dos anos. Destarte, um desses cursos será nosso escopo a partir de agora.

### 2.2.1 O Curso Normal Regional: o sonho que tornou realidade

Após a morte de Samuel Graham em agosto 1952, dona Ruth recebeu o Decreto nº. 175, de 1º de outubro de 1952<sup>69</sup>, concedendo autorização de funcionamento do Curso Normal Regional Evangélico<sup>70</sup>, em outras fontes referido como Curso de Regente do Ensino Primário<sup>71</sup>, sob inspeção estadual a partir de 1955.

O Regulamento do Ensino Primário de Goiás de 1949, especificamente o Capítulo III, art. 4º, trata das categorias de ensino primário e seus cursos. O *caput* do artigo reitera que o ensino primário, no Estado de Goyaz, abrangerá três categorias de ensino. Assim apresentam-se suas alíneas:

- a) ensino pré-primário, destinado às crianças de 3 a 6 anos;
- b) ensino primário fundamental, destinado às crianças de 7 a 14 anos;
- c) ensino primário supletivo, reservado aos adolescentes e adultos. (DIÁRIO OFICIAL, 05/02/1949, ANO 112, nº 5829, p. 1).

O artigo 6º desse mesmo regulamento explicita que “o ensino primário fundamental será ministrado em dois cursos sucessivos: o elementar e o complementar”. (DIÁRIO OFICIAL, 05/02/1949, ANO 112, nº 5 829, p. 1).

<sup>69</sup> Publicado no Diário Oficial do Estado, de 19/10/1952, Ano 116, nº 6746, p. 1.

<sup>70</sup> Essa nomenclatura não aparece nos documentos do Instituto, apenas encontramos nas fontes o nome CURSO NORMAL REGIONAL.

<sup>71</sup> Equivalente à docência do magistério de 1º Grau, autorizando a regência em salas de 1ª a 4ª séries.

O Curso Normal Regional do ISG apresentava a especificidade complementar, oferecendo uma formação para Regentes Primários, em nível de 1º grau, com uma organização didática sistematizada em quatro séries, atendendo aos princípios normativos desse Regulamento de Ensino, conforme podemos visualizar na Figura 22:

**FIGURA 22: Diploma de uma ex-normalista, 1958**



**Fonte:** Arquivo pessoal da ex-normalista Anna Clara de Moraes.

Vale ressaltar que, para pleitear uma vaga no Curso Normal Regional, era necessário prestar os exames de Admissão, que foram instituídos, conforme legislação nacional, no ano de 1931 e perduraram até a promulgação da Lei nº. 5692/1971<sup>72</sup>, de 11 de agosto de 1971. De certa forma, os exames de admissão tornaram-se o elo entre o ensino primário e o secundário, constituído de provas orais e escritas de Português e Aritmética, Geografia, História do Brasil e Ciências Naturais<sup>73</sup>.

No caso do ISG, o acesso ao Curso Normal Regional se dava por meio do curso de admissão, sem exigência do curso ginásial, haja vista que o Curso Normal Regional era em

<sup>72</sup> Com a Lei nº 5692/71, foi instaurado o ensino obrigatório de 1º grau, com duração de oito anos, integrando os cursos primário e ginásio em um único ciclo de estudos.

<sup>73</sup> As regras e programas eram definidos pelo Departamento Nacional de Ensino.

nível de 1º grau. O curso teve seu início a partir dos primeiros Exames de Admissão, ocorridos em fevereiro de 1953, como consta na Ata correspondente. Dessa maneira, os primeiros exames, referentes ao primeiro ano do Curso Normal Regional, ainda pela Escola Evangélica de Jataí, foram organizados em três dias: dias 23, 24 e 25 do mês de fevereiro. (ATAS DE EXAMES DE ADMISSÃO DO CURSO NORMAL REGIONAL, 1953). No ano de 1964, quando foi implantado o curso Normal Colegial em nível de 2º grau, os exames admissionais passaram a ser exigidos também como elo entre o ginásio e o curso de 2º grau.

O Exame de Admissão foi regulamentado pela Reforma Francisco Campos, por meio do Decreto nº. 19 890, de 18 de abril de 1931. Em seu capítulo III, constam o local e o período em que as inscrições e as provas seriam realizadas. Versava também sobre o tipo de documentação e a idade mínima dos candidatos, a tipologia das provas, além dos componentes da banca examinadora:

**Art. 18.** O candidato à matrícula na 1ª série de estabelecimento de ensino secundário prestará exame de admissão na segunda quinzena de fevereiro.

§ 1º A inscrição neste exame será feita de 1 a 15 do referido mês, mediante requerimento, firmado pelo candidato ou seu representante legal.

§ 2º Constarão do requerimento a idade, filiação, naturalidade e residência do candidato.

§ 3º O requerimento virá acompanhado de atestado de vacinação anti-variólica recente e do recibo de pagamento da taxa de inscrição.

**Art. 19.** O candidato a exame de admissão provará ter a idade mínima de 11 anos.

Parágrafo único. Quando o estabelecimento se destinar à educação de rapazes e o regime for o de internato, a idade do candidato não excederá de 13 anos.

**Art. 20.** Não será permitida inscrição para exame de admissão, na mesma época, em mais de um estabelecimento do ensino secundário, sendo nulos os exames realizados com transgressão deste dispositivo.

**Art. 21.** O exame de admissão se realizará no estabelecimento de ensino em que o candidato pretender matrícula.

Parágrafo único. A banca examinadora será constituída, no Colégio Pedro II, por três professores do mesmo, designados pelo diretor; nos estabelecimentos sob regime de inspeção permanente ou preliminar, por dois professores do respectivo quadro docente, sob a presidência de um dos inspetores do distrito.

**Art. 22.** O exame de admissão constará de provas escritas, uma de português, (redação e ditado) e outra de aritmética (cálculo elementar), e de provas orais sobre elementos dessas disciplinas e mais sobre rudimentos de Geografia, História do Brasil e Ciências naturais. (BRASIL, 1931, p.1).

Dessa maneira, o ISG se organizou para dar início aos Exames de Admissão do Curso Normal Regional. No primeiro dia (23), às 8h realizou-se a prova escrita de Português, com onze alunos presentes<sup>74</sup>. Estavam presentes as professoras Josefina Inêz de Oliveira, Maria Paz Rosa Dias, e a diretora e presidente da banca, Ruth Graham. A prova constava de três

<sup>74</sup> Alcy Franco de Oliveira, Altair Fagundes da Silva, Edson Oliveira de Lima, Eneide Carvalho Silva, Evandina Carlos de Alarcão, Hilária Moreira Vidal, Maria Alves Machado, Nirce Silva Carvalho, Noemi Alves Farias, Sebastião Alan Kardec de Lima e Sebastião Nunes.

etapas (ditado, redação e gramática). No mesmo dia, às 14h, os candidatos foram convocados para a prova oral, também de Português, encerrando-se às 16h.

No dia seguinte, (24), pela manhã, no mesmo horário, apresentaram-se nove<sup>75</sup> alunos para a prova escrita de Aritmética; a banca estava composta com as mesmas professoras e diretora. Os três pontos exigidos na prova correspondiam aos seguintes conteúdos: frações decimais, máximo divisor comum e sistema métrico decimal. Após o término da prova, o material foi identificado e entregue à professora responsável. À tarde, seguindo o mesmo horário, realizou-se a prova oral, também de Aritmética.

Seguindo os dias de provas, no dia 25, pela manhã, com a apresentação dos nove alunos, realizou-se a prova de História do Brasil. Ao analisarmos a fonte, percebemos que faltou a informação descritiva, ou seja, se a prova correspondia à parte escrita ou oral. Pela tarde do mesmo dia, houve a prova oral de Geografia. As médias eram calculadas no fim de cada sessão.

#### **QUADRO 8: Médias finais dos exames de Admissão do Curso Normal Regional, 1953**

<b>ALUNOS</b>	<b>MÉDIA FINAL</b>
Alcy Franco de Oliveira	8,4
Altair Fagundes da Silva	5,2
Edson Oliveira de Lima	6,5
Eneide Carvalho Silva	7,0
Evandina Carlos de Alarcão*	-
Hilária Moreira Vidal	7,5
Maria Alves Machado	6,9
Nirce Silva Carvalho,	6,6
Noemi Alves Farias	8,2
Sebastião Alan Kardec de Lima	6,8
Sebastião Naves*	-

\*Não compareceram a todos os exames admissionais, mas seus nomes constam na ata.

**Fonte:** Ata de Exames de Admissão da Escola Evangélica de Jataí, 1953, p. 1.

A Figura 23 salienta o prestígio da primeira turma de normalistas ingressantes do ISG, formada por onze alunos que, ao término das quatro séries, estariam aptos a exercer o cargo de Regente Primário na cidade de Jataí e também por toda a região.

<sup>75</sup> Na ata analisada não consta o nome dos alunos que faltaram.

**FIGURA 23: Primeira turma do Curso Normal Regional, 1953**

**Fonte:** Arquivo do Instituto Samuel Graham (Jataí – GO).

Por meio das fontes sobre o Curso Normal Regional do ISG, como Atas dos Exames de Admissão, Parciais, Finais, de 2ª época, Livro de Matrículas, dentre outras, podemos analisar o perfil desse curso e dos discentes em cada ano. O curso teve seu início, como foi apresentado anteriormente, em 1953 e permaneceu em exercício até 1963, quando passa a se denominar Curso Normal Colegial, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 4024/61, de 20 de dezembro de 1961, Artigo 53. O Ensino Normal, equivalente à formação de docentes para o ensino primário será feito: “[...] b) em escola normal de grau colegial, de três séries anuais, no mínimo, em prosseguimento ao grau ginásial”. (BRASIL, 1961, p. 2).

É mister destacar que o Curso Normal Regional ofertado no ISG seguia as normatizações do Decreto-Lei nº. 8530, de 2 de janeiro de 1946, o qual fixa as diretrizes para a Lei Orgânica do Ensino Normal, baseado no Art. 4º que trata sobre os três tipos de ensino. Em seu parágrafo 1º consta que o “Curso normal regional será o estabelecimento destinado a ministrar tão somente o primeiro ciclo de ensino normal<sup>76</sup>”. (BRASIL, 1946, p. 1).

Nesse construto, justifica-se a aplicação dos Exames de Admissão ocorridos anualmente para selecionar os candidatos.

---

<sup>76</sup> O Curso Normal Regional não correspondia ao Ginásio.

Art. 20. Para admissão ao curso de qualquer dos ciclos de ensino normal, serão exigidas do candidato as seguintes condições;

- a) qualidade de brasileiro;
- b) sanidade física e mental;
- c) ausência de defeito físico ou distúrbio funcional que contra-indique o exercício da função docente;
- d) bom comportamento social;
- e) habilitação nos exames de admissão.

Art. 21. Para inscrição nos exames de admissão ao curso de primeiro ciclo será exigida do candidato prova de conclusão dos estudos primários e idade mínima de treze anos; para inscrição aos de segundo ciclo, certificado de conclusão de primeiro ciclo ou certificado do curso ginásial, e idade mínima de quinze anos.

Parágrafo único. Não serão admitidos em qualquer dos dois cursos candidatos maiores de vinte e cinco anos. (BRASIL, 1946, p. 2).

Cabe ressaltar que, ao longo dos anos de implantação do curso no Instituto, as disciplinas ofertadas foram sofrendo algumas modificações, adequando-se ao ensino de acordo com as exigências legais, sociais e mediante os objetivos de formação religiosa. Compreende-se, dessa forma, que a organização das disciplinas escolares estava baseada no Artigo 7º da Lei Orgânica do Ensino Normal, de 1946:

Art. 7º O curso de regentes de ensino primário se fará em quatro séries anuais, compreendendo, no mínimo, as seguintes disciplinas:

Primeira série: 1) Português. 2) Matemática. 3) Geografia geral. 4) Ciências naturais. 5) Desenho e caligrafia. 6) Canto orfeônico. 7) Trabalhos manuais e economia doméstica. 8) Educação física.

Segunda série: 1) Português. 2) Matemática. 3) Geografia do Brasil. 4) Ciências naturais. 5) Desenho e caligrafia. 6) Canto orfeônico. 7) Trabalhos manuais e atividades econômicas da região. 8) Educação física.

Terceira série: 1) Português. 2) Matemática. 3) História geral. 4) Noções de anatomia e fisiologia humanas. 5) Desenho. 6) Canto orfeônico. 7) Trabalhos manuais e atividades econômicas da região. 8) Educação física, recreação e jogos.

Quarta série: 1) Português. 2) História do Brasil. 3) Noções de Higiene. 4) Psicologia e pedagogia. 5) Didática e prática de ensino. 6) Desenho. 7) Canto orfeônico. 8) Educação física, recreação e jogos.

§ 1º O ensino de trabalhos manuais e das atividades econômicas da região obedecerá a programas específicos, que conduzam os alunos ao conhecimento das técnicas regionais de produção e ao da organização do trabalho na região.

§ 2º O curso normal regional, que funciona em zonas de colonização, dará ainda, nas duas últimas séries, noções do idioma de origem dos colonos e explicações sobre o seu modo de vida, costumes e tradições. (BRASIL, 1946, p. 1).

Para Chervel (1990), ao serem constituídas as disciplinas escolares em um sistema escolar, a cultura escolar da instituição é evidenciada por meio dos saberes que são inculcados nos conteúdos curriculares de cada disciplina. Outro historiador das disciplinas escolares, Viñao Frago (2008), sustenta que as apropriações feitas por meio das disciplinas escolares precisam ser investigadas pelos principais agentes que lhe dão vida – os professores.

Essas perspectivas nos levam a analisar o quadro das disciplinas escolares do Curso Normal Regional do ISG a fim de caracterizar seus componentes curriculares.

**QUADRO 9: Disciplinas do Curso Normal Regional do Instituto Samuel Graham, 1958-1959<sup>77</sup>**

1 série	2ª série	3ª série	4ª série
Português Matemática História do Brasil Ciências Desenho Caligrafia Canto Orfeônico Educação Física Trabalhos Manuais Economia Doméstica Geografia Geral	Português Matemática História da América Ciências Desenho Caligrafia Canto Orfeônico Educação Física Trabalhos Manuais Economia Doméstica Geografia Geral e do Brasil História Sagrada <sup>78</sup> Inglês	Português História Geral Anatomia e Fisiologia Humana Desenho Canto Orfeônico Educação Física Trabalhos Manuais Geografia Regional e de Goiás História Sagrada Inglês Francês	Português História do Brasil e Geral Higiene e Puericultura Desenho Pedagogia Psicologia Didática e Prática de Ensino Canto Orfeônico Educação Física Geografia Regional História Sagrada Inglês Francês

**Fonte:** Elaborado pela autora. Ata dos Resultados Finais do Curso Normal Regional.

Diante do currículo oficial previsto para o Normal Regional, estabelecido pela Lei nº 8530 de 2 de janeiro de 1946, em seu artigo 7º, que compreende um currículo mínimo para o curso de regentes de ensino primário, o ISG oferecia algumas disciplinas que não se apresentavam como mínimas, mas foram acrescentadas e fizeram parte da cultura escolar dessa instituição. É o caso da disciplina Inglês, que era ofertada a partir da segunda série, e Francês, na terceira e quarta séries. A disciplina de Puericultura e Higiene foi acrescida na quarta série.

A disciplina História foi incluída na primeira e segunda séries, denominadas História do Brasil e História da América. Outras dessemelhanças foram encontradas nas duas últimas séries, com a integração da disciplina Francês.

Mesmo que os currículos apresentem especificidades para uma formação geral em sobreposição a uma formação profissional, o Curso Normal Regional tem um caráter eminentemente profissional e, em muitos locais, foi o único curso que habilitava pessoal docente para atuar no ensino primário. (ROMANELLI, 2013).

<sup>77</sup> O ano de 1959 não registra alunos matriculados na 1ª série do Curso Normal Regional.

<sup>78</sup> A disciplina de História Sagrada correspondia à Bíblia.

Dos componentes curriculares apresentados no Quadro 7, aquele que explicitamente poderia atribuir conteúdo confessional ou evangélico era a História Sagrada, que correspondia ao estudo da Bíblia. A disciplina Economia Doméstica e Trabalhos Manuais era ministrada em horários diferenciados e separados por grupos – meninas e meninos.

A preparação das aulas de Trabalhos Manuais acontecia em um prédio construído atendendo às exigências do Programa de Ensino, para que os alunos pudessem realizar tarefas como: construção de móveis para uso do Instituto, preparação da lavoura para plantio e colheita de culturas para uso na alimentação dos próprios alunos e funcionários, e a criação de pequenos animais. Essas atividades eram desenvolvidas pelos meninos. As meninas ficavam acomodadas nas próprias salas de aula, onde recebiam, sob orientação da professora da disciplina Economia Doméstica, um preparo específico de costura, bordado e culinária.

Os internos viviam, na maior parte do tempo, submetidos a uma dura rotina de trabalho e estudo. O trabalho era especificamente braçal, com atividades no campo, mas desvinculadas de uma profissionalização. As tarefas eram realizadas em benefício do próprio ISG, como o cultivo de hortas, pequenas plantações e serviços de jardinagens, além do desempenho das faxinas diárias nos espaços do internato. Essas atividades funcionavam com uma técnica disciplinadora, dificultando as práticas de desvios às regras da instituição.

Com base nisso, estabelecia-se o ritmo da escola. Essas novas instituições representam uma relação permeada de controle, distribuição do tempo e usos diferenciados dos espaços escolares, onde se executam as atividades com regularidade assustadora e em etapas bem delimitadas. (NASCIMENTO, J., 2004).

Nas palavras da depoente Anna Clara de Moraes, as atividades desenvolvidas na disciplina Economia Doméstica ensinavam às alunas internas e às demais:

A práticas de decoração de bandejas de copo e de café, das mesas, dos pratos, de arranjos florais. [...]. Realizávamos essas atividades nas salas e no refeitório do internato. As práticas de etiqueta aprendíamos na sala de aula. As tarefas culinárias nós fazíamos na cozinha da professora Wandir, aprendíamos a fazer bolos, tortas, doces em conserva e outras receitas mais. [...]. (MORAES, 2015).

**FIGURA 24: Prédio de Trabalhos Manuais, 1959**

**Fonte:** Arquivo do Instituto Samuel Graham (Jataí – GO).

A disciplina Economia Doméstica tinha como meta preparar às meninas para os trabalhos domésticos e direcioná-las para a liderança do lar e da família, disponibilizando a elas a instrução prática necessária para organizar, higienizar e gerenciar o lar. Para Nascimento (2004, p. 306), essa disciplina tinha o pressuposto de que “o lar é o reino da mulher e ela deveria ser formada para exercer tal papel”.

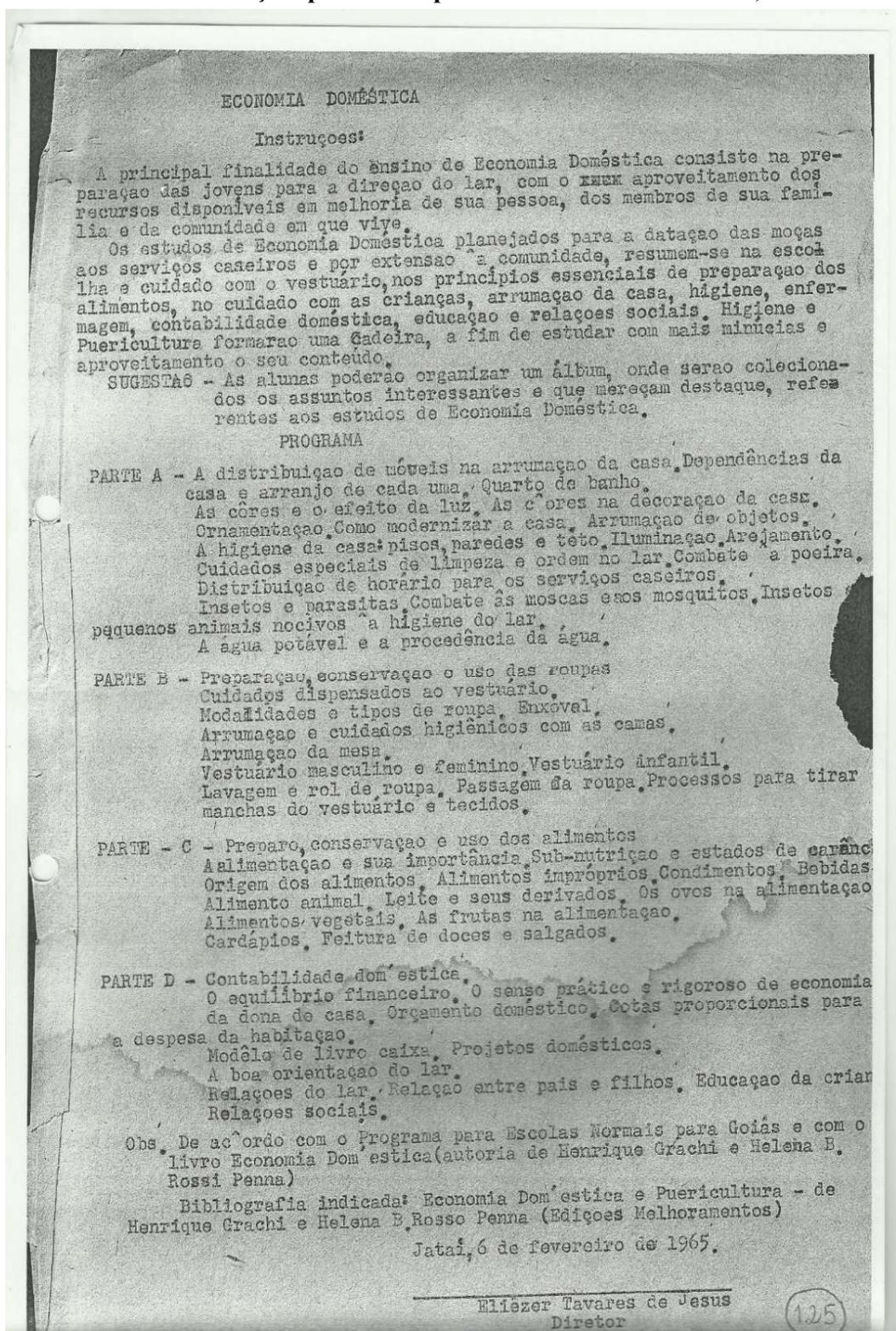
Essa disciplina fazia com que as internas desempenhassem tarefas, como as noções de etiqueta social, profissional e doméstica. Desenvolviavam habilidades artísticas de decoração, organizando ambientes quanto ao método, limpeza e estética. (NASCIMENTO, J., 2004).

A disciplina Economia Doméstica foi instituída no currículo do ISG com base na Lei Orgânica do Ensino Secundário, de 09 de abril de 1942, e compunha a grade curricular dos dois primeiros anos do curso. Segundo o artigo 25 dessa lei,

Art. 25. Serão observadas, no ensino secundário feminino, as seguintes prescrições especiais:

1. É recomendável que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina.
2. Nos estabelecimentos de ensino secundário frequentados por homens e mulheres, será a educação destas ministrada em classes exclusivamente femininas. Este preceito só deixará de vigorar por motivo relevante, e dada especial autorização do Ministério de Educação.
3. Incluir-se-á, na terceira e na quarta série do curso ginasial e em todas as séries dos cursos clássico e científico, a disciplina de economia doméstica.
4. A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar. (BRASIL, 1942, Título III, Art. 25, p. 2).

FIGURA 25: Instruções para a disciplina de Economia Doméstica, 1965



Maria Luiza da Silva Gomes, ex-aluna e ex-docente, ministrou a disciplina Educação Física nos períodos de 1963 a 1965 (antes de se formar) e de 1970 a 1994, quando já havia se formado pela Escola Superior de Educação Física de Goiás - ESEFEGO, em Goiânia. Relata em seu depoimento a dificuldade de ministrar aulas enquanto leiga “*eu ministrava aquilo que eu aprendi no decorrer do ginásial, porque eu estava começando o magistério né*”. Aponta, também, a falta de professores habilitados para trabalhar a disciplina “*tinha professores que eram regentes de classe, por exemplo, professor de Geografia, de História e, e que davam Educação Física. Por exemplo, eu tinha uma professora que veio da Bahia, a Dona Zélia, ela dava Geografia e dava aula de Educação Física*”. (GOMES, 2015).

Com relação à sua formação pedagógica e continuada, menciona que o fazia por meio de programas de rádio “*tinha um programa na Rádio Globo, de madrugada, que era só de exercícios, tinha para idosos, tinha para jovens. Ai eu levantava de madrugada e ouvia a aula no rádio*”. (GOMES, 2015).

**FIGURA 26: Turma de alunos de Educação Física<sup>79</sup>, s/d**



**Fonte:** Arquivo do Instituto Samuel Graham (Jataí – GO).

A estratégia da Missão Presbiteriana, através da fundação do Instituto Samuel Graham consistia em difundir o protestantismo e fundar escolas nos municípios com maior índice populacional. No caso de Jataí, a estratégia de se implantar uma escola – e de se estabelecer

<sup>79</sup> As turmas do ISG eram mistas e seguiam o princípio da coeducação, meninos e meninas estudavam na mesma classe.

uma igreja da fé protestante - deu certo, já que teve uma consequência significativa no sistema educativo, religioso e cultural daquela cidade.

Além de conferir instrução e evangelização, a obra missionária inculcava uma educação civilizatória de acordo com preceitos religiosos cristãos, educando meninas e meninos com base na moral, bons costumes, civismo e, principalmente, religião. Dessa maneira:

[...] procuramos investigar o processo de criação e de instalação da escola, a caracterização e a utilização do espaço físico (os elementos arquitetônicos do prédio, sua implantação no terreno, seu entorno e acabamento), o espaço do poder (diretoria, secretaria, sala dos professores), a organização do uso do tempo, a seleção de conteúdos escolares, a origem social da clientela escolar e seu destino provável, os professores, a legislação, as normas e administração da escola. Essas categorias permitem traçar um retrato da escola com seus atores, aspectos de sua organização, seu cotidiano, seus rituais, sua cultura e seu significado para aquela sociedade. (GATTI JÚNIOR, 2002, p. 27).

Na esteira de reflexões de Gatti Júnior (2002), lançamos nosso desafio para a próxima seção: desvelar algumas categorias que nos permitirão analisar as práticas e saberes escolares por meio dos atores que vivenciaram esses momentos, perpassando pelo ensino secundário - ginásio, seus rituais, a fim de descortinar as práticas escolares experimentadas nesse segmento do ensino e como foi instituído mediante as legislações vigentes e demarcadas em nosso marco temporal.

## CAPÍTULO 3

### O CURSO SECUNDÁRIO GINASIAL DO ISG: RITOS DE PASSAGEM

*Cumprir-lhe dar à juventude o sentimento de pátria, a compreensão da pátria como terra dos antepassados, a compreensão da pátria como um patrimônio construído e transmitido pelos antepassados; [...] cumprir-lhe, enfim, infundir na juventude, além da compreensão e do sentimento da pátria, a decisão, a vontade e a energia de guardar ileso, à custa de qualquer sacrifício, esse patrimônio dos antepassados, e de continuamente enriquecê-lo e ilustrá-lo. (CAPANEMA, 1940, p. 9).*

O Ensino Secundário no Brasil perpassou por várias tensões e distensões diante das reformas educacionais implementadas até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB nº. 4024/61 e posteriormente com a Lei nº. 5692/71, que reformou o ensino de 1º e 2º graus. Partindo dessa perspectiva, essa seção tem como meta abordar aspectos que possam ajudar a descortinar as práticas escolares vivenciadas no ISG, em especial as relativas ao ensino secundário – ginásio, a fim de analisar como o curso ginásial foi implantado no ISG, explicitando traços gerais de sua organização, os sujeitos que participaram desse segmento de ensino, o currículo, os exames admissionais e a avaliação. As festividades cultuadas no ginásio são subsídios que permitem a compreensão dos hábitos inculcados por meio desses rituais.

Utilizaremos alguns dos determinantes de Souza (2012, p. 59) para legitimar nossa reflexão à frente dos questionamentos: “[...] em que medida as mudanças curriculares afetaram a organização das escolas, as práticas de ensino nas salas de aula, [...]”, com a intenção de buscar respostas que sejam explicitadas dentro do contexto nacional.

O curso secundário ginásial teve início no ISG no ano de 1959, sendo autorizado pelo Ato nº. 9, de 27 de novembro de 1958, sob a Portaria nº. 302, de 30 de agosto de 1957, que concedeu ao Instituto Samuel Graham autorização para funcionar condicionalmente, pelo período de quatro anos, sob Inspeção Federal.

Diante disso, é importante ressaltar que a implantação do curso ginásial no ISG se deu envolto aos debates encadeados pelas reformas educacionais brasileiras implantadas por

Gustavo Capanema<sup>80</sup>, alterando a última reforma em vigência do ano de 1931; a Reforma Francisco Campos<sup>81</sup>, sob o Decreto nº. 19.890, de 18 de abril de 1931; e a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 4024, de 20 de dezembro de 1961.

Localizamos, também, um outro pedido para regularização de funcionamento do curso ginasial do ISG do ano de 1963, que foi autorizado por um período de mais quatros anos.

Utilizaremos fontes documentais, tais como os Livros Atas de matrículas, provas parciais e finais e os de Exames de Admissão, e também orais, como os depoimentos dos sujeitos que vivenciaram esse cotidiano. Os resultados de análises serão objeto aprofundado de reflexão: de que modo essas práticas foram inseridas e construídas nessa instituição educativa?

### 3.1 A implantação do curso ginasial

Consideramos o Decreto-Lei nº. 4244, de 9 de abril de 1942, a Lei Orgânica do Ensino Secundário, o fio condutor desta seção, isso se justifica pelo ano de implantação do curso ginasial no ISG. Essa lei estava em vigência nacional no dado momento histórico e, cientes e que Goiás era regido por legislações federais, tanto para instituições públicas quanto para particulares que ofertavam o ensino secundário, partiremos inicialmente sob essa égide. Tal afirmativa não desconsidera a importância da Reforma de Francisco Campos, em 1931, resultando em uma estrutura orgânica do ensino secundário, comercial e superior.

O ensino secundário, segundo Romanelli (2013), deveria ser:

---

<sup>80</sup> Nascido em Pitangui- MG, em 10 de agosto de 1900. Nas eleições presidenciais realizadas em março de 1930, apoiou a candidatura de Getúlio Vargas, e foi designado pelo presidente para dirigir o Ministério da Educação e Saúde. Nomeado em julho de 1934, permaneceria no cargo até o fim do Estado Novo, em outubro de 1945. Em 1937, encaminha ao congresso o plano nacional de educação. No ano de 1942, sob os auspícios do Estado Novo e por iniciativa de Capanema, iniciam-se as reformas de ensino por níveis (primário e secundário) e por modalidades (ensino técnico profissional: industrial, comercial, normal e agrícola), traduzidas nas chamadas “Leis Orgânicas do Ensino”, que se estendem até 1946. Esteve à frente do Ministério da Educação e Saúde durante o governo Vargas por 11 anos (1934-1945). Morreu na cidade do Rio de Janeiro em 10 de março de 1985. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/gustavo\\_capanema](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/gustavo_capanema)>. Acesso em: 20 out. 2015.

<sup>81</sup> Nascido em 18 de novembro de 1891 na cidade de Dores do Indaiá, foi professor, jurista, advogado e político brasileiro. Morreu em Belo Horizonte em 1º de novembro de 1968. Em 1931, então Ministro da Educação e Saúde, estabelece a primeira reforma educacional de caráter nacional. Essa reforma deu uma estrutura orgânica ao ensino secundário, comercial e superior. Estabeleceu definitivamente o currículo seriado, a frequência obrigatória, o ensino em dois ciclos: um fundamental, com duração de cinco anos, e outro complementar, com dois anos, e ainda a exigência de habilitação neles para o ingresso no ensino superior. Além disso, equiparou todos os colégios secundários oficiais ao Colégio Pedro II mediante a inspeção federal e deu a mesma oportunidade às escolas particulares que se organizassem, segundo o decreto, e se submetessem à mesma inspeção. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/francisco\\_campos](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/francisco_campos)>. Acesso em: 20 out. 2015.

[...] um ensino patriótico por excelência, e patriótico no sentido mais alto da palavra, isto é, um ensino capaz de dar ao adolescente a compreensão dos problemas e das necessidades, da missão, e dos ideais da nação, e bem assim dos perigos que acompanhem, cerquem ou ameacem, um ensino capaz, além disso, de criar, no espírito das gerações novas a consciência da responsabilidade diante dos valores maiores da pátria, a sua independência, a sua ordem, e seu destino. (ROMANELLI, 2013, p. 160).

Dessa maneira, o ensino secundário tinha por finalidade:

Art. 1º O ensino secundário tem as seguintes finalidades:

1. Formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes.
2. Acentuar a elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística.
3. Dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial. (BRASIL, 1942).

De acordo com os artigos 2º, 3º e 4º da Lei Orgânica de 1942, o ensino secundário foi estruturado e organizado em ciclos:

Art. 2º O ensino secundário será ministrado em dois ciclos. O primeiro compreenderá um só curso: o curso ginásial. O segundo compreenderá dois cursos paralelos: o curso clássico e o curso científico.

Art. 3º O curso ginásial, que terá a duração de quatro anos, destinar-se-á a dar aos adolescentes os elementos fundamentais do ensino secundário.

Art. 4º O curso clássico e o curso científico, cada qual com a duração de três anos, terão por objetivo consolidar a educação ministrada no curso ginásial e bem assim desenvolvê-la e aprofundá-la. No curso clássico, concorrerá para a formação intelectual, além de um maior conhecimento de filosofia, um acentuado estudo das letras antigas; no curso científico, essa formação será marcada por um estudo maior de ciências. (BRASIL, 1942).

O Instituto Samuel Graham ofertava o ensino secundário de primeiro ciclo e o curso ginásial, com duração de quatro anos. Em seu artigo 23º a referida Lei elenca alguns elementos essenciais da moralidade que deveriam ser desenvolvidos nos adolescentes como “o espírito de disciplina, a dedicação aos ideais e a consciência da responsabilidade”. (BRASIL, 1942). Assim:

Os responsáveis pela educação moral e cívica da adolescência terão ainda em mira que é finalidade do ensino secundária formar às individualidades condutoras, pelo que força é desenvolver nos alunos a capacidade de iniciativa e de decisão e todos os atributos fortes da vontade. (BRASIL, 1942).

A educação secundária era destinada a um grupo social restrito: jovens de famílias abastadas e filhos de industriais e de comerciantes da elite. Os pais buscavam uma distinção

cultural para a formação de seus filhos, com uma finalidade muito específica: prepara-los para admissão aos cursos superiores. (SOUZA, 2008).

Pra tanto, os estabelecimentos de ensino secundário que se dispusessem a ofertá-lo teriam que obedecer o Artigo 5º da Lei Orgânica de 1942:

Art. 5º: Haverá dois tipos de estabelecimentos de ensino secundário, o ginásio e o colégio.

§ 1º Ginásio será o estabelecimento de ensino secundário destinado a ministrar o curso de primeiro ciclo.

§ 2º Colégio será o estabelecimento de ensino secundário destinado a dar, além do curso próprio do ginásio, os dois cursos de segundo ciclo. Não poderá o colégio eximir-se de ministrar qualquer dos cursos mencionados neste parágrafo. (BRASIL, 1942).

O currículo não era diversificado; as disciplinas quase sempre eram as mesmas em todas as séries. Em função disso, “só podia existir como educação de classe. Continuava, pois, constituindo-se no ramo nobre do ensino, aquele realmente voltado para a formação das ‘individualidades condutoras’”. (ROMANELLI, 2013, p. 162).

Dessa forma, a Reforma Capanema dividiu o ensino secundário em ciclos, sendo o ginásial com duração de quatro anos e o colegial com três anos, compreendendo o clássico e o científico<sup>82</sup>. Aos currículos era atribuído um caráter formador para a cultura geral e cultura humanística, sem se desprender da função patriótica. Para atender a esse dispositivo, o currículo torna-se “essencial” para a formação dos adolescentes que desejassem pleitear o ensino superior. Na concepção de Forquin (1993, p. 16), “a educação escolar não consegue jamais incorporar em seus programas e seus cursos senão um espectro estreito de saberes, de competências, de formas de expressão, de mitos e de símbolos socialmente mobilizadores”. Mesmo o currículo sendo o foco principal dessas reformas, apresentava ainda rupturas e uma desconexão com o ensino primário.

Souza (2008) nos chama atenção para a cultura humanista, que, por décadas, foi um símbolo cultivado nos colégios confessionais: católicos e protestantes. Chervel e Compère (1997) apud Souza (2008, p. 93), defende a cultura humanista dos colégios fundada nas humanidades.

---

<sup>82</sup> Essa seção não tem como objetivo aprofundar-se em informações referentes ao segundo ciclo, uma vez que o ISG não o oferecia.

À formação do espírito, preparando os jovens para acederem aos níveis mais altos do pensamento e da criação humana. Proporcionava-lhes também uma educação moral, valores de virtude, justiça, moderação, abnegação depreendidos dos textos clássicos de Cícero, Ovídio, Horácio, Virgílio, Homero, Tito Lívio, lidos e memorizados. (CHERVEL; COMPÈRE, 1997 apud SOUZA, 2008, p. 93).

Percebemos essa vertente com a implantação das disciplinas de Latim, Grego e Filosofia nos currículos. Essas disciplinas apresentam uma “cultura erudita”. Nessa perspectiva, “o humanismo se opunha a todo tipo de especialização e, por isso, rejeitava tanto a concepção de estudos puramente científicos ou essencialmente literários”. (SOUZA, 2008, p. 215).

Romanelli (2013) afirma que, a partir de 1942, as reformas começam a serem feitas, nomeadas como Leis Orgânicas do Ensino, abrangendo os ramos do ensino primário e do médio. Algumas leis precisaram ser complementadas por outras, decretadas entre os anos de 1942 a 1946, a saber:

- a) Decreto-lei nº 4073, de 30 de janeiro de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Industrial);
- b) Decreto-lei nº 4048, de 22 de janeiro de 1942 (criação do SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial);
- c) Decreto-lei nº 4244, de 9 de abril de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Secundário);
- d) Decreto-lei nº 6141, de 28 de dezembro de 1943 (Lei Orgânica do Ensino Comercial);
- e) Decreto-lei nº 8529, de 2 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Primário);
- f) Decreto-lei nº 8530, de 2 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Normal);
- g) Decreto-lei nº 8621, de 10 de janeiro de 1946 (criação do SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial);
- h) Decreto-lei nº 9613, de 20 de agosto de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Agrícola). (ROMANELLI, 2013, p. 157).

Essas leis fixaram a estrutura organizacional do ensino sob a tríade da organicidade, racionalidade e padronização; o ensino secundário adquire uma nova identidade no país, ganha expansão em números de alunos atendidos, mas não deixa de apresentar peculiaridades como o caráter elitista e altamente seletivo, e uma formação voltada para a cultura geral. (SOUZA, 2008).

É preciso destacar que Capanema tinha como objetivos, para o ensino secundário, a formação da personalidade do adolescente e a seleção pelo cultivo de humanidades antigas e modernas, construindo no jovem a consciência patriótica e a consciência humanística. (BONATO, 2010). Ademais, a reforma Capanema teve como intento colocar a educação a serviço do projeto autoritário e nacionalista de Vargas. (SOUZA, 2008).

O ingresso de alunos no ensino secundário era feito sob a égide dos artigos 31º, 32º e 33º da Lei Orgânica de 1942, que tratam do ingresso e das condições de matrícula:

Art. 31. O candidato à matrícula na primeira série de qualquer dos cursos do que trata esta lei, deverá apresentar prova de não ser portador de doença contagiosa e de estar vacinado.

Art. 32. O candidato à matrícula no curso ginásial deverá ainda satisfazer as seguintes condições:

- a) ter pelo menos onze anos, completos ou por completar, até o dia 30 de junho;
- b) ter recebido satisfatória educação primária;
- c) ter revelado, em exames de admissão, aptidão intelectual para os estudos secundários.

Art. 33. O candidato à matrícula no curso clássico ou no curso científico deverá ter concluído o curso ginásial. (BRASIL, 1942).

Destarte, com o objetivo de atender aos anseios da respectiva legislação, o governo de Goiás, então orientado pelas diretrizes emanadas pelas Reformas, “cuidou de ativar e remodelar suas instituições de ensino superior e secundário, bem como, e simultaneamente, tratou de ir tomando uma série de medidas que contemplaram os demais setores educacionais”. (NEPOMUCENO, 1994, p. 63).

Na cidade de Jataí, até os anos de 1930 “[...] não houveram (*sic*) escolas que mantivessem, com regularidade, o ensino secundário. Os jovens em idade escolar, além do nível primário, paulatinamente, tinham que buscar outros centros, geralmente em Minas Gerais e São Paulo. [...]”. (PIRES, 1997, p. 64). Isso gerou alguns transtornos para uma parte da população de Jataí: aqueles que tinham condições financeiras poderiam enviar seus filhos para estudar em outros Estados. No caso das filhas mulheres, a problemática tornou-se ainda mais evidente porque poucas famílias deixavam-nas ir em busca do ensino secundário ginásial.

Ciente das dificuldades que enfrentaria, e a comunidade necessitando de cursos secundários efetivos, a população resolve, no final da década de 30, se organizar com o objetivo de conseguir para Jataí um colégio que ministrasse o ensino secundário. A possibilidade é vislumbrada pela população juntamente com a Igreja Católica, para a criação de um colégio de Freiras, [...]. (PIRES, 1997, p. 65).

Quando o Instituto Samuel Graham se instalou na cidade, causou preocupações para o Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho, instituição particular de ordem confessional católica que recebia subvenções do Estado e do Município e se encontrava em funcionamento desde 1941.

No período da LDB nº. 4024/61, os defensores do ensino privado se organizaram para argumentar que o Estado não deveria ser o único provedor escolar; defendiam o direito das famílias escolherem a educação que desejassem dar aos seus filhos. (PIRES, 1997).

Com a implantação do Estado Novo (1937-1946), a educação passou a ser vista como fator preponderante para o desenvolvimento do país. Foi com a proposta de Capanema de

reformatar alguns ramos do ensino que a educação passou por mudanças significativas. (ROMANELLI, 2013).

As duas reformas implementadas durante o governo de Getúlio Vargas (a Reforma Francisco Campos em 1931 e a Lei Orgânica do Ensino Secundário em 1942) foram responsáveis por conferir ao secundário uma organização mais racional e orgânica estabelecendo o curso regular, a frequência obrigatória, o curso dividido em dois ciclos, os exames de admissão à primeira série do primeiro ciclo e um sistema rígido de avaliação da aprendizagem. (SOUZA, 2012, p. 61).

Ainda na esteira de reflexões acerca do pensamento de Souza (2008), as contribuições da reforma Capanema, diante do currículo mais humanista e científico, causavam indignações, como a expressada por Fernando de Azevedo, quando questionou: “[...] poderá haver veículo mais eficiente e poderoso do que a ciência para a transmissão do humanismo que é sempre um ponto de vista universal?”. (AZEVEDO, 1952 apud SOUZA, 2008, p. 215).

Embates surgiam entre os defensores que buscavam uma reforma “integral” do ensino; os pioneiros da Educação Nova, pautados em uma pedagogia moderna, organizaram o Manifesto dos Pioneiros<sup>83</sup>. Havia nesse momento histórico um acordo entre a ditadura getulista e a Igreja Católica. Nos currículos prescritos aos dois ciclos do secundário, o ginásial e o colegial, “houve uma revalorização das humanidades clássica e moderna”. (SOUZA, 2008, p. 171).

Entretanto as conquistas mais significativas para o ensino secundário se deram a partir da implantação da LDB nº. 4024/61, o que podemos depreender nas palavras de Dallabrida e Souza (2014):

A primeira LDBEN – Lei 4 024, de 20 de dezembro de 1961-, considerada por Anísio Teixeira “meia vitória, mas vitória”, apresentou avanços consideráveis para o ensino secundário. Em oposição à Reforma Capanema, A LDBEN de 1961 flexibilizou o currículo em nível estadual, dando margem de definição de disciplinas aos nascentes conselhos estaduais de educação, bem como aos estabelecimentos de ensino. No entanto, consideramos que o maior ganho se deu com a equiparação efetiva entre o ensino secundário e os cursos técnicos/normal por meio da criação do “ensino médio”, superando formalmente o dualismo escolar dos cursos entre os ensinos primário e superior. (DALLABRIDA; SOUZA, 2014, p. 18).

---

<sup>83</sup> O Manifesto dos Pioneiros foi um documento elaborado por Fernando de Azevedo e assinado por 26 educadores brasileiros, líderes do movimento de “renovação educacional”. Inicia estabelecendo a relação dialética que deve existir entre educação e desenvolvimento. O documento tem por objetivo imprimir uma direção mais firme ao movimento renovador e defini-lo mais objetivamente. O Manifesto surge como uma convicção abertamente definida da necessidade de se construir e aplicar um programa de reconstrução educacional de âmbito nacional. (ROMANELLI, 2013, p. 147-148).

O ensino secundário feminino também apresentava prescrições especiais, como atesta o artigo 25º da Lei Orgânica do ensino secundário de 1942:

Art. 25. Serão observadas, no ensino secundário feminino, as seguintes prescrições especiais:

1. É recomendável que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina.
2. Nos estabelecimentos de ensino secundário frequentados por homens e mulheres, será a educação destas ministrada em classes exclusivamente femininas. Este preceito só deixará de vigorar por motivo relevante, e dada especial autorização do Ministério de Educação.
3. Incluir-se-á, na terceira e na quarta série do curso ginásial e em todas as séries dos cursos clássico e científico, a disciplina de economia doméstica.
4. A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar. (BRASIL, 1942).

Dessa maneira, as instituições que atendiam a esse público eram regidas pela mesma lei. Em contrapartida, o Instituto Samuel Graham ofertava um ensino secundário – ginásial para um público misto com uma pedagogia coeducativa, como já mencionamos anteriormente.

Com o deslocamento para uma cultura humanista em desfavor à cultura científica, o currículo do ISG, no ano de 1964, agregava algumas disciplinas no curso ginásial, retratadas no Quadro 10.

**Quadro 10: Disciplinas do Curso Ginásial, 1964**

Curso Ginásial			
1ª série	2ª série	3ª série	4ª série
Português	Português	Português	Português
Matemática	Matemática	Matemática	Matemática
História do Brasil	História da América	História Geral	História do Brasil
Geografia Geral	Geografia Geral	Ciências Naturais	Geografia
Latim	Latim	Latim	Ciências
Francês	Francês	Francês	Inglês
Canto Orfeônico	Canto Orfeônico	Canto Orfeônico	Organização Social e Política do Brasil (O.S.P.B.)
Desenho	Desenho	Desenho	-
Trabalhos Manuais*	Trabalhos Manuais*	Economia Doméstica**	-

\*Para todos os alunos

\*\* Só para mulheres

Fonte: Livro de Atas de Resultados Finais do ISG.

Ao analisar as disciplinas do curso ginásial do ISG do ano de 1964, podemos constatar que, mesmo com a promulgação da LDB nº. 4024/61, as práticas vivenciadas ainda eram

determinadas pela Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942. O que podemos perceber é que a legitimação da lei ainda não havia se concretizado no Instituto, mesmo após três anos de promulgação da LDB. Tal fato pode ser constatado pelas disciplinas implantadas pela referida lei nº. 4244/42:

Primeira série: 1) Português. 2) Latim. 3) Francês. 4) Matemática. 5) História geral. 6) Geografia geral. 7) Trabalhos manuais. 8) Desenho. 9) Canto orfeônico.

Segunda série: 1) Português. 2) Latim. 3) Francês. 4) Inglês. 5) Matemática. 6) História geral. 7) Geografia geral. 8) Trabalhos manuais. 9) Desenho. 10) Canto orfeônico.

Terceira série: 1) Português. 2) Latim. 3) Francês. 4) Inglês. 5) Matemática. 6) Ciências naturais. 7) História do Brasil. 8) Geografia do Brasil. 9) Desenho. 10) Canto orfeônico.

Quarta série: 1) Português. 2) Latim. 3) Francês. 4) Inglês. 5) Matemática. 6) Ciências naturais. 7) História do Brasil. 8) Geografia do Brasil 9) Desenho. 10) Canto orfeônico. (BRASIL, 1942).

No tocante à oferta das disciplinas nas séries do ginásial e às dispostas no Quadro 10, depreendemos que, nas duas últimas séries, houve uma diferença em algumas disciplinas. O currículo disposto na Lei Orgânica do Ensino Secundário previa, para a primeira série, a História Geral e o ISG oferecia História do Brasil; na segunda série, determinava-se História Geral e Inglês, o ISG ministrava História da América, e o Inglês não compunha seu currículo; já na terceira série, incluía a disciplina Economia Doméstica, apenas para as meninas.

A disciplina Economia Doméstica, não por acaso, foi implantada nos currículos dos cursos ginásiais: “conteúdos específicos para a educação feminina foram incluídos no currículo num momento de redefinição do papel da mulher na sociedade brasileira. [...]. Era preciso, portanto, restituir os valores femininos e o tradicional lugar social da mulher. [...]”. (SOUZA, 2008, p. 180).

A diferença no quantitativo das disciplinas ofertadas na quarta série chamou nossa atenção; não apareciam Canto Orfeônico, Desenho, Francês e Latim, e foi inserida a disciplina O.S.P.B. Isso se justifica pela determinação da LDB nº. 4024 de 1961.

Art. 35. Em cada ciclo haverá disciplinas e práticas educativas, obrigatórias e optativas.

§ 1º Ao Conselho Federal de Educação compete indicar, para todos os sistemas de ensino médio, até cinco disciplinas obrigatórias, cabendo aos conselhos estaduais de educação completar o seu número e relacionar as de caráter optativo que podem ser adotadas pelos estabelecimentos de ensino.

§ 2º O Conselho Federal e os conselhos estaduais, ao relacionarem as disciplinas obrigatórias, na forma do parágrafo anterior, definirão a amplitude e o desenvolvimento dos seus programas em cada ciclo.

§ 3º O currículo das duas primeiras séries do 1º ciclo será comum a todos os cursos de ensino médio no que se refere às matérias obrigatórias. (BRASIL, 1961).

Outro aspecto que nos convida à reflexão é o fato de uma escola de cunho confessional protestante não inserir em seu currículo referências ao Ensino Religioso. O que é comprovado pelo Art. 34 do Regimento Escolar do ISG: “Não haverá ensino religioso confessional, porém serão ministradas aulas de História Sagrada para as quais a Bíblia é o livro texto, pois o Instituto considera que o conhecimento da fé cristã é indispensável a todo o homem culto”. (REGIMENTO INTERNO DO ISG, 1963, p. 10).

Mesmo não havendo a disciplina História da Bíblia, os depoimentos com ex-alunos e ex-professores do ginásio revelam que a prática do culto diário era sistemática, conforme declara Gomes (2015):

[...] Quanto à formação religiosa, no meu tempo de ginásio era todo dia. Todo dia a gente chegava, aí tinha uma devocional rápida e a gente ia pra sala de aula e aí com o passar do tempo tinha três vezes por semana, a gente ia reunia toda a escola no salão nobre. É aí tinha o culto, aí depois passou pra uma vez por semana, mas quando nesses períodos, todos os alunos eram obrigados a assistir. É como se fosse uma aula, todos alunos iam pro culto, né. [...] (GOMES, 2015).

É importante salientar que, como categoria de análise, a cultura escolar inserida pela Nova História Cultural nos permite contextualizar diversas vertentes, como o campo das disciplinas escolares. A partir desse contexto, Chervel (1990, p. 180) enfatiza a ideia de que:

Desde que se compreenda em toda a sua amplitude a noção de disciplina, desde que se reconheça que uma disciplina escolar comporta não somente as práticas docentes da aula, mas também as grandes finalidades que presidiram sua constituição e o fenômeno de aculturação de massas que ela determina, então a história das disciplinas escolares pode desempenhar um papel importante não somente na história da educação mas na história cultural. Se pode atribuir um papel “estruturante” à função educativa da escola na história do ensino, é devido a uma propriedade das disciplinas escolares. [...]. (CHERVEL, 1990, p. 180).

Ao analisarmos as fontes documentais que tratam do currículo ginásial, podemos constatar que apenas a partir do ano de 1965 o ISG passou a cumprir as normativas estabelecidas pela LDB nº. 4024/61. O Regulamento do Instituto que analisamos como fonte data de 1963 e, em seu art. 43, determina que: “Os currículos dos diversos cursos, bem como o número semanal de aulas, seguirão normas do Conselho Federal de Educação e do Conselho Estadual de Educação e sempre de acordo com a Legislação que regula a matéria, [...]”. (REGIMENTO INTERNO DO ISG, 1963, p. 11).

Outra fonte documental sobre a qual nos debruçamos foram os Livros de Matrículas, segundo os quais o quantitativo de matrículas anuais era bem expressivo. Também podemos verificar que o curso ginásial, como já mencionamos anteriormente, teve início no ano de

1959 e perdurou até o ano de 1973<sup>84</sup>. Mas, como ultrapassa a demarcação temporal da nossa pesquisa, nos deteremos apenas ao ano de 1971.

**TABELA 7: Matrículas do Curso Ginásial dos anos 1959 a 1971 do Instituto Samuel Graham**

Período	Série Escolar				Total Geral
	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	
1959	35	-	-	-	35
1960	41	31	-	-	72
1961	42	18	22	-	82
1962	55	31	11	23	120
1963	45	26	16	14	101
1964	78	41	19	17	155
1965	54	52	18	19	143
1966	60	48	30	24	162
1967	34	36	41	25	136
1968	45	22	28	23	118
1969	78	30	22	23	153
1970	69	64	15	13	161
1971 <sup>85</sup>	301	225	34	13	573

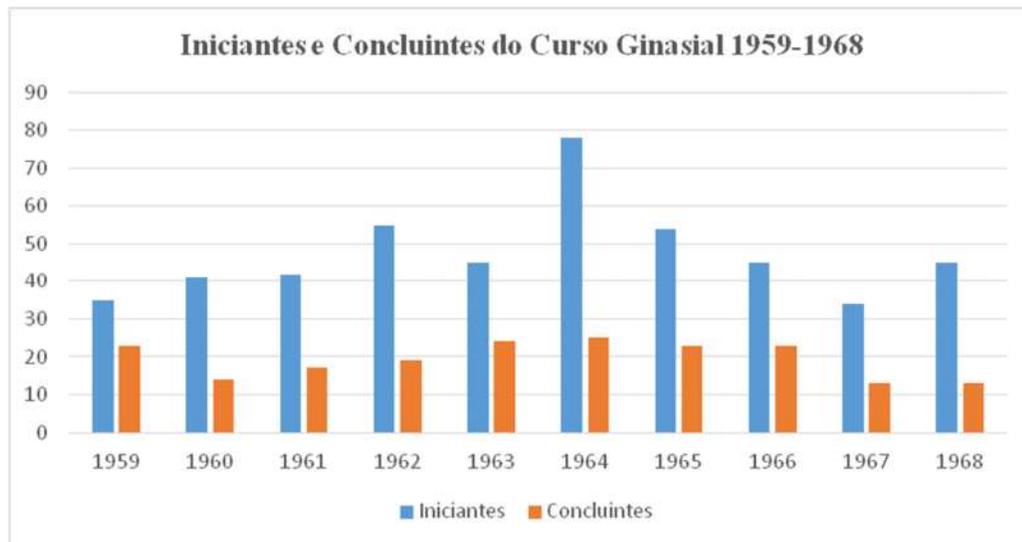
Fonte: Elaborada pela autora. Arquivo do Instituto Samuel Graham (Jataí – GO).

Ao analisar os dados da Tabela 7, percebemos o expressivo número de matrículas iniciais referentes à primeira série ginásial; em contrapartida, nos anos das respectivas formaturas, o quantitativo é bastante diminuído.

A Figura 27 nos apresenta esses dados representados por um gráfico.

<sup>84</sup> Com a implantação da Lei 5692, de 11 de agosto de 1971, houve alterações na estrutura organizacional da educação nacional, fixando diretrizes para o Ensino de 1º e 2º graus.

<sup>85</sup> A partir do ano de 1971, o ISG ofertou a 1ª série do curso ginásial nos turnos Diurno (duas turmas) e Noturno (cinco turmas) em virtude da grande demanda de alunos.

**FIGURA 27: Alunos Iniciantes e Concluintes do Curso Ginásial (1959-1968)**

**Fonte:** Elaborada pela autora. Livro de Matrículas do Instituto Samuel Graham (Jataí).

Podemos tomar como exemplo o ano de 1964, quando o índice de alunos matriculados foi maior (78 alunos) e 1967, ano em que esses alunos concluiriam o curso. Apenas 25 concludentes. Esses dados nos intrigam e nos provocam algumas inquietações: Qual o real motivo da disparidade entre alunos iniciantes e concluintes? Existia um motivo aparente, por exemplo, transferências, desistências, avaliação muito rígida ou falta de condições financeiras para terminar os estudos?

De acordo com o Regimento Interno do ISG, de 1963, o art. 65 determinava a questão das bolsas de estudos, “serão ofertadas à disposição das organizações escolares e civis da cidade de Jataí [...] num total de nunca superior a 2% do total da matrícula dos cursos secundários para cada uma”. (REGIMENTO INTERNO DO ISG, 1963, p. 18).

Ao analisar as fichas de matrículas referentes aos anos, em destaque na Tabela 7, percebemos que houve transferências por motivos de mudanças de cidade, desistências por problemas de saúde e algumas desistências por dificuldades financeiras. Seriam esses fatores a justificativa pela disparidade entre o número de iniciantes e de concluintes?

Observando os relatos de Gomes (2015), constatamos que as muitas bolsas de estudo concedidas aos alunos do ginásio eram por meio de “trocas de serviço”. Ela relata que estudava pela manhã e voltava à tarde para limpar a escola e ajudar no que fosse preciso. “A escola era muito grande, tinha muito trabalho a se fazer: limpar a sala, varrer o pátio, carregar o lixo”. Dessa forma, entendemos que as bolsas ofertadas a esses alunos nem sempre eram

pagas com dinheiro, mas pelo trabalho dos alunos, principalmente os mais carentes financeiramente.

O processo de avaliação (exames parciais, orais e finais) acarretaria os altos índices de desistência, juntamente com os exames de admissão, que os faziam desistir antes mesmo de adentrar a primeira série ginásial.

### **3.2 Analisando os exames de admissão ao Ginásio**

Os exames de admissão ao Ginásio foram implantados inicialmente no país por meio do Decreto nº. 19890, de 18 de abril de 1931, como parte da Reforma Francisco Campos. Em seu artigo 18º, os exames de admissão ao ginásio tornam-se obrigatórios em todas as instituições de ensino secundário - fundamental e complementar<sup>86</sup>. Os exames foram extintos somente com a Lei nº. 5692/71 e marcaram um período histórico de ampliação no acesso ao ensino primário e restrição ao ensino secundário. (AKSENEM; MIGUEL, 2013, p. 2).

Os exames constituíam, portanto, uma barreira de acesso ao ensino secundário. Foram amplamente aplicados, passaram por algumas mudanças estruturais (regulamentações), porém foi um dispositivo de controle e poder devido ao seu caráter extremamente seletivo.

A Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, em seu capítulo VI, artigo 34º, referia-se especificamente aos exames de admissão, mantendo duas épocas para sua realização: uma em dezembro e outra em fevereiro. Nesse ínterim, é importante compreender a dessemelhança existente entre a oferta e a demanda educacionais. Fundamentados no pensamento de Romanelli (2013, p. 26), numa perspectiva social, “a educação escolar pode ser considerada uma necessidade que gera uma demanda capaz de determinar uma oferta”. Para a mesma autora, “o problema da demanda, comandando a expansão do ensino, cria contradições e obstáculos sérios ao desenvolvimento e isso bem pode ser evidenciado quando a sociedade, tomando consciência da defasagem, pretende reformar seu sistema de ensino”. (ROMANELLI, 2013, p. 29).

Para os exames de segunda época poderiam inscrever-se os candidatos que não tivessem prestado ou não tivessem sido aprovados nos exames de primeira época. O candidato não aprovado no exame em um determinado estabelecimento de ensino secundário não poderia repeti-lo em outro, na mesma época. “A partir de 1952, os exames constavam de

---

<sup>86</sup> Com a LDB n. 4 024/61, os exames admissionais passaram a ser exigência ao ingresso no Ensino Médio, como atesta o artigo 34º da referida lei, “o ensino médio será ministrado em dois ciclos, o ginásial e o colegial, e abrangerá, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário. (BRASIL, 1961).

provas de Português, Matemática, Geografia e História do Brasil, as duas primeiras com caráter eliminatório. A nota global de aprovação deveria ser cinco e a individual, de cada disciplina, quatro”. (BASTOS; ERMEL, 2014, p. 122).

O Regimento Interno do Instituto Samuel Graham do ano de 1963 trata em seu Art. 44:

Os exames de admissão à primeira série ginásial serão realizados em duas épocas: 1ª – Na primeira quinzena de dezembro; 2ª – Na segunda quinzena de fevereiro do ano seguinte, podendo a eles se inscreverem os candidatos com 11 (onze) anos completos ou a completar durante o ano em que estarão cursando esta série. (REGIMENTO INTERNO DO ISG, 1963, p. 12).

Por meio da Portaria Ministerial nº. 325, de 13 de outubro de 1959, as provas orais dos exames admissionais ganham novas exigências. O Parágrafo 1º rezava que: “para as outras disciplinas, a prova oral poderia ser opcional, a critério de cada estabelecimento”. (BASTOS; ERMEL, 2014, p. 123). A exigência de provas orais se estendia apenas para Português e Matemática; eram opcionais para Geografia e História do Brasil. No ISG essa exigência, no tocante às disciplinas de Português e Matemática, foi cumprida apenas entre os anos de 1958 e 1960; posteriormente os registros apontam provas orais de Matemática, História e Geografia. Entre os anos de 1962 e 1971 não houve nenhum registro das disciplinas e suas respectivas notas das provas no campo determinado para “provas orais”.

O Artigo 44º do Regimento Interno do ISG, de 1963, no § 3º, dizia que: “os exames de admissão constarão de provas escritas de Português, Matemática, Geografia e História do Brasil, e prova oral de Português”. (REGIMENTO INTERNO DO ISG, 1963, p. 12). A esse propósito, no Livro de Atas de Exames de Admissão de 1ª e 2ª épocas do ISG, referente ao período de 1958 até 1971, no segmento das médias para aprovação aos exames constava: “art. 44, § 4º, alíneas: “a) Nota cinco na prova escrita de Português e Matemática que serão eliminatórias; b) Média global seis;”. (REGIMENTO INTERNO DO ISG, 1963, p. 13).

O quantitativo de eliminações era exorbitante em alguns anos, o que nos chamou a atenção para uma apreciação mais criteriosa. Também observamos que, em alguns anos, o índice de aprovações progredia satisfatoriamente.

Nessa janela de investigações, fizemos indagações acerca dessa disparidade: O ISG desenvolveu atividades como curso preparatório para os exames de admissão? Em busca de respostas para nossas inquietações, nos debruçamos sobre as fontes, que, para Stephanou e Bastos (2011, p. 417), são “pistas, marcas, fragmentos que não possuem uma verdade inerente, pronta a ser desvelada”. Todavia precisam ser interpretadas e confrontadas.

Dessa maneira, localizamos nas fontes documentais um Boletim Informativo do Instituto referente ao ano de 1961, com os dizeres:

#### CURSO DE FÉRIAS DE ADMISSÃO AO GINÁSIO

Funcionará durante os meses de Janeiro e Fevereiro um curso preparatório intensivo ao Ginásio. Os candidatos deverão se dirigir à Prof.<sup>a</sup> Noheme Alves Faria das 7 às 10 horas, no INSTITUTO SAMUEL GRAHAM, a partir do dia 1º de Dezembro. O custo do curso para cada aluno é CR\$ 900,00. (BOLETIM DE INFORMAÇÕES DO INSTITUTO SAMUEL GRAHAM, 1961, p. 2).

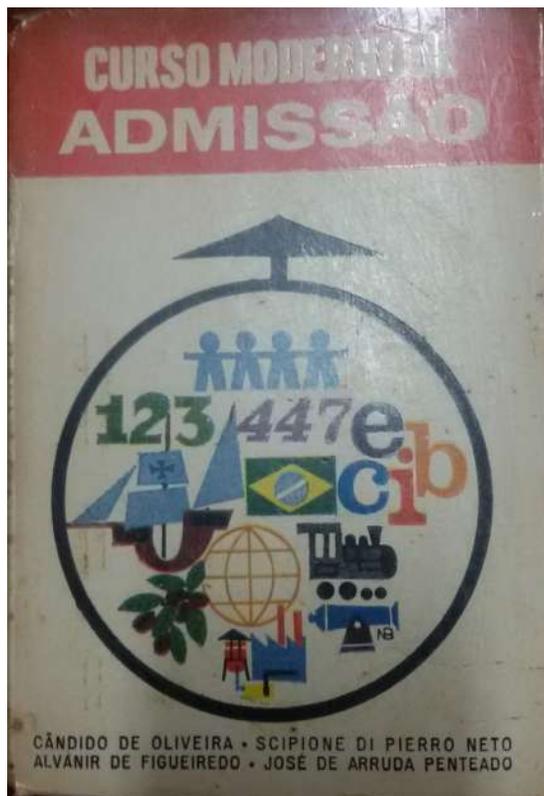
É importante sinalizar que também encontramos, nos depoimentos de uma ex-aluna do ensino primário, indícios de que houve preparação dos alunos para os exames de admissão:

[...] naquela época a gente fazia a quarta série, a professora dava aula pra quarta e quinta série na mesma sala. [...]. Então como a quinta série era de pessoas, assim, de pessoas que não tinha alcançado uma média para passar direto pra primeira série ginásial, então havia uma preparação desses alunos para os exames de admissão. Era pouca gente, e ela conseguia dar aula para as duas turmas juntas. [...]. Os alunos que estavam se preparando para os exames de admissão ficavam assim numa fileira só. Depois ela explicava matéria pra quarta série, depois ela passava pra quinta série. Dessa forma atendia todos os alunos. [...]. (GOMES, 2015).

Podemos afirmar que as fontes apresentam indícios de que havia preparação dos alunos para os exames admissionais, conforme evidenciam o depoimento de Gomes (2015) e o Boletim de Informações do ISG.

Em busca de outras fontes que poderiam nos dar essas respostas, localizamos na biblioteca do ISG, Biblioteca Jaime Buyers, livros de cursos preparatórios aos exames admissionais. Na ânsia em desvelar os rituais de passagem ao ginásio, deparamo-nos com depoimentos de ex-docentes, que diziam ter usado livros preparatórios para a submissão das provas escritas e orais dos exames admissionais. Foi localizado apenas um, mostrado na Figura 28:

**FIGURA 28: Manual preparatório aos Exames de Admissão, s/d**



**Fonte:** Biblioteca Jaime Byers, do Instituto Samuel Graham (Jataí – GO).

A LDB nº. 4024/61 orientou os Estados a organizarem seus sistemas de ensino de acordo com seus preceitos e mantinha os exames de admissão. O artigo 36º tratava do ingresso na primeira série do 1º ciclo dos cursos de ensino médio, dependendo de aprovação em exame de admissão, em que ficasse demonstrada satisfatória educação primária, desde que o educando tivesse onze anos completos ou viesse a alcançar essa idade no correr do ano letivo. (BRASIL, 1961). Segundo o artigo 37º da mesma lei, “Para matrícula na 1ª série do ciclo colegial, será exigida conclusão do ciclo ginásial ou equivalente”. (BRASIL, 1961).

As primeiras iniciativas de mudança dos exames de admissão foram apresentadas após a promulgação da LDB de 1961, com o Parecer do Conselho Federal de Educação nº. 121, aprovado no dia 5 de abril de 1963. (AKSENEN, 2013). Reproduzimos na íntegra as orientações determinadas pelo Parecer:

Considerando a exigência de prévia autorização para funcionamento e posterior reconhecimento, foi estendida pela LDB (art. 16) aos estabelecimentos do ensino primário; considerando que a LDB (art. 26, combinado com o Art. 36 parágrafo único) define como educação primária completa que se fará, com êxito, ao longo de 4 ou 5 séries anuais; considerando que, dentro de tais restrições, a educação ministrada terá de ser tida como igualmente satisfatória, considerando que *o exame referido no Art. 36 outra finalidade não tem, na Lei de Diretrizes e Bases, senão a de averiguar se o candidato à matrícula no ginásio recebeu 'satisfatória educação primária'*; considerando que a combinação destes dispositivos parece dar aos exames de admissão um caráter de excepcionalidade que reflete o panorama educacional de um país, como o Brasil, onde os estudos de primeiro grau ainda não se tornaram universalmente obrigatórios e, *via de regra, se fazem, quando são feitos, de maneira bastante assistemáticos, consulta: se o exame de admissão para o ingresso no ginásio é sempre obrigatório, mesmo quando o candidato prove, mediante a exibição do competente certificado, haver realizado com proveito os estudos primários de 4 ou 5 anos em estabelecimento reconhecido.* O art. 36 da LDB estabelece 'o ingresso na primeira série do ciclo de cursos de ensino no prédio depende de aprovação em exame de admissão, em que fique demonstrada satisfatória educação primária'. Uma primeira leitura ao texto conclui pela necessidade, sempre e em todos os casos, de um exame específico a que se deve submeter o candidato, a fim de que seja legal e válido o seu ingresso na primeira série ginásial. No entanto, *a consulta nos considerados em que se fundamenta, abala um pouco essa conclusão ao lembrar, entre outras coisas, 'que o exame referido no art. 36 outra finalidade não tem, na Lei de Diretrizes e Bases, senão a de averiguar se o candidato à matrícula no ginásio recebeu satisfatória educação primária', insinuando, entre linhas, que se esta verificação já foi suficientemente feita por outras formas, o preceito já foi cumprido.*

Somos, assim, do seguinte Parecer: 1. *Salvo o caso de ingresso em escolas com vagas em número inferior ao dos candidatos, o exame de admissão ao ginásio não deve, necessariamente, ser um concurso de classificação: a escola média não é seletiva, é uma escola para todos;* 2. A finalidade de tal exame, segundo a LDB é demonstrar se o candidato possui satisfatória educação primária. 3. É, pois, nas exigências cumpridas, nos casos em que a escola já está de posse de segura informação a respeito da 'satisfatória educação primária' do aluno; 4. Esta informação, tanto pode ser o exame de admissão, como o certificado expedido por escola que satisfaça as exigências dos arts. 16 e 26 da LDB de ter o candidato concluído, com proveito o curso primário, ressalvando sempre, na segunda hipótese, o direito da escola média de completar a verificação, como e quando lhe parecer melhor; 5. *Para tal exame não há nem épocas rígidas nem procedimentos uniformes, também neste setor, a apuração da maturidade intelectual ficará 'a cargo dos estabelecimentos de ensino'*, nos termos do art. 39 da LDB. (BRASIL, PARECER nº 121/63 apud AKSENEEN, 2013, p. 51-52, grifo nosso).

Com esse Parecer, vemos os vieses e lacunas deixados pelas regulamentações acerca do processo avaliativo dos exames de admissão, como a própria Constituição de 1937, na qual não há menção da presença dos exames de admissão ao ginásio. Com isso, "as ideias emergentes anunciavam uma nova reforma que viria em 1971". (AKNESEN, 2013, p. 52).

Ainda sobre as fendas deixadas, observamos que, com a divisão determinada por Capanema no ensino secundário em 1942, por meio da Lei Orgânica, ficando estabelecido, como mencionado anteriormente, em dois ciclos. A respeito disso, o Ministro considerava a limitação de quatro anos para o ginásial um meio de torná-lo mais "acessível" a toda população em idade escolar ginásial, o que podemos considerar inviável. Bloch (2001, p. 60)

afirma que “nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento”.

Romanelli (2013) apresenta uma crítica entre educação e desenvolvimento e assegura que:

Nos países cuja tradição escolar criou um comportamento social favorável à demanda de educação “elitista” e aristocrática, dificilmente o início da industrialização acarreta mudanças na expressão dos interesses sociais pela educação. No caso do Brasil, por exemplo, mais de três séculos de escravidão e patriarcalismo podem ser responsáveis pela criação de uma demanda típica de educação classista. (ROMANELLI, 2013, p. 28).

A Tabela 8 expressa os apontamentos do Livro Ata de Exames de Admissão do ISG; os dados registrados são plausíveis de análise e nos serviram de estímulo para adentrar o cotidiano desse ritual de passagem que representava o acesso ao curso ginásial.

**TABELA 8: Exames de Admissão do Instituto Samuel Graham (1958-1970)**

Período		Total de alunos	Eliminados em Português e Matemática	Aprovações	%	Reprovações	%
1958	1ª época	40*	07	18	45	14	55
	2ª época	16*	05	03	18,7	07	43,7
1959	1ª época	37	05	29	78,3	03	8,1
	2ª época	19	12	03	15,7	04	21
1960	1ª época	55	16	31	56,3	08	14,5
	2ª época	16	04	07	43,7	05	31,2
1961	1ª época	56	21	10	17,8	25	44,6
	2ª época	28	05	04	14,2	19	67,8
1962	1ª época	54	17	29	53,7	08	14,8
	2ª época	20	07	10	50	03	15
1963	1ª época	68	15	53	77,9	-	-
	2ª época	20	11	09	45	-	-
1964	1ª época	81	16	63	77,7	02	2,4
	2ª época	12	04	07	58,3	01	8,3
1965	1ª época	70	25	43	61,4	02	2,8
	2ª época	36	14	20	55,5	02	5,5
1966	1ª época	79	55	20	25,3	04	5
	2ª época	73*	56	16	21,9	-	-
1967	1ª época	78	40	36	46,1	02	2,5
	2ª época	23	13	05	21,7	05	21,7
1968	1ª época	77	20	54	70,1	03	3,8
	2ª época	30	20	08	26,6	02	6,6
1969	1ª época	37	03	34	91,8	-	-
	2ª época	11	08	03	27,2	-	-
1970	1ª época	42*	13	24	57,1	04	9,5
	2ª época	08*	01	07	87,5	-	-
1971	1ª época	112*	89	22	19,6	13	11,6

\*Um aluno não compareceu

Fonte: Elaborada pela autora. Livro de Atas dos Exames de Admissão. (Arquivo do Instituto Samuel Graham).

Os números da Tabela 8 apontam que, no período destacado (1958-1970), o Instituto Samuel Graham ofertou quatorze exames de 1ª época e treze de segunda época. Os dados trazem indícios, também, de que os percentuais de reprovações foram maiores que as aprovações nos anos de 1958, 1959 e 1961. Poderíamos relacionar a elevação do índice das aprovações, nos anos subsequentes, com os cursos preparatórios aos exames do ginásio realizados pelo ISG? Esses exames preparatórios de fato existiram?

Analisando e confrontando as fontes selecionadas, percebemos alguns indícios de que houve turmas “extras” preparatórias aos Exames de Admissão, justificando, assim as taxas de aprovações apresentadas na tabela acima.

Romanelli (2013, p. 74) defende a ideia de que “a educação, tida como fator de mudança social e de desenvolvimento, é capaz de criar uma demanda, isso significa que ela é capaz de transformar a demanda potencial em demanda efetiva de educação, [...]”. O que nos leva a deduzir que “a expansão do sistema educacional foi grande, mas ficou também evidente que essa expansão não foi suficiente para atingir a população em idade própria para receber educação escolar”. (ROMANELLI, 2013, p. 83).

Cabe-nos refletir se os exames de admissão ao ginásio tiveram a função de bloquear o acesso de grande parte da população ao ginásio, ou se realmente foram uma forma de verificar conhecimentos necessários à continuidade dos estudos. Entendemos que o contato com as fontes cria a possibilidade de reconstruir o passado, que somente será compreendido quando articulado ao contexto no qual foi produzido. (BLOCH, 2001).

Para Capanema, no ginásio as disciplinas Matemática e Ciências Naturais seriam estudadas de maneira elementar, tornando-se mais aprimoradas no segundo ciclo. No ISG, a questão do ensino de Ciências e Matemática, ao contrário do que defendia Capanema, foi intensiva desde o primeiro ciclo do ginásio.

Percebemos essa valorização do ensino de Ciências e Matemática por meio das entrevistas com ex-alunos do ginásio, cujos relatos confirmaram a grande importância dada ao ensino de Ciências. O professor Izaltino Guimarães<sup>87</sup> realizava, em laboratório apropriado, experiências da área de Ciências, o que tornava as aulas muito significativas e atraentes. A Figura 29 mostra um desses momentos.

---

<sup>87</sup> Izaltino Guimarães nasceu na Bahia, estudou no Instituto José Manuel da Conceição, em Jandira- SP, escola protestante. Lá cursou Agronomia, mas era muito apaixonado pelo ensino de ciências. Veio para Jataí a convite de Dona Ruth Graham. Em Jataí, professor Izaltino casou-se com Dona Wandir Sousa Guimarães, que também havia estudado no mesmo instituto. Tiveram três filhos e, juntos, lecionaram no ISG. Professor Izaltino também foi diretor nos anos de 1967 a 1968. Idealizou um laboratório para as aulas de ciências, as quais lecionava com muita dedicação. Projetou o desenho da planta da sala de Trabalhos Manuais, disciplina que também ministrava com exímia reverência. (BOLETIM DE INFORMAÇÕES DO INSTITUTO SAMUEL GRAHAM, 1965, p. 2).

**FIGURA 29: Laboratório de Ciências, 1967**

Fonte: Arquivo do Instituto Samuel Graham (Jataí – GO).

À luz da legislação vigente, os exames admissionais ao ginásio tinham um caráter altamente seletivo, reduzido e com sérias restrições ao acesso e ao prosseguimento dos estudos. O período da educação brasileira no qual os exames foram inseridos foi marcado pelo caráter elitista e enciclopédico, rigidamente controlado por um sistema de provas. (AKSENEM, 2013). Assim:

Após a Lei 5692/71, adentra o palco a ideia de uma educação básica, assentada na indistinção entre primário e ginásial, unificados no ensino fundamental. O curso secundário, então retrai-se, reconfigurado por uma nova perspectiva de escolarização massiva, sob a égide das concepções aliadas à teoria do capital humano. (SILVA, 2013, p. 96).

Ao longo do vasto período em que funcionaram os exames de admissão ao ginásio, houve muitas alterações, legitimadas por decretos, portarias, circulares e pareceres. Com isso, as principais alterações abarcaram a extensão da escolaridade obrigatória e a tentativa de dualidade do sistema educacional, implantando a escola de 1º e 2º graus. Souza (2008, p. 267) menciona que “o ensino de 1º grau passou a ter a duração de oito anos letivos, sendo obrigatório dos 7 aos 14 anos de idade [...], eliminando formalmente a concepção de ensino primário e ginásial, substituindo-a por uma escola integrada de educação fundamental”.

Assim, imprimiu-se uma nova orientação ao ensino educacional do país, desconstruindo toda a estrutura existente e demandando uma reestruturação nas redes pública

e privada para atender às novas exigências com vistas a uma articulação do currículo, espaço e clientela escolar.

### 3.3 Por detrás das cortinas: o cotidiano no ginásio

A implantação do curso ginásial no Instituto Samuel Graham deu-se na gestão presidencial de Juscelino Kubitschek<sup>88</sup>, que estreitou laços com a comunidade jataiense desde sua primeira visita à cidade, no ano de 1955, em 4 de abril. JK, como era conhecido, fez seu primeiro comício na cidade como candidato à presidência do Brasil, comprometendo-se perante aquela população a cumprir a Constituição brasileira, que previa a transferência da capital do Brasil para o Planalto Central. Em sua segunda visita, em 1957, já presidente do país, inaugurou as obras da BR 31 (atual BR 364), a ponte sobre o Rio Claro e a reforma da BR 060, obras representativas para o progresso da região e que colocavam Goiás na senda do progresso. No ano de 1961, em sua terceira visita, JK fez em Jataí um amplo comício de campanha como candidato ao senado federal por Goiás.

Existe hoje na cidade, em mérito ao Presidente Juscelino Kubitschek, uma instituição museológica, projetada e construída com o objetivo de apresentar à população da cidade e demais visitantes os laços de amizade estabelecidos entre a cidade de Jataí e Juscelino Kubitschek, o Memorial JK - Jataí<sup>89</sup>.

---

<sup>88</sup> Conhecido também por JK, nascido em Diamantina – MG em 12 de setembro de 1902, foi médico e oficial da Polícia Militar mineira. Foi um exímio político e ocupou a Presidência do Brasil nos anos de 1956 a 1961. Em sua campanha à eleição presidencial, em 1955, JK apresentou um discurso desenvolvimentista e utilizou como *slogan* de campanha "50 anos em 5". Faleceu em um acidente automobilístico em 22 de agosto de 1976, Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Juscelino\\_Kubitschek](https://pt.wikipedia.org/wiki/Juscelino_Kubitschek)>. Acesso em: 22 out. 2015.

<sup>89</sup> Localizado no Parque Ecológico JK, o Memorial JK – Jataí compõe um dos mais lindos cartões postais da cidade e oferece como atrações de destaque para os populares que o visitam: área verde preservada, parquinho infantil, o Lago JK e a exuberante roda d'água que foi utilizada para cerrar madeira a ser utilizada na construção de Brasília. Disponível em: <<http://memorialjkjatai.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 20 out. 2015.

**FIGURA 30: Memorial JK - Jataí**

**Fonte:** Disponível em: <<http://mw2.google.com/mw-panoramio/photos/medium/16530736.jpg>>. Acesso em: 21 out. 2015.

Essas observações se fazem necessárias para compreendermos a relevância do momento político, delimitados nesta pesquisa (1942 a 1971). O ápice da implantação do curso ginásial se deu em um momento no qual o cenário político brasileiro refletia no âmago das instituições educativas. Assim, em função do novo regime político em que “ordem e progresso” era o lema, o amor pela Pátria e o civismo tornam-se virtudes de um cidadão civilizado. Destarte, a escola deve ser a propagadora desses atributos, tornando-se “palco e cenário, algumas vezes caprichosamente ornamentado, onde os alunos-atores encenavam para a sociedade o espetáculo da cultura, das letras, da ordem, das lições morais e cívicas”. (SOUZA, 1998, p. 253-254).

No depoimento de uma ex-aluna do ginásio, percebemos a veneração dos alunos pela pessoa do presidente JK:

[...] quando Juscelino Kubitschek já era presidente e ele veio aqui, e nós LINDOS, de camisa de manga comprida, de gravata verde, de quepe, é quepe? Não sei como que chama. O quepe, é ... saia verde de prega e sapato e meia e não tinha ali o Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho em frente não tinha asfalto, não tinha nada. Era terra pura e veio uma chuva e fez uma lama e quando a gente estava saindo, menina! A gente andava POF! POF! POF! Dentro da lama, mas esse não é o principal. (risos).

A gente fez ala para que o presidente passasse né. E ele passou o Juscelino Kubitschek, e eu amo o Juscelino Kubitschek eu já li tudo que eu pude sobre ele. E não acredito que foi um acidente! Aquilo não foi acidente!

É ... e ele foi passando e olhando, assim como se tivesse revisando a tropa né. E olha o quê que ele fez. Ele chegou, e quando ele foi passando por mim, ele me olhou. Não é mentira o que eu tô contando não! Ele me olhou, pegou no meu queixo e falou:

— Que menina linda! (risos). Até hoje eu acho (risos) que eu sou linda. Oh Deus! (risos). (FREITAS, 2015).

As festas escolares e cívicas envolviam a participação de toda a comunidade e faziam parte do cotidiano escolar do ISG. Com o passar dos anos, as comemorações escolares “tornaram-se especiais na vida das escolas e das cidades, momentos de integração e de consagração de valores – o culto à pátria, à escola, à ordem social vigente, à moral e aos bons costumes”. (SOUZA, 1998, p. 259).

À luz dos fatos apresentados por Elias (1993), entendemos que o processo civilizador é uma maneira de domínio sobre as classes “inferiores” e de padronizar o comportamento idealizado, na qual as atitudes e os valores socialmente validados correspondem àqueles predominantes na burguesia.

Dessa maneira, na visão do processo civilizador, a educação é a base para desenvolver a sociedade, “retirando-a” da primitividade e prevenindo a “barbárie”, pelo refinamento dos costumes e das formas de agir individual e socialmente. Assim, por não serem naturais, os costumes deveriam ser inculcados nos indivíduos por meio de instituições sociais, como a igreja, o trabalho e a escola. (CIA; TARDIO; BISSOTO, 2014).

Ao ingressar na escola, a criança era/é educada para conviver “elegantemente” na sociedade, aprendendo a submeter-se às regras, adquirindo comportamentos de autorregulação e controle dos seus impulsos, respeito para com o grupo, além da arte de conversar e de se expressar, de atentar para hierarquias, de inibir o individualismo em favor da convivência social polida. O professor, incumbido de mediar o ingresso das jovens gerações no processo civilizador, do ponto de vista institucional, reunindo a formação técnica do saber-fazer-ensinar, tinha/tem como dever privilegiar a inculcação dos valores éticos, morais e comportamentais burgueses, o que diz respeito a um ensino voltado ao respeito, à obediência, ao silêncio e às normas de leis do país e da religião. A família, por sua vez, ficaria responsável por ensinar os aspectos voltados à afetividade. (CIA; TARDIO; BISSOTO, 2014, p. 22-23).

Desse modo, como uma maneira de mostrarem e reafirmarem, perante a sociedade jataiense, suas ideias e valores, importantes na constituição da cultura da cidade, os samuelinos, como eram chamados os alunos do ISG, dedicavam-se às festas escolares a fim de difundir as referências apreendidas e também de se integrar nos diversos cursos que a escola oferecia. O momento de hasteamento da bandeira, de entoação do hino e os cultos ocorridos no contexto dessas festas eram momentos planejados estrategicamente, pois “[...] hastear a bandeira, cantar e decorar o hino nacional era toda semana. Nós tínhamos que cantar

o hino nacional na posição correta. Cantávamos até os outros hinos: da bandeira, independência, [...]” (FREITAS, 2015).

As festas cívicas movimentavam a cidade, sendo um espetáculo à parte, motivo de orgulho de alunos, professores, diretores e sociedade. Tais festas traziam visibilidade às instituições de ensino, bem como fazia da escola um instrumento para perpetuar os projetos de civilidade, ordem e progresso de então. (GATTI; INÁCIO FILHO; GATTI JÚNIOR, 2012, p. 217).

Os desfiles cívicos refletiam outro momento de envolvimento dos ginásianos e de outros alunos. A preparação dos alunos ficava a cargo do professor João Batista da Luz, o JB (como era chamado). A organização de todo o desfile era decidida em reuniões com os professores e, a cada ano, os desfiles eram organizados com mais apreço e competência.

Os professores de Educação Física eram responsáveis pela ordem de todo o desfile, que exigia ensaios exaustivos, semanalmente, liderados pelo professor JB:

Era o senhor JB que ensaiava a gente e ele tinha uma paixão. Ele amava o serviço dele. E ele ensaiava a gente do Instituto Samuel Graham, a gente desfilava bonito viu. Desfilava bonito! E ele ensinava, ensinava, ensinava muito só que tem uma coisa (risos) que se alguém lá no meio desse um passo errado ele logo gritava: \_\_\_ Oh barata tonta! Olha o passo aí, barata tonta! (risos). (FREITAS, 2015).

**FIGURA 31: Ginastas do Curso Ginásial, 1968.**



**Fonte:** Arquivo do Instituto Samuel Graham (Jataí-GO).

A fanfarra do ISG era composta, em sua maioria, pelos alunos do Ginásio e pelos alunos que moravam no Internato. Os ensaios também eram semanais. Sua organização e os ensaios eram liderados pelo professor João Batista da Luz.

Um dos detalhes das fontes iconográficas é que “[...] a imagem não fala por si só; é necessário que as perguntas sejam feitas”. (MAUAD, 1996, p. 10). Desse modo, questionamos os sujeitos de nossa pesquisa, ex-alunos e ex-professores, a fim de encontrar explicações para as nossas indagações: A fanfarra era composta apenas por meninos? Havia uma determinação específica, ou apenas uma coincidência? Pois todas as imagens analisadas que retratam a fanfarra do ISG são representadas apenas por meninos.

A Figura 32 ilustra o porquê de nossa indagação e nos inquieta, considerando que as outras imagens catalogadas que representam a fanfarra corroboram a nossa inquietação.

**FIGURA 32: Fanfarra do Instituto Samuel Graham, 1965**



**Fonte:** Arquivo do Instituto Samuel Graham (Jataí-GO).

Não tínhamos como objetivo obter, de fato, uma resposta precisa, pois “as fotografias guardam, na sua superfície sensível, a marca indefectível do passado que as produziu”. (MAUAD, 1996, p. 10). Não encontramos em outras fontes documentais subsídios que poderiam nos dizer a respeito dos componentes da fanfarra. Tampouco os relatos orais não evidenciaram com precisão os reais motivos que poderiam responder ao nosso questionamento.

Outro fato detectado diz respeito à concorrência que havia entre os desfiles do ISG e das escolas Nestório Ribeiro e Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho. A disputa era extremamente acirrada; o que podemos concluir por meio do registro em periódicos localizados, os quais retratam uma disputa anual nos períodos do Desfile de Sete de Setembro. Segundo os sujeitos entrevistados, a cidade se organizava para esse momento. “O envolvimento de todos os funcionários durante os meses que antecipavam o desfile fazia com que a beleza e o capricho pudessem ser percebidos no momento da descida dos pelotões pela Avenida. O uniforme que usávamos era o de gala, muito elegante. Era emocionante!”. (MORAES, 2015).

Para Gomes (2015):

Ensinar o pessoal a marchar, aí a organização, por exemplo, o visual do desfile né, é aí que abrangia a escola toda, os professores todos, cada um dava uma opinião e tudo e formava e dividia os pelotões, representação de cada pelotão, se carro alegórico, o que que esse carro alegórico ia dizer e tudo. Aí tinha um envolvimento da escola toda, pra a organização do desfile. E naquele tempo o desfile era competitivo, era entre o Nestório Ribeiro, Bom Conselho e ISG e aí tinha até classificação no desfile, 1º lugar, 2º lugar, 3º lugar e tudo e eles publicavam e falavam a classificação do desfile. Então, era uma competição danada né, era um corre corre danado pra colocar a escola no topo. (risos). Tinha competição do desfile, tinha competição das fanfarras e tudo. Competição mesmo! [...]. (GOMES, 2015).

O desejo de integrar o Ginásio com outros cursos do ISG, bem como com os outros da cidade, levou o diretor Jaime Buyers a organizar e fundar, juntamente com os professores, um Grêmio Literário. Em busca por fontes documentais, deparamo-nos com o Livro de Atas do Grêmio Literário Rui Barbosa, fundado no dia 27 de setembro de 1956. No entanto não é possível precisar por quanto tempo ele existiu; nas fontes não há registro da data do fim dessa atividade. O último registro das reuniões no Livro Atas traz a data de 6 de novembro de 1961. Os sujeitos que nos concederam entrevistas não souberam informar a respeito da data possível do fim do Grêmio Literário. Assim, localizamos apenas um Livro Atas, a partir do qual podemos inferir algumas considerações acerca de acontecimentos vivenciados no interior do ISG.

A ata de fundação e eleição da composição do Grêmio ocorreu no dia 27 de setembro de 1956. O diretor Jaime Buyers explica a finalidade do Grêmio e nomeia a professora Zélia Almeida de Oliveira para presidente daquela sessão e Nilda de Castro, secretária do ISG, como secretária. Nesse mesmo dia, foi eleita a diretoria, a vice-diretoria e os cargos administrativos, decididos em plenária: presidência e vice-presidência, orador, primeiro e segundo secretários. A eleição de novos componentes acontecia anualmente.

Nessa mesma sessão, foi exposta a necessidade da contribuição monetária, mensal ou anual, a fim de ajudar a implantação dos trabalhos que seriam desenvolvidos na escola. Em umas das reuniões do grêmio, foi proposto pela aluna Alcy que: “cada sócio pagasse vinte cruzeiros (Cr\$ 20,00) para o resto do ano”, sugestão aceita por todos os gremistas. Muitos assuntos eram tratados nas reuniões semanais, como: a semana das crianças, o descobrimento da América e outras datas cívicas ou culturais comemoradas pela instituição.

Em outra reunião, realizada em 4 de abril de 1959, os alunos do ginásio foram convidados a prestigiar. O objetivo era inseri-los nas atividades do grêmio, compartilhando os ideais do grupo e estreitando os laços afetivos. Foi proposto pela presidente Delma um piquenique para aproximar os estudantes e selar a amizade e companheirismo entre os alunos do Curso Normal Regional e os do Ginásio. O diretor Jaime Buyers bem como os demais membros, consideraram uma excelente ideia. Dessa forma, o passeio foi preparado, organizado e realizado em uma fazenda próxima a Jataí, a Fazenda Boa Vista. A Figura 33 mostra esse momento de confraternização entre os estudantes.

**FIGURA 33: Piquenique entre alunos do Curso Normal Regional e do Ginásio, 1959**



**Fonte:** Arquivo do Instituto Samuel Graham (Jataí-GO).

Jaime Buyers, diretor norte-americano do ISG, aparece na imagem, sendo o terceiro da esquerda para direita (em pé).

Por meio dos relatos dos sujeitos que vivenciaram esses momentos no Instituto, verificamos que a maioria referiu-se aos missionários norte-americanos como pessoas muito bem educadas e dispostas a ajudar todos os alunos; eram rígidos e firmes na educação formal, mas mostravam-se alegres e muito amigos em momentos de lazer.

Quando foi implantado o Ginásio, preocuparam-se em manter um elo entre este e o Curso Primário e o Curso Normal Regional, posteriormente Curso Normal Colegial. As reuniões do Grêmio Literário favoreciam essa interlocução; mesmo a educação primária não participando do grêmio, por serem crianças ainda muito pequenas, as apresentações teatrais e outras atividades que o grêmio realizava fazia com que esse elo participativo se estreitasse entre todos os alunos do ISG.

Os normalistas e os ginasianos estavam imbuídos dentro de uma formação ética, moral e cristã, e precisam ser exemplos de bons cidadãos, referências aos alunos do primário. A título ilustrativo, segue a Figura 34:

**FIGURA 34: Alunos e professores do Curso Normal Colegial e do Ginásio, 1968**



**Fonte:** Arquivo do Instituto Samuel Graham (Jataí-GO).

Na Ata de nº. 43, realizada mediante uma reunião do dia 6 de abril de 1959, observamos que foi discutida em umas das pautas, a compra de um jornal, vindo da cidade de Santa Helena de Goiás – GO, podendo ser adquirido mediante uma oferta, sendo feita de maneira espontânea, todavia não encontramos em nenhuma das fontes selecionadas evidências de que esse jornal fora adquirido.

Nessa mesma Ata, foi exposta uma carta recebida da cidade de Rio Verde - GO, indagando os alunos do ISG a respeito da organização dos seus times de voleibol e basquetebol, o que nos faz deduzir sobre a importância da prática esportiva propagada no ISG. Podemos confirmar essa questão, por meio do relato de uma ex-professora de Educação Física, quando afirmou preparar os alunos do ginásio para os times de voleibol e também do basquetebol. (GOMES, 2015).

Por meio da análise dos registros escritos nas Atas do Grêmio, podemos constatar que esses assuntos eram tratados com muito afinco pelos gremistas, sempre despertando nos alunos a importância de uma “boa preparação” dos atletas do ISG. Verificamos, também, a ocorrência de jogos estudantis entre os alunos do ginásio do ISG e do Nestório Ribeiro, pontuados em uma das reuniões, registrado na Ata nº 42, de 30 de março de 1965.

Todavia, podemos perceber, pelos relatos de uma das alunas ginásianas entrevistadas, que o objetivo primordial do Grêmio Literário era fomentar as práticas sócio-escolares, enfatizando o atendimento da formação patriótica diante das atividades diárias e integrar os alunos em uma disciplina moral e também cristã. Assim, as decisões por eles tomadas eram sempre de muito bom senso.

Eu acho que o objetivo real do grêmio era desenvolver habilidades dos alunos. Por exemplo, a oradora desenvolver né, ela era oradora vai falar sobre determinado assunto. Secretária, vai aprender redigir uma ata. O presidente vai aprender as normas de um presidente. O que ele pode exigir o que ele pode liberar. Nós fazíamos muita coisa. Nossa! E como! Para desenvolver nossas habilidades, apresentava para a escola teatro, poesias, tinha a reunião para organizar. A hora da reunião a gente fazia a programação, por exemplo um pequeno teatro né, música, muita coisinha! (MORAES, 2015).

No ano de 1963, foi debatida, em uma das reuniões, a importância de criar o Hino do ISG. Isso mostra o amor à escola que os alunos sentiam, era perceptível e inerente a toda comunidade escolar. A professora de Canto Orfeônico, Norah Buyers, missionária norte-americana e esposa do diretor, Jaime Buyers, foi escolhida para essa tarefa. Exímia pianista e também escritora de cânticos e hinos evangélicos, Norah escreveu, então, a letra e compôs a melodia do Hino do ISG.

HINO INSTITUTO SAMUEL GRAHAM  
(Letra e Música: Nora Buyers)

Instituto ISG a ti cantamos.  
Levamos este canto de louvor.  
O teu símbolo de verdade,  
Seguiremos com todo ardor.  
A Cristo cujo nome procuramos,  
A verdade que nos libertará.  
Louvemos, vivamos guiados por Deus.  
Instituto ISG!  
ISG, ISG, ISG. (HISTÓRICO DO INSTITUTO SAMUEL GRAHAM, 1965, p. 1).

A Figura 35 ilustra uma das aulas de Canto Orfeônico, onde a professora Norah Buyers, juntamente com a professora Ruth Graham, apresentam o Hino ao ISG aos alunos do Instituto. Com o passar dos anos, o Hino ao ISG torna-se também parte integrante das datas cívicas, sendo entoado nas comemorações cívicas e nas festas escolares.

**FIGURA 35: Apresentação do Hino ao Instituto Samuel Graham, 1963**



**Fonte:** Arquivo do Instituto Samuel Graham (Jataí- GO).

A proposta de elaboração de um hino oficial para o ISG, para ser cantado junto aos hinos oficiais do Brasil, ilustrava o patriotismo e a civilidade que os alunos precisavam ter diante da pátria. Para Villa-Lobos (1946, p. 554), “manter a interpretação justa dos hinos oficiais entre os escolares” era essencial para a formação do cidadão brasileiro. Se havia essa ênfase nos ensinamentos dos hinos oficiais nas escolas, justifica-se a importância do hino ao ISG. Para Barreto (1938), o estudo do canto tem uma finalidade:

A finalidade do estudo do canto não é apenas de promover a aquisição da habilidade de entoar canções, mas o de promover melhor compreensão da música e o aumento de satisfações, baseados em apreciação e execução. A apreciação, incluída, forçosamente em cada detalhe do ensino de música, tem o poder de motivá-lo. Estimula o espírito de análise e observação, e, por isso, aperfeiçoa a execução. Concorre, portanto, para o aumento do interesse em compreender e em sentir a música. (BARRETO, 1938, p. 69).

Para o autor Elias (1994), o processo civilizador constitui uma mudança que se realiza a longo prazo na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica. Elias pontua que esse processo não é o resultado de um planejamento estabelecido *a priori* e que o processo civilizatório educacional vai em direção ao equilíbrio entre os interesses individuais e os coletivos na sociedade, produto do autocontrole. Elias afirma, também, que é preciso satisfazer as necessidades e desejos pessoais, no entanto essa satisfação não pode destoar das regras da sociedade.

As festas escolares ocorridas nas instituições educativas representam para a sociedade “os avanços alcançados pela escola na educação e desenvolvimento das crianças, ao mesmo tempo, essa mesma população, participando dos eventos festivos, poderia se instruir em sentimentos, valores e normas legitimadas socialmente”. (CÂNDIDO, 2007, p. 97 apud SILVA, 2013, p. 118).

Sabe-se que as normatizações do Ensino Secundário no tocante às festas cívicas e atividades escolares, determinadas pela LDB de 1961, estabelecia, em seu artigo 46, que:

Os estabelecimentos de ensino secundário deverão promover, entre os alunos, a organização e o desenvolvimento de instituições escolares de caráter cultural e recreativo, criando, na vida delas, com um regime de autonomia, as condições favoráveis à formação do espírito econômico, dos bons sentimentos de camaradagem e sociabilidade, do gênio desportivo, do gosto artístico e literário. Merecerão especial atenção as instituições que tenham por objetivo despertar entre as escolares o interesse pelos problemas nacionais. (BRASIL, 1961).

A partir disso, pode-se inferir que o Instituto Samuel Graham pretendeu, ao longo dos anos, em suas ações e práticas escolares cotidianas desenvolvidas no ginásio, bem como nos outros cursos oferecidos, inserir uma educação voltada para os princípios da fé cristã e um ensino pautado dentro dos preceitos religiosos determinantes da educação presbiteriana, não deixando de cumprir o papel socioeducativo de uma escola que educa para a pátria brasileira.

Os missionários presbiterianos norte-americanos exprimiam, em suas ações diárias, uma educação voltada para a força moral. Para Nascimento (2005, p. 203), tal preocupação era dada “ao preparo dos jovens para o trabalho produtivo, desenvolvendo o agudo sentido do

pragmatismo vivencial que sempre caracterizou a cultura norte-americana”. Para os americanos, a educação era a via de acesso para a salvação das almas e para a prosperidade da comunidade; portanto, a ignorância e a pobreza são peças que impossibilitam esse intento. (NASCIMENTO, 2005).

O ginásio foi instituído no ISG, sob muitas tensões e distensões ocasionadas pelas legislações vigentes, todavia as práticas legitimadas nem sempre se faziam valer, como via de regra. É importante considerar que, primeiramente, as leis eram promulgadas, posteriormente publicadas e depois elas teriam um prazo para vigorarem, denominado de *vacatio legis*<sup>90</sup>.

Ao se entrever pela história do ISG, abordando os cursos implantados, propusemo-nos a:

[...] investigar o processo de criação e de instalação da escola, a caracterização e a utilização do espaço físico (os elementos arquitetônicos do prédio, sua implantação no terreno, seu entorno e acabamento), o espaço do poder (diretoria, secretaria, sala dos professores), a organização do uso do tempo, a seleção de conteúdos escolares, a origem social da clientela escolar e seu destino provável, os professores, a legislação, as normas e administração da escola. Essas categorias permitem traçar um retrato da escola com seus atores, aspectos de sua organização, seu cotidiano, seus rituais, sua cultura e seu significado para aquela sociedade. (GATTI JÚNIOR, 2002, p. 27).

Na perspectiva de Gatti Júnior, o curso secundário – ginásio do ISG, objeto de estudo nesta seção, deteve-se à formação da consciência dos jovens por meio de uma educação voltada ao patriotismo. Tal fato nos faz constatar que o cenário educacional que abarca nossa delimitação temporal era o fruto de um modelo educacional retratado em todos os âmbitos da educação elementar no país.

Portanto, podemos perceber que não foi diferente em Jataí, com a instituição privada e protestante denominada Instituto Samuel Graham,

---

<sup>90</sup> *Vacatio legis* é uma expressão latina que significa "vacância da lei", ou seja: "A Lei Vaga"; é o prazo legal que uma lei tem para entrar em vigor, ou seja, desde sua publicação até o início de sua vigência. Se não for dito prazo de vacância expressamente pela lei, este será o prazo estabelecido na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, que é de 45 dias; mas, no Brasil, em geral, a lei entra em vigor na data de sua publicação. É dado esse prazo para que os operadores do direito tenham pleno conhecimento da lei vacante. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Vacatio\\_legis](https://pt.wikipedia.org/wiki/Vacatio_legis)>. Acesso em: 22 out. 2015.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como ficou demonstrado, a busca de um descortinamento dos fatos históricos produzidos no interior de uma instituição educativa, partindo do pressuposto de que as instituições marcam indelevelmente os sujeitos e a própria sociedade em que estão inseridos, não é tarefa fácil dada a escassez de documentos comprobatórios que reflitam a realidade vivenciada em uma época mais distante, além da subjetividade do analista.

Esta pesquisa ancora-se na relevância que o Instituto Samuel Graham representou para a cidade de Jataí desde o ano de 1942, quando foi fundado, até no ano de 1971, período delimitado neste trabalho de pesquisa.

Toledo e Andrade (2013) advertem que as instituições educativas produzem e reproduzem uma realidade histórica na qual estão inseridas, tornando-se uma fonte de pesquisa para a história da educação. Assim, seu percurso histórico revela subsídios difundidos em seu cotidiano.

Nessa mesma teia de reflexões, Sanfelice (2007) defende que:

[...] uma instituição escolar ou educativa é a síntese de múltiplas determinações, de variadíssimas instâncias (política, econômica, cultural, religiosa, da educação geral, moral, ideológica etc.) que agem e interagem entre si, “acomodando-se” dialeticamente de maneira tal que daí resulte uma identidade. (SANFELICE, 2007, p. 77).

Desse modo, propusemo-nos a discutir e explicitar traços gerais, no âmbito da presente investigação, acerca de aspectos da fundação do ISG que foram objetos de aprofundadas reflexões, como a gênese do protestantismo em Goiás, a fundação dessa instituição em Jataí, e a dubiedade de sua implantação por meio da díade evangelização e educação. O seu seguimento, com a implementação dos cursos Normal Regional, Secundário Ginásial e os outros já mencionados anteriormente, bem como as práticas avaliativas dos Exames de Admissão e as festas cívicas ocorridas no seu interior, exploraram uma parte do construto dessa trajetória.

Entretanto sabemos que o trabalho a respeito da historiografia de uma instituição é uma tarefa árdua, cercada de percalços. Em muitos momentos, tivemos que nos desprendermos do nosso objeto a fim de compreender melhor as inter-relações da escola com seu entorno.

Escrever sobre a história de uma instituição escolar protestante permitiu-nos rever todo o seu percurso histórico e, ao perpassarmos pelas fontes (históricas e orais), percebemos

um crescimento desse tipo de pesquisa, ainda mais nos grandes centros do Brasil. Em menor número se encontram, ainda, as pesquisas que tratam de regiões do *hinterland* brasileiro, em que os norte-americanos, por meio de seus projetos missionários, desbravaram o sertão goiano e propagaram o protestantismo, empreendendo sua obra missionária como uma vocação divina.

Weber (2004) explica que essa vocação precisa ser aceita pelo ser humano como desígnio divino, que esse trabalho profissional seria uma missão, uma missão dada por Deus. Em contrapartida, não se deve conceber que os missionários e alguns fundadores dessa comunidade religiosa não tivessem ambições pelos bens; para muitos, existia um valor ético. (WEBER, 2004). Todavia:

[...] A salvação da alma, e somente ela, foi o eixo de sua vida e ação. Seus objetivos éticos e os efeitos práticos de sua doutrina estavam ancorados aqui e eram, tão só, *consequências* de motivos puramente religiosos. (WEBER, 2004, p. 81).

Barbanti (1977, p. 208) explicita que “os pastores norte-americanos, que tinham vindo ao Brasil em ação missionária, empregaram a técnica da evangelização direta, isto é, mediante o recurso de obras sociais, principalmente os colégios. [...]”. E, com o apoio financeiro que recebiam das Igrejas, poderiam realizar suas obras.

Nesse mesmo viés, Nascimento (2005) justifica que a educação como estratégia missionária se dava direta e indiretamente, integrando fé e ciência no modelo educacional presbiteriano.

Depreendemos que o objetivo das missões, além de evangelizar, era também contribuir para o desenvolvimento do Brasil por meio da instalação de escolas, igrejas e hospitais. Muitas vezes o Brasil foi colocado como uma terra promissora em constante progresso, apesar de ter sido demonstrado, também, a prevalência da desigualdade social, econômica e até mesmo educacional.

Na conversão ao protestantismo, alguns costumes religiosos, como ler a Bíblia com autonomia, seria uma das mais valiosas vantagens. Todavia também seria o maior entrave para os missionários, uma vez que na população brasileira grassava o analfabetismo. Com isso, o “*modus vivendi*” da população brasileira que se convertia ao protestantismo passou por transformações consideradas satisfatórias. Em Goiás, não foi diferente:

Para os missionários norte-americanos presbiterianos, o protestantismo, além de mostrar o caminho da “salvação” da alma, apresentava-se como um modelo de vida superior à dos brasileiros. A conversão à doutrina presbiteriana implicava numa

mudança de comportamento por parte do indivíduo que, apesar de lhe trazer constrangimento no meio social em que vivia, proporcionaria uma oportunidade de vislumbrar outros horizontes. O próprio missionário apresentava como o melhor representante daquela proposta cultural externando-a através de suas roupas, do corte do cabelo, de sua postura, dos seus hábitos alimentares e familiares. (NASCIMENTO, E., 2004, p. 134).

Essa teia de relações e possibilidades fez com que as missões designadas para evangelizar o povo brasileiro fossem estrategicamente planejadas, com o discurso de “alfabetizar as crianças para garantir sua penetração e ampliação no país”. (NASCIMENTO, E., 2004, p. 176).

Dessa forma, com a compreensão do *modus vivendi* do brasileiro, estruturou-se um plano de ação, com a educação sendo o âmago e o principal subterfúgio de propaganda das ideias de uma civilização cristã, pautada em novos padrões intelectuais e morais e calcada na nova fé. (NASCIMENTO, 2001).

Todavia com a constatação do alto índice de analfabetismo do país, era preciso oferecer à população protestante um sistema educacional intercalado, não apenas que o instruisse para a conversão religiosa (leitura da Bíblia, livro de hinos e outras literaturas religiosas), mas que o preparasse intelectualmente para sua integração em sociedade.

No decorrer deste estudo, foi possível constatar que a implantação e consolidação do Instituto Samuel Graham em Jataí mobilizou forças para a propagação do protestantismo em Goiás.

Para tanto, tentamos responder aos seguintes questionamentos, apresentados na introdução: de que modo o Instituto Samuel Graham, no período delimitado nesta pesquisa (1942 a 1971) influenciou a educação e a sociedade jataiense? O que a instituição escolar representou para a cidade de Jataí? Em que medida as práticas escolares e os métodos de ensino foram influenciados pela filosofia proposta pelos missionários presbiterianos norte-americanos? Quais as características relevantes de suas práticas educativas? Quais legislações educacionais amparavam o Instituto Samuel Graham, em virtude de ser uma instituição privada, e como as legitimavam em seu fazer pedagógico?

Desse modo, ao buscar as respostas às indagações a que nos propusemos, procuramos, de maneira sistemática, evidenciar os fatos ocorridos entrecruzando a ação educativa e a implantação primeiramente de uma igreja, e depois com o estabelecimento de uma escola evangélica na cidade de Jataí.

Após apresentarmos os sujeitos envolvidos do ISG nesta narrativa histórica, podemos afirmar que eles tiveram suas atividades inspecionadas pelo Estado que, por meio das

regulamentações decretadas para o sistema educacional, buscava uma homogeneização do ensino, pautada na formação moral e cívica. Para os missionários norte-americanos, “os objetivos da educação [...] consistiam em ensinar o aluno a amar a Deus, ao seu país e dedicar-se ao trabalho, e a Bíblia ocupava o primeiro lugar no processo educativo, além de servir de base para todo o ensino”. (NASCIMENTO, 2005, p. 205).

Assim, o sujeito nascia socialmente ao civilizar-se<sup>91</sup> nos modelos propostos pela formatação escolar. Conforme os estudos de Foucault (1987, p. 117), “disciplinar pretende engendrar corpos dóceis”, modelar comportamentos, adestrar, polir o indivíduo para não assumir atitudes e hábitos negativos. Por intermédio desse adestramento, os comportamentos das crianças são registrados como marcas de obediência e de silêncio. Destarte:

A criança deveria seguir bons exemplos, obtidos pela educação numa perspectiva cristã, o que evitaria as más ações. A figura de “Deus” era representada por aquele que teria o poder de castigar ou punir as atitudes negativas, ou seja, autoridades “terrenas” [...]. (CIA; TARDIO; BISSOTO, 2014, p. 23).

Com princípios de uma moralidade cristã, o ISG disseminava em suas práticas educativas uma metodologia “moderna”, estabelecida pela coeducação, por meio da qual os professores e missionários difundiram uma cultura escolar. Uma escola que seguisse os moldes americanos, e que apresentasse as seguintes peculiaridades:

Escola mista, liberdade religiosa, política e social. Educação baseada nos princípios da moral cristã, segundo as normas das Santas Escrituras, atendendo ao conceito protestante que exclui da escola a campanha religiosa, limitando-se às questões de moralidade e ética, contidas no ensino de Cristo. (HACK, 1985, p. 72).

A instalação do ginásio foi se desenvolvendo sob a ótica e necessidade de que esse curso seria a garantia da modernização e do progresso social da cidade de Jataí. Percebemos, também, por meio desta pesquisa, que “regenerar” os jovens, construir ideias e comportamentos modernos, de urbanização, de higiene, de civilização e de progresso, inculcando valores morais e cristãos, faziam parte da cultura escolar que foi revelada por meio das análises das fontes desta pesquisa.

---

<sup>91</sup> É possível realizar um comparativo do processo civilizador do Brasil desde a colonização europeia em contato com os índios. Houve a iniciativa da padronização de valores e comportamentos com o intuito de prevenir a barbárie e desenvolver a cultura “primitiva” por meio do ensino, do letramento e dos modos de se comportar, vestir e agir, ou seja, por meio de atitudes consideradas adequadas para a convivência civilizada em sociedade. (ELIAS, 1993).

Nessa perspectiva, o curso secundário foi, mais uma vez, reformulado (com um ginásio de quatro anos e um colegial de três anos), sendo dividido em curso clássico e curso científico, tendo um caráter de formação integral, patriótico e humanístico<sup>92</sup>. (SOUZA, 1998).

O ensino humanístico era priorizado em detrimento do técnico, com a exigência do latim e do grego; também eram incluídos o estudo de discursos e relatos de figuras importantes na construção de impérios. Tal preocupação devia-se ao público para o qual se destinava: a elite que deveria liderar o país e controlar as massas, perpetuar e não questionar a ordem estabelecida. Pretendia, ainda, adaptar os jovens para as exigências da sociedade, com uma formação moral, ética e cristã, voltada para a família e a pátria (ensino religioso e ensino militar). Essa Lei vigorou até 1961, ano da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (ABREU, 2005).

Para Romanelli (2013, p. 157), o ensino secundário continuou “acadêmico, propedêutico e aristocrático”. Dessa forma, o curso ginásial oferecido no Instituto perpassou esses entraves acarretados pela “democratização” do ensino, com o objetivo de atender ao processo de industrialização em que o país vivia.

Acreditamos que este trabalho, em consonância com outros que exploram a temática da educação protestante, possa contribuir para a ampliação dos estudos sobre a história dos presbiterianos em suas missões pelo Brasil, que remontam ao final do século XIX e início do século XX.

Entretanto, como mencionamos na introdução, escassas são as pesquisas sobre os presbiterianos e sua relação no processo educacional brasileiro, o que nos permite assinalar que o presente trabalho representa um cabedal de informações acerca da História da Educação de Goiás. Vale destacar que muito há por se fazer no campo da historiografia.

Sabemos que, quando nos dispusemos a estudar o processo histórico de uma instituição escolar, como a do Instituto Samuel Graham, muitas outras histórias se entrecruzaram com os aspectos socioeconômicos, político e cultural do país e do Estado de Goiás. E, ao se investigar esse processo histórico, é preciso atentar para as mudanças ocorridas no decurso da industrialização e modernização no qual a instituição está inserida.

Para tanto, o processo de modernização consiste na adoção, por uma sociedade em mudança, de padrões de consumo, de comportamento, de instituições, valores e ideias

---

<sup>92</sup> O ensino secundário, segundo a Lei orgânica de 1942, desempenhava o papel de “formar a personalidade integral do adolescente, desenvolvendo sua consciência patriótica e humanista, propiciando-lhe a cultura geral, como base para estudos superiores”. (ABREU, 2005, p. 40). O objetivo era formar uma classe média inspirada em ideias liberais e pronta a agir como elemento assimilador na consolidação da democracia do país.

característicos de sociedades mais avançadas; por outro lado, implica mudanças estruturais que alteram basicamente o perfil de sua estrutura econômica e social.

Além dessas realidades, Faria Filho (1997, p. 220) acena para o fato de que a escola não fica presa somente em seus muros, “ela cria e/ou participa de espetáculos públicos, justamente naqueles locais carregados de simbolismo para a população da cidade”.

Após a contextualização histórica dessa instituição, foi apresentada outra perspectiva para as instituições escolares, não somente nos intramuros da escola. Futuras pesquisas poderão explorar e analisar as variadas fontes disponíveis sobre o Instituto Samuel Graham, sobre as ideias pedagógicas disseminadas nas práticas educativas com outra demarcação temporal, entre outras possibilidades.

Não foi nosso intento findar as possibilidades de pesquisa neste trabalho, muitas fendas poderão ser encontradas e, assim, por meio das fontes e de outros materiais encontrados em arquivos particulares, poderão se constituir em novos subsídios para outras pesquisas.

Por meio das fontes selecionadas e analisadas, foi possível constatar que o ISG é uma instituição singular, de uma cultura escolar própria, desde a construção dos prédios, os uniformes, o corpo docente e discente, as normas disciplinares e as disciplinas escolares. Infelizmente, no período demarcado, encontramos poucas fontes que revelassem as práticas dos professores, com seus cadernos e anotações, como também as provas e as atividades que os alunos faziam, tampouco os currículos propostos pela escola

Ao analisarmos os Livros Atas do ISG, não tivemos a pretensão de trazer dados completos de matrículas, notas e frequência dos alunos, mas propor reflexões sobre esses dados estatísticos. Usando a concepção de Certeau (1994, p. 100), “designamos essa prática de apresentação desses dados estatísticos como uma tática”, e esse recurso calculado e mobilizado foi usado para divulgar os trabalhos educacionais do Instituto para a comunidade local e nacional, como também para o governo do Estado, em virtude de ser uma instituição privada.

Em se tratando das festas e comemorações cívicas e culturais realizadas no ISG, percebemos que se tornaram eventos muito bem planejados, com envolvimento de todo o corpo docente e discente. Quanto aos desfiles cívicos, revestiam-se de grande relevância na história da escola. Os desfiles envolviam disputas acirradas entre as escolas de Jataí; todos desfilavam pelas ruas da cidade com o claro propósito de divulgar o trabalho da sua instituição.

No âmbito das festividades cívicas, Souza (1998) pontua que a escola no Brasil, mostrara-se como expressão de um regime político:

[...] Ela passou a celebrar a liturgia política da República; além de divulgar a ação republicana, corporificou os símbolos, os valores e a pedagogia moral e cívica que lhe era própria. Festas, exposições escolares, desfiles dos batalhões infantis, exames e comemorações cívicas constituíram momentos especiais na vida da escola pelos quais ela ganhava ainda maior visibilidade social e reforçava sentidos culturais compartilhados. [...]. (SOUZA, 1998, p. 241).

Sobre o currículo apresentado pelas fontes catalogadas, percebemos a preocupação pela formação cristã dos samuelinos - alunos do ISG. Os relatos orais também mostraram essa preocupação.

Os exames de admissão, praticados nos intramuros do Instituto, mesmo sendo excludentes e seletivos, tiveram sua contribuição, apesar de termos encontrados fendas no seu processo de legitimação.

O Grêmio Literário Rui Barbosa tinha como finalidade desenvolver os alunos intelectual e socialmente, integrando-os em todos os segmentos: primário, secundário-ginásio, seja no internato seja no externato. As reuniões eram momentos de decisões importantes para toda a escola; os preparativos de algumas comemorações, apresentações teatrais e de música, declamação de poemas, faziam parte de seu cotidiano semanal.

Ademais, o Instituto Samuel Graham desempenhou um papel relevante para a sociedade jataiense, contribuindo para a formação de crianças e jovens que recebiam uma educação pautada em preceitos religiosos, morais e cívicos. Sua contribuição perpassou os bancos escolares e inculcou novos hábitos que derivaram dessa cultura. Essa cultura foi disseminada sob o lema da escola: “A verdade vos libertará”, um versículo bíblico que não só foi utilizado como *slogan* para suas propagandas educacionais, mas também serviu para romper com a cultura iletrada que permeava Goiás, inclusive Jataí.

Muito dessa cultura escolar continua presente na memória do povo, no saudosismo velado, nas lembranças de um tempo que se foi, mas que deixou marcas, seja nas construções, seja, principalmente, na formação educacional das pessoas.

## REFERÊNCIAS

### Livros e capítulos de livros

ABREU, Jaime. A educação secundária no Brasil: (Ensaio de identificação de suas características principais). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 86, n. 212, p. 39-84, jan./abr. 2005, Salvador - BA. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/849/824>>. Acesso em: 10 maio 2016.

ALBERTI, Verena. *Manual de História oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história? In: GONÇALVES, Márcia de Almeida; ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís; MONTEIRO, Ana Maria (Org.). *Qual o valor da história hoje?* Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2012. p. 29-52.

AKSENEN, Elisângela Zarpelom; MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck. Desvelando os exames de admissão ao ginásio na educação paranaense. In: *VII CBHE*, 2013, Cuiabá. Disponível em: <<http://gem.ufmt.br/cbhe7/CadernoResumosCompletoAprovacao.pdf>, 2013>. Acesso em: 10 out. 2015.

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na Educação: missão, vocação e destino? In: SAVIANI, Demerval *et al.* (Org.). *O Legado Educacional do Século XX no Brasil*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 7-32.

ARAUJO, José Carlos Souza; INÁCIO FILHO, Geraldo. Inventário e interpretação sobre a produção histórico-educacional na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: da semeadura à colheita. In: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (Org.). *História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2005. p. 153- 191.

ASSIS, Jesus Manoel. *A obra do século: Documentário histórico de Jataí*. ed. Especial. Jataí: UFG, 1991.

BARRETO, Ceição de Barros. *Côro Orfeão*. Companhia Melhoramentos de São Paulo, Biblioteca de Educação, 1938.

BASTOS, Maria Helena Câmara; ERMEL, Tatiane de Freitas. Ritos de passagem, classificação mérito: os exames de admissão ao Ginásio (1930 1961). In: DALLABRIDA, Norberto; SOUZA, Rosa Fátima de (Org.). *Entre o ginásio de elite e o colégio popular: estudos sobre o ensino secundário no Brasil (1931-1961)*. Uberlândia: EDUFU, 2014. p. 115-159.

BITTAR, Marisa. *Geopolítica e Separatismo na elevação de Campo Grande a capital*. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 1999.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. Os arquivos escolares como fonte para a história da educação. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 10, p. 193-220, jul./dez. 2005.

BOSI, Eclêa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURKE, Peter. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 2011.

BRASIL. Decreto-lei nº 19 890 de 18 de abril de 1931. *Dispõe sobre a organização do ensino secundário*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>>. Acesso em: 10 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940)*. Série regional. Parte XXI- Goiaz. Rio de Janeiro, 1952.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico Brasileiro*, 1940.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil*, 1941.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:

<[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/6\\_Nacional\\_Desenvolvimento/ldb%20lei%20no%204.024,%20de%2020%20de%20dezembro%20de%201961.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/6_Nacional_Desenvolvimento/ldb%20lei%20no%204.024,%20de%2020%20de%20dezembro%20de%201961.htm)>.

Acesso em: 10 out. 2015.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L5692.htm)>. Acesso em: 10 out. 2015.

\_\_\_\_\_. *Lei Orgânica do Ensino Normal*. Decreto-lei nº 8530 de 2 de janeiro de 1946.

Disponível em:

<[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/6\\_Nacional\\_Desenvolvimento/decreto-lei%20n.%208.530%20%96%20de%202%20de%20janeiro%20de%201946%20%20lei%20organica%20ensino%20normal.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/6_Nacional_Desenvolvimento/decreto-lei%20n.%208.530%20%96%20de%202%20de%20janeiro%20de%201946%20%20lei%20organica%20ensino%20normal.htm)>. Acesso em: 10 out. 2015.

\_\_\_\_\_. *Lei Orgânica do Ensino Secundário*. Decreto-lei nº 4244 de 9 de abril de 1942.

Disponível em:

<[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/5\\_Gov\\_Vargas/decreto-lei%204.244-1942%20reforma%20capanema-ensino%20secund%20E1rio.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto-lei%204.244-1942%20reforma%20capanema-ensino%20secund%20E1rio.htm)>. Acesso em: 11 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Parecer nº 121/63 do Conselho Federal de Educação. Aprovado em 5 de abril de 1963. Sobre Exame de Admissão dos Cursos de Grau Médio. In: *Documenta*, n. 14, p. 52.

\_\_\_\_\_. Parecer nº 325, de 13 de outubro de 1959. Aprovado pelo Ministério de Educação e Cultura. Sobre os Exames de Admissão dos Cursos de Grau Médio.

\_\_\_\_\_. Substitutivo ao projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: BARROS, Roque Spencer Maciel de. *Diretrizes e Bases da Educação*. São Paulo: Pioneira, 1960. p. 400- 510.

BRZEZINSKI, I. Escola Normal de Goiás: nascimento, apogeu, ocaso, (re)nascimento. In: ARÁUJO, J.C.S.; FREITAS, A. P. G. B.; LOPES, A. P. C. (Org.). *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. v. 1. Campinas: ALÍNEA, 2008. p. 279-298.

CAPANEMA, Gustavo. *A Missão do professor secundário: educar para a Pátria*. Rio de Janeiro: M.E.S., 1940.

CALVANI, Carlos Eduardo B. A Educação no Projeto Missionário do Protestantismo no Brasil. *Revista Pistis e Praxis: teologia e pastoral*. Curitiba, v. 1, n. 1, p. 53-69, jan./jul. 2009. Disponível em: <[http://www.erevistas.csic.es/ficha\\_articulo.php?url=oai:pistis.pucpr.br:article/2479&oai\\_iden=oai\\_revista714](http://www.erevistas.csic.es/ficha_articulo.php?url=oai:pistis.pucpr.br:article/2479&oai_iden=oai_revista714)>. Acesso em: 2 mai. 2016.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Estudos avançados, v. 5, n. 11, 1991.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, n. 2, p. 177-229, 1990.

CIA, Helena; TARDIO, Daniely Cristina; BISSOTO, Maria Luiza. O processo civilizador nas escolas: o modelamento do corpo e da mente na concepção de Carlota Boto. *Revista Científica da FHO/Uniararas*, Araras, SP, v. 2, n. 2, p. 21-24, 2014. Disponível em: <[http://www.uniararas.br/revistacientifica/\\_documentos/art.3-016-2014.pdf](http://www.uniararas.br/revistacientifica/_documentos/art.3-016-2014.pdf)>. Acesso em: 9 maio 2016.

CURADO, Antônio Miguel Fleury. *Jataí e sua história*. Jataí: UFG, 1994.

DALLABRIDA, Norberto; SOUZA, Rosa Fátima de. “O todo-poderoso império do meio”: transformações no ensino secundário entre a Reforma Francisco Campos e a primeira LDBEN (à guisa de apresentação). In: DALLABRIDA, Norberto; SOUZA, Rosa Fátima de (Org.). *Entre o ginásio de elite e o colégio popular: estudos sobre o ensino secundário no Brasil (1931-1961)*. Uberlândia: EDUFU, 2014. p. 11-29.

ELIAS, Norbert. *O Processo civilizador*. Formação do Estado e civilização. v. II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. Belo Horizonte: a escola e os processos educativos no movimento da cidade. *Várias Histórias*, Belo Horizonte, n. 18, p. 203-222, 1997.

FERREIRA, José Felipe e Sousa de Brito. *A Evangelização pela Educação Escolar: embates entre presbiterianos e católicos em Patrocínio, Minas Gerais (1924-1933)*. Uberlândia, n. 2, jan./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/323/315>>. Acesso em: 9 out. 2015.

FORQUIN, J. C. *Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. 24. ed. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. 29. ed. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2001.

GATTI, Giseli Cristina do Vale; INÁCIO FILHO, Geraldo; GATTI JÚNIO, Décio. O Gymnásio Mineiro de Uberlândia: ideário e ações de modernização na cidade escolarizada (1929-1950). In: PESSANHA, Eurize Caldas; GATTI JÚNIOR, Décio (Org.). *Tempo de cidade, lugar de escola: História, Ensino e Cultura escolar em “escolas exemplares”*. Uberlândia: EDUFU, 2012. p. 205-228.

GATTI JÚNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (Org.). *Novos Temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. p. 03-24.

GOIÁS. Decreto-lei nº 10640 de 10 de fevereiro de 1930. *Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goiaz*. Disponível em: <<https://reheg.fe.ufg.br/n/30886-acervo-documental-da-reheg>>. Acesso em: 9 out. 2015.

GONDRA, José Gonçalves. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na corte imperial*. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

HACK, Osvaldo H. *Protestantismo e educação brasileira: presbiterianismo e seu relacionamento com o sistema pedagógico*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1985.

HAHN, Carl Joseph. *História do Culto Protestante no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Aste, 2011.

HOBSBAWN, Eric. *Sobre a história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1978.

INÁCIO FILHO, Geraldo; MORAIS, Vera Cruz de Oliveira. Tudo pela pátria: história do Instituto Marden - o cotidiano escolar (1933-1945). In: SOUZA, Sauloéber Társio de; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza (Org.). *Do público ao privado, do confessional ao laico: a história das instituições escolares na Ituiutaba do século XX*. Uberlândia: EDUFU, 2009. p. 153-175.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Tradução Gizele de Souza. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 1, p. 9-44, jan./jul., 2001.

KOSSOY, Boris. *Realidade e ficções na trama fotográfica*. 2. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2000.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Borges. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003. p. 535-549.
- LENHARO, Alcir. *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste – os anos 30*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1986.
- LÉONARD, Émile G. *O Protestantismo brasileiro: estudo de eclesiologia e história social*. 3. ed. São Paulo: Aste, 2002.
- LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.
- MAGALHÃES, Justino. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUZA, C.; CATANI, D. (Org.). *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, 2. ed. São Paulo, Escrituras, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.
- MATOS, Alderi Souza. *Os pioneiros presbiterianos do Brasil*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Colportores: heróis esquecidos da Obra Missionária no Brasil*. 2011. Disponível em: <<http://www.mackenzie.com.br/7167.html>>. Acesso em: 23 ago. 2015.
- \_\_\_\_\_. *Erasmus Braga, o Protestantismo e a Sociedade Brasileira: Perspectivas sobre a Missão da Igreja*. São Paulo: Cultura Cristã, 2008.
- MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: fotografia e história interfaces. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg2-4.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf)>. Acesso em: 24 out. 2015.
- MELO, Dorival Carvalho. *Nos porões do passado*. Jataí: Academia Jataiense de Letras, 2002.
- MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *O Celeste Porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: EUSP, 2008.
- \_\_\_\_\_. O protestantismo no Brasil e suas encruzilhadas. *Revista USP*, São Paulo, n. 67, p. 48-67, setembro/novembro, 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/13455/15273>>. Acesso em: 2 mai. 2016.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 3. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC- ABRASCO, 1994.
- NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do; BERTINATTI, Nicole. A Escola Dominical Presbiteriana: disseminação de saberes e práticas educativas. *Revista FAEEBA*, v. 20, p. 95-105, 2011.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho. *Fontes para a História da Educação: documentos da missão presbiteriana dos Estados Unidos no Brasil*. Macéio: Edufal, 2008.

\_\_\_\_\_. *A escola americana: origens da educação protestante em Sergipe (1886-1913)*. Sergipe: São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação – NPGED, 2004.

\_\_\_\_\_. A Influência da Pedagogia Norte-Americana na Educação em Sergipe e na Bahia: reflexões iniciais. *Revista Brasileira de História da Educação*. São Paulo, v. 2, p. 9-38, 2001.

\_\_\_\_\_. A cultura escolar do Instituto Ponte Nova. *Educação em Questão*, v. 29, p. 149-165, 2007.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *A Escola de Baden-Powell: cultura escoteira, associação voluntária e escotismo de estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

\_\_\_\_\_. *Memórias do Aprendizado: 80 anos de ensino agrícola em Sergipe*. Maceió: Edições Catavento, 2004.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo. *A Ilusão Pedagógica (1930-1945): estado, sociedade e educação em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 1994.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. *Instituições escolares: por que e como pesquisar*. 2. ed. Campinas, SP: Alínea, 2013.

NOTTEBOOM, T.; J. P. RODRIGUES. Re-Assessing Port-Hinterland Relationships in the Context of Global Commodity Chains. *Ports, cities, and global supply chains*. J. Wang. England, Aldershot; Burlington, VT: Ashgate, 2007.

ORSO, Paulino José. História, Instituições, Arquivos e Fontes na Pesquisa e na História da Educação. In: SILVA, João Carlos da. *et al.* (Org.). *História da Educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica*. Campinas, SP: Alínea, 2013. p. 33-64.

PALACÍN, Luis; MORAES, Maria Augusta de Sant'anna. *História de Goiás*. 7. ed. Goiânia: Editora da UCG, Ed. Vieira, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 2. ed., Rio de Janeiro: Campus, 2000.

QUADROS, Eduardo Gusmão de. O fantasma evangélico: análise do imaginário religioso de um Bispo de Goiás. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, 2011. São Paulo: Anpuh, jul. 2011. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308172939\\_ARQUIVO\\_ofantasmaevangelico.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308172939_ARQUIVO_ofantasmaevangelico.pdf)>. Acesso em: 2 set. 2015.

REILY, Duncan Alexander. *História Documental do Protestantismo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Aste, 2003.

RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e cultura brasileira: aspectos da implantação do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1981.

RODRIGUES, Fernando Rocha. Pedro Ludovico, o Democrata Modernizador ou o Coronel da Modernidade? *Revista FACER*. Rubiataba, v. 9, p. 18-126, 2009. Disponível em: <[http://www.slmb.ueg.br/paidos/artigos/1\\_historia\\_politica\\_de\\_goias.pdf](http://www.slmb.ueg.br/paidos/artigos/1_historia_politica_de_goias.pdf)>. Acesso em: 2 set. 2015.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 39. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SAVIANI, Demerval. Instituições de Memória e Organização de Acervos para a História das Instituições Escolares. In: SILVA, João Carlos da. *et al.* (Org.). *História da Educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica*. Campinas, SP: Alínea, 2013. p. 13-31.

\_\_\_\_\_. Breves considerações sobre fontes para a História da Educação. *Revista HISTEDBR on-line*, Campinas, n. especial, p. 28-35, ago. 2006. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art5\\_22e.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art5_22e.pdf)>. Acesso em: 2 out. 2015.

\_\_\_\_\_. A escola pública ao longo do século XX (1890-2001). III Congresso Brasileiro de História da Educação, 2004. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo3/483.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Instituições Escolares: conceito, história, historiografia e práticas. In: *Cadernos de História da Educação*, n. 4, jan./dez. 2005.

SANFELICE, José Luís. História das instituições escolares. In: SAVIANI, Demerval *et al.* *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba: UNISO; Ponta Grossa: UEPG, 2007. (Coleção Memória da Educação). p. 75-94.

\_\_\_\_\_. José Luís. História, Instituições Escolares e Gestores Educacionais. *Revista HISTEDBR on-line*, Campinas, n. especial, p. 20-27, ago. 2006. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art4\\_22e.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art4_22e.pdf)>. Acesso em: 2 out. 2015.

SILVA, Ivanilson Bezerra da. *Uma leitura da inserção do presbiterianismo de origem norte-americana no Brasil na segunda metade do século XIX e sua proposta educacional como estratégia de expansionismo planetário*. In: Circuitos e Fronteira da Educação no Brasil, 2013, Cuiabá -MT. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07-%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/UMA%20LEITURA%20DA%20INSERCAO%20DO%20PRESBITERANISMO.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2015.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX (ensino primário e secundário no Brasil)*. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. Entre as ciências e as letras: a consolidação do currículo científico no ensino secundário (1950-1971). In: PESSANHA, Eurize Caldas; GATTI JÚNIOR, Décio (Org.). *Tempo de cidade, lugar da escola: História, Ensino e Cultura escolar em “escolas exemplares”*. Uberlândia: EDUFU, 2012. p. 57-84.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. História, Memória & História da Educação. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. (Org.). *História e Memória da Educação no Brasil: século XX*. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 487-499.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. *Uma vez normalista sempre normalista: cultura escolar e produção de um habitus pedagógico*. A Escola Normal Catarinense 1911-1935. Santa Catarina: Insular, 2008.

THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

TELES, José Mendonça. *Crônicas de Goiânia*. Goiânia: Kelps, 1998.

TOLEDO, Cezar de Alencar Arnaut de; ANDRADE, Rodrigo Pinto de. História e Historiografia da Escola Luterana Concórdia de Marechal Cândido Rondon (1955-1969). In: SILVA, João Carlos da. *et al.* (Org.). *História da Educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica*. Campinas, SP: Alínea, 2013, p.191-210.

VALDEZ, Diane; BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. Produções em História da Educação em Goiás. In: *Revista Educação Pública*, Cuiabá, v. 1, n. 45, p. 105-126, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/index.php/educacaopublica/article/viewFile/335/303>>. Acesso em: 2 out. 2015.

VIÑAO FRAGO, Antonio. A história das disciplinas escolares. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 8, n. 3, p. 174-208, 2008.

VILLAS-LOBOS, Heitor. Educação Musical. In: *Boletim Latino Americano de Música*, v. I, abr. 1946.

WARDE, Mirian Jorge; MUNAKATA, Kazumi; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Três projetos em torno da escola, cultura e cultura escolar. *Educação em Revista - UFMG*, Belo Horizonte, v. 34, p. 30-50, 2001.

WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

### Dissertações e teses

- ABREU, Geysa Spitz Alcoforado de. *Escola Americana de Curitiba (1892-1934): um estudo do americanismo na cultura escolar*. 150f. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.
- ANDRADE, Élia Barbosa de. *Nas trilhas da co-educação e do ensino misto em Sergipe (1842-1889)*. 137f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2007.
- AKSENEN, Elisângela Zarpelon. *Os Exames de Admissão ao Ginásio, seu significado e função na educação paranaense: análise dos conteúdos matemáticos (1930-1971)*. 145f. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2013.
- ARAÚJO, Ordália Cristina Gonçalves. *História do Protestantismo em Goiás (1890- 1940)*. 2004. 198f. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Câmpus Catalão, Goiânia, 2004.
- BARROS, Fernanda. *Lyceu de Goyaz: elitização endossada pelas oligarquias goianas (1906-1937)*. 166f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Uberlândia, 2006.
- BARBANTI, Maria Lúcia Spedo Hilsdorf. *Escolas Americanas de confissão protestante na Província de São Paulo: um estudo de suas origens*. 231f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.
- BAPTISTA, Hugo Manuel dos Santos. *Definição de um hinterland portuário: o caso de estudo de Leixões*. 115f. Dissertação (Mestrado), Universidade do Porto, Porto - Portugal, 2012.
- CAMARGO, Kênia Guimarães Camargo. *Educação Católica e Presença Dominicana em Goiás (GO): a cultura escolar no Colégio Sant' Anna (1940-1960)*. 172f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Unidade de Paranaíba, Paranaíba, 2014.
- FREITAS, Lucas Paulo de. *Entre o evangelho e o ensino: o Colégio Presbiteriano Buriti (1923-1965)*. 126f. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2013.
- LOURENÇO, Renata. *Por uma nova textura histórica: o movimento de professores indígenas Guarani/ Kaiová em Mato Grosso do Sul – 1988 a 2000*. 148f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2001.
- GONÇALVES, Carlos Barros. *O movimento ecumênico protestante no Brasil e a implantação da missão Caiuá em Dourados*. 237f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. *Educar, curar, salvar: uma ilha de civilização no Brasil tropical*. 246f. Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

PEREIRA, Jardel Costa. *O moderno no progresso de uma cultura urbana, escolar e religiosa e a educação secundária do Instituto Presbiteriano Gammom (1892-1942)*. 192f. Tese (Doutorado em Educação Escolar), Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, Araraquara, 2014.

PINTO, Rubia-Mar Nunes. *Goiânia, no “coração do Brasil” (1937-1945): a cidade e a escola reinventando a nação*. 364f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

PIRES, Luciene Lima de Assis. *O Ensino Secundário em Jataí nas décadas de 40 e 50*. 218f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.

ROSSI, Michelle Pereira da Silva. *“Dedicado à glória de Deus e ao progresso humano”: a gênese protestante da Universidade Federal de Lavras – UFLA (Lavras, 1892-1938)*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Uberlândia, 2010.

SILVA, Maria Aparecida Alves. *Gênese e desenvolvimento do Grupo Escolar César Bastos no cenário educacional de Rio Verde/GO (1947-1961)*. 142f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Uberlândia, 2013.

### **Instituições pesquisadas**

#### **Acervo do Instituto Samuel Graham**

ESCOLA EVANGÉLICA DE JATAÍ. *Ata de Exames de Admissão do Curso Normal Regional*. Jataí, 1953.

\_\_\_\_\_. *Atas de Exames de Admissão do Curso Normal Regional*. Jataí, 1953.

\_\_\_\_\_. *Livro de Atas e Inspeções Escolares*. Jataí, 1946.

\_\_\_\_\_. *Livro de Matrículas*. Jataí, 1946-1951.

GOIÁS. *Decreto nº 175, de 1 de outubro de 1952*. Outorga o mandato ao Curso Normal Regional Evangélico. Diário Oficial do Estado de Goiás, 1952.

\_\_\_\_\_. *Ato nº 9 de 1958. Portaria nº 302 de 30 de agosto de 1957*. Concede ao Ginásio do Instituto Samuel Graham, Jataí - GO, autorização para funcionamento de quatro anos. Goiânia, 1958.

INSTITUTO SAMUEL GRAHAM. *Ata de Reuniões de Professores*. Jataí, 1962

\_\_\_\_\_. *Atas de Resultados Finais do Curso Normal Regional*. Jataí, 1958-1959.

\_\_\_\_\_. *Correspondência de Dona Ruth Graham*. Jataí, 1992.

- \_\_\_\_\_. *Boletim Estatístico do ISG*. Jataí, 1961.
- \_\_\_\_\_. *Boletim Informativo do ISG*. Jataí, 1961.
- \_\_\_\_\_. *Boletim Informativo do ISG*. Jataí, 1962.
- \_\_\_\_\_. *Boletim Informativo do ISG*. Jataí, 1965.
- \_\_\_\_\_. *Correspondência enviada ao Governador do Estado*. Jataí, 1962.
- \_\_\_\_\_. *Histórico do ISG, 1964*.
- \_\_\_\_\_. *Histórico do ISG, 1965*.
- \_\_\_\_\_. Processo nº 12 – 181/ 1966. *Termo de convênio que entre si celebram o ESTADO DE GOIÁS e o INSTITUTO SAMUEL GRAHAM*. Diário Oficial do Estado de Goiás, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Regimento Interno do ISG*. Jataí, 1963.

#### **Acervo do Arquivo Público do Estado de Goiás**

GOIÁS. *Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goiaz*. Goiânia: Diário Oficial do Estado de Goiaz, 1949.

#### **Acervo do Museu Histórico Francisco Honório de Campos em Jataí**

- O JATAHY. Periódico de Jataí, 10 de março de 1912, Ano III, n. 61.
- \_\_\_\_\_. Periódico de Jataí, 30 de janeiro de 1910, Anno I, n. 7.
- \_\_\_\_\_. Periódico de Jataí, 10 de março de 1952, Ano III, n. 61.
- O LIBERAL. Periódico de Jataí, 13 de novembro de 1934, Ano IV, n. 157.
- \_\_\_\_\_. Periódico de Jataí, 18 de março de 1934, Ano III, n. 129.
- O PICAPAU. Periódico de Jataí, 16 de setembro de 1922, Ano I, n. II.
- JATAHY, PÁGINAS ESQUECIDAS: documentário histórico sobre Jataí, 2011.

#### **Acervo da Câmara Municipal de Jataí**

JATAÍ. *Atas de Projetos de Leis: 1949-1962*. Jataí, 1949-1962.

\_\_\_\_\_. *Lei Municipal nº 515 de 17 de setembro de 1963*. Reconhece o Instituto Samuel Graham como entidade de utilidade pública. Jataí, 1963.

A NOITE. Periódico de Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1952, Ano XIII, n. 14 171.

### Fontes orais

GOMES, Maria Luiza da Silva. *Entrevista concedida à mestranda Kamila Gusatti Dias*. Jataí, 31 de julho de 2015.

FREITAS, Eloene de Lima. *Entrevista concedida à mestranda Kamila Gusatti Dias*. Jataí, 17 de março de 2015.

GUIMARÃES, Wandir Sousa. *Entrevista concedida à mestranda Kamila Gusatti Dias*. Jataí, 15 de setembro de 2015.

MORAES, Anna Clara de. *Entrevista concedida à mestranda Kamila Gusatti Dias*. Jataí, 24 de março de 2015.

SOUSA, Rosalva Rodrigues de. *Entrevista concedida à mestranda Kamila Gusatti Dias*. Jataí, 24 de março de 2015.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A – Autorização do local da pesquisa****AUTORIZAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA E PARA UTILIZAÇÃO DO  
ACERVO DOCUMENTAL E ICONOGRÁFICO DA INSTITUIÇÃO**

Autorizo a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) – Unidade de Paranaíba, a realizar um pesquisa histórica no **INSTITUTO PRESBITERIANO SAMUEL GRAHAM**, situado na cidade de Jataí (GO), realizada pela pesquisadora do Mestrado em Educação **Kamila Gusatti Dias - CPF: 855 997 351-68**, para fins de utilização do local para pesquisa, a divulgação e a reprodução de imagens, e do acervo documental digitalizados incluindo documentos apresentados, para a realização e a divulgação de pesquisas em andamento e futuras que houverem relacionadas à História da Educação em Paranaíba (MS).

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), poderá, a qualquer momento, utilizar, divulgar e reproduzir as informações citadas em mídia impressa (livros, catálogos, jornais e revistas, entre outros); mídia eletrônica (internet); e demais meios de comunicação (TV, cinema e rádio); bem como, em banco de dados informatizados, relatórios institucionais e eventos de divulgação acadêmicos e científicos.

Jataí, 03/09/2015

Francisco Marcos Paulo Dias  
Diretor Responsável  
Diretor

Portaria n° 2612/2010

CARIMBO DO (A) DIRETOR (A) DA INSTITUIÇÃO

**APÊNDICE B - Roteiro de entrevistas**

**01-INFÂNCIA** (família, local, brincadeiras, valores familiares e religiosos etc).

**02-ESCOLARIZAÇÃO** (os primeiros anos, alfabetização, impressões, dificuldades, pagamento etc).

**03-O COTIDIANO ESCOLAR** (práticas das professoras, orações, materiais didáticos, métodos, festas, desfiles, salas para aulas práticas, educação física, inglês, trabalhos manuais, economia doméstica, uniforme etc).

**04-IMPRESSÕES E CONVIVÊNCIA COM OS MISSIONÁRIOS NORTE-AMERICANOS** (costumes, práticas etc).

**APÊNDICE C - Autorização para uso de imagem, áudio e dados pessoais e biográficos**

Autorizo a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) – Unidade de Paranaíba, a utilização, a divulgação e a reprodução de imagens, áudio e dados pessoais e biográficos por mim relatados, incluindo todo e qualquer material gravado, objetos e documentos apresentados, para a realização e a divulgação de pesquisas em andamento e futuras que houverem relacionadas à História da Educação em Paranaíba (MS).

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), poderá, a qualquer momento, utilizar, divulgar e reproduzir as informações citadas em mídia impressa (livros, catálogos, jornais e revistas, entre outros); mídia eletrônica (internet); e demais meios de comunicação (TV, cinema e rádio); bem como, em banco de dados informatizados, relatórios institucionais e eventos de divulgação acadêmicos e científicos.

Nome: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

---

Entrevistado (a)

Jataí \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

## APÊNDICE D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “*Presbiterianos em Jataí (GO): o Instituto Presbiteriano Samuel Graham (1942-1962)*”, sob a responsabilidade dos pesquisadores Ademilson Batista Paes e Kamila Gusatti Dias. Nesta pesquisa nós buscamos “reconstruir a memória e a evolução histórica dessa instituição desvelando a Cultura Escolar presente nas relações docentes e nas práticas pedagógicas dessa instituição”. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora Kamila Gusatti Dias. Na sua participação você responderá a perguntas como ex-estudante, ex-funcionário, ex-professor ou ex-diretor no período compreendido entre 1942 e 1962, no Instituto Presbiteriano Samuel Graham. A entrevista será sobre acontecimentos vivenciados na escola e no município, sendo embasada por questionamentos, quais sejam: como a escola impactava a cidade em desenvolvimento, qual a importância de estudar/trabalhar nessa instituição, como era a sua atuação, onde se encontram os documentos oficiais, e outros. Ou, ainda, sua colaboração será relevante relatando os acontecimentos como cidadão que vivenciou as práticas educacionais no município de Jataí, que serão pesquisadas nas décadas selecionadas. Os riscos são o de investigar questões particulares e íntimas da sua história de vida que até então você não estava disposto a revelar para a sociedade, percebendo só a partir de então que seus relatos são parte integrante da história. Os benefícios serão o de perceber que você é um agente importante para a construção da história da escola e que sua atuação foi preponderante para o que ela se tornou, pois a escola faz parte de sua história e trouxe consequências para sua vida. Você não terá nenhum gasto ou ganho financeiro por participar na pesquisa, sendo livre para deixar de participar a qualquer momento, sem nenhum prejuízo ou coação, ficando com a via original deste “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”. Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com Ademilson Batista Paes – Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – Unidade Paranaíba, situada à Av. Ver. João Rodrigues de Melo, s/n - Jardim Santa Mônica, Paranaíba - MS, 79500-000, ou Kamila Gusatti Dias – Rua Jacarandá, Qd 10, Lt 198, Residencial Gameleira I, Rio Verde/GO, CEP: 75906-810, fone: (64) 9226-0024.

Jataí, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Pesquisador Responsável

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

---

Participante da pesquisa

## APÊNDICE E – Parecer consubstanciado do CEP



UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
MATO GROSSO DO SUL -  
UFMS



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** PRESBITERIANOS EM JATAÍ (GO): O INSTITUTO PRESBITERIANO SAMUEL GRAHAM (1942-1962)

**Pesquisador:** Kamila Gusatti Dias

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 49227215.5.0000.0021

**Instituição Proponente:** FUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 1.300.092

#### Apresentação do Projeto:

A presença significativa de presbiterianos no Brasil, pode ser considerada, a partir da chegada de missionários norte-americanos, sobretudo, após a presença do Reverendo Ashbel Grenn Simonton, em 1859. Após o trabalho inicial desse pastor pela cidade do Rio de Janeiro, na Capital e interior paulista, passaram a ser organizadas frentes missionárias para outros estados, que serviram como centros de irradiação da fé e da educação protestante, pautados nos ideais de uma nova evangelização. Assim, a cidade de Jataí, localizada no sudoeste goiano e a 320 km da Capital, recebeu pastores presbiterianos norte-americanos, em meados de 1930. Este projeto tem como foco, o Instituto Presbiteriano Samuel Graham, de Jataí (GO), primeira instituição presbiteriana dessa região, voltada especificamente, à formação evangelizadora e de escolarização protestante. A questão norteadora desse projeto investigará qual a atuação dos missionários americanos protestantes nesse município, frente à evangelização educacional nesse Instituto, bem como às práticas pedagógicas e a cultura escolar compostas nesse cenário educacional.

O projeto é de natureza histórica, dessa forma, sua execução será por meio dos seguintes procedimentos, a saber: seleção de bibliografia; revisão de literatura; análise documental e iconográfico (acervo da instituição); análise da História Oral de vida de ex-docentes e ex-discentes (por meio de roteiros); coleta de dados (com membros da diretoria, funcionários e ex-alunos);

**Endereço:** Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação/UFMS  
**Bairro:** Caixa Postal 549 **CEP:** 79.070-110  
**UF:** MS **Município:** CAMPO GRANDE  
**Telefone:** (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** bioetica@propp.ufms.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
MATO GROSSO DO SUL -  
UFMS



Continuação do Parecer: 1.300.092

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_582197.pdf	05/09/2015 15:23:47		Aceito
Parecer Anterior	Parecer.docx	05/09/2015 15:22:10	Kamila Gusatti Dias	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_trabalho.docx	05/09/2015 15:11:54	Kamila Gusatti Dias	Aceito
Outros	Autorizacao_local_pesquisa_assinada.pdf	05/09/2015 15:09:49	Kamila Gusatti Dias	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	02/09/2015 09:06:18	Kamila Gusatti Dias	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO.docx	31/08/2015 14:48:36	Kamila Gusatti Dias	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado.pdf	31/08/2015 14:38:06	Kamila Gusatti Dias	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

CAMPO GRANDE, 28 de Outubro de 2015

Assinado por:

**PAULO ROBERTO HAIDAMUS DE OLIVEIRA BASTOS**  
(Coordenador)

**Endereço:** Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação/UFMS

**Bairro:** Caixa Postal 549 **CEP:** 79.070-110

**UF:** MS **Município:** CAMPO GRANDE

**Telefone:** (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** bioetica@propp.ufms.br

**AUTORIZAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA E PARA UTILIZAÇÃO DO  
ACERVO DOCUMENTAL E ICONOGRÁFICO DA INSTITUIÇÃO**

Autorizo a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) – Unidade de Paranaíba, a realizar um pesquisa histórica no **INSTITUTO PRESBITERIANO SAMUEL GRAHAM**, situado na cidade de Jataí (GO), realizada pela pesquisadora do Mestrado em Educação **Kamila Gusatti Dias - CPF: 855 997 351-68**, para fins de utilização do local para pesquisa, a divulgação e a reprodução de imagens, e do acervo documental digitalizados incluindo documentos apresentados, para a realização e a divulgação de pesquisas em andamento e futuras que houverem relacionadas à História da Educação em Paranaíba (MS).

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), poderá, a qualquer momento, utilizar, divulgar e reproduzir as informações citadas em mídia impressa (livros, catálogos, jornais e revistas, entre outros); mídia eletrônica (internet); e demais meios de comunicação (TV, cinema e rádio); bem como, em banco de dados informatizados, relatórios institucionais e eventos de divulgação acadêmicos e científicos.

Jataí, 03/09/2015



Francisco Marcos Freire Damásio  
Diretor Responsável  
Diretor

Portaria nº 2612/2010

CARIMBO DO (A) DIRETOR (A) DA INSTITUIÇÃO

## **ANEXOS**

**ANEXO A - Dissertações e teses sobre a temática “educação protestante” e “protestantismo” (1990-2014)**

<b>Instituição</b>	<b>Autor (a)</b>	<b>Título do Trabalho</b>	<b>Ano de defesa</b>
<b>Dissertações</b>			
Universidade Federal da Grande Dourados	Rodrigo dos Reis	<i>Jornal Expositor Cristão: Educação e Civilização, um olhar para o sul de Mato Grosso (1925-1946)</i>	2014
Universidade Federal de Minas Gerais	Taciana Brasil dos Santos	<i>Educação e Instrução: o Colégio Batista Americano Mineiro (1920-1927)</i>	2013
Universidade Tiradentes	Mirianne Santos de Almeida	<i>Livros e Leitores: saberes e práticas educacionais e religiosas na Coleção Folhetos Evangélicos (1860-1938)</i>	2013
Universidade Católica de Pernambuco	José Roberto de Souza	<i>A reação da Igreja Presbiteriana do Brasil ao advento do pentecostalismo em Pernambuco (1920-1930)</i>	2013
Universidade Presbiteriana Mackenzie	Ivan Pereira Guedes	<i>O Protestantismo na capital de São Paulo: a Igreja Presbiteriana Jardim das Oliveiras</i>	2013
Universidade Federal de Minas Gerais	Eder Aguiar Mendes de Oliveira	<i>Um Bello Horizonte para o projeto educacional batista: o Collegio Baptista Americano Mineiro e a disputa pela oferta da educação privada na cidade (1918-1929).</i>	2013
Universidade Presbiteriana Mackenzie	Marcia Lessa Medeiros da Silva	<i>Religião e Educação: Instituto Presbiteriano de Cabo Frio (Estudo de Caso)</i>	2012
Universidade Tiradentes	Priscila Silva Mazêo de Alcântara	<i>O missionário e intelectual da educação Robert Reid Kalley (1855-1876)</i>	2012
Universidade Presbiteriana Mackenzie	Antônio Carlos Anacleto	<i>O Papel da Educação na Consolidação do Protestantismo Brasileiro: um estudo da obra The Republic of Brazil, do Teólogo Educador Erasmo Braga</i>	2012
Universidade Presbiteriana Mackenzie	Eliezer Lirio dos Santos	<i>Uma via de mão dupla: A importância do livro impresso para o desenvolvimento da Reforma Protestante, ou será a importância da Reforma Protestante para a disseminação do livro impresso?</i>	2012
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC	Francisco Luiz Gomes de Carvalho	<i>O Ensino Religioso no Ensino Superior da Educação Adventista: Presença e Impasses</i>	2012
Universidade Tiradentes – UNIT	Priscila Silva Mazêo de Alcântara	<i>O missionário e intelectual da Educação Robert Reid Kalley (1855-1876)</i>	2012
Universidade Federal de Campina Grande- UFCG	Moises Alves de Lima de Barros	<i>Criança queimada tem medo de fogo: Robert Kalley: Táticas, Astúcias e Identidades Religiosas</i>	2012

		<i>Protestantes no Brasil (1855-1876)</i>	
Universidade de Brasília-UNB	Pedro Barbosa de Souza Feitoza	<i>Que venha o teu reino: estratégias, missionários para a inserção do Protestantismo na Sociedade Monárquica (1851- 1874)</i>	2012
Universidade Presbiteriana Mackenzie	Francirlei Ferreira Elias	<i>O presbiterianismo pioneiro e sua contribuição no Mato Grosso do Sul</i>	2012
Universidade Metodista de Piracicaba- UNIMEP	Arkymedes Alves Pereira	<i>A Igreja Metodista enquanto mantenedora e suas relações com as instituições de Educação</i>	2012
Universidade Tiradentes	Nicole Bertinatti	<i>A Escola Dominical Presbiteriana como divulgadora de saberes e práticas pedagógicas religiosos (1909-1928)</i>	2011
Universidade Federal da Grande Dourados- UFGD	Paula Nudimila de Oliveira Silva	<i>Os Impressos Protestantes como Fonte para a História da Educação: Inferências Educativas no Sul de Mato Grosso (Final do século XIX, início do século XX)</i>	2011
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho- UNESP	Jamilly da Cunha Nicacio	<i>A presença feminina na Ação Educacional Presbiteriana no Brasil do século XIX (1859-1889)</i>	2011
Universidade Federal do Espírito Santo- UFES	Sandra Loureiro Faller	<i>A Constituição do Colégio Americano Batista de Vitória: Entre a Modernização do Ensino e a Missão Religiosa (1907-1935)</i>	2011
Universidade Presbiteriana Mackenzie	Ailton Gonçalves Dias Filho	<i>A Imigração Norte-Americana e a Implantação do Protestantismo em Americana e Santa Bárbara D'Oeste, São Paulo</i>	2011
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho- UNESP	José Veloso dos Santos	<i>As contribuições de Horace Lane na instrução pública paulista (1890-1910)</i>	2011
Universidade Federal da Paraíba	Juarez Rodrigues de Oliveira	<i>A ética protestante e os discursos do misticismo utilitário pós-moderno</i>	2011
Universidade Federal de Alagoas - UFAL	James Washington Alves dos Santos	<i>Chamados para Gerir o Sagrado: Vocação Pastoral e Trabalho Religioso na Assembleia de Deus em Alagoas</i>	2011
Universidade Federal da Paraíba	Cleófas Lima Alves de Freitas Júnior	<i>As Práticas e Representações Femininas no Protestantismo de Campina Grande: a Igreja Evangélica Congregacional (1927-1960)</i>	2010
Universidade Federal de Juiz de Fora- UFJF	Vanessa Barbosa Leite Ferreira	<i>Granbery: Um Colégio Americano no Brasil: A Prática do Modelo Americano de Ensino em Juiz de Fora (1889-1930)</i>	2010
Universidade Presbiteriana Mackenzie	Gérson Trevisan	<i>O Protestantismo em Torre de Pedra: Suas origens, singularidades e influências</i>	2010
Universidade Presbiteriana Mackenzie	Michelle Razuck Arci	<i>O Ensino Religioso Confessional Protestante: Discutindo a Proposta Comeniana de interação didático-pedagógica</i>	2010
Universidade de São Paulo – PUC	Ivanilson Bezerra da Silva	<i>A Cidade, a Igreja e a Escola: relações de poder entre Maçons e Presbiterianos em Sorocaba na</i>	2010

		<i>segunda metade do século XIX</i>	
Universidade Federal da Paraíba - UFPB	Daniel Ferreira da Silva	<i>A Influência de Calvino na Educação: um estudo no Colégio XV de novembro - Garanhuns/PE</i>	2010
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	Hercules Pimenta dos Santos	<i>Católicos e Protestantes: Escolas Concessionais fundadas por Missionários estrangeiros, Belo Horizonte- MG (1900-1950)</i>	2010
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	Sandra Cristina da Silva	<i>Educação de Papel: Impressos Protestantes Educando Mulheres</i>	2009
Universidade Federal de Pernambuco	Sandra Cristina da Silva	<i>Educação de papel: impressos protestantes educando mulheres</i>	2009
Universidade Federal da Grande Dourados	Ademar Alves da Silva	<i>A presença da Igreja Batista no contexto do desenvolvimento da cidade de Três Lagoas, MS (1920-1940)</i>	2009
Universidade Federal da Grande Dourados	Carlos Barros Gonçalves	<i>O movimento ecumênico protestante no Brasil e a implantação da missão Caiuá em Dourados</i>	2009
Universidade Federal da Grande Dourados	Ademar Alves da Silva	<i>A presença da Igreja Batista no contexto do desenvolvimento da cidade de Três Lagoas, MT (1920-1940)</i>	2009
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Shirley Puccia Laguna	<i>Reconstrução História do Curso Normal da Escola Americana de São Paulo (1889-1931). Internato de meninas: uma leitura de seu cotidiano e da Instrução e educação Feminina aí ministrada</i>	2009
Universidade Católica de Pernambuco- UNICAP	José Ferreira de Lima Júnior	<i>Protestantismo e Golpe Militar de 1964 em Pernambuco: Uma análise da cruzada de ação básica cristã</i>	2008
Universidade Presbiteriana Mackenzie	Wilson Ferreira de Souza Neto	<i>Presbiterianismo e Maçonaria: uma análise da contribuição maçônica ao presbiterianismo brasileiro no período de 1859 a 1889</i>	2008
Universidade Federal de Uberlândia - UFU	Rones Alves Cândido	<i>A complexidade plural das pedagogia norte-americana e presbiteriana no Brasil (1870-1900)</i>	2007
Universidade Presbiteriana Mackenzie	Roseli de Almeida Masotti	<i>Erasmus Braga e os Valores Protestantes na Educação Brasileira</i>	2007
Universidade Metodista de São Paulo	Márcio Pereira de Souza	<i>Palanque de papel: o discurso político dos jornais evangélicos brasileiros no período da República Velha</i>	2007
Universidade Federal de Sergipe	Maria de Lourdes Porfirio Ramos Trindade Anjos	<i>A Presença Missionária norte-americana no Educandário Americano Batista</i>	2006
Universidade Presbiteriana Mackenzie	Gláucia Cândida Vicente Dias	<i>Presbiterianos na Periferia da Zona Sul da Capital de São Paulo: Análise crítica de sua atuação em uma comunidade carente</i>	2006
Universidade de São Paulo	Maria de Lourdes da Cunha Montezano	<i>Cultura Religiosa Protestante e Rendimento Escolar nas Camadas Populares: Um Estudo sobre Práticas Socializadoras</i>	2006
Universidade Federal do	Élia Barbosa de	<i>Nas Trilhas da Co-educação: o</i>	2006

Sergipe	Andrade	<i>ensino misto em Sergipe (1841-1889)</i>	
Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC	Maria Elisa Leite Corrêa	<i>O propósito dos Adventistas: A transformação de uma ideologia religiosa em sistema educacional, sob as influências dos ideais liberais, e seu transplante para o Brasil, em Curitiba, em fins do século XIX e início do século XX</i>	2005
Universidade Federal de Uberlândia - UFU	Viviane Marques Ribeiro	<i>Dá ética protestante à finalidade do trabalho: os presbiterianos no contexto educacional do Alto Paranaíba- MG (1946-1966)</i>	2005
Universidade Federal de Goiás – Câmpus Catalão – UFG	Ordália Cristina Gonçalves Araújo	<i>História do Protestantismo em Goiás (1890-1940)</i>	2004
Universidade Federal de Uberlândia - UFU	José Felipe e Sousa Pessanha de Brito Ferreira	<i>A evangelização pela educação escolar: embates entre presbiterianos e católicos em Patrocínio, MG (1924-1933)</i>	2004
Universidade Metodista de Piracicaba – SP	Raquel Alves de Carvalho	<i>Os missionários metodistas da região de Dourados e a educação indígena na Missão Evangélica Caiuá (1928-1944)</i>	2004
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC	Geysa Spitz Alcoforado de Abreu	<i>Escola Americana de Curitiba (1892-1934): um estudo do americanismo na cultura escolar</i>	2003
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP	Katiúscia Rodrigues Silvério	<i>Aspectos da imagem corporal dos presbiterianos de Jataí – GO</i>	2002
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP	Jorge Uilson Clark	<i>A Imigração norte-americana para a Região de Campinas: Análise da Educação Liberal no Contexto Histórico e Educacional Brasileiro</i>	1998
Universidade Federal de Goiás – Câmpus Goiânia-UFG	Sandra Elaine Aires de Abreu	<i>A Criação da Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão e o protestantismo em Anápolis</i>	1997
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP	Tereza Canhadas Bertan	<i>A Educação Confessional Protestante: Instituto Filadélfia de Londrina (1944-1972)</i>	1990
<b>Teses</b>			
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Campus de Araraquara	Jardel Costa Pereira	<i>O Moderno no progresso de uma cultura urbana, escolar e religiosa e a Educação Secundária do Instituto Presbiteriano Gammon (1892-1942)</i>	2014
Universidade Nove de Julho	Leandro de Proença Lopes	<i>Educação, Protestantismo e Sociedade: Um Estudo sobre o Seminário Teológico de São Paulo</i>	2013
Universidade Federal de Uberlândia	Maria de Lourdes Porfirio Ramos Trindade Anjos	<i>Educação Feminina Batista no Nordeste: A Ação Educacional de Martha Elizabeth Hairston no Seminário de Educadoras Cristãs no Recife (1953-1979)</i>	2013
Universidade Federal do Ceará	Gledson Ribeiro de Oliveira	<i>Bodes, Hereges, Irmãos: Igrejas Presbiterianas e Batistas no Ceará do Primeiro Novecentos</i>	2012
Universidade Presbiteriana	Eliezer Lírio dos	<i>O Impacto da Reforma Protestante</i>	2012

Mackenzie	Santos	<i>na Disseminação do Livro Impresso</i>	
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN	Francisco Jean Carlos da Silva	<i>Entre Cristo e o Diabo: o ideário do Colégio Americano Batista do Recife (1902-1942)</i>	2012
Universidade Metodista de São Paulo - USP	Nicanor Lopes	<i>Responsabilidade Social, Pregação e Educação: Tensões Missiológicas no Projeto Missionário da Igreja Metodista em Terras Brasileiras</i>	2012
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRS	Anderson Clayton Pires	<i>Igreja Evangélica Sara Nossa Terra: uma análise sociológica do Sistema Axiológico</i>	2011
Universidade Federal de Minas Gerais	Carla Simone Chamon	<i>Maria Guilhermina Loureiro de Andrade: a trajetória profissional de uma educadora (1869-1913)</i>	2005
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC	Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho Nascimento	<i>Educar, Curar, Salvar: uma ilha de civilização no Brasil tropical</i>	2005
Universidade Federal de Uberlândia - UFU	Michelle Pereira da Silva Rossi	<i>Dedicado à glória de Deus e ao progresso humano: a gênese protestante da Universidade de Lavras- UFLA (Lavras, 1892-1938)</i>	2010
Universidade de São Paulo – USP	Jane Borges de Oliveira Santos	<i>Igreja e Escola na perspectiva das práticas musicais em Colégios Históricos Americanos de Confissão Protestante (São Paulo – 1870-1920)</i>	2009
Universidade Estadual Paulista	Éber Ferreira Silveira Lima	<i>Entre a sacristia e o laboratório: os intelectuais protestantes brasileiros e a produção da cultura (1903-1942)</i>	2008
Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ	Rodrigo da Nóbrega Moura Pereira	<i>A Salvação do Brasil: As Missões Protestantes e o Debate Político-Religioso</i>	2008
Universidade de Brasília – UNB	João Pedro Gonçalves Araújo	<i>Educação e Conversão Religiosa: Os Batistas de Richmond e o Colégio Taylor Egidio de Jaguaquara, Bahia (1882-1936)</i>	2006
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	Carla Simone Chamon	<i>Maria Guilhermina Loureiro de Andrade: a trajetória profissional de uma educadora (1869-1913)</i>	2005
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP	Jorge Uilson Clark	<i>Presbiterianismo do sul em Campinas: primórdios de educação liberal</i>	2005

**Fonte:** Elaborada pela autora. Banco de teses e dissertações da CAPES e IBICT.